

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

**Entre o fio e a rede:
a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

**Entre o fio e a rede:
a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História, sob a orientação da prof^a. dr^a. Denise Bernuzzi de Sant'Anna

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Para meus pais

RESUMO

Autor: Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

Título: Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)

Este trabalho pretende discutir as relações historicamente constituídas entre a energia elétrica e certos objetos técnicos, na cidade de Fortaleza entre 1945 e 1965. Nesse período a população experimentou graves problemas no fornecimento de força e luz, que dificultaram a maior integração da eletricidade na vida cotidiana e repercutiram desfavoravelmente no perfil da economia local. Com o crescimento demográfico acelerado e a expansão da demanda, o sistema elétrico passou por sucessivos racionamentos, panes, sobrecargas e campanhas destinadas à redução nos índices de consumo particular. A solução encontrada, por meio da ligação da cidade com a usina de Paulo Afonso em 1965, permitiu o acesso a um suprimento de energia mais regular e barato, mas esteve longe de propiciar o correspondente alargamento desse benefício às camadas pobres. Esse contexto marcado pela crescente aplicação da corrente elétrica e por fortes desigualdades sociais implicou a formação de significados ambíguos do conforto doméstico, que no pós-guerra se mostrou cada vez mais associado à aquisição e uso de aparelhos elétricos. A partir da investigação desses objetos foi possível apreender certas transformações na percepção dos habitantes, assim como a emergência de elementos visuais e sonoros que expressaram sua presença no cotidiano da cidade e seu papel na contínua diluição das fronteiras entre o público e o privado. No decorrer da pesquisa se pôde ainda observar a importância da mudança tecnológica na produção de práticas e valores relacionados à modernização do espaço doméstico.

Palavras-chave: energia elétrica; técnica; cotidiano; modernização; consumo.

ABSTRACT

Author: Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho

Title: Between the wire and the network: the electric energy in the daily life of Fortaleza (1945-1965)

This study aims to discuss the historical relationships between electric energy and some technical objects, in Fortaleza (capital of Ceara state) from 1945 to 1965. During this period the population experienced serious troubles with the supply of light and power, which made difficult the major integration of electricity in the daily life and had unfavorable impact on local economy. With the fast demographic growth and the spread of demand, the electrical system underwent successive rationings, breakdowns, overloads and campaigns for the reduction in private consumption levels. The solution, by means of the city connection with Paulo Afonso plant in 1965, accessed a more regular and cheaper energy supply, although it was far from assuring the poor a better reach to this benefit. This context of growing application of electric current and social inequality entailed the making of ambivalent meanings in household comfort, which in the postwar was more and more related to the acquisition and usage of electric appliances. Through the investigation of these objects it was possible to apprehend certain changes in the inhabitants' perception, as well as the emergence of visual and sound elements which expressed their presence in urban daily life and their role in the dissolution of boundaries between public and private. In the course of the research it was also observed the importance of technological shifts for the production of practices and values related to the household modernization.

Keywords: electric energy; technique; daily life; modernization; consumption.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: A conquista da energia	25
A festa do século	25
Percalços da modernização	59
Capítulo 2: Objetos em cena	107
A laboriosa domesticação do estranho	107
A vedete da cozinha moderna	143
Os apetrechos do lar	162
Capítulo 3: Entre público e privado	213
Natal, luz e comércio	213
O rumor dos artefatos	263
Considerações finais	303
Fontes	309
Bibliografia	319

LISTA DE FIGURAS

1. Matéria sobre a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza	27
2. Anúncio da Conefor pela redução no consumo domiciliar de eletricidade	100
3. Anúncio de lâmpada elétrica	105
4. Anúncio da lâmpada Philips	106
5. Anúncio da lâmpada G.E.	111
6. Anúncio da lâmpada G.E.	112
7. Anúncio do refrigerador G.M.	154
8. Anúncio do refrigerador G.M.	155
9. Anúncio do vinho reconstituente Silva Araújo	165
10. Anúncio do aspirador Arno	181
11. Anúncio do aspirador Arno	182
12. Anúncio do aspirador Walita	185
13. Anúncio da enceradeira Arno	188
14. Anúncio da enceradeira Epel	189
15. Anúncio da lavadora Easy	196
16. Anúncio da lavadora Bendix	199
17. Anúncio da lavadora Hoover e do sabão em pó Omo	201
18. Anúncio da lavadora Torga e do sabão em pó Rinso	202
19. Anúncio das Lojas Dular	223
20. Anúncio da Loja J. Montenegro	225
21. Matéria sobre concurso de ornamentação das lojas de Fortaleza	244
22. Anúncio da lâmpada Philips	246

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico como este seria impraticável sem a acolhida de um exercício solitário de investigação empírica, leitura e escrita. Não obstante, sua existência deve muito (e provavelmente o melhor de si) a colaborações diversas, sem as quais uma série de reflexões, encaminhamentos metodológicos, referenciais teóricos e questionamentos permaneceria fora do alcance da presente pesquisa.

Tenho uma imensurável dívida de gratidão para com minha orientadora Denise Bernuzzi de Sant'Anna, que sempre incentivou a continuidade do trabalho, primou pelo rigor da análise e soube tolerar meus silêncios demasiado longos, na escrita e na fala, no curso dos últimos anos. Seus próprios textos e as conversas que travamos foram uma inspiração constante, que procurei seguir durante a redação da tese. O melhor a que posso aspirar com o resultado final dessa pesquisa é que ele esteja à altura das expectativas fomentadas pela orientação inestimável que recebi.

Agradeço aos professores Ulpiano Bezerra de Meneses e Estefânia Knotz Fraga, que tomaram parte na banca de qualificação e fizeram uma leitura minuciosa do texto, salientando a necessidade de aprofundar determinadas discussões e ter em vista a organicidade da escrita. Gostaria ainda de consignar o meu apreço a dois historiadores que se mostraram bastante solícitos no diálogo acadêmico e nas sugestões bibliográficas: Paulo Garcez Marins e Hermetes Reis de Araújo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sou grato pela concessão da bolsa de doutorado, que tornou viável não apenas o prosseguimento da formação profissional, como ainda a elaboração dessa pesquisa e sua redação final.

Vários profissionais franquearam o acesso a documentos que se mostraram relevantes no decorrer da investigação, em particular Elida Gagete (Memória e Identidade), Renata Andrade e João Goto (Centro de Documentação e Memória da Multibrás), Roberto Fradusco (Projeto Walita), Márcia Crespilho Loureiro (Arno) e Rodolfo Espínola (Companhia Docas do Ceará). Cabe salientar ainda os muitos funcionários e pesquisadores das bibliotecas e arquivos que, em meio a tantas demandas, atenderam com empenho e competência a minhas solicitações, nomeadamente Velêda Saraiva, Madalena Figueiredo, André Frota, Gertrudes Sales e João Elmadan Machado Maia.

Menciono os colegas da turma de doutorado, pelo convívio estimulante e as contribuições de leitura dos primeiros rascunhos do trabalho. Entre eles, Paula Ribeiro, Luis Vítor Castro Júnior e Bartolomeu, cuja camaradagem e colorido de sotaques acentuaram o veio cosmopolita de minha estada em São Paulo. Marco Antônio Sávio e Roberto Massei, pelo diálogo amistoso e a troca de idéias no campo da história da ciência e das técnicas, ajudaram a vislumbrar novos desdobramentos da pesquisa. A prestimosidade rara de Iná Sobolewsky assegurou o acesso a uma bibliografia que, de outra maneira, eu não teria condições de integrar ao corpo das reflexões.

Aos amigos e companheiros de ofício cuja presença, esporádica ou assídua, trouxe-me alegria nos últimos anos: Luiz Gueyber Salmito, Cintya Oliveira de Carvalho, Maria do Socorro Costa Rodrigues, João Ernani Furtado Filho, Afonsina Augusto Moreira, Kênia Sousa Rios, Virgínia Buarque, Marcos Schuh, Fernanda Galve, Michelle Magalhães Costa, Idalina Freitas, Karoline Teixeira, Juliana Santos, Daniel Camurça, Beth Schmidt. Deixo um agradecimento especial a Clarissa Schmidt, que aprendeu a conviver com as singularidades do “Anthony Eremita”. Sua gentileza e espírito solidário me socorreram em diversas ocasiões, do começo ao término da pesquisa.

Josiane Roza de Oliveira encorajou vivamente a realização desse trabalho ainda em seu início, quando havia mais dúvidas que convicções quanto a sua viabilidade. Ela agora poderá concluir que seu entusiasmo prevaleceu, felizmente, sobre o meu ceticismo.

Uma das gratas surpresas desse período foi o reencontro com uma grande amiga, Meize Lucas, que, na discrição e franqueza de nossas conversas, animou minha determinação com o andamento da tese. Wanderlice Pereira, sempre próxima e distante, firmou comigo um trato que, afinal, ambos logramos cumprir. Que venham outros!

Régis Lopes contribuiu, das mais diferentes maneiras, para a consecução dessa pesquisa. Fazendo críticas, sugerindo leituras, emprestando livros, indicando fontes, ele demonstra capacidade de reflexão e generosidade intelectual numa escala pouco usual, que tive e tenho o privilégio de partilhar. Sou-lhe muito grato pelo convívio e o aprendizado de tantos anos.

Também quero agradecer a Kelly Cristina Silvério, cujo afeto, paciência e dedicação permitiram abreviar essa jornada. Sem ela, que acompanhou minhas preocupações na fase final da escrita, eu teria um motivo a menos para sorrir.

A meus pais, Antonio Luiz e Aldinha, pela oferta do amor de todos os dias e o apoio indispensável, especialmente desde minha escolha pela formação de historiador. Aos irmãos Rommel, Renno e Davi, pela cumplicidade, o respeito e o carinho que nos fazem sentir mais afortunados.

Agradeço, finalmente, a todos aqueles que, movidos por laços de amizade e estima ou por um especial senso de delicadeza, souberam evitar, em momentos variados dos últimos anos, a pergunta fatal: “Então, quando você termina a tese?”. À curiosidade que gentilmente refrearam e à espera que aprenderam a cultivar, respondo agora com este trabalho.

INTRODUÇÃO

“Na mesa vizinha à nossa, duas damas revelam, cheias do mais justo orgulho, certas despesas domésticas. Dona Mariinha – Maricota quando pobre – ressalta com calor: - Lá em casa, este mês, pagamos trinta contos de luz! Já é, não é?” (Carvalho, 2003, p. 383).

Essa anotação, feita no diário de uma personagem do romance *Aldeota*, de Jáder de Carvalho, tenta pôr a nu a frivolidade de uma geração de novos-ricos que, entre meados dos anos 1940 e o começo dos anos 1960, deu ao bairro que intitula o livro a notoriedade elegante que doravante o destacaria na geografia simbólica de Fortaleza. Atraindo a predileção dos segmentos abastados como lugar de moradia, aquela região da cidade viu surgirem mansões e casas opulentas que ostentavam uma prosperidade repentina e estranha a uma terra relativamente pobre, desprovida de grande expressão econômica no cenário nacional. Saído da pena de um jornalista e escritor singularmente atento à miudeza da vida cotidiana e às desigualdades materiais e culturais, o fragmento referido pode aludir a um aspecto nunca efetivamente comentado nos círculos que freqüentavam os clubes de maior projeção social. No entanto, talvez fosse precipitado recusar prontamente sua capacidade de verossimilhança num contexto assinalado pela ascensão vertiginosa de grupos arrivistas e a diversificação no perfil do consumo residencial de eletricidade. Por sinal, a assim chamada “conta de luz”, que a persistência de certas expressões corriqueiras fazia reportar à primeira aplicação daquele potencial no âmbito doméstico, tendeu a ser suplementada com o emprego de aparelhos elétricos postos ao alcance das famílias abastadas da cidade. Com efeito, naquele momento o valor exorbitante de uma fatura de energia constituía não somente um feito limitado a poucos bolsos, era também uma condição algo improvável do ponto de vista técnico, dada a fragilidade do sistema elétrico municipal, que impunha recorrentes suspensões e regimes de racionamento na distribuição da energia.

Esse trabalho pretende se situar, prioritariamente, entre o fio e a rede, como refere seu título. Noutras palavras, trata-se de delinear mediações historicamente constituídas entre o processo de eletrificação e o advento de uma força capaz de acionar determinados artefatos acentuadamente identificados à modernização na

esfera privada. Conjugando a energia e os aparelhos, emerge o âmbito da ação humana: não somente a ação cristalizada na concretude dos engenhos técnicos, mas aquela discernível no cotidiano de homens e mulheres comuns, confrontados com as vicissitudes da fonte de energia e que protagonizaram improvisos, astúcias, condutas adaptativas no trato das coisas.

A profusão de fios, hoje encontrada na maioria dos domicílios urbanos, constitui um índice tangível da expansão, ao longo das últimas décadas, no uso privado da eletricidade e da gradativa banalização de um conjunto de objetos domésticos cujo traço comum reside na dependência daquele potencial. Não obstante, a rede técnica que torna viável a aplicação da energia no âmbito residencial esteve durante muito tempo indisponível às camadas pobres da capital cearense. Expressão de um processo de urbanização concomitantemente permeado pela explosão demográfica e a concentração da renda e das instâncias decisórias, a constituição da infra-estrutura voltada à geração e fornecimento de eletricidade trouxe consigo a marca de um serviço urbano que, embora devesse beneficiar amplamente uma coletividade, tardou em garantir a sedimentação de um padrão mediano de comodidade. Por vezes, a distância entre o fio (de um utilitário doméstico) e a rede (de energia) só seria vencida após uma longa espera. No decorrer desse texto, o caráter ambivalente do ingresso da energia na sucessão ordinária de todos os dias não deixou de ser sublinhado, porquanto ali se vislumbravam rastros dos desarranjos entre avanço técnico e melhoria nas condições de existência da população.

O foco da discussão aqui empreendida se concentra no período de 1945 a 1965, embora eventualmente se abordem questões que extrapolam os limites desse quadro cronológico. Nas duas décadas seguintes ao término do conflito mundial se percebe, no contexto brasileiro, uma nítida tomada de consciência das instituições governamentais quanto ao papel estratégico da eletricidade para aprofundar o processo de industrialização do país. Nessa perspectiva, o ano de 1945 constitui referencial para o início de uma outra fase na história do setor elétrico brasileiro, com a criação da Chesf – empresa estatal constituída para explorar o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, mediante a construção de uma grande central que atenderia à demanda de boa parte da região nordestina. Com aquela companhia fornecedora seriam dados os primeiros passos que denotavam a inserção efetiva do Estado nacional no ramo da geração de eletricidade. Nos anos que se seguiram, essa

tendência tomou maior envergadura e veio associada a duas características que salientaram a presença desse novo agente no campo energético: a predileção por implementar unidades geradoras de grande porte e a progressiva dissociação entre a produção e a distribuição de energia (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil [CMEB], 1988, p. 96-97).¹ Vinte anos após o início da gradativa implementação desse novo modelo de gestão do setor de eletricidade, a cidade de Fortaleza passou a receber a energia produzida pela usina de Paulo Afonso (BA), representando um aperfeiçoamento que permitiria o abastecimento mais sistemático das demandas urbanas em ascensão. Até então dependente de estrutura elétrica precária e limitada à escala municipal, cujo funcionamento repousava sobre dois combustíveis onerosos e com disponibilidade por vezes incerta – a lenha e o óleo diesel –, a capital cearense viria a ser beneficiada com um potencial energético gerado e transmitido em ampla linha que cruzava o Nordeste. Desse modo, o ano de 1965 tanto assinala, no quadro local, o advento de uma passagem técnica importante – da geração térmica para a hidráulica, dotada de maior eficiência e mais baixo custo – quanto indica a integração da cidade num sistema elétrico de grande envergadura que, paulatinamente, ia redesenhando os vetores da estrutura produtiva regional.

Entre as décadas de 1940 e 1960 é ainda possível observar o amadurecimento de uma inclinação a considerar a eletricidade não mais como um recurso eminentemente destinado aos propósitos da iluminação de casas e ruas, mas como um fator de desenvolvimento técnico e material. No *Almanhaque para 1949*, do barão de Itararé, essa noção aparecia expressa de maneira categórica e bem-humorada: “o grau de progresso e bem-estar de uma nação pode ser aferido pela quantidade de energia elétrica que consome, para movimentar as suas indústrias e criar o conforto do lar, que é, afinal, a toca, onde se enfurna o troglodita civilizado” (*Almanhaque para 1949*, 2002, p. 235). Nessa aliança entre o potencial elétrico e a invenção de uma medida para designar o avanço de uma coletividade, ganhava ímpeto o estabelecimento de hierarquias que, além de classificar países, escalonavam núcleos urbanos: “O consumo [de energia elétrica] pode ser tomado como indicador do nível de desenvolvimento econômico e social de uma cidade”, esclarecia uma

¹ Portanto, ao contrário das proposições formuladas em certos documentos oficiais do período em questão, como o Plano Nacional de Eletrificação (1946), no qual se defendia a discreta participação do Estado no setor elétrico e se recomendavam usinas de pequena e média capacidade, destinadas à consolidação de sistemas interligados regionais, a política energética notabilizada a partir da Chesf consagrava um modelo distinguido pela atuação crescente do aparelho estatal no financiamento de projetos e obras e pela nítida preponderância de empreendimentos de avultado porte.

matéria que, em 1960, confirmava a capital paulista na dianteira da utilização global e per capita de energia no Brasil, ao passo que Fortaleza se situava entre as capitais com perfil de consumo modesto (*O Povo*, 11 out. 1960). À proporção que foi se consolidando a diversificação nos usos da corrente elétrica, tendeu-se a naturalizar a crença na correspondência do seu dispêndio com o nível de adiantamento de uma determinada comunidade.

Porém, apreendida num sentido mais amplo, nota-se que essa equiparação não era propriamente nova, mas configurava o prolongamento de uma busca por elevar padrões de consumo impulsionados com a emergência da produção mecanizada. Com efeito, essa necessidade individual e coletiva de dispor de quantidades crescentes de energia levou recentemente o historiador Alfred Crosby a constatar, na longa duração, a existência de um “apetite implacável”. Mas, se tal tendência pôde ser verificada em épocas remotas, foi notadamente a partir do século XIX, no âmbito das principais economias do mundo ocidental, que ela ganhou contornos de uma voracidade sem precedentes. De acordo com o pesquisador, há cerca de 150 anos teria começado uma escalada na aquisição e uso de energia – lapso de tempo bastante curto, se cotejado com a extensão da história das sociedades humanas, porém longo se apreciado nos termos da passagem de uma vida. Essa criação de um parâmetro de normalidade com base num quadro histórico excepcional constituiria, de fato, uma das maiores dificuldades à reflexão crítica e temporalmente situada sobre o atual modo de vida difundido nos países afluentes:

“Normal” é freqüentemente empregado para significar como as coisas são agora. Para os cidadãos das sociedades ricas hoje, o normal envolve vasto consumo de energia para movimentar uma multidão de dispositivos, do transporte aéreo a computadores. [...] Uma vez que isso [os 150 anos do ápice da revolução no uso da energia] é mais longo que a memória dos vivos, muitos de nós nas sociedades ricas conseguimos apenas lembrar de tempos de acesso imediato à energia abundante. Essa abundância nos tenta, com êxito, a acreditar, por exemplo, que ter energia fluindo através de linhas muito distantes e que ilumina nossos quartos quando movemos o interruptor é normal, em vez de miraculoso (Crosby, 2006, p. 161-162).²

² “‘Normal’ is often taken to mean how things are now. For the citizens of the rich societies today, normal involves vast expenditures of energy to empower a multitude of devices from aircraft carriers to desktop computers. [...] Since that is no longer than living memory, most of us in the richer societies can only recall times of immediate access to abundant energy. That abundance tempts us,

Essa familiaridade, verificada já há algumas gerações, das sociedades mais industrializadas com um repositório de energia em profusão está, contudo, longe de ser uma experiência compartilhada por economias situadas fora do centro hegemônico do capitalismo. No caso brasileiro, o acesso a padrões de geração de eletricidade necessários para sustentar um processo de modernização produtiva conheceu inúmeros reveses entre as décadas de 1930 e 1960, não só porque a ampliação do parque energético exigia, num primeiro momento, alto nível de rearranjo institucional e investimento financeiro e tecnológico no projeto, construção e operação das usinas, mas também porque esse incremento ocorreu em paralelo com um intenso fluxo migratório do meio rural para as cidades, pressionando continuamente a elevação dos níveis de consumo elétrico no setor de serviços, nas comunicações e transportes, como ainda no âmbito residencial (CMEB, 1988). Nesse sentido, convém inclusive não perder de vista que o avanço da eletrificação se registrou de forma bastante desigual, concentrando até meados dos anos 1940 seu foco de intervenção nos estados mais prósperos da Federação, e só daí em diante se estendendo mais explicitamente a regiões e espaços de menor porte econômico, como o Ceará, sobretudo em razão da presença ostensiva do Estado na gestão e financiamento do setor elétrico.

Como decorrência da atenção posta sobre a eletricidade e sua aplicação na experiência cotidiana, será aqui discutido o consumo e utilização dos objetos elétricos que começariam a ter lugar nos ambientes doméstico e público de Fortaleza após a Segunda Guerra Mundial. Geladeiras, ventiladores, lavadoras de roupa, aspiradores de pó, ferros de passar, batedeiras, lâmpadas... – objetos que, por sua imbricação com as rotinas diárias de homens e mulheres, não se resumem à pura instrumentalidade, mas se tornam prolongamentos do corpo, incrementando suas habilidades, adestrando seus gestos, rentabilizando seus esforços. Na verdade, por meio deles é possível detectar alterações na vida ordinária, vibrações nessa corda tênue e sensível que liga as existências dos indivíduos em sociedade. Esboça, assim, a oportunidade de uma reflexão sobre como a energia e os artefatos se relacionam com os sujeitos, isto é, sustentam modos de vida, temporalidades e práticas no movimento pendular de transformação e permanência das relações sociais. Essa

successfully, to believe, for instance, that having energy flow down lines from far away and illuminate our rooms when we flip the switch is normal rather than miraculous”.

abordagem se inscreve nas perspectivas abertas por uma história da cultura material – atenta ao peso das formações coletivas, dos comportamentos repetitivos que se convertem em hábitos, dos objetos e procedimentos que possibilitam a sobrevivência biológica e psíquica dos seres humanos, das conquistas técnicas no domínio do meio natural, enfim das condições concretas em que se dão a produção e reprodução da vida social (Bucaille e Pesez, 1989).

Mas esses aparelhos elétricos não podem ser entendidos como se alheios fossem ao espaço material e cultural no qual se inserem. No caso da capital cearense, a investigação acerca da energia elétrica e dos engenhos técnicos dela dependentes está circunscrita, como já dito, ao período de 1945 a 1965. O primeiro marco corresponde ao ano que abre, no plano internacional, a chamada “era de ouro” do capitalismo, um intervalo marcado pela prosperidade econômica e desenvolvimento tecnológico das sociedades industriais avançadas. A partir daí, ocorreria uma retomada sem precedentes do comércio mundial, o que permitiu a maior difusão de – e acesso a – bens de consumo duráveis, inclusive àquelas partes do mundo que não os produziam. Também em Fortaleza seria possível tornar a ver e mesmo adquirir os artigos industriais que, durante a grande conflagração, praticamente só apareciam sob a forma de propaganda e nos lares de alto poder aquisitivo. Com o fim da guerra e notadamente a partir da década de 1950, a produção cresceu e os utilitários elétricos estavam agora potencialmente ao alcance das classes médias urbanas, quer pela diminuição relativa do preço, quer pelas facilidades de pagamento (prestações, empréstimos, crediários etc.). Todavia, na mesma época, a cidade atravessou enormes dificuldades quanto à geração e custo da eletricidade, sendo constantes as quedas de força, sobrecargas do sistema, racionamentos, fornecimentos alternados de energia aos bairros, aumentos tarifários. Durante quase três décadas, a população remediada de Fortaleza experimentou uma contingência de difícil resolução: equipar a casa com artefatos elétricos que prometiam praticidade, comodidade, satisfação, mas que habitualmente deixavam de funcionar, dada a precariedade do setor energético local.

Como estabelecer um sentido de privacidade moderna,³ referida a novos hábitos de consumo, num meio sociotécnico instável, obsoleto, irregular, às escuras?

³ Emprego o termo privacidade de acordo com as observações de Georges Duby (1989), para quem, antes de uma definição, deve-se buscar um programa de pesquisa que se atenha às múltiplas configurações dessa experiência em tempos e lugares específicos. Duby cunha uma noção

– eis a equação inelutável a que tiveram de se submeter os habitantes locais entre 1945 e 1965.

Como se infere, esta pesquisa está relacionada a problemáticas que unem as vicissitudes da técnica ao surgimento hesitante de uma sociedade de consumo (Baudrillard, 1995). Há o interesse em documentar tanto a emergência de um sentido histórico de modernidade vincado nas promessas de prazer e auto-realização individual mediante a aquisição de mercadorias, quanto as debilidades da rede tecnológica para atender a essa fabricação massificada do desejo. Se é certo que, com o advento do pós-guerra, acontece a difusão mundial de comportamentos e estilos de vida apoiados no modelo urbano-industrial norte-americano – o chamado *American way of life* –, tal projeto de hegemonia cultural conserva matizes bastante particulares, quando se trata de expandi-lo a lugares onde nem o surto da produção fabril nem a urbanização em moldes avançados são processos consolidados. Nunca é demasiado ter em vista a ponderação de Sérgio Buarque de Holanda: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (Holanda, 1995, p. 40).

Com o presente estudo abre-se ainda a oportunidade de lançar uma visada sobre o consumo, na capital cearense, de objetos elétricos, mormente com fins domésticos. É possível que, na abordagem dessa prática econômica e cultural, surjam indícios para o encaminhamento de outras questões relacionadas à inserção social desses bens: quais os obstáculos a sua propagação, de que maneira são integrados ao dia-a-dia da casa, como sua presença testemunha uma aceleração do cotidiano, qual o nível de aprendizado técnico envolvido na sua utilização convencional, que características o jargão comercial tende a destacar para torná-los atraentes ao consumidor.

Todavia, o interesse da pesquisa não repousa exclusivamente sobre essa configuração da vida privada cada vez mais adstrita ao universo do consumo, mas almeja observar sua contraparte, isto é, as mudanças que se verificam no espaço

aproximativa de vida privada, percebida como uma “zona de imunidade” respaldada no ambiente familiar e na domesticidade, ao abrigo das injunções e formalidades exigidas na interação em âmbito público. Reporto também à distinção mais precisa entre público e privado, em sua perspectiva contemporânea, então formulada por Richard Sennett: “Na época em que a palavra ‘público’ já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas” (Sennett, 1998, p. 31).

urbano à medida que se alastram os dispositivos acústicos, textuais e iconográficos da propaganda, sob a forma de cartazes, irradiações sonoras, prospectos, vitrines, placas, pinturas murais, outdoors. Em suma, busca-se promover uma abordagem bifronte sobre a inserção da energia elétrica e dos artefatos por ela movidos na trama do cotidiano fortalezense – fenômeno cujas repercussões recaem tanto sobre a gestão do ambiente privado quanto sobre as transformações da paisagem urbana, crescentemente marcada pela linguagem publicitária e o emprego da iluminação especificamente dirigida a um padrão de visibilidade comercial. Se, antes de adentrar o recinto dos lares, os eletrodomésticos correntemente eram alvo de exposições nas fachadas das lojas e nos anúncios da mídia impressa, não parece despropositado que as reflexões a serem elaboradas tenham em conta essa apresentação pública na definição de uma paisagem mercantil.

A opção por deter-se em artefatos desse gênero não é casual, afinal sua natureza técnica iria testemunhar uma das principais formas de integração do potencial elétrico na vida diária. Sabe-se que duas características da eletricidade foram cruciais para impulsionar a disseminação do seu uso a partir de fins do século XIX: a transmissibilidade e a flexibilidade. A primeira concerne à propriedade de ser transportada a longas distâncias sem grande perda de energia. A segunda consiste na facilidade de converter a corrente elétrica em outras formas de energia, como a luz e o calor (CMEB, 1988, p. 17; Magalhães, 2000).⁴

No decorrer da pesquisa ganhou força a impressão de que as noções de luxo e conforto, em voga nas décadas de 1940 a 1960, eram atravessadas por uma ambigüidade constitutiva das relações sociais e correlata ao processo de metropolização de Fortaleza. No discurso da imprensa e dos órgãos de gestão e

⁴ Lewis Mumford, num estudo clássico dedicado à história das técnicas, sintetizou as vantagens da eletricidade sobre outras formas de energia: “Unlike coal in long distance transportation, or like steam in local distribution, electricity is much easier to transmit without heavy losses of energy and higher costs. Wires carrying high tension alternating currents can cut across mountains which no road vehicle can pass over; and once an electric power utility is established the rate of deterioration is slow. Moreover, electricity is readily convertible into various forms: the motor, to do mechanical work, the electric lamp, to light, the electric radiator, to heat, the x-ray tube and the ultra-violet light, to penetrate and explore, and the selenium cell, to effect automatic control” (Mumford, 1963, p. 223). [Tradução minha: Diferente do carvão em transporte de longa distância, ou como o vapor na distribuição local, a eletricidade é muito mais fácil de transmitir sem grandes perdas de energia e custos mais elevados. Fios carregando correntes alternadas de alta tensão podem cruzar montanhas que nenhum veículo de rodagem é capaz de passar; e uma vez estabelecido um serviço de força elétrica, a velocidade de deterioração é lenta. Além do mais, a eletricidade é prontamente conversível em formas diversas: o motor, para realizar trabalho mecânico, a lâmpada elétrica, para iluminar, o radiador elétrico, para aquecer, o tubo de raios-x e a luz ultravioleta, para penetrar e explorar, e a célula de selênio, para assegurar o controle automático.]

planejamento urbano, equipamentos como água encanada, esgoto sanitário e energia elétrica já eram tidos à conta de serviços básicos, ou seja, teriam como pressuposto a atribuição de dar sustentação a experiências de higiene e bem-estar corporal numa escala capaz de indicar a banalização desses melhoramentos à ampla maioria da população. A implantação deles concretizaria, ainda, o aprofundamento dos vínculos entre o lote urbano e o domínio das redes técnicas. Todavia, o cotejo desses enunciados com informações divulgadas em jornais, censos estatísticos e estudos de economia permitiu observar a limitada difusão daqueles serviços em vista do crescimento populacional, comprometendo amiúde a possibilidade de identificá-los à consolidação de um nível mais ou menos generalizado de comodidade.

Portanto, à diferença de países que conheceram os processos de industrialização e urbanização num arco temporal mais dilatado e cujas desigualdades internas se mantiveram em patamares relativamente discretos, o esforço acelerado em prol da modernização da base produtiva e da correspondente preponderância demográfica das cidades provocou mesmo, no contexto brasileiro, um acirramento de tendências históricas à concentração do poder econômico. Nesse sentido, a incorporação de eletrodomésticos e outros acessórios (banheiros dotados de superfícies impermeáveis, cozinhas funcionais, pisos lisos e brilhosos, tetos com forro, móveis leves e ergonômicos) que, na propaganda e nos conselhos de decoração residencial veiculados pelas revistas, pretendia registrar a praticidade de um estilo de vida corriqueiro, destituído de pompa e conotações exclusivistas, poderia significar, para os segmentos não abastados, um índice de existência luxuosa. É certo que nos anúncios se enfatizou a necessidade crescente desses bens na realização das tarefas domésticas, investindo-se publicamente em sua legitimidade como elementos integrantes da privacidade. Por esse viés, foi possível detectar, no pós-guerra, a propensão a considerar o uso da eletricidade e a aquisição de artefatos por ela acionados como sinal de conforto, ou seja, uma resposta ordinária à demanda por menor esforço e dispêndio de tempo cuja concretização se fundava na idéia de merecimento individual, fruto do trabalho, ao invés de ressoar o traço de vantagens herdadas e o emblema do supérfluo, do conspícuo e da ostentação, que acompanham, na diversidade das circunstâncias históricas, o significado do luxo (Perrot, 1988). Em contrapartida, é plausível salientar que a precariedade dos serviços urbanos e a grande desigualdade pecuniária entre as camadas da população da capital cearense podem ter contribuído para fortalecer um sentimento difuso associando o benefício

doméstico dos objetos elétricos a uma forma de privilégio que prolongava, no âmbito privado, as marcas da hierarquia social.

Alguns historiadores têm salientado que a tomada de consciência da materialidade das produções e atos humanos requer uma diferenciação a partir da qual a reflexão impulsionada pela cultura material não deveria mais dissolver-se na assim chamada história da vida cotidiana, dada a inclinação desta para largos panoramas descritivos e carentes de problematização.⁵ No limite, essa “síntese” de uma determinada época e sociedade, descompromissada de rigor analítico, impeliria mesmo a um gênero de evasão do presente, em sintonia com apelos nostálgicos e a criação ideológica de um mundo perdido (Cardoso, 1997; Tenfelde, 1996). A atenção posta num domínio assinalado pela predominância da rotina, dos hábitos, de gestos longamente arraigados, da interação entre homens e coisas, tudo envolvido numa temporalidade relativamente mais refratária às pressões da mudança: este um dos focos sobre os quais pode recair, em acepção ampla, o interesse dos estudos de cultura material. Essa dimensão da pesquisa, mais sensível aos entrecruzamentos das tradições, dos saberes técnicos e das expressões do corpo, pode se tornar inclusive um elemento de politização do cotidiano, seja por sua referência a grupos sociais geralmente desprestigiados, seja pela articulação complexa entre transformação e permanência que promove um sentido de densidade histórica e diversidade cultural, para além dos sistemas de explicação abstrata (Certeau, 1996; Dias, 1998).

Em certa medida, um dos argumentos que conduziram este trabalho foi expresso numa concisa advertência: “Para o historiador não há coisas banais. Como o cientista, o historiador não dá como certo coisa alguma” (Giedion, 1948, p. 3 [tradução minha]).⁶ Ou, por outra, cumpre admitir que mesmo o banal tem uma história a ser investigada, problematizada, reconstituída e narrada. Mas, ao contrário

⁵ “A *Vida Quotidiana* pode considerar-se uma maneira factual cômoda de reagrupar assuntos que não relevam de categorias de mais fácil definição, tais como a economia e a sociedade. É sobretudo, o mais das vezes, uma maneira pouco analítica de retomar a história da civilização e da cultura. A ligação diacrônica une os mais variados factos apenas pela lógica ditada pela sua repetição, a sua universalidade e, por assim dizer, a sua trivialidade. [...] Com Lucien Febvre, Robert Mandrou, Fernand Braudel e Guy Thuillier, com os *Annales* e fora dos *Annales*, a reflexão assumiu um outro aspecto, na tentativa de conferir rigor a uma história impressionista. A idéia principal é que há um subsolo da civilização, um domínio onde a rotina, a inércia, a magra consciência se encontram no auge da sua influência, um espaço onde reina o silêncio sobre as experiências comuns mas vividas majoritariamente no foro privado, uma temporalidade longa marcada por débeis rupturas, mudanças pouco visíveis, em que predominam os hábitos, os costumes, as tradições que escapam às datações fáceis e às divisões sociais reconhecidas” (Roche, 1998, p. 10-11).

⁶ “For the historian there are no banal things. Like the scientist, the historian does not take anything for granted”.

do arquiteto e pesquisador suíço Siegfried Giedion, que defendia a pertinência de esmiuçar os artefatos e processos técnicos no momento candente de sua invenção – quando, segundo ele, despertariam impressões de assombro ou o senso do maravilhoso –, em prejuízo das interações ulteriores com as pessoas comuns, aqui se tentou justamente apreender as mediações ordinárias dos objetos técnicos com seus usuários. Pois, embora careça da glória reivindicada para os episódios marcantes da pesquisa e inovação tecnológica, esse processo de difusão dos engenhos materiais guarda, também ele, tramas eivadas de fascínio e inquietação, protagonizando adaptações, destrezas e condicionamentos outrora desconhecidos.

Refletir sobre até que ponto se estende a possibilidade de adaptação humana às mudanças tecnológicas implica inquirir sua imersão num quadro de vida onde tais artefatos e processos são crescentemente tingidos com o matiz característico do que nos é familiar, dispensando de maior empenho na decifração de sua presença, funcionamento e interação com outras esferas da existência. Para um pesquisador das transformações da percepção entre o fim do século XVIII e o ocaso do XX, esse trabalho de apreender concretamente o impacto das técnicas nos referenciais de espaço e tempo tanto gera certa inquietude e ansiedade quanto nunca chega a termo, pois seus desdobramentos tangenciam a capacidade de previsão e controle dos respectivos efeitos na tessitura do cotidiano. Resta, portanto, uma margem de imponderável, algo que escapa à inteira domesticação dos sentidos e acrescenta, sempre, alguma estranheza, por ínfima que seja, na relação entre os homens e os engenhos técnicos: “Parece-me que ainda podemos surpreender em nós mesmos aquele excitante e desconfortável senso de assimilação [da mudança tecnológica] ainda se processando, a aculturação de forma alguma completa” (Gifford, 1991, p. 118-119 [tradução minha]).⁷

Muitas vezes o despertar da sensibilidade corriqueira frente à presença irreduzível do objeto técnico depende justamente daquilo que buscamos exorcizar em pensamento: a pane. Num ambiente cada vez mais saturado de aparelhos que usamos sem lhes dar atenção, é a falta de correspondência entre um comando repetido e sua ação respectiva que pode restituir à máquina alguma (in)digna estranheza. Trata-se de uma nova modalidade de solidão que parece vir se alastrando dramaticamente com a experiência urbana no último meio século: o indivíduo, colhido de surpresa,

⁷ “It seems to me that we can still surprise in ourselves that exciting and uncomfortable sense of assimilation [of the technological change] still going on, acculturation by no means complete”.

paralisado, desarmado ante um problema tangível, indaga o porquê da inércia e tenta driblar o que lhe parece um capricho da técnica. Foram diversas as maneiras pelas quais se tentou enfrentar dificuldades dessa ordem, da resignação ao desespero e à tristeza, passando ainda pelo improviso de soluções momentâneas para a lacuna aberta entre a realização de um gesto e seu esperado efeito. Para alguns, esse tipo de situação poderia mesmo ser revestido de certa aflição, como aquela que o escritor Fernando Sabino traduziu nos termos de um reincidente desencontro com a eletricidade:

Uma das fatalidades que me perseguem é a peculiaridade que têm as lâmpadas e aparelhos elétricos em geral de proceder segundo misteriosos desígnios, ligando e desligando por si mesmos, sem nenhuma interferência de minha parte. Alguns nem sempre obedecem ao comando dos comutadores, senão o de um tapa ou um simples sacolejo adequadamente aplicados. Assim era a luz do meu quarto, que se acendia e se apagava por conta própria. Muitas vezes eu dormia de luz apagada e acordava com ela acesa, ou vice-versa – o que me dava a inquietante impressão de ter alguém vivendo comigo naquele quarto (Sabino, s.d., p. 116).

Circunstâncias como a descrita nessa crônica deixam entrever modalidades não prescritas de interação entre a energia, os objetos e os indivíduos que deles fazem uso em sua vida diária. No curso desse trabalho foi dedicada atenção a convergências e disputas mobilizadas por meio do contato das pessoas com o universo dos artefatos – enfoque que, espera-se, pode trazer alguma contribuição à problemática da cultura sensível, na qual se busca ter em conta os modos de constituição histórica da percepção: “instrumento” corporal que, não obstante opinião usualmente disseminada, segundo a qual ela seria uma faculdade biológica e praticamente intemporal, implica, ao contrário, aprendizado longo, adaptação contínua e socialização complexa. Se os cinco sentidos correspondem à mediação basilar que nos põe em contato com o mundo, é preciso ter em conta a imbricação de temporalidades, valores e modos de ser que conferem à sensorialidade das pessoas movimento, referencial, transformação e uma certa ordem (incontornavelmente precária) disposta a extrair coerências temporárias de uma miríade de estímulos.

Muito se escreveu a respeito dos sentidos do corpo. O tratamento concedido a cada um deles, todavia, tem sido claramente desigual: “Muitas filosofias referem-se à

vista; poucas ao ouvido; menos crédito ainda dão ao tato e ao odor” (Serres, 2001, p. 20). Embora a tradição filosófica formulasse apreciações valorativas bastante diferenciadas, e mesmo discrepantes, acerca das possibilidades de emprego dos cinco sentidos na produção de um conhecimento confiável, persistia, ao menos implicitamente, uma idéia da percepção algo alheia às mudanças no tempo e às condicionantes do meio social. Um determinado indivíduo poderia ter maior acuidade visual que outro, o paladar mais sofisticado para discernir sabores diversos, o olfato treinado para capturar aromas sutis, contudo pouco se cogitava aferir essas modulações ao conjunto de diferenças históricas que singulariza uma época frente às demais. De forma geral e esquemática – portanto, consciente dos riscos da simplificação –, talvez se possa dizer que havia um entendimento consentâneo, segundo o qual os sentidos poderiam variar de uma pessoa para outra, ou de acordo com o grupo social ao qual se está ligado, mas basicamente permaneciam uma propriedade imutável da espécie humana. A tessitura da percepção tendia a manter-se infensa às tramas da história. As contribuições da antropologia cultural foram, nesse caso, decisivas para alargar o interesse e a compreensão em torno da infinidade de saberes, rotinas e transmissões que asseguram a existência de estruturas de sensibilidade características de uma determinada formação social (Lanternari, 1997).

Assim como a aparência de certos objetos elétricos e seus modos de apresentação visual no cotidiano dos habitantes de Fortaleza foram abordados nessa pesquisa, também houve empenho em refletir sobre os rastros sonoros produzidos por tais aparelhos, que exprimiam uma faceta do processo de eletrificação a que geralmente se empresta pouca importância. Tomando esse viés da difusão das máquinas por meio da vibração acústica derivada de seu funcionamento, foi possível detectar a confluência e o embate de valores e significados embutidos no seu manuseio, apontando inclusive para a criação de graus de intolerância, formas de prestígio e sensações de comodidade associadas à presença desses artefatos. Entre os pesquisadores contemporâneos dedicados a essa investigação da historicidade constitutiva das experiências perceptivas, recorreu-se mais diretamente a Alain Corbin, cujo trabalho sobre a formação da paisagem sonora do espaço rural francês no século XIX auxiliou no entendimento de como os sentidos podem sugerir caminhos fecundos para a pesquisa historiográfica em torno das dimensões da vida cotidiana e da cultura material (Corbin, 1999).

A primeira abordagem mais sistemática do que se convencionaria denominar paisagem sonora foi, possivelmente, a pesquisa efetuada por R. Murray Schafer ao longo da década de 1970, que resultou no livro *A afinação do mundo*, onde propõe um panorama vasto das relações entre comportamentos sociais, capacidade auditiva (inclusive sua perda) e criação de novas sonoridades ao longo dos séculos, com vistas a uma educação do ouvido na contemporaneidade – nas palavras do autor, uma clariaudiência – que permita distinguir sinais relevantes num ambiente sonoro que, cada vez mais, tem gerado excrescência acústica e seu previsível correlato: a incapacidade de converter tais elementos em informação, discernindo seu valor, beleza e significado. Um dos pontos discutidos por Schafer consiste nas transformações, lentas porém notórias, que incidem na constelação dos sons e sua percepção cotidiana, especialmente com o advento da Revolução Industrial e a crescente urbanização, quando emissões mecânicas antes desconhecidas foram se adensando no dia-a-dia de tal maneira que ocasionaram o mascaramento de numerosas sonoridades. Fenômeno recente que, no limite, implica a eliminação de uma rica perspectiva acústica, pois, afastados de seu centro irradiador e fustigados pelo volume e intensidade de ruídos sobrepostos, sons outrora discerníveis tendem a se tornar inaudíveis, como se sua expressão estivesse agora reduzida a uma contigüidade obrigatória com o ouvido. Privada de horizonte, a paisagem sonora operaria assim num raio gradativamente menor: “Na esquina de uma rua, no centro de uma cidade moderna, não há distância, há somente presença” (Schafer, 2001, p. 72). A preocupação despertada por essas mudanças na sensorialidade atual tem sido especialmente realçada mediante o cotejo de experiências auditivas de sociedades do passado.

A relevância da percepção enquanto objeto de interesse da investigação histórica é corroborada nos três capítulos que integram a presente tese. O campo de reflexão aberto por essas questões é vastíssimo, sendo priorizada aqui a interpretação dos nexos entre energia elétrica e artefatos no contexto de uma cidade que, ao menos desde os anos 1930, passou por um célere e desordenado crescimento demográfico que repercutiria no aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas a tensionar o convívio entre seus moradores. O afluxo descontínuo de migrantes interioranos, que vinham buscar na capital cearense melhores condições de vida ou mesmo um abrigo frente à eclosão das secas, sugere a necessidade, por parte desses recém-chegados, de apreender e decifrar uma variedade de equipamentos, ritmos,

convenções e comportamentos que estruturavam as relações sociais e o cotidiano da cidade.⁸ Emerge assim a pertinência histórica de não desprezar a constituição de uma sensibilidade coletiva que tornasse viável uma certa agregação dessas massas rurais ao universo urbano, permeado de inusitadas escalas de tempo e espaço, esquemas complexos de produção e circulação, contato assíduo com novos aparatos tecnológicos. Os desafios lançados aos habitantes de uma cidade em processo de modernização reclamam novas formas de percepção, fazendo do exame em torno da cultura sensível uma possibilidade conceitual de estudo do meio urbano, inclusive na geração de contrastes e eventuais convergências com a existência no campo.⁹

Entretanto, propor uma reflexão sobre a diversidade de sons em determinada época e lugar não significa elaborar um inventário dessas manifestações acústicas. Trabalho não somente ambicioso como também inócuo, e talvez impossível; pois, mais que arrolar a infinidade de vibrações sonoras que atravessam, sinalizam e constituem as atividades de um ambiente urbano, cumpre entender de que maneira o registro desses traços sensíveis se liga à composição de um conjunto de imagens da cidade que se pretende perpetuar ou combater, e como tais sonoridades se articulam a uma hierarquia dos sentidos cuja observância estrutura a produção de formas específicas de apreensão auditiva, decodificação das mensagens, pertença territorial, ritmos modeladores do cotidiano. O maior desafio consiste, portanto, em respeitar a singularidade de uma determinada cultura sensível e, exatamente por ter em conta essa diferença, procurar caminhos e procedimentos que a dotem de alguma

⁸ José Liberal de Castro, em breve consideração sobre a arquitetura cearense, menciona a ascensão urbana de Fortaleza no quadro regional, cujo incremento foi desencadeado, na segunda metade do século XIX, pela cotonicultura exportadora e a formação de uma rede viária que viria a reiterar a preeminência da capital sobre as demais cidades do Ceará. Nesse processo o aumento demográfico seria grandemente acelerado pelo acorrimento de contingentes migrantes do interior do estado: “As ferrovias de penetração, a partir de 1870, e, finalmente, a malha rodoviária, iniciada na década de 20, valorizam cada vez mais a Capital, liquidando os pequenos centros sertanejos. Dentro desse quadro, torna-se compreensível a paulatina transferência das lideranças urbanas do sertão para a Capital. Aqueles que lá ficam jamais deixam de ter um ponto de apoio familiar na Fortaleza. A cidade passa a receber levas sucessivas de imigrantes de todos os estratos sociais, levas que logo se tornam numericamente majoritárias. A seca de 1932 é um dos marcos percebíveis nesse processo migratório de procedência rural, data em que começa, de modo irreversível, a ampliação da cidade, bem como uma total mudança comportamental da população” (Castro, 1982, p. 9).

⁹ Stella Bresciani destaca a reflexão acerca dos repertórios perceptivos como uma das portas de entrada conceituais na investigação da questão urbana: “diz respeito à educação dos sentidos na sociedade moderna. A cidade aparece como o lugar de emissão de sinais que pedem a formação de uma *nova sensibilidade* para serem desvendados. O olhar aos poucos vai se armando com conceitos adequados para classificar em quadros compreensivos tudo o que vê. É o lugar onde a perda da *experiência* se dá em favor da *vivência*, que faz do homem um ser cujo comportamento expressa a condição de autômato. [...] É aqui que a produção intelectual sobre a cidade constitui uma cultura urbana progressista oposta conceitualmente a uma pretensa vida rural idílica e conservadora” (Bresciani, 1992, p. 162-163 [grifos no original]).

inteligibilidade, sem para tanto subjugar-lá a parâmetros supostamente universais ou a um quadro de referência oriundo da percepção contemporânea. “A riqueza da paisagem sonora resulta da escuta atenta, que visa a constante decifração dos gestos e das condutas sonoras do outro” (Corbin, 1998, p. 107).

Os estudos dedicados à cultura sensível procuram assim responder ao desafio de cartografar os comportamentos perceptivos sem eludir sua estranheza para o tempo presente nem abdicar da busca por lhes conferir algum naco de compreensão. Trata-se de um investimento cognitivo sobre experiências culturais muitas vezes caídas em desuso ou tragadas pelo esquecimento, cuja dignidade só pode ser vislumbrada mediante a recusa de preconceitos e esquemas valorativos de cunho progressista. Como advertiu o cientista Buckminster Fuller, a atenção aos sentidos corporais deveria estar em sintonia com o reconhecimento das diferenças entre as pessoas e os grupos sociais:

Todos nós vemos as coisas de maneiras diferentes. Ver é sentir. Ouvir é sentir. Tocar é sentir. Cheirar é sentir. O que a cada um de nós ocorre sentir é diferente. E nossos sentidos diferentes são distintamente efetivos sob circunstâncias sempre diferentes. Nossos cérebros individuais integram coordenadamente todas as sensações sempre diferentes de nossas diferentes faculdades. O produto integrado de nossas multifacetadas sensações individuais produz consciência. Somente por meio de nossas sensações ficamos cientes do “outro” [da “alteridade”] complementar.

A consciência do “outro” [da “alteridade”] é informação (Fuller, 1981, p. xi) [tradução minha].¹⁰

Se, conforme Fuller, a informação resulta de uma consciência do outro, na sua efetiva qualidade diferencial, então só poderá haver informação no encontro / confronto com aquilo que resiste tanto às investidas de modelos familiares e uniformes quanto à busca de um saber integral e soberano, capaz de tudo devassar. Sobretudo ao historiador, criatura atenta, por intuição e ofício, à singularidade dos vestígios de outras épocas e culturas, esse cuidado se torna imprescindível à condução de seus estudos. Sendo a percepção um acesso ao – e também parte do –

¹⁰ “We all see things differently. Seeing is sensing. Hearing is sensing. Touching is sensing. Smelling is sensing. What each of us happens to sense is different. And our different senses are differently effective under ever-differing circumstances. Our individual brains coordinately integrate all the ever-different sensings of our different faculties. The integrated product of our multifold individual sensings produces awareness. Only through our sensings are we aware of the complementary ‘otherness’. Awareness of the ‘otherness’ is information”.

mundo social e natural, um elo complexo que nos situa em determinado ambiente sem contudo nos dissolver inteiramente nele, pesquisar as formas sensoriais pode vir a favorecer um melhor entendimento histórico sobre como homens e mulheres avaliaram e produziram o espaço habitado, teceram um imaginário da cidade, cunharam regulações para a existência coletiva, lidaram com a potência e os limites de seus corpos, acolheram ou repeliram os equipamentos técnicos, dispuseram enfim dos estímulos externos como sinais da passagem do tempo vivido.

Para esmiuçar as formas temporalmente circunscritas de interação e descompasso que, entre homens, máquinas e energia, se deram na capital cearense no correr de vinte anos (1945-1965), recorreu-se a uma diversidade de fontes que, espera-se, tenham permitido um olhar mais atento ao risco dos estereótipos e das projeções ideológicas. Com efeito, dada a fluidez de algumas das problemáticas suscitadas ao longo desse trabalho, o interesse da consulta a documentos de variada procedência e natureza se mostraria uma preocupação de relevo, não exatamente porque assim se tornava possível minimizar lacunas de informação, mas porque os enunciados peculiares a um determinado discurso, quando confrontados a formulações emitidas por outros vestígios, podiam ser matizados, questionados e até melhor interpretados à luz do afloramento de significados e valores em contradição. Na proposição de um tratamento metodológico do material empírico compulsado emergiram possibilidades de averiguar tanto a pertinência dos referenciais teóricos quanto a especificidade de certos tipos documentais.¹¹ Assim, a propaganda veiculada em periódicos nacionais e locais que enaltecia o consumo dos eletrodomésticos como realização do ideário de bem-estar e conforto privado revelava os limites concretos de sua premissa, ao ser posta em articulação com notícias e queixas recorrentes que, nos jornais da época, verberavam o precário fornecimento de eletricidade da capital cearense. Ao mesmo tempo, o exame dos anúncios publicitários, como suportes de textos e imagens, forneceu dados sobre as qualidades mais salientes dos objetos, os investimentos no incremento das suas vendas por meio do design, os modos de interação entre o corpo humano e os aparelhos, a coexistência de artefatos de idades diferentes sugerindo o advento de

¹¹ “A veces creo que se utiliza la metodología en lugar de la teoría. Existe la metodología, que constituye el nivel intermedio en que la teoría pasa a formar los métodos apropiados que van a emplearse – cuantitativos, literarios, o como sejan – para poner a prueba la teoría; y también aquel en que los hallazgos empíricos se incorporan para modificar la teoría. Este nivel intermedio existe. Pero a veces la gente habla como si se pudiera tener una metodología sin teoría, o como se pudiera guardarse la teoría en un cajón cerrado de la mesa” (Thompson, 1989, p. 308).

uma lógica do descarte. Noutra viés, observados a partir do contraponto evidenciado por alguns manuais de usuário, os artigos domésticos expunham não somente a engenhosidade dos fabricantes, como ainda traduziam o anseio de habilitar o consumidor para o manuseio normativo, por vezes exacerbando a impressão de estranheza fomentada pela presença de bens que, imbuídos do propósito de aliviar a faina doméstica, não deixavam de requisitar cuidados e gestos outrora desconhecidos ou pouco notórios. Mas a necessidade cada vez mais imperiosa dessas novas modalidades de precaução, frisada nos manuais, seria revestida de uma eloquência lúgubre em outra fonte: pequenas matérias sobre acidentes envolvendo o uso da eletricidade, muitas vezes confinadas em páginas policiais da imprensa diária, dividiam espaço com a narração de desastres automobilísticos, furtos e homicídios, denotando o risco e a contingência relacionados àquela forma de energia.

Por seu turno, as estatísticas oficiais, malgrado o prolongado silêncio no tocante a muitos aspectos da moradia, deixaram entrever indicadores da ausência de serviços urbanos (água encanada, saneamento, eletricidade) em milhares de habitações de Fortaleza no período estudado, o que permitiu colocar em perspectiva o alcance efetivo da rede social e técnica na constituição de vínculos entre o lote urbano e os equipamentos de infra-estrutura. Já os guias, almanaques e anuários trouxeram registros diversos sobre a cidade, que apontavam a gradativa diversificação dos serviços e do comércio, o número considerável de publicações periódicas e um apanhado geral da movimentação portuária, que então concentrava o maior volume de mercadorias exportadas e importadas no plano estadual.

As obras dos memorialistas auxiliaram na recomposição parcial de determinadas paisagens, costumes e episódios do dia-a-dia, mas a visada crítica sobre a seleção feita pelos autores acerca do que veio a constituir matéria das lembranças, omitindo uma pletera de aspectos da vida cotidiana, contribuiu para ter em conta o papel do esquecimento em toda e qualquer operação mnemônica, assim como serviu à identificação de comentários e descrições mais comprometidos com uma retratação nostálgica do passado. Esses mesmos relatos, juntamente com os livros de crônicas, propiciaram a busca por uma abordagem capaz de esmiuçar traços de práticas urbanas dificilmente detectáveis no laconismo das tabelas e levantamentos censitários. Partindo da leitura dessas publicações, foi possível notar, por exemplo, que os modos de consumo, na Fortaleza de 1945 a 1965, nem sempre figuravam nos quadros estatísticos, pois a aquisição efetiva de um produto era apenas o ato final de

um comportamento urbano que envolvia outras atividades eficazes na construção de sentidos culturalmente partilhados, como a contemplação de vitrines, o acompanhamento de demonstrações das mercadorias expostas, caminhadas noturnas no centro comercial e concursos de ornamentação disputados pelas principais lojas.

O entrecruzamento das fontes demonstrou ser um exercício oportuno, mesmo quando a atividade de pesquisa frustrou a perspectiva de acesso a um rico manancial de informações. Foi o caso dos inventários post-mortem compreendidos entre as décadas de 1930 e 1960, cujo exame poderia trazer pormenores significativos ao entendimento da existência de artefatos elétricos em diferentes camadas sociais, além de seu ingresso na rotina dos grupos familiares locais e sua constituição em patrimônio a ser legado para os descendentes, diretos ou indiretos. Isso ocorreria mediante uma série de indícios capazes de esmiuçar a distribuição dos referidos objetos no convívio privado das residências, quer pela quantidade de produtos elétricos arrolados, quer pela avaliação de seus valores correntes (sempre abaixo do valor de mercado, em razão dos desgastes provenientes do uso) e por sua repartição final entre os beneficiários de cada inventariado. No entanto, após a investigação de aproximadamente trezentos inventários, somente uma amostragem ínfima dessa fonte (em torno de quinze) indicava a presença dos respectivos utilitários entre os chamados bens de herança. Percebeu-se, dessa maneira, que os aparelhos elétricos deixavam, naquela documentação específica, pouco rastro de sua presença na vida cotidiana da capital cearense, mesmo no caso de inventários que alcançavam cifras milionárias e contemplavam dezenas de bens imóveis, indicando portanto a existência de indivíduos abastados para os quais a aquisição de eletrodomésticos não representava uma barreira pecuniária. Coube então identificar alguns dos diversos motivos para tal omissão, desde o interesse em enumerar somente as posses de maior vulto para agilizar a homologação dos trâmites legais e conseqüente repartição delas, passando pela intenção de reduzir a incidência de impostos sobre o total de bens assinalados (4% do valor), até a elaboração de arranjos informais entre os próprios herdeiros, dispendo acerca da destinação de utensílios que, por questões sentimentais, materiais ou psicossociais – evocavam a imagem do ente falecido e atuavam na produção de um sentido de continuidade familiar; eram mesclados a conjuntos de objetos heteróclitos; eram considerados acessórios cuja descrição não influenciaria a formação e consolidação de estilos de vida – julgava-se impróprio ou desnecessário incluir na declaração de bens. Embora lacônicos, os inventários

consultados tiveram importância menos pelas informações oferecidas, e mais pela demanda de cuidados metodológicos suplementares a serem observados no andamento desse trabalho, entre eles a necessidade de não conceder qualquer privilégio epistemológico a um determinado conjunto empírico.

Ao longo da pesquisa a atenção também se deteve na prosa de ficção (romances, contos, antologias, peças de teatro), embora sem o intuito de analisar os confrontos entre técnica literária e modernização sociotécnica (expressa na crescente aparição dos meios de reprodução e difusão, como a fotografia, o cinema, o fonógrafo, o automóvel), sobre os quais se debruçou Flora Süssekind (1987), num trabalho seminal. Aqui o exame foi conduzido por interesse bem mais modesto: o de mapear a presença da energia elétrica e dos artefatos técnicos naquelas produções textuais, de maneira a perceber o uso que deles faziam os personagens e mesmo entrever algumas nuances da sua vulgarização, ainda que cingidas ao plano literário. Trata-se, portanto, de afirmar que, a essa zona meio opaca, onde se abrigam as tramas da privacidade, podem ser lançados fochos de luz hauridos nos registros ficcionais preocupados com a narração da experiência cotidiana. A esse respeito, cumpre mencionar, entre outros, pelo menos dois autores: Jáder de Carvalho (1901-1985) e Carlos Câmara (1881-1939). O primeiro desenvolveu intensa atividade literária e política: comunista militante, poeta alinhado à estética modernista, jornalista combativo, transpôs claramente para a prosa de ficção um posicionamento ideológico eivado de crítica social e denúncia das desigualdades locais, procedimento por ele mesmo chamado de “literatura punitiva”. Um colega escritor chegou a situar Jáder de Carvalho na dianteira do assim chamado romance-reportagem, cujo intuito peculiar consistia na elaboração de narrativas “não completamente inventadas, e sim o retrato de situações já antes vividas por pessoas, envolvendo fatos que podem ser identificados” (apud Leal, 2000, p. 80). Carlos Câmara, por sua vez, é considerado, por boa parte dos críticos, o maior dramaturgo cearense. Celebrizou-se com a escrita de peças cômicas ou burletas, entre o fim dos anos 1910 e o início da década de 1930. Trazendo à cena personagens que se envolviam em confusões variadas, com diálogos marcados pela paródia da fala matuta, seus textos apontavam para um acirramento estilizado e mesmo caricato das diferenças entre o contexto rural e o espaço urbano. Ao longo dos anos, a montagem de seus espetáculos buscou (e logrou) atrair um público diversificado, inclusive entre as classes pobres, que

possivelmente aprendeu, por meio do riso, a identificar desacertos e incompreensões dos adventícios rústicos no contato com certos equipamentos técnicos em expansão.

A presente investigação, cumpre esclarecer, também se ressentiu de lacunas graves no que concerne à documentação diretamente vinculada ao serviço local de eletricidade entre as décadas de 1940 e 1960. Malgrado a visita a algumas instituições cujos acervos supostamente deveriam conter material capaz de elucidar o período em questão – Arquivo Geral do Município, Secretaria de Infra-Estrutura do Município, AMC (Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Urbanos e Cidadania) e Coelce (Companhia Energética do Ceará) –, não foi possível localizar e sequer colher indicações confiáveis sobre o paradeiro das fontes produzidas pelas sucessivas empresas então responsáveis pela geração e distribuição de energia elétrica na capital cearense. Uma das razões de semelhante desvanecimento provavelmente se deve à descontinuidade institucional que marcou a época contemplada na pesquisa, quando companhias com regimes administrativos diferentes foram, a cada vez, assumindo a prestação daquele serviço urbano: Ceará Light (privada e depois encampada pela prefeitura), Serviluz (autarquia municipal), Conefor (sociedade de economia mista) sugerem, a partir das substituições efetuadas num intervalo relativamente curto, a fragilidade das organizações envolvidas com o sistema elétrico de Fortaleza. De qualquer maneira, o que mais surpreendeu, em todas as investidas frustradas ao longo dos últimos quatro anos, não foi exatamente o silêncio em relação ao destino dessa documentação potencialmente tão rica para a compreensão do processo de urbanização, mas o geral desconhecimento sobre o fato de um dia haver existido esse repositório de informações. Observar a indisfarçável feição de estranheza de funcionários e dirigentes dos órgãos referidos, ao serem indagados sobre vestígios de quatro ou cinco décadas atrás, permitiu aquilatar quão precária é a conservação e guarda de certas tipologias de fontes e, conseqüentemente, quão inglória se torna por vezes a tarefa do historiador. Condição que também não denota grande novidade: no início dos anos 1980 um pesquisador autodidata da história da energia no Ceará comentou a pouca conta em que eram tidos os documentos referentes à iluminação urbana, “pois, julgados sem valia, foram incinerados” (Pinheiro, 1988, p. 4), num melancólico testemunho do habitual descaso com que em diversas instâncias ainda são tratados os registros e acervos públicos.

Em linhas gerais, o estudo se estrutura em três capítulos. O primeiro – A conquista da energia – se detém especialmente na articulação entre o sistema de

geração de eletricidade e a dinâmica da cidade, com ênfase posta na iluminação pública e no modo como a emergência daquele potencial alterou a sensorialidade dos habitantes de Fortaleza. Inicialmente se buscou delinear um breve traçado da mobilização social em torno da integração técnica e econômica do território cearense ao sistema hidrelétrico de Paulo Afonso. Alvo de intenso debate político e catalisador de fortes divergências entre facções da elite dirigente regional, o tema da ligação com o potencial energético da bacia do rio São Francisco, explorado à exaustão na imprensa e na tribuna, forjou alianças e precipitou antagonismos. Engenheiros, administradores públicos, burocratas, jornalistas, parlamentares – junto a companhias estatais, órgãos de planejamento, ministérios e gabinetes presidenciais – tomaram a dianteira de um complexo processo decisório que afetaria o cotidiano de milhares de cearenses, culminando na solenidade festiva que, em fevereiro de 1965, ritualizou a chegada da energia de matriz hidráulica a Fortaleza. Em seguida se abordam algumas transformações sensoriais e maneiras de apreender o fluxo do tempo impulsionadas com a passagem do gás para a eletricidade, como fonte energética predominante na rede urbana. Tencionando evitar o enquadramento dessa transição num raciocínio progressista, que geralmente se volta para o passado a fim de ali tão-só recolher o testemunho da suposta marcha evolutiva da ciência e da tecnologia, houve a preocupação de sublinhar tanto facilidades quanto exigências trazidas com o manuseio de cada modalidade de energia. Nessa perspectiva, se a aplicação da eletricidade aboliu a fumaça e o calor excessivo produzidos pelos bicos de gás, ao mesmo tempo lançou ao repertório dos sentidos um desafio novo: romper com a associação milenar entre a luz e a chama. Por seu turno, métodos antigos, assentados na combustão de resinas oleaginosas ou gordura animal, embora fornecessem um brilho mais instável e de baixa qualidade, se comparadas às matrizes do gás e da eletricidade, asseguravam aos usuários um grau de autonomia incompatível com as fontes modernas. Ter em conta esse jogo indissociável de liberdades e restrições, no contexto da utilização de diferentes formas de energia, pode prevenir entusiasmos abstratos e preconcebidos em relação aos avatares da modernização técnica.

No segundo capítulo – Objetos em cena – investigam-se propriamente os artefatos modernos que vão sendo incorporados ao cotidiano da cidade, como também os desafios que esse convívio com as máquinas impôs aos usuários. Tratou-se de salientar, notadamente em propagandas e manuais, indícios de astúcias dos consumidores no trato com os objetos movidos a eletricidade, sem perder de vista

inclusive algumas possibilidades de reapropriação lúdica. Um lugar especial foi concedido à reflexão sobre o refrigerador, tanto por seu papel no rearranjo do trabalho doméstico quanto pela visibilidade privilegiada que esse artefato recebeu nas estratégias de divulgação publicitária da época. Outros utilitários associados ao incremento da mecanização das atividades de casa, como aspiradores de pó, enceradeiras, lavadoras e liquidificadores, foram abordados no que tange à concretização dos anseios de conforto, à conquista de praticidade e rapidez, mas também à invenção de níveis de aspiração na organização doméstica outrora impraticáveis. Em razão das escolhas metodológicas que orientaram a pesquisa, aparelhos que se tornaram assíduos na maior parte dos lares brasileiros, como receptores de rádio e televisão, praticamente não foram aqui abordados, pois sua função não se define pelo intuito de renovar os esquemas de iluminação nem de reconfigurar as tarefas da casa – aspectos discutidos no presente texto – e sim reporta propriamente ao campo da informação, das comunicações e do lazer (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil [CMEB], 2003). Portanto, embora não se ignore a importância do rádio e do televisor na reprodução cotidiana das grandes cidades brasileiras e no impulso dado à maior integração do território nacional via cultura de massa, eles não figuram senão esporadicamente no limite desse trabalho. Outra ausência diz respeito ao fogão, que reconhecidamente teve papel proeminente na implantação de um modelo de gestão doméstica pautado nos princípios da ciência e da técnica (Meneses, 2000). Todavia, a difusão desse objeto industrial nas residências de Fortaleza consolidou uma opção pelo tipo movido a gás, em detrimento do fogão elétrico, que por sinal teve diminuta inserção no contexto do país entre as décadas de 1940 e 1960 (CMEB, 2003, p. 321). Na medida em que essa investigação buscou privilegiar as relações entre a eletricidade e os objetos técnicos por ela acionados, especialmente no plano da moradia, o fogão não se constituiu num foco da análise.

O último capítulo – Entre público e privado – discorre a respeito da circulação dos objetos elétricos em sua articulação com padrões da estética comercial e a emergência de novas sonoridades. Em sua dupla inscrição na vida urbana (como mercadorias e como utilitários), os artefatos desenvolvem trajetórias eficazes na explicitação da porosidade de fronteiras entre o âmbito coletivo e as experiências de privacidade. Inicialmente, tomando por ensejo os registros de memorialistas e cronistas sobre as mudanças na celebração da quadra natalina, documenta-se a

conversão dessa e outras efemérides em ocasiões propícias ao emprego lúdico e lucrativo da iluminação elétrica por parte das autoridades e dos comerciantes. Como parte de um processo que abrangia formas de sociabilidade urbana, práticas de consumo e uma educação dos sentidos, o hábito de olhar vitrines, situado no contexto específico da capital cearense, serviu de testemunho do engendramento entre a construção de uma paisagem mercantil, a busca de alinhamento a comportamentos cosmopolitas e a valorização da apreensão visual. No plano auditivo, as emissões oriundas dos artefatos modernos (movidos por motores elétricos ou de combustão interna) acenam para um cotidiano paulatinamente permeado por alianças, tensões e negociações de sentido quanto ao que distinguiria sons e ruídos, o aprazível e o desagradável, a norma e o desvio, indicando igualmente a tendência de alguns cidadãos a recusar, enquanto signos de atraso, determinados vestígios acústicos alheios à representação do ambiente metropolitano, como o toque dos sinos, o canto dos galos e os pregões dos vendedores ambulantes. Na ênfase colocada sobre a visão e a audição se esboça, portanto, uma tentativa de relacionar a disseminação da energia elétrica ao surgimento de alterações nos modos perceptivos, buscando, no limite, a tessitura de alguns nexos historicamente constituídos entre o corpo e as técnicas.

“... até onde irá a procissão dos postes, unidos, pelos fios, à mesma solidão?”, perguntava o poeta Quintana, à vista de uma estrada. As páginas a seguir tratarão de um momento anterior, eivado de incertezas, angústias e esperanças, quando o prolongamento das linhas, sumindo no horizonte, procurava vencer distâncias e redimir outra solidão: a dos próprios homens.

A CONQUISTA DA ENERGIA

A festa do século

A “festa do século” estava prestes a iniciar. Durante os dias precedentes àquele 1º de fevereiro de 1965, não faltaram, nos periódicos de Fortaleza, matérias e entrevistas acerca dos preparativos em curso. Com a presença dos próceres da administração pública, além de membros destacados da elite local e figuras ligadas ao governo federal, a celebração deveria recender um ar de solenidade e distinção. A consagração do evento não poderia, contudo, firmar-se sem a frequência de vasto público. Sua pompa fora planejada a fim de permitir – e concentrar – a máxima visibilidade. De certo modo, o próprio cerne daquele ato cívico carregava a promessa técnica de esquadrihar melhor o espaço, mediante a ampliação repentina do campo de visão, e redimir o tempo, pelo ciclo de riqueza alardeado com vigor. Tamanhos os percalços à consecução daquela proeza, que vislumbrá-la com os olhos parecia não bastar. Daí o afã verificado nos meios de comunicação, com todas as emissoras locais de rádio fazendo a cobertura do insólito acontecimento, transmitido igualmente para diversas outras capitais do país. E a cada discurso proferido, a multidão irrompia em aplausos. O clima de entusiasmo coletivo irradiava em partes diferentes da cidade, pois um sem-número de ouvintes buscou, mediante a narração dos repórteres, entrar em sintonia com a realização prodigiosa então anunciada.

Tendo em vista as relações entre eletricidade e objetos técnicos, de que se ocupará este trabalho, talvez não seja completamente inócuo dedicar alguma atenção, embora parcial e breve, às circunstâncias que condicionavam, entre os anos 1940 e 1960, o emprego da energia na cidade de Fortaleza. Longe de deslocar o foco da investigação, pretende-se oferecer subsídios para elucidar o significado específico que, naquele período, estava ligado à expectativa de um coeficiente energético correspondente à ampliação da demanda urbana. Assim procedendo, ganha-se em compreensão histórica no que tange a um aspecto decisivo do processo de modernização local, não raro marcado por disputas mais ou menos explícitas. E aqui se descortina ainda um quadro social e técnico que ajuda a entender por que, em certos momentos, a questão energética parecia investida de propriedades redentoras.

No contexto da solenidade referida, um gesto simples – mas nada banal – iria pontificar o êxito da conquista: ao giro de uma chave, completava-se a transmissão da energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso a Fortaleza. Perspectiva de um fornecimento regular, eficiente, abundante e mais barato de eletricidade, o suprimento proveniente do sertão baiano foi tido como a solução adequada para as dificuldades crônicas enfrentadas na capital cearense, cuja oferta de força e luz há muito não acompanhava as demandas do célere crescimento urbano. Até então, a cidade – e, de resto, boa parte do estado – era servida de usinas termelétricas, com limitada capacidade de abastecimento e alcance estritamente local. A despeito das opiniões variadas de jornalistas, políticos, técnicos e empresários sobre a pertinência, os custos e a viabilidade dessa obra antes e durante sua execução, dois aspectos são praticamente unânimes nos discursos emitidos pela imprensa, ao tempo da solenidade: o tom laudatório dos comentários e a impressão de que o empreendimento constituía um divisor de águas – abismo intransponível a separar a pobreza atávica da terra de um futuro promissor, já decantado. Esse mesmo raciocínio não deixaria de figurar numa matéria que, meses depois, foi publicada na prestigiosa revista *O Cruzeiro* e que, sob a confiança sintetizada no título “Eletrificação já é desenvolvimento”, congratulava a gradativa difusão da energia de origem hidráulica pelo território cearense.

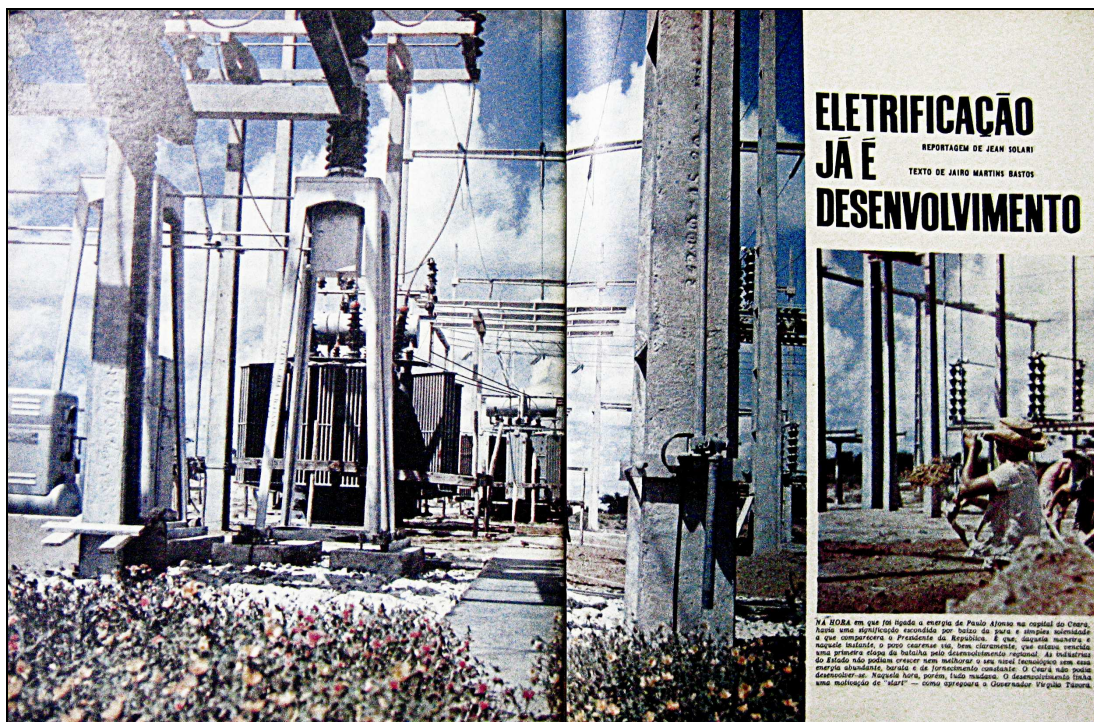


Figura 1. Matéria sobre a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. “Eletrificação já é desenvolvimento” (*O Cruzeiro*, 19 jun. 1965).

Naquele evento inaugural, o homem de cujas mãos irradiaram, simbolicamente, os augúrios benévolos do então acalentado desenvolvimento econômico era o marechal cearense Humberto Castelo Branco, guindado à testa do Executivo federal com o advento do golpe militar de 1964. Prestigiado por grande assistência, estimada em 15 mil pessoas, o gesto do marechal-presidente foi o ponto culminante das comemorações organizadas em 1º de fevereiro de 1965. Sinos das igrejas em repique, apitos de locomotivas e navios, buzinas de automóveis enchiam os ares em sinal de júbilo, a que se juntou o longo estourar de fogos de artifício. Com a profusão luminosa que incendiou aquela noite, buscava-se reeditar o mito redentor da técnica por dispositivos que, ericando impulsos corporais de remota procedência – como a velha impressão de abrigo e segurança sugerida por uma fonte de luz que rompe o negrume –, ultrapassassem o clamor das palavras, criando sensações de esplendor e encantamento cuja vibração fortalecia a euforia dos discursos. Dessa maneira se prolongavam inclusive ecos de uma relação bastante antiga dos detentores do poder com a capacidade de doar a luz, costumeiramente investida de propriedades racionais, ordenadoras, progressistas, estabilizadoras. Mobilizada como antagonista das trevas, a luz, desde tempos recuados, exerce mesmo um fascínio largamente

dimensionado pelo medo que provoca a escuridão. E o alento embutido naquela festividade repousava precisamente na perspectiva de atacar em definitivo a descontinuidade da corrente elétrica que, por mais de duas décadas, vinha abreviando o sono de muitos gestores públicos e dotando o manto noturno de contornos mais sombrios. Afinal, era notavelmente duradoura a associação entre a noite e a criminalidade e, em tempos mais recentes, o elo entre falta de luz e atraso urbano, renovando aflições que perturbavam tanto a existência presente quanto as aspirações dirigidas ao futuro. Mais que a convergência direta com o interesse econômico e a ambição planejadora da cidade, a irradiação controlada e sistemática da claridade vinha eivada de um profundo simbolismo e da sensação de cerceamento do imprevisível, projetando a luz como um elemento apreciável de equilíbrio psicossocial: “o desaparecimento da luz nos confina no isolamento, nos cerca de silêncio e nos ‘desassegura’. Um tanto de razões convergentes que explicam a inquietação engendrada no homem pela chegada da noite e os esforços de nossa civilização urbana para fazer recuar o domínio da sombra e prolongar o dia por meio de uma iluminação artificial” (Delumeau, 1989, p. 99).

Nessa apoteose para os olhos e os ouvidos, os clarões da eletricidade receberam vultosa acolhida, mas estariam longe de fomentar em igual magnitude o espanto perceptivo dos desavisados ou a reticência empedernida dos incrédulos, vividos em períodos anteriores. Pois, diferente de 1867 e 1934-35, quando em Fortaleza se inauguraram sistemas de iluminação pública desconhecidos dos habitantes locais – à base do gás e da eletricidade, respectivamente (Menezes, 2000; Nobre, 1981; Nogueira, 1980) –, nos meados da década de 1960 o contato com a luz elétrica já fazia parte da experiência cotidiana da cidade, embora efetivamente seu uso domiciliar ainda não contemplasse amplos segmentos da população. A novidade não se traduzia, portanto, no resultado tangível dos filamentos que pontuavam a paisagem urbana, mas consistia na rede técnica destinada a garantir a transmissão dos quilowatts ao longo de aproximadamente setecentos quilômetros, desde a usina de Paulo Afonso. Incremento relativamente sutil, não apreensível diretamente pelo consumidor final, inacessível ao olhar corriqueiro. Talvez exatamente por conta da natureza desse avanço técnico, discreto quando cotejado pela sensibilidade rotineira circunscrita ao local de consumo, pujante se avaliado em termos de empreendimento material e em suas repercussões futuras, os meios de comunicação (notadamente a imprensa escrita) tenham se esmerado em ressaltar e cobrir de encômios os efeitos da

referida obra. Certo editorial do vespertino *Correio do Ceará* chega inclusive a propor que a data inaugural de uso da matriz hidrelétrica na capital – 1º de fevereiro – passe a figurar no calendário de festividades do estado, sob o epíteto de “Dia do Desenvolvimento Econômico”.

Já dissemos nesta coluna, aliás, que outro 25 de Março [aniversário da abolição da escravatura no Ceará, ocorrida em 1884] vinha por aí, nas asas da energia de Paulo Afonso, trazendo a libertação dos escravos da miséria e do atraso, presa a cujos grilhões geme a quase totalidade de nossa gente.

[...] Com energia e água, decorrente esta última da grande açudagem que se conclui, capaz até de perenizar alguns de nossos rios, a começar pelo maior de todos, que é o Jaguaribe, que nos faltará para plantar aqui a mais florescente civilização do trópico? [...] A instituição do Dia do Desenvolvimento Econômico haveria de concorrer para o nascimento de uma mística que, devidamente implantada, poderia ser a responsável pela transformação total, em dez ou quinze anos da face do Estado, que de ressequida ou enrugada, passaria a rubicunda ou louçã (*Correio do Ceará*, 28 jan. 1965).

Essa projeção de um futuro esplendoroso e próspero, completamente dissociado da penúria de outrora, instaurador de clivagens definitivas na temporalidade e soerguido no âmago de recorrentes intervenções técnicas de larga escala, é reveladora de um traço ideológico saliente no imaginário das elites cearenses. Afinal, já desde o último quartel do século XIX o apelo dos grupos dirigentes quanto à necessidade imperiosa de obras portentosas – especialmente durante a incidência das secas que expunham a fragilidade do quadro produtivo estadual, assentado principalmente na pecuária extensiva e na lavoura do algodão – evidenciava a formação de uma mentalidade inclinada a forjar um vínculo direto entre projetos de infra-estrutura e progresso econômico. Na longa esteira desses reclamos pela consecução de empreendimentos que transformariam abrupta e positivamente a face da economia local, assegurando doravante um surto de enriquecimento sem precedentes, cabe lembrar a construção da primeira estrada de ferro (1873), um grande açude (1959), um novo porto (1955), o amplo fornecimento de eletricidade (1961-1965) e, mais recentemente, a implantação de uma grande usina siderúrgica. História ainda por ser escrita, a trajetória desses sucessivos marcos redentores poderá elucidar o modo arrevesado pelo qual foram criados, vislumbrados

e acalentados esboços de futuros miríficos que, ao fim e ao cabo, nunca vieram à baila, ou, por outra, continuam a se deslocar num horizonte de expectativa que magnetiza aspirações e tende a fragilizar o presente, convertendo-o em mero vestíbulo do porvir.

Para se ter uma idéia breve do incremento técnico que, em meados dos anos 1960, residia na perspectiva de distribuição regular de eletricidade, basta lembrar os inumeráveis racionamentos a que repetidamente era submetida a população da capital cearense, notadamente a partir da década de 1940, em razão dos problemas funcionais e da restrita capacidade energética da usina da Light – empresa de capital britânico que, desde 1912, detinha a concessão pública para exploração dos serviços de bonde e para geração e distribuição da eletricidade no município, sendo encampada pela edilidade em 1948. O rigor das constantes quedas de corrente, resultassem de falha no sistema ou de interrupções deliberadas pela concessionária, provocava graves transtornos a diversas atividades urbanas, ocasionando a suspensão de sessões de cinema, o funcionamento precário de repartições públicas e casas comerciais, a paralisia de muitas fábricas, o difícil atendimento em hospitais e casas de saúde mais modestos, despercebidos de gerador próprio, e até o atraso na circulação dos jornais, cuja impressão só poderia ser finalizada com a retomada da força elétrica. Mesmo o transporte coletivo urbano sofreu danos consideráveis, já que os ônibus ainda contavam poucas unidades e, até sua desativação em 1947, os carris elétricos respondiam pela locomoção diária do maior número de passageiros (Jucá, 2000b; Leite, 1996).

Conforme estimativas de época, dos 130 mil prédios cadastrados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, metade não possuía ligação para fornecimento de luz e força elétrica (*Correio do Ceará*, 2 fev. 1965) – informação que sugere o quanto ainda eram restritas certas comodidades, expressas no acender de uma lâmpada ou no uso de um moderno ferro de passar.

Numa conjuntura ainda marcada pelo alcance diminuto de equipamentos hoje triviais, cabe indagar pelos significados e os modos de distinção, para além da esfera utilitária, embutidos na exibição, posse e emprego dos modernos utensílios domésticos. Além disso, vale refletir sobre as ressonâncias de um fornecimento elétrico regular nos hábitos privados e públicos, de molde a entender a articulação de interdependências entre a nova rede técnica e o espaço da moradia. E uma outra pergunta também se faz necessária: a energia proveniente de Paulo Afonso viria

efetivamente expandir o consumo urbano, com a promessa de crescente fruição das camadas mais pobres – requisito necessário ao ingresso cada vez mais intenso dos objetos técnicos no recesso dos lares?

No calor da celebração, a imprensa local estampava um sem-número de manifestações de júbilo pelo acionamento da linha de transmissão. Páginas e páginas das folhas diárias traziam mensagens de indústrias e firmas comerciais saudando o advento da matriz hidráulica e o surto de crescimento produtivo a que estaria destinado o Ceará. Grandeza que não se limitava à profusão de adjetivos, frases de efeito e expressões laudatórias, buscando mesmo a credibilidade usualmente atribuída ao registro pretensamente objetivo dos números, também eles revestidos de uma conotação monumental. Pois, como frisava um artigo, a nova linha de alta tensão, estendendo-se por 715 km e operando em 220 kV, tornou-se então a mais longa do mundo no sistema radial, acumulando cifras que deviam causar impressão: “2.630 quilômetros de cabo de alumínio; 143 torres metálicas; 4.718 postes de concreto armado; 2.359 cruzetas; 120.309 isoladores de vidro”. Por fim, e não menos importante, o custo total da obra: 15 bilhões de cruzeiros – quantia vultosa mas cujo retorno de investimento se concretizaria em poucos anos, uma vez que anualmente a concessionária local despendia em torno de 3,5 bilhões na produção térmica da energia consumida em Fortaleza (*Correio do Ceará*, 1, 2 fev. 1965).

Assim, mal findara a efeméride da luz, e a dita procela de melhorias econômicas já expunha certos desdobramentos, como a expectativa de queda no preço do quilowatt e ampliação do número de consumidores. Contudo, ainda no contexto de recepção entusiástica da nova fonte geradora, dúvidas e preocupações também sobrevieram, trazendo à baila repercussões imediatas sobre os afazeres mais ordinários da vida doméstica, mormente no uso dos objetos técnicos.

Diante da confusão reinante na cidade a respeito da ciclagem em face da energia de Paulo Afonso, colhemos junto ao setor técnico da CONEFOR [Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza] que apenas os motores das bombas centrífugas, os toca-discos e alguns transformadores automáticos que não tenham a indicação 50/60 estarão sujeitos a modificações técnicas.

Adiantam ainda as mesmas informações não haver necessidade de mudança nos demais eletrodomésticos, nem tampouco nos motores de pequenos poços d’água. Aliás, informa ainda o setor técnico da CONEFOR que quase todos os eletrodomésticos estão sendo fabricados com 50 e 60 ciclos.

É bom salientar que é considerável o número de pessoas que telefona a CONEFOR solicitando instruções. Há pessoas com medo inclusive de ligar liquidificadores e outros aparelhos domésticos, apesar de todas as explicações técnicas necessárias fornecidas pela CONEFOR (*Correio do Ceará*, 3 fev. 1965).

Embora o aporte elétrico de Paulo Afonso fosse atingir, por etapas, as diversas zonas da capital (processo que levaria alguns meses para cobrir toda a área urbana servida por fiação aérea), seus efeitos já começavam a incidir na rotina dos habitantes locais, provocando receio e insegurança no emprego dos eletrodomésticos – circunstância que permite observar como gradativamente a esfera privada vai sendo atravessada por dispositivos técnicos complexos, mais difusos e cujo funcionamento não raro extrapola o espaço da casa.

O detalhe relativo aos freqüentes telefonemas de usuários à procura de esclarecimento sobre a conversão elétrica sugere inclusive a amplitude da falta de informação, pois, embora ainda constituísse um bem de alcance restrito, dado seu alto custo, o telefone foi, àquela ocasião, um meio bastante empregado para atenuar receios e incertezas. Além dos que ligaram para a empresa de eletricidade, muitos outros moradores deviam ter inquietações sobre as mudanças trazidas com a nova fonte de energia.

Esse episódio constitui uma pequena amostra das relações, nem sempre óbvias e previsíveis, entre cultura material e sociedade. Um incremento tecnológico que, visto a distância, parece referendar a suposta marcha ascensional do progresso, pode revelar indícios de tensões, expectativas e insatisfações que se manifestam nas experiências cotidianas. Donde se infere que as conquistas da iluminação não se encontram confinadas em um domínio supostamente autônomo e impermeável; pelo contrário, suas proezas incidem nos mais diversos campos, a exemplo das estruturas materiais, do imaginário social, dos sentidos do corpo (a hipertrofia da visão, em nossos dias, não pode ser entendida sem ter em conta o incremento dos sistemas de iluminação artificial). Colonizar o ambiente noturno, restringir sua opacidade, desvelar seus mistérios constituem atitudes favoráveis a um melhor esquadramento do espaço e à consolidação de um regime temporal mais homogêneo, menos sujeito às oscilações e mudanças bruscas da curva de luz natural (Roncayolo, 1999). Alterações dessa ordem propiciam o surgimento de práticas coletivas outrora pouco viáveis, quer em termos de atividades de lazer que instauram

uma sociabilidade noturna, quer no alargamento dos horários de trabalho. Portanto, longe de serem instaladas em compartimentos isolados, imunes à dinâmica social, as técnicas tecem ligações inumeráveis com os valores e crenças, sentimentos e comportamentos humanos.

No caso de Fortaleza, a busca por uma oferta ampla e regular de energia se manteve entre as mais caras aspirações de diferentes grupos sociais durante pelos menos um quarto do século XX, notadamente entre o princípio dos anos 1940 e o meado da década de 1960. As dificuldades de ampliação do parque gerador, evidenciadas naquele período, encontraram resposta numa orquestração das forças políticas do estado, posta a serviço da reivindicação, junto aos poderes da União, de uma fonte hidráulica para solucionar o problema crônico da escassez de energia. A uniformização da frequência elétrica, por seu turno, era um dos aspectos imprescindíveis à configuração de sistemas elétricos interligados, num dos quais grande parte do território cearense se viu inserido a partir da linha transmissora de Paulo Afonso. No Brasil essas modalidades de adaptação e padronização da frequência eram conhecidas e executadas desde a década de 1930, inicialmente por companhia pertencente ao grupo norte-americano Amforp (American & Foreign Power Company), com vistas à ampliação do raio de cobertura de suas usinas no interior de São Paulo. Outras empresas do setor elétrico, incluindo o poderoso grupo anglo-canadense Light – atuante nos dois principais centros consumidores (a capital paulista e a capital federal) e responsável pela maior parcela da eletricidade gerada no país até a década de 1940 – implantaram, em suas respectivas áreas de concessão, sucessivos processos técnicos de integração dos sistemas elétricos locais, assegurando melhores condições de aproveitamento e distribuição da energia disponível, em atendimento à expansão da demanda entre pontos geográficos distantes (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil [CMEB], 1988). Fortaleza, ao contrário, estivera, desde a implantação do serviço de eletricidade em 1912, abastecida por uma companhia de âmbito local, o que tornava a conversão de frequência uma necessidade recente e indescartável, conforme advertia em 1963 um documento produzido pela diretoria técnica da Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – e encaminhado ao então governador Virgílio Távora:

Nessa importante cidade brasileira com cerca de 600.000 habitantes, a reforma das redes distribuidoras de energia elétrica tem que ser acompanhada pela pesquisa e

determinação do montante das alterações a serem introduzidas nos equipamentos e máquinas cujo regime operacional é influenciado pela mudança de frequência. Esses problemas agravam-se ante a perspectiva de vir Fortaleza a ser energizada pela CHESF ao término do ano de 1964 ou princípio de 1965 (Chesf, 1963, p. 1).

Interessante não esquecer que alterações de parâmetro marcaram inclusive alguns dos esforços oficiais de regulamentação técnica do setor elétrico: tendo determinado, em 1938 (decreto-lei n. 852), a frequência então predominante de 50 ciclos por segundo como medida-padrão para o Brasil, o governo federal prorrogaria, já em 1942 (decreto-lei n. 4.295), a obrigatoriedade daquela convenção, e pouco depois liberou, em diversas zonas, o emprego de instalações adaptadas a 60 ciclos. Essa frequência, ao longo da Segunda Grande Guerra, teve seu uso disseminado rapidamente, em razão de ser o padrão adotado nos Estados Unidos e por terem surgido dificuldades na aquisição de equipamentos europeus, que operavam em 50 ciclos. Durante e após a conflagração, manteve-se a tendência à preponderância dos 60 Hz, que seria reforçada através da construção de grandes usinas (Furnas e Três Marias) em regiões de forte impulso industrial, como aquelas servidas pela São Paulo Light e a Cemig, e da geração ocasionada com o funcionamento da hidrelétrica de Paulo Afonso. Somente a partir da década de 1960 se buscou uma solução para unificar a frequência no território nacional – medida importante para viabilizar a constituição dos sistemas elétricos interligados e a padronização das instalações e equipamentos (*A energia elétrica no Brasil*, 1977, p. 98-101).

Ao longo do trabalho elaborado pelos engenheiros da Chesf, sobressai um leque diversificado de vantagens, inconvenientes e problemas no que concerne à mudança de frequência, entremeados por recomendações técnicas formuladas a fim de orientar as modalidades de ajuste dos vários equipamentos elétricos à nova ciclagem. Conforme as descrições e aconselhamentos daquele estudo, turbinas hidráulicas e a vapor, motores diesel, geradores, transformadores e linhas de transmissão seriam afetados de maneira diferenciada, resultando na necessidade do exame de, e intervenção particular em, cada tipo de aparato, de tal forma a permitir a compatibilidade com seu funcionamento normal, ao que eventualmente se seguiria um acréscimo ou diminuição no rendimento daquelas máquinas. Com a modificação da frequência determinados aparelhos de precisão, como os medidores do consumo

de energia, sofriam o comprometimento de suas características, exigindo uma nova aferição ou, em último caso, a permuta por congêneres adaptados a 60 ciclos.

Segundo a explanação do documento, os utilitários domésticos em geral mantinham desempenho similar em qualquer das duas frequências, exceção feita aos toca-discos e relógios elétricos, sujeitos à troca de suas engrenagens, e às máquinas de lavar roupa, que demandavam substituição do mecanismo regulador de seu ciclo de operação. Em termos amplos, a Chesf desaconselhava o emprego de estações conversoras de frequência, vistas como inadequadas para resolver o problema à proporção que se expandisse a demanda de energia. E, uma vez que a resposta mais apropriada residia na adaptação integral, à nova frequência, de instalações e maquinários situados num determinado sistema elétrico, cumpria um planejamento meticuloso para calcular os recursos a serem investidos e as diversas etapas do programa de conversão. Entre as medidas recomendadas se encontram: levantamento cadastral de máquinas e equipamentos existentes em indústrias e domicílios; análise das condições operacionais apresentadas no levantamento; concomitância com a reforma da rede de energia; determinação das partes da cidade onde se irá processando a mudança de ciclagem nesse período de transição; preparação da nova rede de distribuição de eletricidade; além de:

- Preparação psicológica da população para uma compreensão da importância do problema e do seu vulto.
- Encaminhamento, a cada uma das indústrias e a cada um dos domicílios (nominalmente), de instruções sobre o procedimento com a troca de peças etc., de suas máquinas ou equipamentos, de modo a tornar exequível a mudança da frequência (Chesf, 1963, p. 17).

Se a “festa do século” ritualizou, em feições midiáticas, o prestígio governamental amealhado com a linha de transmissão entre Paulo Afonso e Fortaleza, a análise dos engenheiros – anterior à celebração em quase dois anos – apontava a complexidade daquele grande empreendimento e deixava claro (ao leitor contemporâneo) que, malgrado seu valor simbólico e proeza técnica, a transferência de energia seria apenas uma entre diversas outras ações necessárias ao tão esperado usufruto do potencial elétrico em escala mais ampla. A propósito, a enxurrada de telefonemas à companhia local de força e luz, ante a inauguração do acesso à nova fonte geradora, traz indícios de quão importante – e, ao mesmo tempo, insuficiente –

teria sido o trabalho de predisposição dos espíritos em face do nascente panorama tecnológico.

Os benefícios provenientes do aporte hidráulico tinham um preço que, embora concentrado nos orçamentos federal e estadual destinados ao Plano de Eletrificação do Ceará, também foi pago diretamente por consumidores industriais, comerciais e particulares. À guisa de exemplo, mencione-se o custo estimado entre três e 12 mil cruzeiros para adaptação aos 60 ciclos de uma bomba de água – máquina utilizada no serviço de abastecimento municipal e também encontrada em milhares de imóveis da cidade àquela época. Aos comerciantes que possuíssem refrigeradores grandes, balcões frigoríficos e câmaras frias, a despesa era da ordem de três mil cruzeiros por unidade. Certos aparelhos de raio X deveriam sofrer modificações orçadas entre trinta e 35 mil cruzeiros, enquanto cada máquina de lavar roupa obrigaria ao proprietário um dispêndio médio de dez mil cruzeiros. Quantias que, em geral, não eram módicas, se comparadas a outras cifras em voga. Naquele março de 1963 – quando a Chesf conclui seu estudo – uma geladeira Electrolux, usada e em ótimo estado, era anunciada por sessenta mil cruzeiros e uma máquina de costura Philips custava 24 mil cruzeiros. Por seu turno, uma oferta de emprego para copeira e para engomadeira estabelecia o salário de quatro mil cruzeiros mensais (*O Povo*, 5, 7, 28 mar. 1963). Nesse mesmo ano o salário mínimo, então estabelecido com variações regionais, alcançava na capital cearense o valor de 14.700 cruzeiros (IBGE, 1963, p. 278-279).

Em vista desses preços e estipêndios, deduz-se que, embora não fossem rigorosamente proibitivos aos mais abastados, os gastos na conversão dos utilitários elétricos estavam longe de ser tidos como irrisórios, deixando uma lacuna sensível no bolso dos habitantes. Em contrapartida, à empresa distribuidora de energia caberia o ônus de proceder à aferição de cada um dos cerca de sessenta mil medidores de consumo existentes na cidade, pois a conversão de frequência interferia no seu mecanismo de precisão, requerendo assim a remoção, cotejo e reinstalação daqueles aparelhos que, estimava-se, implicariam um gasto aproximado de 48 milhões de cruzeiros.

Observado em contexto mais amplo, esse conjunto de medidas se manteve, contudo, nos bastidores da efervescência criada com o novo quadro energético que se descortinava para o Ceará e, particularmente, para sua capital, em nada ofuscando o clima de entusiasmo em torno daquele fato técnico. Afinal, a extensão da eletricidade

gerada em Paulo Afonso fora objeto de uma batalha política de larga repercussão no cenário estadual, cujo desenrolar adquiriu maior intensidade a partir do meado dos anos 1950. Tratava-se de reafirmar a necessidade de inscrever o território cearense no processo de modernização produtiva do país, acentuado durante o governo Juscelino Kubitschek. Para tanto havia reconhecimento unânime, por parte dos grupos dirigentes, da premência em solucionar a questão do suprimento de energia elétrica – insumo fundamental ao incremento da industrialização regional e componente decisivo à viabilidade do crescimento urbano. Não obstante, as divergências no modo de atacar o problema foram de tal monta que terminariam por desencadear uma disputa acirrada, movida por debates e polêmicas, na qual sobressaíram duas facções cujos pontos de vista traduziam um conflito mais profundo, no bojo mesmo do quadro econômico e da hierarquia urbana vigente.

Um grupo exigia, o quanto antes, a irradiação dos fios de Paulo Afonso até o vale do Cariri, na porção meridional do estado, o que seria facilitado pela maior proximidade da fonte geradora e pela localização daquele território na área de concessão da Chesf. O outro grupo pleiteava a urgência de uma solução técnica que, contrariando os planos iniciais daquela companhia, permitisse estender o alcance da energia hidrelétrica a diversos outros pontos do Ceará situados fora do perímetro por ela atendido, entre os quais uma série de municípios incrustados nos sertões e a própria capital. Para os primeiros correligionários, tendo à frente os deputados Colombo de Sousa e Wilson Roriz, era imperativo providenciar a eletrificação do Cariri com a maior rapidez, dotando o vale de uma ponderável vantagem competitiva em relação às zonas vizinhas. Conforme sua avaliação, os clamores pela abrangência acrescida dos beneficiários da eletricidade produzida no leito do São Francisco consistiam numa ameaça às pretensões econômicas do sul do estado, pois implicariam ônus sensível dos projetos técnicos e indesejável retardo na condução das obras. Dessa forma, alegavam como inaceitável o sacrifício de um dos núcleos mais prósperos do Ceará em proveito de uma idéia pouco ou nada factível, sob seu prisma, ocultando assim motivações “das forças econômicas da capital, que nunca viram com bons olhos o desenvolvimento do Cariri” (Roriz, 1957, p. 8-9).

Já os defensores do plano geral de suprimento energético, liderados pelo deputado Virgílio Távora e o governador Paulo Sarasate, verberavam a exclusividade conferida àquela região, dispostos a uma intensa mobilização política cuja pressão devesse assegurar anuência federal, recursos públicos e adaptações técnicas capazes

de disseminar, conforme seu argumento, os melhoramentos da transposição elétrica, a serem espargidos em amplas parcelas do estado e sem franco prejuízo do Cariri. Consideravam ainda, embora sem expô-lo claramente, o impacto dissolvente que um sistema energético fracionado acarretaria na configuração da economia cearense, cuja liderança pertencia à capital. Historicamente aquele vale, situado na chapada do Araripe, fora marcado pela predominância de relações comerciais e culturais com o vizinho estado de Pernambuco. A ligação ferroviária entre Juazeiro do Norte e Fortaleza, estabelecida na década de 1920, teve seu papel no escoamento das safras rumo ao litoral e no abastecimento de artigos importados, mas o tráfico crescente das mercadorias padeceu graves contratemplos, nos decênios seguintes, hajam vista a insuficiência das vias de transporte rodoviário e a demora nos trabalhos do porto de Fortaleza (Campos, 1981, p 12). Afora isso, a preeminência da praça de Recife, geograficamente mais próxima e detentora de fluxos de capitais mais vultosos, permanecia notória sobre o assim chamado “celeiro do Ceará”. Ora, temia-se que a enxurrada energética de Paulo Afonso sobre o Cariri, sem a ulterior e pronta difusão à capital, desencadeasse entre ambos um distanciamento profundo e dificilmente reversível, no tocante às transações mercantis e à produção agrícola e manufatureira, ou mesmo provocasse a transferência de algumas fábricas de Fortaleza para aquela área, como de fato se verificou entre 1962 e 1963, em razão de ali já chegarem os cabos da cachoeira baiana. Esse panorama negativo era entrevisto já em 1956, com ênfase posta sobre o preço da eletricidade como um dos elementos determinantes do custo de produção: “Temos [em Fortaleza] um salário mínimo superior ao pago na zona do Cariri e, com quiluote cinco vezes e meia mais baixo do que o nosso, em breve, se não se estender até aqui o benefício da CHESF, estaremos nesse dilema: ou as fábricas de Fortaleza mudam-se para o Cariri ou fecham as suas portas diante da forte concorrência que por certo se verificará” (*Correio do Ceará*, 12 out. 1956).

Na mente de certos administradores e autoridades, a limitação da matriz hidráulica à faixa meridional significava um rude golpe na busca de integração do espaço econômico cearense. Salientava-se a necessidade de equacionar um certo equilíbrio entre as diferentes localidades, “do qual não podemos prescindir, seja por considerações de ordem econômica, seja por questão de justiça, pois seria falta de equidade dar a uns os meios para a conquista do progresso e a outros negar estes meios, condenando-os a atraso eterno” (*O Povo*, 30 dez. 1961). O estado, até então servido por centrais térmicas de alcance municipal, defrontava-se com a iminência de

uma realidade técnica que teria efeitos outrora impensados sobre o arranjo de sua estrutura produtiva, na medida em que propiciava articulações mais complexas e envolventes entre áreas pouco conectadas do território: trechos outrora isolados estariam, em alguns anos, vinculados uns aos outros sob a égide de uma grande rede distribuidora. E, ecoando a noção vigente, assim como ver-se contemplado com as conveniências de um sistema elétrico portentoso embalava novas perspectivas de riqueza e dinamismo, estar à margem dele semelhava o prenúncio da estagnação. “Com energia, apesar do *handicap* sofrido todos esses anos, o Ceará, como manifestou esperança o governador Virgílio Távora, poderá vir a tornar-se o estado mais importante do Nordeste” (*Correio do Ceará*, 24 jan. 1964). Em contrapartida, um mapa divulgado em 1957 denunciava suposta remodelação no projeto da linha de transmissão, ficando o Cariri isolado da grande rede energética nordestina, que chegaria a Fortaleza através de uma extensão alternativa via Campina Grande (Roriz, 1957). Como todo sonho coletivo, o almejado acesso à usina do rio São Francisco era pródigo em criar miragens e fantasmas.

O dilema energético assumia proporções agigantadas no debate econômico regional, fomentando esperanças a par e passo com temores de uma envergadura desconhecida. E essa mudança de escala no aparato tecnológico, destinado a transmitir cargas elétricas a grandes distâncias, infundiu o tópico “energia” de um valor simbólico inaudito, acoplado à retórica do desenvolvimento e atuando como um potente catalisador de anseios coletivos. Afinal, a polêmica travada entre aquelas duas facções que tinham em mira os quilowatts de Paulo Afonso recrudescera, na esfera pública, um sentimento de urgência – o de que não havia mais tempo a perder – posto sobre a imagem de fundo de uma marcha, ou melhor, de uma corrida. E a corrida, como advertiu um crítico contemporâneo, é por definição um processo eliminatório: cria vencedores e vencidos, e o triunfo de um se alimenta precisamente da derrota dos demais (Virilio, 1998).

Eventos relacionados a projetos de energia no território estadual passaram a receber maior atenção pública alhures e, por conseguinte, converteram-se em circunstâncias altamente propícias àqueles treinados no cálculo das rentabilidades políticas. Foi essa nova conjuntura que trouxe ao Ceará, em julho de 1959, o marechal Teixeira Lott, então ministro da Guerra e candidato recém-indicado à presidência da República pelo Partido Social Democrático. Personalidade destacada em nível nacional, o militar, aqui empreendendo o primeiro ato público de sua

campanha, veio assistir à solenidade de implantação do potencial elétrico de Paulo Afonso, realizada em Juazeiro do Norte e que ficaria conhecida por “festa do poste” (Oliveira, 1988, p. 289). Tratava-se do fincamento simbólico do primeiro poste a ser inserido na nova rede, em meio às festividades do aniversário daquele município, e que um jornal definia “como marco de uma nova era para o desenvolvimento econômico da região do Cariri” (*Unitário*, 25 jul. 1959). Além de Lott, o mandatário do estado e o ministro da Justiça também tomaram parte no programa cívico. O prestígio gerado por tais efemérides acendeu ora em diante uma avidez que ultrapassava os limites do estado e da região, contando com os pleiteantes ao Executivo federal e com membros do alto escalão do governo.

Nesse mesmo contexto, em discurso proferido na Assembléia Legislativa e fazendo menção à comemoração no Cariri, o deputado opositor Guilherme Teles Gouveia recriminaria em 1960 o governador Parsifal Barroso por ter colhido – em meio a vasta audiência composta pela comitiva Lott, diversas autoridades e “turistas da República” – os louros de um trabalho que, segundo ele, tinha nos dois administradores precedentes os reais benfeitores. Nos termos do parlamentar, o atual governo estava a “fazer cortesia com o chapéu alheio” (apud Ceará, 1980, p. 66).

De permeio à campanha pela eletrificação, desenrolava-se assim outro combate (de não menor relevo) sobre a tentativa de esboçar um relato memorável em torno daquele processo de modernização, instilando epítetos novos para dar conta das recentes figurações de protagonismo: “Pode-se afirmar, sem desrespeito à verdade histórica, que pelos seus esforços vigentes, desde o primeiro instante de sua administração, o governador Virgílio Távora [1963-1967] foi realmente o ‘Governador da Eletrificação’” (Ceará, 1980, p. 85). E, não à toa, a administração estadual providenciou, logo após a conclusão dos trabalhos de transposição da energia da Chesf, o lançamento de um livro – *A eletrificação no Ceará* – incumbido de perpetuar uma determinada versão dos acontecimentos que, desde os anos 1950, agitaram a arena política por ocasião da luta pelo acesso ao potencial hidrelétrico. Como se percebe, a crescente integração do espaço nacional através da execução de grandes projetos técnicos compreendia, entre seus efeitos não programados porém nada surpreendentes, o despertar de rivalidades mais virulentas na luta pelo poder.

Mas a inclusão ostensiva da temática energética na seara do embate político e das estratégias eleitorais não era inédita. Bastaria citar, a título de exemplo, o momentoso processo de desapropriação da empresa britânica Ceará Light em 1948 e

a correspondente indenização a cargo da edilidade, determinadas por decreto federal, a que reagiu prontamente o então prefeito Acrísio Moreira da Rocha, reunindo pareceres e documentos contrários àquela medida e solicitando diretamente ao presidente Eurico Gaspar Dutra que a questão fosse examinada em âmbito federal, através do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. A decisão desse órgão pela inconstitucionalidade do decreto foi acatada pelo chefe da nação, que resolveu deliberar a encampação da companhia inglesa pela Prefeitura de Fortaleza. Da atuação firme em defesa do erário da cidade contra as reivindicações compensatórias dos acionistas britânicos, colheu o prefeito popularidade notável, cuja permanência, na lembrança dos moradores da capital, favoreceu nova vitória no pleito de 1954, tornando-se ele outra vez chefe do Executivo municipal. Ou mencione-se, ainda, a escolha de uma solução local para o problema da energia como um dos itens principais da pauta de campanha de Paulo Cabral de Araújo que, exercendo o cargo de prefeito entre 1951 e 1955, entregaria à cidade, no crepúsculo do mandato, o que seria reputado por muitos como o principal legado de sua gestão: uma nova usina térmica (construída no bairro do Mucuripe) para fazer frente ao crescimento da demanda de eletricidade (Leite, 1996, p. 141-146, 169-173; Campos, 1981, p. 11). Outrossim, pronunciamentos dos governadores ao longo dos anos 1950 e 1960 indicavam a progressiva assiduidade da questão energética na esfera dos assuntos eminentes a que, doravante, os administradores e detentores de altos cargos eletivos dificilmente conseguiriam se furtar.

Com efeito, esse aumento de visibilidade do potencial elétrico junto à opinião pública resultava não apenas da situação precária que padecia o cenário estadual – evidente no encarecimento da tarifa e nos racionamentos e cortes de energia usualmente praticados em Fortaleza –, mas era largamente insuflado por um contexto de forte emulação, comandado pelas elites regionais, no sentido de promover a modernização econômica do Nordeste e assim refrear o agravamento das disparidades entre ele e os centros mais prósperos do país. Portanto, à medida que os estados nordestinos foram colhendo os benefícios da energia gerada ao longo do rio São Francisco e incrementando suas condições de atração do capital industrial, crescia em dramaticidade o discurso relativo ao panorama vislumbrado para o Ceará, posto na contingência de ver ainda mais comprometidas as suas já limitadas possibilidades competitivas no mercado nacional de bens manufaturados.

Convém esboçar, em breves linhas, o percurso tortuoso do Ceará rumo à eletrificação assegurada pela central de Paulo Afonso. Antes de mais, recorde-se que o despertar de uma consciência pública quanto ao papel transformador desempenhado pela eletricidade não pode ser desvinculado dos esforços para o aproveitamento em larga escala do potencial energético da bacia do São Francisco. É certo que no Brasil, desde a década de 1910, houve impulsos recorrentes voltados ao incremento da geração hidráulica (a cuja frente estiveram o grupo anglo-canadense Light e o grupo norte-americano Amforp), que nos anos 1920 já respondia pela maior parte da eletricidade produzida, suplantando a matriz térmica (CMEB, 1988). Porém, a quase totalidade dessa inversão de capitais e conseqüente montagem de infra-estrutura privilegiou o eixo dinâmico da economia do país, situado especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As demais áreas (entre elas a região Nordeste), pelo menor interesse de mercado que suscitavam e pelas dificuldades técnicas da exploração hídrica, terminaram servidas preponderantemente por centrais termelétricas, em geral incapazes de um suprimento eficaz e regular da demanda crescente nos principais centros urbanos regionais. Somente na década de 1940, sob a égide de maior regulação e ingerência do Estado no setor de energia elétrica, dar-se-iam os passos iniciais – e decisivos – na remodelação das políticas públicas para aquele segmento. Nessa conjuntura uma das medidas mais expressivas consistiu na criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, nos últimos dias da ditadura varguista, pelo decreto-lei n. 8.031 (3 out. 1945). Empresa federal concebida para proceder à geração e transmissão da energia mediante a exploração do leito e quedas de água do rio São Francisco, a Chesf foi organizada pelo Ministério da Agricultura e iniciou propriamente suas atividades em março de 1948, tendo por missão prover o abastecimento elétrico da região Nordeste. O advento da companhia assinalou ainda o delineamento de um novo modelo para o setor de energia elétrica: doravante a tendência de expansão foi orientada pela separação entre as atividades de geração e transmissão, progressivamente colocadas a cargo de empresas públicas, e as de distribuição, realizadas pelas concessionárias privadas ou por companhias estaduais; por seu turno, o esquema de produção energética se pautou na concepção e execução de grandes hidrelétricas para alimentar as redes distribuidoras (CMEB, 1988, p. 95-97). A formação da Chesf significou igualmente uma guinada substancial na política do Estado brasileiro para o Nordeste: daí em diante a exploração energética do vale

do São Francisco passaria a carrear a maior parcela dos programas e investimentos federais na região, sendo que até então estes haviam convergido notadamente para o combate às secas – ação de que o Ceará foi um dos maiores beneficiários na primeira metade do século XX. Tanto assim que, ao avaliar em retrospecto os efeitos do emprego da matriz hidráulica nesse estado, o historiador Geraldo Nobre invocaria não apenas seu aspecto econômico, mas o cumprimento de uma reparação aos danos de que ele fora vítima:

Para o Ceará, a energia de Paulo Afonso não era apenas uma opção econômica, de luz e força a um preço, e sem os sobressaltos de crises freqüentes de suprimento, que possibilitasse a integração no desenvolvimento do país, a salvo de uma inferioridade cujos efeitos danosos não tardariam a reverter em prejuízo da própria economia nacional, pelo subemprego de uma das parcelas mais laboriosas da população brasileira.

Seria a hidroeletricidade gerada em Paulo Afonso, para o Ceará, a indenização pelos prejuízos sofridos e, sobretudo, a sofrer, em decorrência de uma nova política para o Nordeste, focalizada no aproveitamento do vale do São Francisco, e não mais no combate aos efeitos das secas, cujo órgão específico – o DNOCS – concentrava suas atividades onde esses se faziam sentir com maior intensidade (Nobre, 1981, p. 155).

A primeira obra de vulto da Chesf foi a construção da usina de Paulo Afonso I, começada pouco depois da instalação da companhia e inaugurada em janeiro de 1955, de modo a garantir de imediato o atendimento à demanda dos dois principais centros consumidores regionais – Salvador e Recife. Munida inicialmente de dois grupos geradores que, juntos, somavam a potência de 120 mil kW, a nova central teria no fim daquele ano a entrada em operação da terceira unidade projetada, alcançando os 180 mil kW. Proeza técnica da engenharia nacional, aquela hidrelétrica projetou no exterior a capacidade dos profissionais e cientistas brasileiros e se tornou objeto de orgulho dos entusiastas que acalentavam um projeto de modernização tecnológica menos dependente de saberes e fluxos de investimentos estrangeiros. Tratava-se, além disso, de um ponto de inflexão nos rumos traçados para a configuração do setor de energia, pois desde então o Estado passou a atuar não apenas de acordo com seu papel tradicional, isto é, como instância regulamentadora e fiscalizadora dos serviços de força e luz, mas também como um agente econômico de peso nesse ramo vital às pretensões de alavancagem do processo de industrialização.

Essa mudança gradativa na ação do poder público se operou num momento em que a própria estrutura produtiva do país experimentava alterações ponderáveis, dado que no pós-guerra se verificou o crescimento acelerado de setores industriais mais complexos (como os de bens de capital e de bens de consumo duráveis) que, por sua própria natureza, contribuíram para a ampliação na demanda por eletricidade.¹²

O interesse no emprego do rio São Francisco para a produção de energia não era novo. Data de 1890 o primeiro pedido de concessão destinado àquela finalidade, a que se seguiram outras solicitações no começo do século XX, muito embora nenhuma delas tenha se traduzido em realização prática. O empreendimento inaugural da geração elétrica a partir do grande curso de água se deu em 1913, por iniciativa do industrial Delmiro Gouveia, que mandou construir uma pequena usina para abastecer sua fábrica de fios e linhas e a vila erguida para os empregados, no interior de Alagoas (Leite, 1996, p. 150-151). Passariam mais de trinta anos para que houvesse a retomada efetiva do propósito de colocar aquele rio a serviço do incremento energético regional. Com a criação da Chesf e a execução das centrais hidráulicas de grande porte, o governo federal assumia uma posição de vanguarda no projeto de fortalecimento da integração econômica do Nordeste através de investimentos voltados à melhoria da infra-estrutura no que tange à energia elétrica. Ampliava, portanto, sua capacidade de planejamento e gestão das mudanças em curso no perfil produtivo da região, o que incluía incentivos fiscais e condições mais adequadas à implantação de um parque industrial.

Ocorre que, nos primeiros anos, a Chesf concentrou sua atuação, em termos de estudos, projetos e obras, apenas em alguns estados – Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba – e o que fora idealizado como um instrumento de desenvolvimento regional, à vista do receio de abandono das demais unidades nordestinas, passou a ocupar o centro de controvérsias em profusão, gerando dissonâncias entre o discurso revestido de competência técnica – dos engenheiros da companhia – e as vozes combativas – de figuras políticas e administradores – que tomaram para si a defesa dos interesses das áreas não contempladas pelo novo

¹² “Um dos traços fundamentais da economia brasileira no período 1945-1962 é a gradual perda de importância do setor tradicional, constituído pela produção de bens de consumo não duráveis (indústrias alimentícia e têxtil), e a formação e/ou o rápido crescimento paralelo dos setores de bens de consumo duráveis (aparelhos eletrodomésticos e máquinas de pequeno porte) e de bens de capital e insumos básicos (aço, cimento, equipamentos elétricos pesados, produtos químicos). Esses novos setores apresentavam um coeficiente de demanda por energia elétrica bem superior ao do setor tradicional, provocando uma brusca e acentuada elevação do consumo” (CMEB, 1988, p. 117).

sistema elétrico. Considera-se que o ponto de deflagração do debate sobre o andamento da energização do território cearense residiu nas declarações feitas pelo economista Colombo de Sousa em 1949, ao observar que o estado não constava dos planos da Chesf, ficando portanto excluído do perímetro a ser atendido pela grande usina nos próximos anos (Campos, 1981). Mesmo o vale do Cariri, no sul do estado – situado dentro da área de concessão da companhia geradora, que era delimitada por um raio de 450 km a partir da cachoeira de Paulo Afonso – não figurava nos projetos de expansão do fornecimento da energia produzida no rio São Francisco. A divulgação da notícia teve pronta repercussão, com entidades e personalidades da região se articulando em torno do Comitê Pró-Eletrificação do Cariri, formado no mesmo ano para exigir o benefício da matriz hidráulica.

Nos anos seguintes a apreensão se acentuou quando, ao se dar publicidade à conclusão dos trabalhos da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, salientava-se a recomendação por ela feita de prover a energização do sul do Ceará em base térmica (Ceará, 1980, p. 11). Tal proposta, se efetivamente aplicada, seria entendida como um embaraço ponderável às perspectivas da indústria regional, que então dependeria de um sistema de geração mais dispendioso, se comparado às localidades atendidas pela central de Paulo Afonso.

A Missão Abbink, como também ficou conhecida aquela comissão que em 1948 e 1949 reuniu técnicos norte-americanos e brasileiros, tinha o propósito de elaborar um amplo diagnóstico econômico do país, identificando os principais obstáculos ao seu desenvolvimento e propondo soluções que conduzissem à melhoria de sua condição, tendo por base a observância de um planejamento dos diversos segmentos produtivos. Em relação ao setor elétrico, a comissão recomendava o aumento da capacidade geradora para dar viabilidade ao incremento da economia, mantendo uma disposição nitidamente favorável à atuação da iniciativa privada e à penetração do capital estrangeiro. A produção e distribuição de eletricidade deveria ficar a cargo de companhias particulares, organizadas de tal maneira a garantir a ampliação do setor com investimentos desatrelados dos fundos públicos. Ao Estado competiria tão-somente o papel de concessão e regulação dos serviços – orientação bastante diversa daquela gradativamente adotada pelo poder público a partir da criação e organização da Chesf em 1945. Malgrado a divulgação de seus trabalhos e apreciações, a Missão Abbink praticamente não gerou efeitos concretos (CMEB, 1988, p. 122-1223). Sua sugestão de equacionar o abastecimento elétrico do Cariri

mediante a construção de unidades térmicas provocou grande inquietação junto a lideranças regionais e representantes políticos do Ceará, que em 1952 obtiveram, do presidente Getúlio Vargas, a indicação de que estavam em curso procedimentos para estender o potencial da usina de Paulo Afonso ao sul do estado.

Inaugurada a grande central hidrelétrica e efetuada sua ligação com algumas das capitais nordestinas – Salvador, Recife, Maceió, Aracaju e João Pessoa –, a Chesf anuncia, em 1956, a inclusão do Cariri nos planos de expansão energética. O projeto da linha de transmissão, em tensão de 132 kV, traria ao vale a eletricidade de Paulo Afonso até o fim de 1957, conforme as projeções mais otimistas, acarretando todavia uma impossibilidade técnica: a de futuramente assegurar o suprimento de outras partes do Ceará mediante o prolongamento da linha. A notícia se converteu no estopim de um conflito político que ecoaria, com maior ou menor intensidade, nos dez anos seguintes, indispondo as forças do Cariri com o grupo que pleiteava revisão na decisão técnica da firma estatal, com o fim de levar o aporte hidrelétrico ao conjunto do território cearense. Na cartilha do desenvolvimento econômico em voga – posta em evidência com o Plano Salte (1948), as Missões Cooke (1942) e Abbink (1948), e transformada numa autêntica bandeira de luta durante o governo JK e seu famoso Plano de Metas –, a energia ocupava um lugar destacado e ganhava o estatuto de um fator de produção estratégico, especialmente no fomento à indústria de base, em fase de acelerada implantação no país desde a década de 1950 (Fausto, 1995). Sob uma atmosfera atravessada por rápidas mudanças na economia, na cultura e na demografia, a questão energética assume exponencial relevância – o que ajuda a entender por que o referido projeto de um sistema elétrico exclusivo para o Cariri conseguiu promover tamanho mal-estar na seara política estadual. Afinal, o que a uns se afigurava como o ingresso no esquema produtivo moderno – “transformando todo o ‘hinterland’ nordestino numa magnífica fábrica” (Roriz, 1957, p. 16) –, a outros implicava um interdito à participação nessa realidade nova, marcada pela eletricidade disponível numa escala sem precedentes.

Composta, ainda em 1956, uma ampla frente em que se juntaram o governo estadual, os senadores e a bancada federal do Ceará, foi possível aprovar uma alternativa ao projeto apresentado pela Chesf, e que foi oficialmente denominado Plano de Eletrificação Total do Estado. Este consistia basicamente em construir o sistema Cariri de modo a torná-lo apto para operar, quando necessário, em tensão de 220 kV, e não em 132 kV, como estipulara a empresa estatal. A mudança permitiria

que, uma vez posta em funcionamento a ligação entre Paulo Afonso e a zona sul cearense, a energia da hidrelétrica alcançasse paulatinamente as demais regiões do estado, à medida que fossem estabelecidos prolongamentos daquela linha. Mas a solução encontrada, longe de formar um amplo consenso, seria duramente criticada e dividiria opiniões, tanto pelo seu custo mais elevado e pela conseqüente demora na execução, quanto pelo temor de que o abandono do esquema originalmente proposto redundasse num atraso demasiado, visto que outros projetos em paralelo teriam agora precedência, afastando o Ceará para a retaguarda da pauta administrativa. Falava-se que o novo empreendimento implicava mais cinco a seis anos de espera até que o estado começasse a receber o potencial de Paulo Afonso, ao passo que o anteriormente traçado estaria concluído em apenas 18 meses. Os defensores da alteração técnica retrucavam e, munindo-se dos esclarecimentos prestados por um dos diretores da companhia energética, afiançavam que a ligação Paulo Afonso – Ingazeiras (sul do Ceará) e a subestação aí montada demandariam dois anos e a ultimização da linha de subtransmissão entre esta e as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, outros dois anos. Portanto – afirmavam – o zelo com o plano em 132 kV não se justificava, pois em menos de quatro anos não veria aquela região qualquer efeito das melhorias preconizadas, sendo necessário um acréscimo de aproximadamente dez meses para readequar o sistema elétrico a voltagem mais alta. Como se percebe, o calendário prospectivo dançava ao sabor dos pontos de vista em colisão, cumulando esforços para aproximar o tempo presente do horizonte futuro.

A facção empenhada na manutenção do plano da Chesf denunciou inclusive o emprego indevido, em outras obras, das verbas aprovadas para a eletrificação do Cariri, destacando igualmente que parte dos materiais já adquiridos com vistas àquela linha de transmissão fora deslocada para outros sistemas elétricos em fase de implantação, como os existentes no Rio Grande do Norte. O próprio comando da estatal se pronunciou, num primeiro momento, contrário às modificações estruturais no transporte de energia para o Ceará. Seu presidente, o engenheiro Alves de Sousa, em exposição de motivos ao Gabinete Civil do Presidente da República (18 set. 1956), afirmava que “não havia impossibilidade técnica para a solução por eles [representantes do Ceará] sugerida, mas que a Diretoria da CHESF julgava aquela solução anti-econômica e de molde a retardar a construção do Sistema do Cariri, visto como novos estudos e novas providências seriam necessárias, em face da mudança de orientação” (apud Roriz, 1957, p. 41). O diretor geral Otávio Marcondes

Ferraz endossava essa consideração e aduzia que a realização de uma linha de transmissão tão extensa em 220 kV – como a que uniria Paulo Afonso a Senador Pompeu (no sertão central do estado), via Ingazeiras – acarretaria a geração de fortes cargas reativas, resultando na ocorrência de problemas técnicos sobre todo o sistema elétrico abastecido pela hidrelétrica e exigindo uma série de medidas, em termos de equipamentos e pessoal especializado, que encareceriam mais a operação na linha-tronco. Afora isso, para transmitir eletricidade naquela voltagem, seria necessário adquirir um terceiro grupo gerador na usina, resultando outro gasto de vulto. Segundo os cálculos da companhia, o custo médio do kWh seria de Cr\$ 2,00 – preço elevado, mormente se cotejado com os Cr\$ 0,32 estimados para cada kWh, caso se adotasse a proposta de uma central térmica com potência de 50 mil kW. A isso se contraporia, em seguida, projeção de um partidário do Plano de Eletrificação Total, que fixava em no máximo Cr\$ 1,30 o valor a ser pago pelo kWh na capital cearense (*Correio do Ceará*, 16 out. 1956). No contexto da disputa, também os números se tornavam armas de defesa e ataque. Por fim, o engenheiro Ferraz encerrava seu parecer sem rodeios: “Por estes motivos, acho que é grandemente desaconselhável a solução de se executar o plano proposto, mesmo sem se considerar as despesas e as dificuldades que existiriam para se levar a energia, como se pretende, muito além de Senador Pompeu” (apud Roriz, 1957, p. 50).

Após a mobilização quase unânime dos parlamentares cearenses, reforçada pelo apoio do governo do estado, a nova proposta de energização foi aprovada no Congresso Nacional em 25 de agosto de 1956. Um dos jornais de Fortaleza enaltece o fato e desenha o que semelhava a ruína iminente do Ceará, em face da manutenção de seu panorama elétrico:

Doía ver a febre de eletrificação que domina a maioria dos estados brasileiros, e o Ceará sem qualquer esperança de ter outras usinas que não fossem as que já possui atualmente, pobres e sem a menor expressão. Essa situação de inferioridade agravou-se ainda mais quando Pernambuco e outras unidades nordestinas passaram a receber a energia de Paulo Afonso, deixando o nosso estado inteiramente isolado das possibilidades de rápida industrialização que passaram a existir na região. O Ceará viria fatalmente a ser o estado mais atrasado do Nordeste se a Hidroelétrica de São Francisco tivesse podido continuar em sua determinação inicial de deixá-lo praticamente à margem de seus serviços (*Correio do Ceará*, 27 ago. 1956).

Tendo a reformulação do sistema Cariri merecido parecer técnico favorável do secretário-geral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, o presidente Juscelino Kubitschek autorizou a consecução do Plano de Eletrificação Total em 20 de dezembro de 1956. O custo da obra era de Cr\$ 735 milhões, enquanto o projeto anterior, restrito ao Cariri, estava orçado em Cr\$ 610 milhões (Ceará, 1980, p. 24-33). Tal anuência não dissipou, entretanto, divergências terminantes quanto à realização daquele grande empreendimento. Para os espíritos céticos, tratava-se de mais um item para a coleção cearense de obras públicas que, malgrado sua importância, jaziam durante décadas no discurso dos administradores, no labirinto de estudos e projetos, no recesso das repartições federais, na reavaliação sazonal dos órgãos de planejamento, sem contudo virem a ser efetivamente concluídas. As “sinfonias inacabadas” – como o porto do Mucuripe e o reservatório do Orós – pareciam a muitos o atestado cabal de que a breve ligação energética com o potencial da Chesf não passava de matéria para sonhadores. “O que não posso admitir é que se procure, por esse ou aquele motivo, negar que estamos no Brasil e que, portanto, se possa acreditar na extensão das linhas de Paulo Afonso a Fortaleza antes do ocaso do século que hoje se inicia” (*Unitário*, 2 jun. 1957). Outros, mais inclinados ao espaço da tribuna e ao expediente das bravatas, sentenciavam a descrença em termos inequívocos, como o deputado estadual Wilson Roriz em declaração a um diário local: “Se Fortaleza tiver, em 1960, energia de Paulo Afonso, terei o máximo prazer em me sentar numa cadeira elétrica, em plena praça do Ferreira, para receber toda a carga que ela jogar no Ceará. E quero que o Virgílio [adversário político] vá apertar o botão” (*Unitário*, 24 nov. 1957). Por aí se nota o grau em que a implantação de um novo sistema técnico foi apropriada como arma – de ataque e imolação – no campo político.

Foram necessários alguns anos para que as dotações orçamentárias e verbas complementares compreendessem o montante dos investimentos à realização do novo projeto. Em julho de 1959 o empreendimento da linha em direção ao Ceará aparece, pela primeira vez, numa publicação federal. Houve pequenas modificações em relação à proposta vitoriosa de 1956: o tronco oriundo de Paulo Afonso (em 220 kV) teria por destino o município de Milagres (ao invés de Ingazeiras), no Cariri, onde se devia construir uma subestação para alimentar a rede de distribuição regional; a sua extensão compreenderia o trecho (em 132 kV) entre Milagres e Banabuiú (e não Senador Pompeu), ainda sob responsabilidade da companhia estatal,

e que também requeria a instalação de uma subestação; dali em diante caberia ao governo do estado tomar as providências necessárias à montagem de uma linha transmissora da energia para as partes do território descobertas pelo perímetro de concessão da Chesf, além das estruturas necessárias ao aproveitamento daquele potencial pelos consumidores finais – indústria, comércio, serviços e domicílios. Para tanto, fora divulgado um edital para elaboração do Plano de Eletrificação do Ceará (*Diário Oficial do Estado*, 2 abr. 1957), a cujo vencedor seria designada a formulação e condução dos projetos.

Em Fortaleza muitas intervenções técnicas precederam a recepção do aporte de Paulo Afonso. Entre elas, a construção de duas subestações nos arrabaldes da cidade – a primeira em Mondubim, destinada a captar a energia da linha de transmissão; a segunda no bairro da Floresta (batizada com o nome de Presidente Kennedy), incumbida de colher a corrente elétrica da instalação anterior e rebaixar a voltagem, lançando-a na rede de distribuição do município. Entre ambas foram implantadas duas linhas de subtransmissão. Tanto a conexão quanto a ereção da subestação da Floresta estiveram a cargo da Conefor – empresa de economia mista que administrava o fornecimento de eletricidade à capital cearense. A companhia assumiu ainda a tarefa de encaminhar outros procedimentos para assegurar o aproveitamento adequado do potencial recém-chegado:

Complementarmente, ao longo do tempo, sem deixar o consumidor em racionamento, a CONEFOR desenvolveu um complexo de linhas de subtransmissão para toda a área da capital, a alteração dos padrões da rede primária de 6.600 para 13.200 V, a mudança do sistema de distribuição para 60 ciclos, a substituição de parte da rede de distribuição com mais de trinta anos, o aumento do número e distribuição dos transformadores para assegurar que nenhum consumidor distasse mais de 400 m da fonte, a reforma da rede secundária com substituição dos condutores para a bitola mínima de 4 AWG e a renovação do posteamto, substituindo os defeituosos por postes de cimento (Leite, 1996, p. 198).

A implantação e funcionamento da linha de transmissão entre Paulo Afonso e Fortaleza foi uma conquista técnica de grande escala, por sinal entusiasticamente saudada pelos meios de comunicação e a opinião pública. No entanto, alguns de seus efeitos sobre a sensibilidade dos habitantes da capital permaneceram olvidados, por serem tidos como inócuos ou desprovidos de qualquer interesse nos termos do debate

desenvolvimentista em voga. No âmbito da cultura sensível delineava-se contudo uma mudança relevante na relação das pessoas com a energia, pois, enquanto foi mantida em operação, a velha usina da Light, construída em 1912, emitia uma série de vestígios ligados à produção da eletricidade. Quando de uma greve parcial dos funcionários da companhia inglesa em 1929, lembrada nas páginas de um romance, assim é descrita a chegada do personagem principal ao local de trabalho: “Ao defrontar o portão da usina, encontrou-o fechado. Dentro, no largo pátio onde os vagões descarregavam a lenha, não havia sinal de vida. Olhou para o alto da chaminé: não saía o costureiro canudo de fumaça, que se encurvava, todos os dias, ao sopro do vento do mar” (Carvalho, 2003, p. 171-172). A quietude da chaminé indicava a paralisação de uma atividade de crescente importância para a vida urbana.

Anterior à usina, o gasômetro – que assegurou a iluminação da cidade entre 1867 e as primeiras décadas do século XX – despertava entre muitos a crença de exalar um odor benéfico aos que padeciam de doenças respiratórias: “Vamos, fecha a boca e toma o ar pelo nariz... É a meizinha pro teu coqueluche...!”, recomendava a empregada que para aquelas imediações levava o cronista Eduardo Campos, ainda criança no início dos anos 1930. Segundo ele, uma vez desativado, o equipamento “não mais atraía os meninos que lhe chegavam ao pé, para aspirar pretense e salutar odor insípido, se assim posso dizer, algo talvez nem do artefato fosse, mas do Poço da Draga, que o odor estava mais identificado com maresia” (Campos, 2003, p. 121-122).

Mesmo com o fim da produção de gás para iluminar casas e ruas de Fortaleza, em meados dos anos 1930, ainda era possível identificar vestígios relacionados ao trabalho da geração de energia, afinal esse insumo não tinha procedência exógena nem chegava como um produto acabado e já pronto para o uso, mas demandava um processo técnico gerido e efetuado em escala municipal. Na década de 1950 havia, perto da central térmica da Light, um bar pródigo em ocorrências policiais, cuja alcunha popular remetia à fuligem liberada pela chaminé daquela fonte geradora: “Ali [no bar] também aglomerava-se grande número de operários que trabalhavam na antiga Light, recinto que acumulava maior quantidade da ‘cinza da usina’ proveniente das ‘caldeiras’ que forneciam a eletricidade à cidade, passando tal lugar a ser conhecido por ‘Cinzas’, desprezivelmente” (Almada, 2005, p. 48).

Uma das inovações correlatas ao suprimento energético advindo da hidrelétrica de Paulo Afonso para a capital cearense consistiu exatamente na

eliminação desses rastros outrora corriqueiros e bastante aparentes à percepção dos indivíduos, que por vezes os julgavam benfazejos, por vezes incômodos. Colunas de fumaça, cheiros “insípidos”, pó residual da combustão na usina que cobria a superfície dos imóveis próximos: a visão, o olfato e o tato eram particularmente despertados pelas marcas, ainda que fugazes, decorrentes da produção de energia. Marcas que se alastravam também para os tímpanos dos moradores e visitantes, como ressaltaria em suas memórias o pintor e músico suíço Jean-Pierre Chabloz, que conheceu Fortaleza em 1943 e fez alusão ao contínuo “espetáculo” – ou seja, uma articulação de movimentos e sinais deliberadamente voltados à fruição pública – projetado a partir da central da empresa britânica: “Sua energia é fornecida pela velhíssima e um tanto caduca Usina da Light, que zune, eructa, flameja, dia e noite, junto ao Passeio Público. [...] Espetáculo... e concerto também, pois o ouvido, tanto quanto a vista, se deleita, e muito, com as melodias ciclópicas que acompanham o funcionamento dos imensos fornos, das caldeiras enormes e das altas chaminés” (Chabloz, 1993, p. 35). Como se nota, mesmo o tamanho descomunal dos equipamentos técnicos e certa conotação mitológica a eles atribuída – sugerindo um efeito de estranheza e reverência – acabavam sendo atenuados pela frequência com que olhos e ouvidos eram submetidos à contemplação do maquinário em ação. A descrição de Chabloz insinua ainda que, malgrado o aspecto obsoleto da usina, o próprio processo técnico de produção da eletricidade constituía uma atração aos que transitavam nas adjacências, como se permitisse algum tipo de familiaridade com aquela forma de energia para além de seu viés utilitário.

Igual miscelânea de instantâneos e ruídos, embora com menor envergadura, acompanhou o funcionamento de outras duas unidades geradoras – uma situada no bairro do Meireles, outra nas imediações do porto do Mucuripe – que, nos anos 1950 e 1960, auxiliavam no provimento de energia à capital cearense. Se, na esfera doméstica, a corrente elétrica era alvo de cuidados e preocupações justamente em razão de sua presença pouco evidente, camuflada em tomadas, fios e aparelhos, na dimensão pública ela costumava deixar indícios ostensivos mesmo para olhos, ouvidos e narizes algo displicentes. Tal situação, porém, tenderia a uma mudança significativa com a integração de Fortaleza ao sistema elétrico irradiado da central de Paulo Afonso, que culminaria na mitigação dos clamores e labores das máquinas antes dedicadas à tarefa de produzir energia para o consumo local. Após 1965, com a

oferta de força e luz gerada a setecentos quilômetros de distância, a eletricidade parece ter se tornado ainda mais discreta e silenciosa do que fora até então.

Mas o advento da energia de Paulo Afonso comportaria outras facetas. Ele impôs mais que reivindicações articuladas de recursos para as obras. Também não se limitou a desafiar a capacidade técnica dos profissionais envolvidos, nem manteve sua notoriedade circunscrita aos acordos políticos e à mobilização intensa de certos grupos sociais. Os benefícios da nova fonte dependiam ainda de uma reorganização institucional capaz de manter, administrar e expandir os serviços de eletricidade, sem perder de vista a rentabilidade de sua operação. Esse perfil de gerenciamento balizado em empresas de capital mais sólido – de composição mista ou sociedades anônimas –, pautadas em vínculos mais impessoais, inteiradas dos complexos procedimentos da burocracia, estruturadas de modo a obter novos financiamentos para o setor, foi um dos resultados de relevo, embora pouco aparente, creditados à implantação do novo sistema elétrico.

Com a expectativa do coeficiente hidráulico da Chesf, alguns vislumbravam uma transformação no quadro da economia cearense a que deveriam unir-se novos hábitos de gestão. O jornalista Stênio Lopes, ao preparar uma longa série de artigos sobre a eletrificação, cuidou de traduzir esse anseio de renovação, pautado numa mentalidade declaradamente pragmática. Impulsionado com a formação de uma moderna empresa de energia, o recente paradigma poderia dar combate a certos costumes arraigados, como os do assistencialismo político:

O Ceará precisa de um empreendimento dessa ordem [companhia de energia], capaz de inaugurar entre nós o ciclo das empresas ou sociedades que venham dar nova feição à nossa economia.

Temos que sair da órbita dos negócios limitados de firmas individuais ou pertencentes a um pequeno grupo, geralmente familiar. Necessitamos da participação coletiva do maior número possível de acionistas, em sociedades anônimas e empresas de capital misto, que possibilitem a exploração em escala ponderável dos recursos naturais que ainda quase não começamos a aproveitar devidamente.

O Estado envia continuamente, a mando dos senhores deputados, dezenas e centenas de subvenções a entidades assistenciais e recreativas. A nossa Assembléia, apesar de nela se acharem vários homens de negócio, não encontrou ainda para as suas atividades o clima dos problemas e interesses econômicos do estado.

Vinte ou trinta milhões de cruzeiros aplicados em pequenas obras imediatas de assistência desaparecem quase sem resultado, quando, aplicados numa empresa como essa de eletrificação do estado, dariam um retorno que poderia inclusive possibilitar o atendimento das necessidades da população carecida de recursos financeiros pela segurança do emprego para maior número e pela garantia de melhor e mais barata produção, elevando o nível de vida do operariado e da classe média (*Correio do Ceará*, 8 out. 1956).

Prevalecia, naquele período, uma crença veemente no poder de transformação proporcionado pela eletricidade. Ela imprimia não somente a refiguração da paisagem, da dimensão cotidiana e do aparato produtivo, mas irradiava uma força prodigiosa capaz de tocar a alma coletiva e inscrever, nos traços de uma comunidade, a marca de sua presença. Essa proclamação dos avatares da tecnologia moderna era especialmente cultuada em determinados rituais cívicos, a exemplo daquele no qual se procedeu à inauguração da energia de Paulo Afonso no Cariri, em 28 de dezembro de 1961. Representando na solenidade o presidente da República, o então ministro da Viação Virgílio Távora ressaltava em seu discurso:

Sob o impulso da energia que aqui acaba de chegar, um frêmito de progresso e de transbordante entusiasmo percorre o Cariri e de próximo em próximo esse calor aquecerá todo o estado, sacudido pela febre desenvolvimentista.

[...] O Cariri vai entrar agora na era da industrialização e do progresso emulativo da criação de riquezas e de capacidade produtiva. Com ela experimentará um surto renovador de métodos e processos capazes de elevar os índices de produtividade e de transformar a mentalidade estática da civilização, agrária, ainda hoje presa à lentidão de métodos obsoletos.

[...] Essa renovação de mentalidade, criando o entusiasmo empreendedor, [é] a consequência mais significativa e transcendente da chegada da energia da Chesf ao sul do estado (Távora, 1961, p. 1, 3).

Parecia mesmo tratar-se de transcendência, tal a magnitude da influência atribuída ao novo aporte de eletricidade. Como se a vocação para o movimento, inerente à corrente elétrica, envolvesse irresistivelmente os homens, rompesse sua crisálida, impelindo à mudança, numa dissolução febril das antigas rotinas. O chamado à liquidação da herança agrária realçava inclusive a identidade cunhada entre energia e urbanidade. E, contudo, não se deixaria de prestar certa reverência a

essas duas dimensões que, conforme a mitologia moderna, se julgava mais e mais distanciadas – o passado, a natureza.¹³ Convidadas a participar desse banquete de esperanças e utopias, elas eram invocadas sob uma luz triunfal que acentuava a impressão de domínio dos homens sobre o ambiente. E, em meio à “festa do século”, que tingiu a chegada da energia com os matizes de uma conquista definitiva, a conjunção do passado com a natureza se plasmou numa imagem de profundo conteúdo simbólico: o rio São Francisco. Na cerimônia que marcou o início do fornecimento da usina de Paulo Afonso à capital cearense, em 1º de fevereiro de 1965, Virgílio Távora – agora governador e um dos protagonistas da campanha da eletrificação – enaltecia a importância daquele curso de água na formação histórica do Nordeste:

Modelador de uma raça de fortes e bravos, de comunidades afeitas à luta e ao sofrimento, ciosas dos seus hábitos e tradições, o rio São Francisco transformou-se, graças ao seu potencial hidro-elétrico, representado por Paulo Afonso, no grande instrumento aglutinador da sociedade nordestina, abrindo-lhe, em nossos dias, as perspectivas maiores de civilização e progresso, pela técnica, pela energia, pelo enriquecimento industrial e coletivo (Távora, 1965, p. 2).

O rio reassumia sua mística: a de elemento votado à integração regional e nacional. Outrora permitira a penetração do território, orientando as frentes de povoamento ao longo de suas margens e afluentes, numa ocupação lenta que atravessou séculos. Circundado por uma paisagem bastante suscetível de penúria hídrica, sua presença soberana cresceu inclusive por efeito de contraste. No imaginário do sertão, onde a água é dotada de conotações de bênção e promessa, a mirada do rio portentoso parecia sustentar o fio tênue da sobrevivência. Mas, se o advento da geração hidrelétrica não indicava, ao menos no campo da retórica política, a investidura do São Francisco com uma nova e grandiosa missão, sua função preponderante era bem outra. Não se tratava mais de guiar o desbravamento

¹³ “[A temporalidade moderna é] uma projeção do Império do Centro sobre uma linha transformada em flecha através da separação brutal entre aquilo que não tem história mas que ainda assim emerge na história – as coisas da natureza – e aquilo que nunca deixa a história – os trabalhos e as paixões do homem. *A assimetria entre natureza e cultura torna-se então uma assimetria entre passado e futuro.* O passado era a confusão entre as coisas e os homens; o futuro, aquilo que não os confundirá mais. A modernização consiste em sair sempre de uma idade de trevas que misturava as necessidades da sociedade com a verdade científica para entrar em uma nova idade que irá, finalmente, distinguir de forma clara entre aquilo que pertence à natureza intemporal e aquilo que vem dos humanos” (Latour, 1994, p. 70-71 [grifos no original]).

dos caminhos, prover os peixes da dieta corriqueira, dessedentar o gado, propiciar o cultivo da terra, fixar as populações. Agora, convertido em matéria-prima da indústria de energia, sofrendo desvios artificiais no seu curso em proveito da exploração máxima do potencial elétrico, o rio atestava um complexo processo de domesticação da natureza. Doravante seu valor tenderia a ser equacionado sobretudo em razão dos quilowatts produzidos, suplantando qualquer outro critério. E seu papel integrador, antes aferido pelos afluentes e as áreas inseridas em sua bacia hidrográfica, ora incorporava uma nova escala – a das linhas de transmissão de energia, estendendo-se por centenas e centenas de quilômetros.

Para o Ceará, que no decurso de sua história acumulara um sem-número de tradições e narrativas vinculadas à água e seus prodígios (Rios, 2003), essa mudança no uso do rio pelos homens possivelmente não estava isenta de significado. Afinal, durante décadas o estado fora servido quase exclusivamente de instalações térmicas de âmbito local para a obtenção de energia. O aproveitamento da matriz hidráulica numa gradação massiva, como a de Paulo Afonso, era ali um fato novo. O acesso aos geradores da grande usina representou a concretização de um acalentado sonho das classes dirigentes, mas talvez implicasse ainda, na percepção de alguns moradores, o surgimento de uma outra relação com a água, para além dos mananciais que os olhos alcançavam, para além dos registros de fatura e escassez até então monopolizados pelo diapasão da seca.¹⁴

Houve também aqueles que, sabendo desconfiar do raciocínio progressista e seus excessos, esboçaram esse elo recente – entre a água, a energia e os homens – no quadro de uma filosofia da história, onde as redes de eletricidade constituíam a contrapartida de fluxos antigos, amiúde postos à sombra da economia hegemônica:

Significaria a extensão dos fios irradiados da usina de Paulo Afonso ao Ceará a retribuição da energia com a qual escravos, alimentados com a carne seca das

¹⁴ É difícil dimensionar qual teria sido o impacto da extensão das linhas de Paulo Afonso na eventual formação de uma sensibilidade capaz de conceber a água não somente como um elemento vital, mas ainda como um meio sobre o qual os homens intervêm para gerar energia em escala industrial. Essa questão foge ao escopo da pesquisa, mas não seria inútil salientar que, no contexto de Fortaleza, foi possível localizar um vestígio da percepção do uso de um rio no esquema de produção de eletricidade, elaborado em verso pelo escritor João Jacques: “Na minha terra natal, o rio é o Pajeú. / Faltam-lhe comprimento, largura, volume. / Nasce aqui, morre ali. / E, depois que a cidade cresceu, / ele diminuiu dentro da paisagem, / ameninou-se, / correu para debaixo da mesa, / escondeu-se no rabo da saia. // O Pajeú passou a ser simples veia, / a fluir sob a pele do chão, / entre bueiros, canais de pedra, / túneis, abóbadas, // esclerosadamente... // [...] O Pajeú alimentou, muitos anos, / antes da desmama no mar, / as caldeiras da Ceará Light. / E energizou, sem cachoeiras, / no salto químico do líquido para o gasoso, / o centro urbano e a periferia industrial” (Benevides, 1973, p. 300).

oficinas do Aracati e do Acaracu, haviam movido as rodas dos engenhos de açúcar de Pernambuco, Alagoas e Bahia; e da luz de velas de sebo, ou de cera de carnaúba, também de fabricação cearense, com que, por muito tempo, habitantes do interior de todo o Nordeste prolongavam a sua jornada de trabalho, ou a vida social, além do pôr-do-sol (Nobre, 1981, p. 156).

Ao final, não deixa de surpreender que, malgrado seu incontestável fascínio, ainda fossem sobre a energia elétrica depositadas tantas e sucessivas projeções de riqueza, harmonia e bem-estar, mesmo nos últimos decênios do século XX. Como a sugerida pelo historiador Geraldo Nobre que, no arremate de um livro, descreveria a eletricidade como uma salvaguarda de nosso quinhão de humanidade, expandindo a margem entre o estado de natureza – que vencemos – e o pesadelo da reificação – que ainda nos acossa:

A energia hidroelétrica de Paulo Afonso daria aos cearenses a segurança de que não regrediriam ao estágio primitivo do *homem animal diurno* acionado pelo canto do galo e vendo apenas à claridade do dia, e do *homem máquina total* dependente em tudo de sua exclusiva energia física e psíquica, ou tendo como única alternativa a exploração do semelhante, reduzido à condição de *coisa*, ou de escravo, em uma sociedade sem futuro, porque sem dignidade (Nobre, 1981, p. 156).

Num estudo que se tornou clássico, Thomas Parke Hughes definiu os sistemas elétricos como o maior dos grandes empreendimentos humanos realizados entre os séculos XIX e XX. Pelo entrelaçamento de implicações e conhecimentos econômicos, técnicos e científicos, pela engenhosidade e capacidade de construção requeridas, pela ressonância de seus efeitos sobre a vida em coletividade, a formação de uma ampla rede de energia concretizaria e traduziria um esforço de ordenação e integração das sociedades modernas, sem contudo eliminar suas contradições e uma vitalidade dinâmica. “Sistemas elétricos modernos têm a heterogeneidade de forma e função que torna possível a complexidade abrangente” (Hughes, 1983, p. 1 [tradução minha]).¹⁵ Em determinados contextos, onde tais estruturas técnicas eram um dado novo ou a conquistar, mesmo essa descrição monumental não conseguiria dar conta do significado vertiginoso e da escalada de transformações que, como que atraídos por um magnetismo potente, aderiam à imagem dessa força revestida de prodígio que

¹⁵ “Modern electric systems have the heterogeneity of form and function that make possible the encompassing complexity”.

era a eletricidade. Nela se condensavam tanto o desejo de vencer grandes distâncias – na geografia, na economia, na produção material – quanto a ambição de redimir (e mover) o tempo. Parte da geração de cearenses – entre administradores, intelectuais, jornalistas, políticos, empresários e formadores de opinião – que, nos meados do século XX, experimentou os reveses e aspirações relacionadas ao problema do suprimento elétrico, tendia a acreditar numa premissa que, sombria e exasperante, não raro se transfigurava em temor: o de uma realidade interdita, de um presente bloqueado, pelo espectro da falta de energia. Para muitos daqueles homens e mulheres, o direito ao futuro parecia sustentado, literalmente, por um fio.

Percalços da modernização

Em 1932 o jovem Edigar de Alencar faz sua estréia no mundo das letras com a publicação do livro *Carnaúba*. A explicação do título, oferecida ao leitor, sugere o emprego de um dispositivo simbólico já consagrado pela tradição literária, e que consistia em criar ou fortalecer traços identitários a partir de uma associação entre a figura humana e elementos do mundo natural: “Porque o Ceará produz duas cousas notáveis: o cearense e a carnaúba. Ambos pau para toda obra”. Nascido em Fortaleza, o poeta emigrara para o Rio de Janeiro na década de 1920, tendo a temática local mantido forte presença naquela produção em verso. O poema “Cidade-sol”, incluído no livro, é dedicado a sua terra natal:

Cidade pequena, lavada de sol
de ruas que não têm fim,
alinhadas como os versos de um soneto.

Para tua iluminação diurna
devem trabalhar
todas as usinas do universo.

Fortaleza,
espelho fiel de nossa gente:
esbanjas tanta luz durante o dia
que à noite ficas no escuro... (Alencar, 1932, p. 27).

A evocação do lugar de origem não se dobra à condescendência de um espírito telúrico. O poeta olha a cidade a distância e faz do contraste entre dia e noite o ponto central de sua referência irônica.¹⁶ Essa falta de equilíbrio, manifesta na

¹⁶ Tantos outros que louvaram a exuberância da natureza local – como José de Alencar e Paula Ney – ficariam possivelmente incomodados com esse poema. Afinal, as dádivas da paisagem eram expostas em sua incontornável limitação: o excesso de sol não redimia a treva noturna. Os dois mencionados homens de letras são referências importantes na lírica produzida em torno do Ceará. Expressão eminente do romantismo literário brasileiro, José de Alencar (1829-1877) compôs, mediante alusão aos “verdes mares bravios” da costa cearense (divulgada no romance *Iracema*, de 1865), uma imagem da capital que ganhou a chancela da posteridade. Paula Ney (1858-1897), figura integrante da boemia literária no fim do século XIX, legou, no soneto “Fortaleza”, o talvez mais duradouro retrato poético da cidade, que inicia com os seguintes versos: “Ao longe, em brancas praias, embalada / Pelas ondas azuis dos verdes mares, / A Fortaleza – loura desposada / Do sol – dormita, à sombra dos palmares, //

alternância de opostos, revelava uma precariedade que era constitutiva não apenas do núcleo urbano, mas também daqueles que o habitavam (“Fortaleza / espelho fiel de nossa gente”). Nos anos 1930 o freqüente desamparo da luz artificial pontuava o cotidiano da capital cearense. Ao mesmo tempo, fica a impressão de que o escuro se tornava, para alguns cidadãos, um incômodo maior do que fora no passado, sugerindo uma imbricação complexa entre a disseminação do aparato tecnológico, a emergência de uma nova percepção e o surgimento de graus de expectativa outrora pouco comuns.

A valorização do espaço urbano em função dos sistemas de iluminação remontava, em linhas gerais, ao século XIX, notadamente a partir da disseminação do uso de combustores a gás nas principais cidades da Europa ocidental e dos Estados Unidos, de 1830 em diante (Londres, pioneira naquela aplicação, iniciou sua rede em 1812). Fortaleza adotou esse modelo em 1867, tendo por concessionária a Ceará Gas Company Ltd., incorporada no coração do Império britânico em 1860. A firma inglesa emergia num contexto mais amplo, marcado pela expansão internacional do capital monopolista que, desde a segunda metade do Oitocentos, buscou oportunidades altamente rendosas fora das nações industrializadas, onde a concorrência e um maior controle do Estado rebaixavam as perspectivas de lucro, ao passo que novas possibilidades seriam então abertas com a transposição crescente de capitais para os países menos desenvolvidos e de recente passado colonial, a exemplo do Brasil. Um dos segmentos assinalados mais claramente pela atuação dessas empresas, preponderando as de origem britânica, foi aquele relacionado aos serviços urbanos (transportes, iluminação, comunicações, abastecimento de água, captação de esgotos) (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988; Szmrecsányi, 1986).

No fim do século XIX Fortaleza gozava a fama de ser uma das mais bem iluminadas capitais do país, conforme ajuizava o autor de uma descrição da cidade em 1895: “Conta 1607 combustores, e é sem dúvida a iluminação nesse gênero a mais elegante do país, já pelos combustores, todos fincados no solo à beira dos passeios, com mangas de vidro pequenas, simples, em forma de campânula, já pela proximidade entre os mesmos, correspondendo a intensidade de luz de cada um a um foco de 10 velas estearinas” (Menezes, 1992, p. 38). Outro registro importante do

Loura de sol e branca de luas, / Como uma hóstia de luz cristalizada / Entre verbenas e jardins pousada / Na brancura de místicos altares” (Benevides, 1973, p. 30).

serviço de iluminação foi deixado pelo pesquisador João Nogueira, engenheiro de ofício, em crônica publicada no final da década de 1930:

Bem poucas ruas e casas teve a Companhia [de gás] que servir naquele tempo [década de 1860]; mas, valha a verdade: a iluminação das nossas ruas até 1914 era mil vezes melhor que a atual [1938]. Os combustores eram implantados em zigzague, distando cerca de trinta metros um do outro, no mesmo lado da rua.

[...] Tempo houve em que a nossa iluminação pública, se não era a melhor, era das melhores do país.

Com a guerra de 1914 o fornecimento de carvão de pedra tornou-se deficiente, pelo que a Companhia apagou metade dos combustores da cidade. E a fim de atender a melhor iluminação da praça do Ferreira e de outras, para estas transportou parte dos que não funcionavam.

Claras as praças, escuras as ruas, especialmente nas nossas antigas e indecentes *noites de escuro* (Nogueira, 1980, p. 31 [grifo do autor]).

Desse reparo não se deduza, porém, que a dificuldade de importação do combustível e o conseqüente aumento nos custos de operação, trazidos com a guerra, teriam suscitado a adoção inaugural dessas práticas voltadas ao menor dispêndio com a iluminação pública a gás. Já desde pelo menos a década de 1870 a Ceará Gas aplicava uma tabela de acendimento e apagamento dos combustores nas ruas e praças, desenvolvida por técnicos da administração provincial e que era organizada em função do ciclo lunar. Assim, aparecendo o satélite, por exemplo, às 19 h, os lampiões permaneciam ligados somente das 18h30 às 19h30; por outro lado, quando a lua se pusesse à meia-noite, a luz nos postes deveria funcionar das 23h30 às 5 h do dia seguinte.¹⁷ A inusitada sincronia entre o fornecimento da luz de gás nos logradouros e a incidência das fases da lua pode ser interpretada como simples medida de economia ou como um sintoma explícito de modernização precária, denotando a incapacidade de implementar um sistema técnico suficientemente difuso e regular para abranger a escala de uma rede urbana. Seja como for, a claridade noturna assegurada pelo gás fomentaria o advento de uma nova sensibilidade visual em relação ao espaço urbano, à qual aludiu o escritor Antonio Bezerra de Menezes

¹⁷ CEARÁ. Governo da Província. Repartição de Engenharia. Direção de Obras Públicas. Tabela das horas de acender e apagar os combustores da iluminação pública no mês de agosto de 1878. Arquivo Público do Estado do Ceará. Pasta: Iluminação Pública.

que, em jornada pela zona norte do Ceará (1884-1885), recordava saudoso “as belas noites de Fortaleza, as ruidosas alegrias do Passeio, os maravilhosos efeitos da iluminação, estendendo-se ao longo das ruas, de modo a simular que se reúne no ponto extremo!” (Menezes, 1965, p. 42). Com os lampiões a gás tornara-se possível uma percepção outrora implausível: a do *olhar noturno em perspectiva*. O mesmo viajante deixou impressões da cidade divisada a partir de um navio, já posto o sol: “Escureceu de todo. De bordo nada mais se percebia senão uma enfiada de luzes avermelhadas e irregulares dos combustores, que contrastavam com a suavidade da luz das estrelas” (Menezes, 1965, p. 20). Todavia, o contraste era mais um efeito da visão que uma incompatibilidade entre artifício e natureza. Em Fortaleza o novo sistema de iluminação não decretou a soberania da técnica, consolidando uma indiferença solene diante da lua e das estrelas; ao contrário, firmou uma aliança com os ritmos naturais – um “contrato com a lua”, conforme a jocosa expressão da época. “E mal os tênues raios lunares do quarto crescente começavam a pratear os céus, a esperta companhia, zás!, fechava o registro... e Fortaleza que ficasse às escuras, como nos seus tempos primitivos! [...] A lua passou a ser considerada sócia da ‘Ceará Gas’... Mas sócia apenas para ajudar a trabalhar!” (Menezes, 2001, p. 92). Essa adaptação peculiar talvez ajude a entender por que, em algumas crônicas e memórias, as noites de plenilúnio mantinham, ainda nas primeiras décadas do século XX, o aspecto lírico que tantos enamorados julgavam propício às efusões sentimentais, em forma de declamações, serenatas e encontros furtivos.¹⁸ E, malgrado o consórcio da empresa de gás com o ciclo lunar, à mordacidade do cronista referido se justapunham outras formas de lembrar e narrar a iluminação do município: descrevendo episódios de sua juventude na década de 1920, um morador comentou que os “lampiões imprimiam à cidade um toque de beleza e romantismo” (Arruda, [1986], p. 24). Percebe-se assim a existência de reações variadas no dizia respeito ao sistema de iluminação.

Quando, a partir de 1934, ocorreu a substituição do gás pela eletricidade na iluminação pública da capital cearense, não foi apenas um equipamento técnico que

¹⁸ “Que noites aquelas – enluaradas em pleno agosto, o luar mais lindo do ano, a beijar docemente a cidade silenciosa, desenhando sombras suaves nos telhados pobres. E, dentro da noite balsamizada, perdida na solidão gostosa, tangida pela brisa acariciadora, a cavatina macia das serenatas dos enamorados. O violão chorava. A flauta gemia. Uma voz cantava à lua – grande conselheira e confidente de todos os namorados da terra – a desdita do amor infeliz. Por trás das rótulas, um par de olhos femininos perscrutava, medroso, a solidão da rua, onde a luz prateada do luar punha retoques bizarros nas esquinas de lampiões mortiços” (Menezes, 2000, p. 32).

progressivamente desapareceu da paisagem urbana. Também alguns ofícios se haviam tornado obsoletos ou desnecessários, em especial o de uma figura que, no trajeto repetido duas vezes ao dia, parecia dotar a luz de gás de uma roupagem menos recôndita, mais humana. O acendedor de lampiões, munido de haste característica, cuidava do acionamento e desligamento dos focos luminosos, manuseados um a um, ao longo de ruas e praças, por vezes em horários avessos à rotina dos moradores, já madrugada ou pouco antes do alvorecer. Seu trabalho, feito a pé, revelava ainda uma estrutura de funcionamento em base diacrônica: os bicos de gás eram acesos paulatinamente, e o tempo decorrido entre a ligação do primeiro e do último combustor dependia diretamente da velocidade, habilidade e resistência física de cada funcionário em particular. Tratava-se de um sistema que, em sua face mais pública – aquela que, em plena rua, se oferecia indistintamente à observação de qualquer habitante – denotava um elo nitidamente pessoal, sem a rigidez do automatismo, entre a performance de um corpo singular e o funcionamento de um aparato técnico. Inextricável relação de perda e ganho: se por um lado a pontual presença humana imprimia à iluminação a gás contornos menos intangíveis, por outro a ativação simultânea de todos os pontos de luz era impraticável, reduzindo assim a sensação de controle sobre o ambiente.¹⁹ Com efeito, se, no primeiro quarto do século XX, esse procedimento poderia fomentar em determinados habitantes uma impressão de atraso urbano, outros nele talvez enxergassem um elo positivo com traços de sua infância e mocidade. Havia ainda quem recordasse aquele trabalhador num tom mais neutro, frisando sua relação evidente com os ritmos da natureza: “Era interessante ver o acendedor de lampião exercendo suas funções, quando percorria as ruas ao se aproximar a hora do Ângelus e ao amanhecer” (Arruda, [1986], p. 24-25). Em contrapartida, para alguns espíritos menos entusiasmados com as efígies de progresso acopladas à aparição de automóveis, fábricas e eletricidade, a passagem diária de um simples funcionário da companhia de gás era valorizada em razão do efeito lírico produzido gradativamente: “Ao cair da tarde, o acendedor de lampiões surgia, com uma vara comprida a acender, um por um, os combustores de caixas retangulares, dentro das quais se incendiavam, ao contato do cotó de vela ou fósforo,

¹⁹ Somente em 1929, mediante exigência do então prefeito Álvaro Weyne junto à Ceará Gas, foi executada a substituição dos antigos combustores por lâmpadas de fabricação mais sofisticada (tipo Littleton) já existentes no sistema de iluminação pública de diversas grandes cidades, sendo dispensado o uso da vara de acender na ligação dos pontos de luz, desde então acionados por um mecanismo próximo ao desempenho automático (Leite, 1996, p. 51; Nobre, 1981, p. 111).

os bicos de acetileno [sic], resguardados por camisetas apropriadas. A praça adquiria, assim, um aspecto poético e agradável” (Azevedo, 1992, p. 41).

Se é pertinente admitir que o uso do gás trouxe possibilidades antes desconhecidas para o cotidiano da cidade – combatendo a escuridão, permitindo o aparecimento de uma sociabilidade noturna mais diversificada (nos clubes e teatros, nas praças e salões, nas retretas e encontros ao ar livre), dilatando o tempo disponível para o convívio e a produção (nas reuniões de amigos e parentes, no trabalho em fábricas, oficinas e casas comerciais) –, este incremento não significou pronta adesão aos ditames inflexíveis do relógio. Tanto a oscilação nos horários para uso efetivo dos focos instalados em via pública, quanto os momentos gastos no vaivém do acendedor de lampiões, sugeriam aproximações (quase nunca uma coincidência estrita) entre a iluminação artificial e a contagem matemática do tempo. Um relato ficcional da cidade em 1920 evoca, em tom irônico, o vínculo cambiante da luz de gás com o clarão do luar, sem perder de vista a faina daquele trabalhador anônimo:

Olhou para os dois lados da rua. As casas já se haviam fechado. Na rua, apenas um vulto que se afastava, indo do lado da sombra para o lado do sol, do lado do sol para o lado da sombra. Era o homem da Companhia do Gás, apagando, um a um, todos os lampiões da rua, pois o luar já se denunciava para as bandas do Mucuripe [a leste do perímetro urbano]. Numa cidade provinciana como Fortaleza – pensava Joãozinho, numa troça – a luz artificial não devia intrometer-se no banho claríssimo da lua. Não seria, porventura, o mesmo que *chover no molhado*? Era essa, sem dúvida, a lógica da Companhia.

[...] Os combustores já se tinham apagado, para que a luz da lua banhasse puramente a cidade (Carvalho, 1945, p. 19, 35 [grifo do autor]).

Alguns registros de cronistas, literatos e memorialistas insistem em identificar, na prática de apagar os combustores de gás quando surgisse o brilho lunar, um traço de provincianismo da capital cearense; por vezes se chega quase a sugerir que esse “contrato com a lua” configurava uma marca peculiar ou mesmo exclusiva da história local. Em que pese a relevância dessas narrativas na recuperação de múltiplos aspectos do passado da cidade, sua incorporação literal, sem a devida mediação crítica, induziria o pesquisador a conclusões enganosas. Pois a mencionada sintonia entre a iluminação pública e as fases da lua não tivera início com o gás e estava longe de restringir-se a Fortaleza. A cidade de São Paulo, por

exemplo, antes de conhecer a luz de gás, fora alumada, entre 1830 e 1872, por lâmpões de azeite e por hidrogênio, dispensando-se contudo o emprego desses equipamentos em noites de luar (Bruno, 1991a, p. 538-551; 1991b, p. 1016-1021). Mesmo Paris, a “cidade-luz”, exaltada por tantos observadores e viajantes ao longo do século XIX devido à profusão de focos reluzentes, possuía em torno de 1840 dois tipos de lanternas de gás implantadas nas ruas: um funcionava todas as noites, do pôr ao nascer do sol, enquanto outro era aceso somente quando se julgava o espaço público demasiado escuro, ou seja, carente da luminosidade projetada pelo satélite. Muitas cidades européias mantiveram, ainda no princípio do século XX, um sistema de iluminação parcialmente regulado pelo calendário lunar – característica que não fora transformada pela introdução do gás no aclaramento das artérias urbanas (Roncayolo, 1999; Schivelbusch, 1995, p. 90-91). O advento da luz estável e permanente, alheia à sucessão das estações e ao ciclo da lua, é portanto um fenômeno em certa medida recente, consolidado mediante a expansão da eletricidade. Se, até a década de 1920, saltava aos olhos de muitos fortalezenses o fato de a companhia do gás ligar e desligar seus combustores de acordo com a aparição do astro noturno, essa mesma dependência dos ritmos da natureza também poderia ser facilmente percebida por quem residisse em diversos outros centros urbanos, dentro e fora do Brasil.

A par e passo com louvores e diatribes, o emprego do gás para devassar a escuridão gerou igualmente novos temores. Acima de tudo, sobressaíam o medo da explosão e o do envenenamento pela inalação do fluido combustível. Daí a inclinação precavida das autoridades que, diante desse e outros riscos envolvidos nas instalações de gás, faziam exigências claras aos detentores da concessão, uma delas referida em esboço de regulamento para tal serviço na capital cearense nos idos da década de 1860: “Art. 13º – Os empresários [da companhia do gás] darão aos particulares instruções formuladas pelos seus engenheiros e aprovadas pelo fiscal da iluminação relativamente às cautelas a tomar para a prevenção de qualquer acidente que possa provir da ignorância”.

Em especial, o teor inflamável do gás era uma ameaça constante pairando sobre o espírito dos usuários. Afinal, embora o gasômetro, pela própria grandeza de suas dimensões, se tornasse o alvo evidente das apreensões do público, o perigo abrangia toda a extensão da rede de distribuição, sempre sujeita ao escape do fluido. A tecnologia envolvida na produção e transmissão do gás configurou o início da iluminação em moldes industriais, o que desencadearia outrossim preocupações

numa nova escala cujos focos, não por acaso, residiam nos dois esteios fundamentais da transformação sociotécnica subjacente à assim chamada Primeira Revolução Industrial: o vapor e o gás. Nesse processo, avanços e receios caminhavam juntos. “O vapor e o gás provocavam o mesmo medo no coração do século XIX. Esperava-se que caldeiras e gasômetros explodissem a qualquer momento” (Schivelbusch, 1995, p. 34 [tradução minha]).²⁰

Além de certa afinidade tecnológica, o gás mantinha um parentesco com o vapor no que se referia ao seu rastro sonoro. É difícil encontrar relatos que documentem essa emissão no contexto específico de Fortaleza: um deles foi fornecido pelo romance *Mississippi*, de Gustavo Barroso, que conta a história de um personagem homônimo – João Mississippi, vulgo Cabeça d’Água – entre o fim do século XIX e 1912. Embora se enquadre no gênero romanesco, o livro denota nitidamente a preocupação do autor com a veracidade das informações apresentadas e a descrição minuciosa do espaço da cidade, incorporando pretensões de uma narrativa histórica, já anunciadas sob a forma de advertência: “Os personagens deste romance saíram da vida real, de modo que a semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência acidental”. Num dado momento do enredo, João Mississippi recorda, diante de ruínas, o aspecto de um pequeno teatro da capital onde trabalhou (e que de fato existiu), com alusão ao ruído da luz de gás: “Apiedou-se do casarão demolido [onde fora o Teatro São Luiz], recordando seu palco empoeirado e sem conforto, os camarotes de pilastras e balaústres de madeira, a platéia estreita e baixa, o gás de iluminação silvando nas gambiarras. Toda a gente fumando lá dentro! Se houvesse um incêndio, seria um vulcão. Não escapava um rato” (Barroso, 1961, p. 114). A combinação perigosa do tabagismo com aquela fonte de energia era freqüente nos estabelecimentos diversionais de então. Noutro ponto do romance, o autor descreve a presença dos combustores durante uma festa organizada num clube elegante: “O assoalho dos salões recebia cera em pó para que os pés deslizassem com leveza. Os cantos se enchiam de jarros floridos e os grandes espelhos de molduras douradas refletiam os lustres de pingentes de cristal, em que brilhavam, silvando, as luzes dos bicos de gás” (Barroso, 1961, p. 179). Desse traço sonoro do gás dificilmente conseguiriam esquivar-se os ouvidos de quem, no início do século XX, freqüentasse as sociedades

²⁰ “Steam and gas struck the same fear into the nineteenth-century heart. Boilers and gasometers were both expected to explode at any moment”.

recreativas, os cafés e restaurantes, as residências beneficiadas por aquele sistema de iluminação. Seria necessária a emergência de outros potenciais energéticos, porventura mais silenciosos, para que o silvo do gás viesse a ser considerado um incômodo auditivo.

Um semanário de Fortaleza publicou, em 1925, a seguinte crítica à iluminação a gás no molde de uma nota informativa: “A luz elétrica contribuiu para diminuir a mortandade em um por mil. A razão é simples. Um bico de gás ou petróleo consome tanto oxigênio como cinco pessoas e além disso deixa escapar gases sulfurosos e carbônico, que estragam os pulmões” (*Ceará Ilustrado*, 15 fev. 1925). Queixas desse teor se tornariam mais comuns à medida que ocorresse a banalização de outras matrizes energéticas. As emanações tóxicas do gás implicavam outra questão delicada. O silêncio, a rapidez e a invisibilidade daquela fonte de energia eram, a um só tempo, qualidades tidas como benéficas e aspectos geradores de aflição. Sua natureza discreta, além de ser um atrativo, demandava uma predisposição cuidadosa, que tinha no odor do gás um aliado vital. Este revelava a iminência do perigo, alertava para uma presença ameaçadora que, de outro modo, se expandiria sem registro. Por essa razão o convívio com a luz de gás significou, na sensibilidade cotidiana, não apenas uma crescente valorização da visão, mas a tessitura de uma cumplicidade com o olfato. Vínculo este que tenderia ao arrefecimento desde a difusão da eletricidade, acentuando-se assim a relutância quanto ao uso do gás e dos hidrocarbonetos (Maluf e Mott, 1998, p. 412).

O rastro odorífero emitido pelo gás fora, desde sempre, considerado desagradável, e o caráter nocivo desse cheiro não era completamente ignorado pela geração dos contemporâneos à implantação daquele serviço na capital cearense. Porém, à proporção que a energia elétrica se tornou uma opção para iluminar residências e locais de trabalho, o que antes era percebido como um *problema inerente* ao gás passou à conta de uma *desvantagem competitiva*. Quando teve início em 1913 o abastecimento elétrico de Fortaleza, a cargo da empresa britânica Ceará Tramway Light and Power Company Ltd., tal fonte era destinada somente à movimentação dos bondes e ao uso dos consumidores particulares. No entanto, essa nova disponibilidade de energia ensejou uma disputa virulenta entre as concessionárias de gás e eletricidade, protagonizando a irrupção de uma batalha publicitária que em 1915, pelos órgãos de imprensa, indicava a busca a todo custo pela supremacia no mercado local:

A LUZ ELÉTRICA é muito mais econômica e infinitamente superior a todas as luzes. Colhei informações com os nossos consumidores. Tendes considerado as vantagens da luz elétrica?

Não há véus a substituir; nenhuma perturbação produzida pelo vento; pode-se variar a intensidade luminosa, rapidamente e em qualquer momento, trocando-se as lâmpadas; pode-se aplicar lâmpadas de 5 a 200 velas nos mesmos aparelhos. Não produz emanações prejudiciais à saúde. Luz fria e suave, rapidez no acender e no apagar. 200% melhor do que gás.

GÁS VERSUS ELETRICIDADE

Uma luz boa e barata é o gás incandescente, porque é mais suave à vista e 50% mais econômica do que a luz elétrica. Um bico de gás incandescente de força de 80 velas ilumina francamente uma sala de 5 m x 4 m, tendo a grande vantagem de não ser prejudicial aos olhos e custar o seu consumo 36 réis por hora, ao passo que uma lâmpada elétrica da mesma força de 80 velas custará 80 réis por hora de consumo tendo a desvantagem de ser muitíssimo prejudicial aos olhos. E o mal causado pela luz elétrica é conhecido por todos os oculistas.

Uma vez instalada a lâmpada elétrica, a maioria dos fregueses tem a idéia de que a lâmpada durará para sempre. Não é assim, esta durará somente um certo número de horas e depois, dentro de pouco tempo, a luz começa a perder o seu brilho (apud Leite, 1996, p. 59-60).

A rivalidade não contrapunha somente as duas firmas inglesas concorrentes, mas duas tecnologias ligadas a diferentes períodos da industrialização do mundo ocidental. O gás, contemporâneo da dita Primeira Revolução Industrial ou fase paleotécnica – segundo a designação de Lewis Mumford – apareceu, como um artigo fabricado em escala e propício à exploração comercial, no contexto da transformação dos processos de produção comandada pela tríade ferro – carvão – vapor, no último quarto do século XVIII. Já a eletricidade surgiu, juntamente com os derivados de petróleo, na condição de grande propulsor de um segundo momento da produção mecanizada, ocorrido em torno de 1870 e conhecido por Revolução Científico-Tecnológica ou fase neotécnica, que efetuou um claro estreitamento entre o laboratório e a fábrica, gerou a abertura de novos setores industriais (siderurgia, química, microbiologia) e promoveu o incremento produtivo numa magnitude sem precedentes (Mumford, 1963; Sevcenko, 1998b).

Embora pertencentes a sistemas técnicos distintos, o gás e a eletricidade travaram um convívio ao longo da implantação e mudança das redes de iluminação dos centros urbanos. No caso específico de Fortaleza, dividiram a cena cotidiana com outros materiais e aparelhos bastante comuns nas primeiras décadas do século XX. Velas de sebo, cera de carnaúba e parafina tinham larga penetração, especialmente entre os segmentos modestos da população, que não dispunham dos recursos necessários à instalação residencial de qualquer das duas fontes modernas de energia. Além de mais baratos, esses objetos apresentavam uma fatura artesanal, de manejo menos complexo se comparado àquele exigido para o uso adequado do gás e da força elétrica. Os artefatos tradicionais asseguravam também uma certa autonomia de luz que as lâmpadas incandescentes e os bicos de gás não teriam como proporcionar. Afinal, os novos sistemas de iluminação tanto implicaram a formação de uma estrutura assentada em bases industriais, quanto consolidaram uma escala de operação que ultrapassava o âmbito doméstico e colocava num mesmo circuito as diversas unidades de morada. A perda do controle privado sobre as fontes de energia foi um dos corolários da modernização tecnológica (Meneses, 2000; Schivelbusch, 1995).

Todavia, de permeio a objetos nitidamente derivados de um saber tradicional e àqueles de origem fabril, havia outros, de natureza híbrida, como as lamparinas, candeeiros e lampiões. Conquanto alguns procedessem de manufaturas estrangeiras, amiúde eram feitos por artífices locais com materiais reutilizados. Esses apetrechos humildes não comportavam em seu funcionamento qualquer novidade técnica, mas eram alimentados sobretudo por um líquido de extração recente e que viria a figurar com maior relevo na pauta das importações: o querosene. Desde a década de 1860 o hidrocarboneto era objeto de comercialização no Ceará, assinalando para o historiador Geraldo Nobre o prenúncio da influência norte-americana na economia cearense. Seu consumo ganhou paulatinamente maior vulto, “tão generalizado já nos últimos anos do século XIX, em Fortaleza, ao ponto de justificar o desinteresse dos moradores em ter em suas casas o gás da companhia inglesa, a custos mais elevados e com eficiência discutível” (Nobre, 1981, p. 88). Não à toa foi assinado, no final de 1912, um contrato entre a filial brasileira da gigante petrolífera Standard Oil e a Intendência Municipal, para construir um armazém destinado ao acondicionamento de gasolina e congêneres (Studart, 1973, p. 218). A demanda por combustíveis

fósseis aumentava em paralelo à introdução dos automóveis na cidade, mas seu aproveitamento era também direcionado para a iluminação das casas.

Em suas memórias Herman Lima evoca a cena íntima do pai que, na residência da família a leste do centro urbano, estendia o tempo do trabalho com o préstimo de um lampião, que também servia à prática do entretenimento letrado: “Até então, havíamos nos acostumado a vê-lo [o pai], todas as noites, enchendo as diversas folhas dos seus despachos de exportação, junto de nós, na longa mesa de jantar da nossa casa do Meireles, sob o mesmo lampião de querosene que nos permitia a leitura deliciada d’*O Tico-Tico*” (Lima, 1958, p. 155). Esse artefato promovia a iluminação privada tanto aos que preteriam o uso do gás quanto àqueles que habitavam em partes da cidade onde a rede da companhia inglesa não havia chegado. O mesmo se daria no caso do serviço de eletricidade, cuja expansão para fins particulares se verificou aproveitando as instalações preparadas para a circulação dos bondes. A esse respeito, um alemão radicado em Fortaleza deixou registro, correspondente a 1927, sobre sua mudança junto com a família para um sítio na Aldeota, localizado além do fim da linha do transporte coletivo: “Não havia água encanada e toda a água era puxada por um balde dentro de um poço profundo. Um grande melhoramento para nós representava uma lâmpada a gasolina, pois a Light só havia feito ligação até a linha do bonde” (apud Gomes, 1991, p. 18). O recurso aos hidrocarbonetos se tornou assíduo para um amplo contingente de moradores que, fosse por razões de economia com instalações domésticas e tarifas de consumo, fosse pelo limitado prolongamento dos serviços do gás e da eletricidade, cultivaram esquemas de iluminação paralelos àqueles implantados pelos sistemas industriais. Se tais objetos permitiram a conquista de uma certa visibilidade noturna, importa não esquecer que muitos deles também deixavam uma marca olfativa. O cheiro característico do querosene incentivava um consórcio entre o olho e o nariz; ele assinalava, para os usuários, a presença de uma luz cujo brilho não poderia ser dissociado de emanações que atualmente seriam em larga medida consideradas intoleráveis. O “silêncio olfativo” que, segundo Alain Corbin (1987), faz parte da experiência contemporânea, não imperava nas práticas de iluminação dos fortalezenses durante as primeiras décadas do século XX.

Gustavo Barroso, no romance *Mississipi*, narrou o modo pelo qual, em torno de 1910, um personagem percebeu a chegada da noite:

Pusera-se o sol. O sino grande da Sé tocou a trindades. Uma grande paz envolta na quentura do ar e no silêncio interrompido a espaços pela pancada rápida do mar ia baixando sobre as coisas, sobre todas as coisas. Fez-se noite rapidamente. Vagalumes piscavam no fundo da chácara sobre o riacho. O combustor de gás da esquina do beco do Maceió brilhou aceso de repente. Sentiu o cheiro familiar do querosene das lamparinas que se acendiam na cozinha. Mesmo se ficasse cego, naquele ambiente, saberia a hora pelos cheiros: o do café, de manhã cedo; o de comida, antes do almoço e do jantar, quando havia comida; o do querosene ao anoitecer (Barroso, 1961, p. 68).

Tendo escrito um texto de ficção atravessado por elementos da vida urbana que coincidiam com o período em que nasceu e residiu em Fortaleza, Gustavo Barroso pôde, em alguma medida, mobilizar aspectos de sua memória pessoal na composição literária da paisagem, dos atores e costumes locais. Nessa perspectiva, a cena montada pelo romancista sugere indícios do fluxo das horas que eram de fato plenamente disponíveis aos sentidos de muitos habitantes da capital cearense naquela época: toque dos sinos, mormaço, avanço da escuridão, aparecimento de vagalumes, acendimento do combustor de gás. Além da visão, do tato e da audição, o olfato também poderia funcionar como um dispositivo corporal apto a captar a existência de outros marcadores temporais: identificava as diferentes partes do dia por meio do ritmo associado ao preparo das refeições e ao uso das lamparinas. O cheiro do querosene anunciava o anoitecer sem a obrigatória referência visual, num tempo em que a energia elétrica ainda não firmara presença no cotidiano da cidade.

O tema da eletricidade, que aos poucos receberia certa atenção na imprensa, também foi comentado no âmbito de outras linguagens, como a propaganda e o teatro popular. Na peça de estréia de Carlos Câmara – *A bailarina* (1919) – um habitante de Fortaleza, em estada no interior do estado para convalescer da gripe espanhola, conversa com uma velha que, nascida na capital, de lá migrara trinta anos antes:

PERALDIANA – Mais me diga, seu Calango, o Ceará d'hoje [i.e., sua capital] ainda será o Ceará véio bonzão dos meus tempos? Ou tará mais amiorado... p'rá pió?

ELISIÁRIO – Vai cada vez melhor. Aquilo é um terrão. Temos agora novas avenidas, teatros, cinemas, o diabo a quatro. E hoje tudo é movido pela eletricidade,

a força motriz, a força geratriz do mundo, quando não há greve. Tudo hoje em dia, minha senhora, se faz eletricamente.

PERALDIANA – Quáo, seu moço. Eu dou munto mais pulo sistema antigo. É mais seguro (Câmara, 1979, p. 47).

A coexistência do novo potencial com outras fontes que reportavam ao “sistema antigo” (gás, vapor, tração animal) não obliterava, porém, uma percepção em evidência no meio urbano: a de que a energia elétrica parecia vocacionada à transformação da vida cotidiana, mesmo que a princípio se limitasse à movimentação dos bondes e à luz domiciliar. É razoável supor que essa idéia iria se disseminar também nas camadas populares, fosse pelo contato direto com as aplicações daquela tecnologia, fosse pelas impressões colhidas informalmente junto a quem já testemunhara os seus benefícios nas atividades do dia-a-dia.

Na peça de teatro a eletricidade, malgrado seu franco poder, é mencionada com certa irreverência, que não seria inteiramente gratuita, pois em 1917 a cidade testemunhara a paralisação dos empregados da concessionária britânica, interrompendo o serviço dos bondes (Studart, 1973). A nova tecnologia expunha suas fragilidades, assim como revelava a luta dos trabalhadores do setor por melhores salários e condições para a categoria. Acima de tudo, as greves serviam de lembrete: por trás daquela energia discreta e silenciosa, que chegava às residências por meio de postes e fios, havia uma legião de anônimos sem cuja cooperação o transporte coletivo parava e reinava a escuridão noturna. Por meio da eletrificação, a cidade veria o aprofundamento complexo de uma rede técnica e social que, entre tantos desdobramentos, impunha uma maior dependência da esfera privada em relação a equipamentos e estruturas de grande envergadura com ramificações capilares.

Nas primeiras décadas do século XX a eletricidade também costumava recrudescer a impressão de contraste entre um estilo de vida moderno, então ostensivo nas capitais, e uma cultura ainda pouco afetada pelo ritmo intenso das mudanças técnicas, própria dos pequenos aglomerados e das áreas rurais. O conjunto dessas diferenças – na escala do espaço, na assiduidade dos aparatos fabris, na modificação dos costumes, no registro do tempo – poderia às vezes servir de ensejo à montagem estilizada de uma polaridade entre campo e cidade.

Um folheto de cordel, que narra a viagem de um sertanejo a Fortaleza, procura salientar o desajustamento sensorial diante de objetos e hábitos identificados

à sociedade civilizada, porém pouco inteligíveis aos repertórios de valores e gestos próprios de comunidades reguladas sobretudo por uma interação direta entre as pessoas e organizadas de acordo com marcação natural de dias e noites:

Eu vim do sertão, pro' mode vê
A capitá do Ceará!
Eu vi coisa do árcu da véia!
Qu' i faz a gente siarripiá.

Quando eu cheguei na estação centrá
Vi uma luz acendê sem pavio
Uma “gaiola cum nome de bonde”,
Que vinha danada pu riba do trilho!

Na casa em qui fui amoitado,
Tinha uma “tirrina” no pé da mesa
O povo cuspi dentro,
Meu Deus, nunca vi
Tamanha nogenteza (apud Almada, 2005, p. 64).

A escarradeira, o bonde e a lâmpada elétrica são artefatos da vida urbana e, nessa condição, tornam-se, para o sertanejo, catalisadores de um profundo estranhamento. Entre tamanhas novidades, a luz que acende sem pavio merece particular atenção, pois remete a um vínculo de raízes imemoriais: aquele que reconhece no fogo a fonte irredutível da claridade artificial. Essa alteração técnica produziu um deslocamento na sensibilidade visual equivalente ao verificado em relação ao tato com o advento do fogão a gás, que, ao gerar uma fonte invisível de energia térmica, contrariou a associação bastante antiga entre o calor e a chama (Giedion, 1948, p. 542).

Mudanças dessa ordem, embora pouco valorizadas, não são anódinas como habitualmente se julga. O filamento elétrico fez surgir um foco luminoso inenso à ação do vento, isento de fumaça, livre do risco de intoxicação, mais estável em seu brilho, sem marca olfativa, emitindo pouca quantidade de calor se comparado a outros artefatos de igual finalidade. Com a lâmpada incandescente se operou, portanto, todo um rearranjo do quadro perceptivo. A rapidez e praticidade no

acionamento do artefato elétrico favoreceu também a afirmação de uma cadência mais acelerada, antes incomum, dada a relativa morosidade dos apetrechos tradicionais que, muitas vezes, aliava-se a certas flutuações de espírito²¹ e demandava uma quantidade maior de gestos: se a utilização de uma lâmpada elétrica está condicionada ao simples toque de um botão, o manuseio de lamparinas, velas e mesmo da luz de gás implica a mediação do fogo – fato que inviabiliza a produção de um nexu instantâneo entre o gesto e seu respectivo efeito.

Com a difusão da lâmpada ocorreria um apelo menos generalizado àqueles objetos simples, carentes de notoriedade material, que sustinham uma chama bruxuleante no combate à escuridão. Luz que, em sua oscilação, sugeria a amplas frações de moradores do sertão não propriamente uma lufada de vento, e sim um presságio misterioso, um recado transcendente, um vestígio de comunicação com entidades sobrenaturais.²² Como destacou Gustavo Barroso em seu livro de estréia, dedicado às tradições e costumes das populações interioranas do Ceará, havia no cotidiano um trânsito intenso entre mortos e vivos, não sendo incomum a noção de que aqueles lançavam a estes sinais de sua presença ou passagem, notadamente à noite.²³

Portanto, não seria descabido admitir que, numa perspectiva mais abrangente, o avanço da eletrificação teve influência em mudanças não apenas na organização tangível do cotidiano, mas também em estratos do imaginário social, como o domínio das crenças e comportamentos religiosos. E mais do que isso: enquanto a chama da vela ou do lampião, em sua dança incerta, poderia convidar à fantasia e ao devaneio²⁴ ou mesmo à decifração de mensagens sibilinas, o bico de gás e a lâmpada elétrica eram mais propensos à reiteração de um lembrete: o do pagamento da conta

²¹ “Existe um parentesco entre a lamparina que vela e a alma que sonha. Tanto para uma quanto para a outra o tempo é lento. Tanto no devaneio quanto na luz fraca encontra-se a mesma paciência” (Bachelard, 2002, p. 19).

²² “A luz dançando sem motivo é mensagem do além-mundo. Bom ou mau agouro? Depende da visão dada. É, afirmam, um recado autêntico das almas interessadas na tranqüilidade dos entes queridos que deixaram na terra. [...] Ninguém acredita que a chama se mexa unicamente pelo impulso da viração. Alguém está, bem próximo, bafejando intencionalmente um aviso, uma lembrança, um sinal preventivo. Felizes os que compreendem a missiva da luz trêmula” (Casado, 2001, p. 319).

²³ “O matuto acredita em almas penadas, visagens que aparecem pelos caminhos desfreqüentados, nas taperas, sob os arvoredos sombrios, alta noite. Crê que elas vêm pedir orações e missas ou indicar o lugar onde enterraram dinheiro, quando eram vivas” (Barroso, 1962, p. 220).

²⁴ “A chama, dentre os objetos do mundo que nos fazem sonhar, é um dos maiores operadores de imagens. Ela nos força a imaginar. Diante dela, desde que se sonhe, o que se percebe não é nada, comparado com o que se imagina. [...] Temos pela chama uma admiração natural, ouso mesmo dizer: uma admiração inata. A chama determina a acentuação do prazer de ver, algo além do sempre visto. Ela nos força a sonhar” (Bachelard, 2002, p. 9, 11).

de luz, cujo esquecimento ou desdém revelava, pelo avesso, a inevitável relação mercantil a orientar o fornecimento da luz, como sugeriu a passagem de um romance do escritor Jáder de Carvalho:

Joãozinho e Canuto continuaram, por mais algum tempo, na sala de trás.

- Está escuro. Abre ali o registro, Canuto – pediu o bacharelado.

- Luz? Você não sabe que a “Light” mandou cortá-la agora de manhãzinha? Três meses de atraso, meu caro. Hoje nós temos que bancar o Paula Ney. Se quisermos luz, discutiremos a noite inteira. Da discussão nasce a luz. Estaremos arranjados (Carvalho, 1945, p. 42).

No meado dos anos 1920 já havia uma parcela razoável de moradores que conheciam os benefícios e despesas trazidas com a eletricidade em imóveis e aposentos particulares. Um relatório do engenheiro fiscal junto à Ceará Light, escrito em 1926, informava a existência de 5.337 instalações elétricas para luz e 367 para força, no contexto de uma cidade com população aproximada de noventa mil habitantes (Fortaleza, 1926). Quatro anos depois o *Anuário estatístico do Ceará*, em vista da indisponibilidade de dados sobre o total de quilowatts-hora consumidos na capital, indicava que cerca de sessenta mil lâmpadas iluminavam as residências de um contingente em torno de 109 mil pessoas (Ceará, 1933, p. 28, 277) – estimativa que sugere quão próxima era, mesmo para as fontes oficiais, a identificação entre luz e energia elétrica, tendo em menor conta as demais aplicações desse potencial. Naquele momento Fortaleza certamente não ocupava posição eminente no que tange ao consumo de eletricidade, quando observada em perspectiva nacional. Entretanto, o usufruto da corrente elétrica em âmbito privado ajudaria a reforçar certo prestígio do município no plano regional, com base numa equação que conjugava luz e hierarquia simbólica.

A sintonia entre as novas formas de energia e a consolidação da modernidade urbana é também sugerida num livro – *O Juazeiro do padre Cícero* (1926) – que, no segundo quarto do século XX, exerceu significativa influência sobre a maneira reticente como a intelectualidade brasileira avaliava o fenômeno religioso irradiado a partir daquele taumaturgo sertanejo. Seu autor, o paulista Lourenço Filho, esteve no Ceará entre 1922 e 1924 com o propósito de implementar uma reforma do ensino público, sob os auspícios do governo estadual. Tendo percorrido porção considerável

de cidades, vilas e povoados, ele recolheu impressões quanto ao que seriam os diferentes graus de civilização do povo cearense, propondo um escalonamento em sentido decrescente à medida que, da capital, se demandava o interior do estado. Se Fortaleza correspondia a um lugar engajado no tempo presente, de claros vínculos com o mundo contemporâneo, ao longo da via férrea que penetrava os sertões a condição era bem outra: populações marcadas por costumes e falares em desuso, acanhamento das modernas atividades de indústria e comércio, rusticidade das edificações, ambiente hostil às expansões do intelecto – expressões de uma sociedade descompassada, herdeira de um modo de vida ultrapassado, em hiato com as conquistas do progresso técnico e do aprimoramento cultural. Em certos momentos, o percurso do trem, deixando atrás de si a faixa litorânea, ganhava o aspecto de uma descida ao inferno ou, quando menos, de uma viagem de retroação no tempo, conforme a metáfora empregada por Lourenço Filho e cuja evidência ele buscou traduzir em flagrantes representativos, como o relacionado às técnicas de iluminação: “A luz elétrica torna-se gás acetilênico; depois, lampião belga; em seguida, candeeiro; mais tarde, candeia de óleo de mamona...” (Lourenço Filho, s.d., p. 28).

Por seu turno, o sistema do gás, que tinha por função precípua clarear as ruas, praças e jardins da capital cearense, mostrava àquele tempo deficiências e contratempos que não passariam despercebidos das autoridades. Em relatório da Câmara Municipal, lê-se que o serviço de luz elétrica, “não sendo perfeito, é, sem dúvida, relativamente bom, comparado que seja aos do telefone e iluminação pública, ambos estes detestáveis” (Fortaleza, 1925). Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 1927, o então presidente do estado assim comentava a iluminação em apreço:

Esse serviço, embora de caráter e interesse privativamente municipal, continua por conta do estado, a cargo da “The Ceará Gas Company, Ltd.”, cujo contrato terminará em 1958.

Não pode ser pior a iluminação da capital.

Teve o Governo do Estado, de acordo com o do Município, vários entendimentos com a companhia inglesa concessionária do contrato, a fim de induzi-la a substituir por luz elétrica a atual, que, além de antiquada, é de péssima qualidade (Ceará, 1927, p. 42).

O Executivo estadual encaminhou à companhia do gás uma proposta de modificação da forma de luz (discriminada inclusive no contrato), que previa em breve o uso da eletricidade nos logradouros públicos, mas essa sugestão não surtiu qualquer efeito prático. Entrementes, as despesas com aquele serviço sofreram majoração apreciável, em razão do aumento nos custos operacionais e da situação cambial desfavorável à importação da matéria-prima e equipamentos empregados na produção e distribuição do gás. Em 1926 o gasto para os cofres públicos somava pouco mais de 334 contos de réis, ao passo que em 1930, para se manter 2.800 pontos de luz na cidade, ele alcançava uma quantia superior a 568 contos, indicando um acréscimo de 70%. Essa tendência ascendente apresenta maior impacto se confrontada à importação geral de mercadorias, feita pelo estado naquele quinquênio, que passou de 25.434 para 21.786 contos de réis (Ceará, 1933). Ou seja, o dispêndio com a luz de gás atingiu, em meia década, uma proporção relativamente elevada do que o Ceará gastava com a aquisição total de bens no exterior. O serviço de iluminação, historicamente oneroso, chegava a patamares preocupantes no princípio dos anos 1930.

A agitação das forças políticas contrárias ao governo da República que, em sua culminância, fez irromper a chamada Revolução de 30, desencadeou a deposição do presidente Washington Luís e abriu um novo período na história política do país. A isso seguiu-se a montagem de uma estrutura administrativa com tendências mais centralizadoras, cuja direção foi assumida por Getúlio Vargas. Nomeados interventores para as diversas unidades da federação, receberam eles poderes para, entre outros, determinar a revisão dos contratos de serviços públicos em vigência desde a República Velha. Posto à frente da administração estadual em 1931, o capitão Carneiro de Mendonça, em vista das despesas crescentes com a iluminação pública da capital, entendeu por criar naquele mesmo ano uma comissão para o estudo do contrato firmado com a Ceará Gas, terminando afinal o Governo do Estado por rescindi-lo unilateralmente, em 30 de julho de 1934 (Nobre, 1981, p. 107-108). A empresa Ceará Light obteve então um contrato provisório para a execução do serviço, logrando depois a concessão definitiva da geração e fornecimento de luz e força elétrica a Fortaleza. Iniciada em dezembro de 1933 a instalação de umas poucas lâmpadas em caráter experimental, no fim do ano seguinte se procedeu à mudança gradativa do sistema de iluminação. Estimava-se por então uma economia mensal de 25 contos de réis frente aos recursos consumidos pelo gás (*Correio do*

Ceará, 15 dez. 1934), vantagem a que se juntava a sensação agradável propiciada pela inovação aos olhos de uma parcela dos habitantes: “temos visto o lindo efeito da luz elétrica em várias ruas da cidade, entre outras a Floriano Peixoto, Major Facundo, Barão do Rio Branco e o grande bairro da Praia de Iracema. Em breves dias teremos luz elétrica em grande parte de Fortaleza, atingindo mesmo os pontos mais afastados” (*O Povo*, 21 dez. 1934). Parece, todavia, pouco provável que a inauguração do novo serviço despertasse unânime contentamento. E mesmo alguns dos que aplaudiram a rescisão do antigo contrato com a Ceará Gas não entendiam que, necessariamente, a longeva forma de iluminação deveria ser abandonada em proveito de uma outra. Certas vozes na imprensa viram com reserva a decisão governamental de lançar um edital que prescrevia a implantação da eletricidade em ruas e praças, em razão do que a velha concessionária britânica ficava impedida de concorrer ao novo contrato.²⁵ Por seu turno, em 1938 o cronista João Nogueira, já referido, afirmava que até 1914 a capital fora muito melhor iluminada, e desde então experimentava problemas recorrentes para manter o serviço a contento. Homem cujo repertório sensorial fora formado na segunda metade do século XIX, nascido no mesmo ano em que ocorreu a inauguração da luz de gás em Fortaleza, o engenheiro Nogueira exprime uma opinião que talvez partilhassem outros habitantes mais velhos, para os quais a existência de determinados aparatos técnicos (como a rede elétrica e os automóveis) não constituía um fenômeno habitual e evidente, mas resultava de transformações sucessivas num quadro cotidiano que, até ali, não denotava dependência irremediável das novas tecnologias. Essas derivações do aperfeiçoamento industrial, por vezes, eram também vislumbradas com austeridade: pouco mais velho que João Nogueira, o farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo salientou, sem denotar entusiasmo, o aspecto noturno do chamado “coração da cidade” na década de 1920, segundo lhe haviam contado: “Há cerca de quarenta anos não vou à praça do Ferreira à noite. Dizem-me que é um céu aberto; milagres da luz

²⁵ “Fomos dos que não aplaudiram a maneira por que o governo cearense se tem conduzido no caso da iluminação pública de Fortaleza. Mesmo querendo respeitar-se os motivos que levaram a administração pública a assumir a atitude radical que tomou contra a companhia inglesa, já no apagar das luzes dos poderes discricionários, não vemos como justificar-se as medidas posteriores. Entendeu a prefeitura de fazer um contrato para a iluminação da cidade e publicou edital exigindo o sistema exclusivo a eletricidade, o que importava em excluir a companhia que já vinha executando o serviço a gás carbônico, o que era uma injustiça. [...] A propósito de concorrência, o governo ainda não abriu para aquisição do material destinado à instalação provisória, nem também para o fornecimento da energia elétrica. Antes de saber-se quanto se gastará, valerá a pena dispensar o serviço do gás?” (*Correio do Ceará*, 10 dez. 1934).

elétrica”. Como tantos outros, esse prodígio, no entanto, estava longe de contribuir para a melhoria integral dos seres humanos: “Fortaleza era, há cinquenta anos, menos civilizada do que hoje, porém muito mais moralizada. A civilização dá ao homem mais bem-estar, mas não lhe aperfeiçoa a moral” (Teófilo, 1931, p. 103).

Observações como as expendidas pelo cronista e alguns jornalistas sugerem que o teor mais agudo das críticas à iluminação pública nem sempre se dirigia à luz de gás propriamente dita, mas em geral tinha por alvo a má qualidade do serviço prestado. De fato, tem-se hoje alguma dificuldade em conceber as razões pelas quais, décadas atrás, houve relutância, ainda que discreta, em preterir o gás da cena urbana. Isso talvez se deva à forte influência da luz elétrica na sensibilidade visual contemporânea, tendente a não valorizar ou a simplesmente embotar a qualidade que no passado era atribuída a determinados artefatos luminosos. Tal diferença de avaliação não quer dizer somente que os níveis de claridade obtidos e praticados há duas ou três gerações seriam atualmente considerados insuficientes, mas também que certos ambientes pouco devassados por uma luminosidade franca e experiências acolhedoras da sombra e da penumbra poderiam ser dotadas de uma positividade que ulteriormente se tornou inusual, ou até invisível.

Durante boa parte do século XIX a população de Fortaleza, a exemplo do que ocorria em diversas cidades brasileiras, era orientada a retornar a suas casas e nelas permanecer após o toque de recolher, que soava às 21 h.²⁶ Ultrapassado esse horário, as autoridades policiais que rondavam pelos logradouros poderiam deter e revistar eventuais transeuntes, não raro envoltos numa certa atmosfera de suspeição. Como menciona um cronista, na época em que, conforme certo reparo jocoso, a cidade “dormia com as galinhas”, a observância a essa prescrição induzia com frequência o passo pressuroso dos habitantes tardios rumo às moradias,²⁷ até porque, além do controle exercido pelos agentes da lei, sobre a noite pesava uma imemorial impressão de mistério e receio que, ao menos em parte, estava conjugada à relativa fragilidade

²⁶ Sobre o costume de pautar pelas nove horas da noite o encerramento de visitas, conversas e mesmo certas atividades comerciais, com o subsequente recolhimento às residências, cf. Cascudo (2004, p. 45-47).

²⁷ “O direito da locomoção sofria restrições [no meado do século XIX]: a polícia não permitia que, na cidade, depois de 9 horas da noite, continuasse o trânsito público. A essa hora tocava a *recolher*, no quartel do corpo fixo, e, às notas compassadas da corneta, ouvidas distintamente nos pontos mais afastados da pequena cidade, estugavam o passo os retardatários em busca de suas habitações. Ouvia-se então, na praça da Carolina (ex-José de Alencar, depois Capistrano de Abreu) o ruído das portas das tavernas que se fechavam apressadamente e o burburinho alvoroçado da gente que se retirava, e ali estivera, desde 6 horas, no pequeno comércio de peixe fresco e das fressuras, vindas à tarde do matadouro” (Abreu, 1934).

da iluminação pública, como também à crença antiga de que forças e entes sobrenaturais tinham presença mais assídua com o sol posto. Noções compartilhadas sobre os perigos da noite eram ainda correntes nas primeiras décadas do século XX: a escuridão acolhia não apenas uma diversidade de crimes, mas servia de palco à emergência de vestígios do além-mundo. No Cariri dos anos 1910, um grupo de meninos tentaria, sem chegar a termo, pôr à prova a veracidade de uma história de risco e prodígio: aquele que tarde da noite lograsse passar a mão direita por baixo da porta principal da igreja, deixando de fora o polegar, seria apalpado pelo diabo: se este conseguisse alcançar o polegar, ganharia a alma do pretendente audacioso; caso contrário, o desafiante adquiriria, de imediato e sem a necessidade de estudo, largo conhecimento no domínio que desejasse. As narrativas desse gênero se juntavam muitas outras: em diversas localidades do Ceará se conservava o hábito de, após o jantar, reunirem-se parentes, amigos e vizinhos em roda para palestrar assuntos diversos, inclusive casos de assombrações e visagens que, contados e recontados, favoreciam a sobrevivência de velhas precauções e temores: “Essas conversas contribuíam para que todo ruído ou barulho anormal, ouvidos à noite, fossem levados à conta de coisa do outro mundo”, comentou um escritor que repassava lembranças de sua vida dos anos 1910 aos 1920 (Cabral, 1978, p. 166).

Além da vigilância policial e das inúmeras histórias de manifestações sobrenaturais, outros fatores devem ter contribuído para inibir a gradativa transformação da noite num campo oportuno à vigília, ao lazer e à deambulação. A julgar pela quantidade de clubes e associações existentes na capital cearense, as ocasiões de passeios e encontros noturnos eram menos numerosas e diversificadas no terceiro quartel do século XIX do que viriam a se tornar depois, sugerindo que possivelmente a expectativa de luz regular e abundante durante a noite ainda não integrava a cultura sensível de homens e mulheres de outrora no grau de obstinação a que estamos acostumados. E, mesmo quando se pretendia aproveitar o período noturno para o usufruto do lazer, nem sempre essa aspiração estava compulsoriamente ligada ao incremento da luz artificial: ao sugerir ao poder municipal a construção de um coreto à beira-mar, determinado jornal salientava a oportunidade de ali organizar retretas em *noites enluaradas* (*Correio do Ceará*, 21 fev. 1930; Mota, 1955, p. 134). Outro indício da menor ênfase que parcela dos moradores então dispensava à claridade noturna vem sugerido nas descrições dos memorialistas sobre as serenatas de outras épocas. Tidas à conta de hábitos que

espelhavam uma cidade pretensamente mais singela e romântica, elas eram realizadas de preferência nos períodos de lua cheia, quando de praxe se desligavam os lampiões a gás. “E as serenatas? Ah! as serenatas daquele tempo...”, evoca o pintor e poeta Otacílio de Azevedo. Em sua mocidade, nas décadas de 1910 e 1920, costumava percorrer ruas e bairros distantes do perímetro central, juntamente com amigos, cantores e músicos versados no violão e na flauta. “Encontrávamo-nos quase todas as noites e, principalmente, quando o espelho argênteo da lua esparzia sobre a cidade-menina a sua luz romântica” (Azevedo, 1992, p. 97). Nesse caso, era justamente a falta de uma fonte de luz intensa e profusa que assegurava em boa medida o efeito sentimental interpretado como propício ao cultivo das paixões e às expansões afetivas. Assim, parece que, aos olhos daqueles escritores, havia uma afinidade entre o abrigo da penumbra e os recônditos do coração.

A passagem do gás à eletricidade recobriu nuances significativas, embora despercebidas numa primeira visada. Afinal, se, por um lado, a nova fonte de energia era recebida com otimismo e aprovação de boa parte da opinião pública, por outro não faltaram críticas ao modo como foram conduzidos os trabalhos de implantação da rede elétrica:

Daqui a pouco ninguém certamente poderá andar nas ruas de Fortaleza sem correr o risco iminente de avariar as canelas ou perder algum dos pés numa contorção mais violenta e desastrada.

E isto apenas é motivado, lamentavelmente, por uma incúria indesculpável da Prefeitura, que manda arrancar os combustores da iluminação a gás e inexplicavelmente deixa a descoberto, numa constante e perigosa ameaça à integridade física do público, os vastos buracos escavados para o arrancamento dos postes.

Boa medida esta, de embelezamento da cidade. Belo processo de modernização de nossa “urbs” (*A Rua*, 8 out. 1933).

Invectivas desse gênero eram correntes no periódico *A Rua*, que assumira uma postura de franca oposição às administrações estadual e municipal, mostrando-se particularmente atento à consideração de projetos e obras públicas imbuídos de um propósito modernizador, entre os quais figuravam a reforma do mais importante logradouro da capital (a praça do Ferreira), a implantação de um novo modelo de pavimentação das principais vias (à base de concreto) e o estabelecimento da

eletricidade na iluminação das ruas e praças, todos iniciados nos anos de 1933 e 1934. O crescente vulto dessas intervenções técnicas na paisagem da cidade fomentava entusiasmos, mas também acentuava divergências, mormente quando as propostas se dirigiam a elementos que compunham o imaginário urbano e influíam diretamente nos modos de visibilidade em público, como era o caso dos combustores de gás. Nessa perspectiva, se o reparo feito pela nota do jornal *A Rua* não sugeria qualquer apego a um valor de tradição encarnado nos lampiões, também estava longe de somente velar pela integridade física dos cidadãos: afinal, falava-se ainda em “embelezamento da cidade”, que parecia ora em diante desfalcado tanto pela negligência dos buracos a céu aberto quanto pela retirada do aparato de iluminação cuja uniformidade, perfil esguio e sóbria estrutura metálica eram tidos, por muitos dos habitantes, como expressões do elevado padrão estético que os governos anteriores haviam legado ao ambiente urbano.

Nesse sentido, vale observar que a década de 1930 ainda está à espera de um trabalho historiográfico capaz de articular a emergência de uma nova era política e o impulso de transformações diversas na experiência diária dos moradores da cidade, que testemunharam uma série de processos sociais quase simultâneos: a irrupção de novos sistemas técnicos (na iluminação pública, na pavimentação, na remodelação de logradouros); a inauguração do primeiro arranha-céu, onde foi instalado o Excelsior Hotel (1931); a instalação da primeira estação radiofônica do estado, a Ceará Rádio Clube (1933); a adoção de uma nova cartografia simbólica traduzida no esforço administrativo de renomear ruas, praças e avenidas (1932), com vistas à reiteração de uma memória oficial legível no espaço público e em consonância com a reordenação política que se seguiu ao fim da chamada República Velha; a formulação, feita pela edilidade, de uma nova demanda de planejamento urbanístico para a cidade em expansão, solicitado ao arquiteto Nestor de Figueiredo (1933); o advento de uma seca (1932) que, grassando o interior do estado, expulsou milhares de sertanejos que se instalariam, precariamente e em definitivo, nas franjas do tecido urbano, com impacto considerável no quadro demográfico (Castro, 1977, 1982, 1987; Girão, 1959; Nogueira, 1980; Ponte, 1999; Rios, 2001; Silva, 1992; Silva Filho, 2002b).

Durante essa conjuntura os grupos sociais tiveram de empreender, em um curto lapso de tempo e numa escala talvez desconhecida, negociações constantes entre a sanha renovadora e os apelos da permanência. E embora uma parcela dessas mudanças (notadamente as de perfil tecnológico) viesse recoberta de implicações

positivas, a passagem de uma estrutura consolidada a outra, inédita, ainda por implantar, podia comportar efeitos desestabilizadores, fosse em termos de capacidade adaptativa, fosse como aquele em que prosaicamente, entre o combustor de gás e o poste elétrico, crescia um interstício às vezes palpável, em última instância um buraco. Em tal medida recrudescia, naqueles anos, a atmosfera de tensão política, com desdobramentos na imprensa local, multiplicando-se através de denúncias e reprovações aos gestores públicos, que o historiador Raimundo Girão – à época prefeito de Fortaleza e, em razão do tirocínio na pesquisa do passado, muito ciente do peso do periodismo na construção de sua imagem para a posteridade – cuidaria de registrar em suas memórias o que julgava ter sido o resultado de um espírito de prevenção sem fundamentos, movido em larga medida por interesses pessoais.²⁸ Em que pese o acerto ou equívoco dessa ressalva, o fato é que o início do sistema de iluminação elétrica de Fortaleza tomou parte num amplo movimento de modificação da fisionomia urbana e de certas práticas cotidianas. E esse movimento não teria como vir dissociado de um contexto no qual afloravam pressões modernizadoras, em parte sintonizadas com o interesse em reafirmar valores de um progresso especialmente contrastado com o passado recente e suas conotações de atraso social e político.

A aplicação do potencial elétrico na via pública constituiu, à vista de muitos letrados, um melhoramento festejado que, embora inicialmente circunscrito ao ponto de vista técnico, assumiu conotações simbólicas de força indiscutível, pois sugeria a equiparação de Fortaleza a centros urbanos mais prósperos e dotava a capital de um equipamento identificado ao círculo prestigioso das metrópoles modernas. Essa nova epiderme luminosa funcionava em duplo registro: tanto servia à comparação entre cidades diversas, revestindo o orgulho provinciano com outra roupagem, quanto se transformava num índice de distinção que pautava o esquema hierárquico projetado sobre diferentes áreas do território urbano. No dia 14 de fevereiro de 1935 o jornal *A Rua* publicou uma reivindicação pelo benefício da energia elétrica, poucos meses após o início daquele serviço:

²⁸ “A essa altura [1933], o jornal *A Rua* fazia-me campanha desarrazoada. Dirigido por um professor e jornalista reputado, mas amante do néctar de que tanto gosta Dionísio, e mal assessorado, encampando sem qualquer exame o despeito de elementos a quem eu antes obsequiara (havia chegado a vez de não merecerem anuência as suas solicitações descabidas), o jornal parecia não ter outro assunto que o de censurar o governo e, de modo preferido, o do Município” (Girão, 1972, p. 176).

Pessoas moradoras à rua do [governador] Sampaio solicitam, por nosso intermédio, as vistas do sr. prefeito para o abandono em que se encontra aquela rua.

Apesar de muito central, localizada no perímetro urbano, nas imediações mesmo do Palácio do Governo, até o presente continua às escuras, enquanto outras ruas mais afastadas dos subúrbios já se encontram iluminadas a luz elétrica (*A Rua*, 14 fev. 1935).

Evidentemente essa diferenciação noturna entre regiões da cidade, perceptível devido à iluminação desigual de suas vias, não fora inventada pelo advento da eletricidade, porém herdada dos sistemas técnicos anteriores, como o azeite de peixe e o gás carbônico (Nogueira, 1980). Este último, em especial, na medida em que emitia uma chama bem mais clara, limpa e estável que aquela resultante do óleo animal, deve ter contribuído para acentuar o contraste entre os trechos iluminados e os que se mantinham sob o véu da noite. Em contrapartida, os combustores a gás, que durante quase setenta anos serviram a cidade e foram alvo de numerosas reprovações no tocante à qualidade da luz fornecida, receberam um tratamento bem diverso após sua desativação. Agraciados com a condescendência reservada às figurações de um passado idealizado, ganharam a auréola da nostalgia e foram convertidos em símbolos de uma época irrecuperável pela experiência, mas cuja sobrevivência deveria ser sancionada pela vigília da memória. A transfiguração daqueles artefatos em monumentos intangíveis, em relíquias destinadas a um culto da saudade, tornou-se factível através de livro de crônicas lançado já em 1938. Não decorreria sequer uma década do encerramento do antigo sistema de iluminação, e o escritor Raimundo de Menezes inventava, em *Coisas que o tempo levou...*, um lugar eminente para aqueles vestígios urbanos. Retirados da paisagem, eles seriam investidos de um brilho respeitoso, recendendo a homenagem póstuma.

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos lampiões a gás! Como eras diferente, na pacatez de cidade provinciana, na quietude de cidade ingênua. Tuas ruas estreitas, mal alumiadas pelos lampiões escassos, com os sobradões sombrios na ponta da rua, com as casinhas de telhados baixos, com os teus hábitos pacatos e modestos, como eras diferente de hoje!

[...] Como a Fortaleza daquelas eras passadas, tão diferentes de hoje, tinha outro sabor, com os seus hábitos e costumes, seu primitivismo familiar, tão suave, tão gostoso, na suprema delícia de um romantismo que fala à nossa emotividade!...

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos nossos avós! Como é doce evocar-te, numa enternecida saudade, ó Fortaleza dos lampiões! (Menezes, 2001, p. 31, 33-34).

Os textos de Raimundo de Menezes tiveram um alcance bem mais vasto que congêneres redigidos no mesmo período, uma vez que, antes da sua reunião em forma de livro, haviam sido divulgados quase todos nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias* e no homônimo programa radiofônico, veiculado pela Ceará Rádio Clube – única emissora então existente em Fortaleza. Ultrapassando os limites do mercado livresco e mesmo da expressão escrita, o autor promoveu, pela letra e pela voz, a inclusão efetiva (afetiva) dos lampiões a gás no imaginário da cidade, e o fez numa escala dificilmente igualada por qualquer outro jornalista ou intelectual.²⁹

A eficácia dessa projeção idílica sobre artefatos antigos nunca é certa, homogênea e coesa. Ela encontraria melhores possibilidades de êxito justamente entre aqueles homens e mulheres que testemunharam e se beneficiaram de existência concreta dos combustores, ou em meio aos que, nascidos após a supressão deles, aderiam sem muita resistência às cintilações de uma tradição inventada. Esses grupos, embora significativos, estavam longe de responder pela totalidade do aglomerado urbano, pois não incluíam grandes parcelas da população local que, morando nos arrabaldes, foram contemporâneas à luz de gás mas dela nunca puderam servir-se. Para tais moradores, não havia condições materiais que

²⁹ No caso específico do tratamento dispensado aos lampiões a gás pelos homens de letras, o gesto de Raimundo de Menezes faria lembrar uma observação sobre o investimento simbólico de determinados objetos que, subtraídos do valor de uso e marcados pelo curso do tempo, passariam a alimentar um veio da mitologia moderna: “O objeto funcional é eficaz, o mitológico, perfeito. [...] *Basta que a sua prática concreta se perca para que o objeto seja transferido às práticas mentais.* Isso é o mesmo que dizer que atrás de cada objeto real existe um objeto sonhado” (Baudrillard, 1993, p. 84, 126 [grifo do autor]). Evidentemente, esse comentário não pode ser aplicado de maneira indistinta ao universo dos artefatos, mas somente a alguns objetos que, por várias circunstâncias, acabam sendo investidos da função de emblemas de uma dada época. Com efeito, nessa ponderação e no compromisso em examinar os contextos sociais e técnicos na singularidade de suas características subsistem dois traços que distinguem a pesquisa histórica da abordagem semiológica, como ressaltou Asa Briggs (1990, p. 17-18): “There is always a danger that semiologists get caught within the limits of their own expository frames, and there is a further danger that when they try to relate everything to everything else in a culture, they are imposing rules on disorderly ‘intelligible universes’ rather than discovering them. Cultural historians have to be very careful to avoid this danger. As Ernst Gombrich has written, ‘it is one thing to see the interconnectedness of things, another to postulate that all aspects of a culture can be traced back to one key cause of which they are the manifestations’”. [Tradução minha: “Há sempre um perigo de que os semiólogos terminem presos em suas próprias estruturas de exposição, e há um perigo adicional de que, quando tentam relacionar tudo com tudo mais numa determinada cultura, eles estejam impondo regras sobre ‘universos inteligíveis’ desordenados, ao invés de descobri-las. Os historiadores culturais têm de ser muito cuidadosos para evitar esse perigo. Como Ernst Gombrich escreveu, ‘uma coisa é ver a interconexão das coisas, outra é postular que todos os aspectos de um cultura podem ser remetidos a uma causa-chave da qual eles são as manifestações’”.]

sustentassem qualquer predisposição à nostalgia dos lampiões. Nem antigos, nem modernos, esses objetos técnicos eram simplesmente uma ausência. Seu funcionamento e sua desapareição dificilmente encontrariam eco na sensibilidade de pessoas que enfrentavam a noite recorrendo a engenhos cediços: velas, lamparinas, candeeiros.

A literatura é pródiga de relatos sobre o cotidiano nessas franjas da cidade, onde a infra-estrutura se mostra rarefeita ou inexistente. Trata-se de áreas opacas, pouco regidas pela lógica do planejamento; constituem “espaços do aproximativo” e não da exatidão; ali os vestígios do improvisado e da ocupação espontânea costumam sobrepujar a racionalidade atribuída ao poder público e aos imperativos de mercado (Santos, 1998). Não raro os personagens de ficção espelhavam, na miudeza dos gestos e da paisagem, traços da rotina dos habitantes do subúrbio. Assim, o pedreiro, entrando tarde em casa, “se curvou sob a sucessão de redes dos meninos. Tateou a caixa de fósforos no bolso da camisa e acendeu a lamparina sobre o fogão. [...] Abriu a porta da frente e sentou-se na soleira para aproveitar mais um pouco a noite. A lua continuava a fazer brancas as coisas”. Noutro enredo, um rapaz a caminho do prostíbulo depara com o aspecto noturno da periferia: “Bruxuleava por entre as moitas de mata-pasto o pavio fumarento das lamparinas nos casebres” (Campos, 1996, p. 29, 32, 101).

Em narrativa transcorrida na década de 1920, um jovem afere a discrepância entre duas celebrações por meio da intensidade luminosa: “na verdade, comparando as duas festas, como lhe parecia mesquinho, naquele momento, o modesto ambiente da casa de Dulce, com a escassa iluminação das casas pobres!” (Carvalho, 1945, p. 227). No Morro do Moinho, bairro de população pobre retratado em conto dos anos 1940, diversas casas viravam ponto de sociabilidade onde costumavam os vizinhos reunir-se à noitinha para “a conversa no terreiro ciscado, ligeiramente alumiado pela luz da lamparina que dançava no pavio e na parede sem reboco” (Campos, 1946, p. 45). O emprego desses pequenos apetrechos luminosos parecia acentuar certo aspecto misterioso das coisas vislumbradas sob o manto noturno, garantia mesmo aquela milenar vivacidade das sombras, tão persistente e que seria praticamente abolida da percepção corriqueira mediante a proliferação dos filamentos elétricos.

À diferença da maioria dos aparelhos de iluminação acionados pelo gás e a eletricidade, aqueles objetos guarnecidos de pavio em geral apresentavam, malgrado suas desvantagens, uma qualidade prática decisiva para os usuários: a mobilidade. Na

medida em que não participavam de um sistema técnico, com pontos específicos de produção e distribuição da fonte de energia conectados em rede, não havia compromisso com a sedentariedade. Mais que um detalhe, esse caráter transponível condicionava a presença de partes indispensáveis à anatomia dos artefatos: aselhas para as lamparinas, alças para os lampiões. O desenho preparado para a firme acolhida da mão sugere aí um gestual do movimento, reporta a um foco que, sendo conduzido pelo usuário, pode a cada vez clarear ambientes distintos. Corpo e objeto se solidarizam na locomoção.

Foi com o gás e a eletricidade que o brilho artificial assumiu, dentro das casas, uma propensão mais estática, um vínculo direto com determinado ponto no espaço. Isso delinearía, ao menos no caso do potencial elétrico, uma outra relação entre a ocupação dos aposentos e o uso da luz: se, antes, sair de um cômodo à noite implicava a possibilidade de levar consigo o objeto luminoso, o advento dos sistemas industriais de energia tornou supérfluo esse deslocamento. A luz estaria disponível, igualmente, em qualquer compartimento, sem a necessidade de carregar um artefato para devassar o escuro. Em contrapartida, era agora requerida maior atenção para sincronizar as ações: o abandono do quarto ou da sala deveria ser acompanhado do desligamento do foco luminoso. Vai-se configurando um modo diferente de emprego da luz artificial, doravante mais sensível ao uso fracionado no espaço, descontínuo no tempo. Essa luz, consagrada com a matriz elétrica, tende a eleger como seu parâmetro a demanda de cada indivíduo. É dele a responsabilidade pelo usufruto e, igualmente, pelo desperdício. Paradoxo curioso: ao mesmo tempo que destituíram as habitações de sua antiga autonomia e, assim fazendo, minaram o controle privado sobre a obtenção de luz, os modernos sistemas de iluminação desenvolveram uma consciência mais aguda do gasto de energia, que deveria ser introjetada por cada usuário particular. Daí por diante, residências prodigamente iluminadas poderiam tornar-se, mais que no passado, um sinal de desleixo ou um índice de ostentação.

Por outro lado, medidas austeras de economia podiam constituir motivo de zombaria entre subalternos e empregados domésticos: na peça *Pecados da mocidade* (1926), do teatrólogo Carlos Câmara, um personagem aproveita a ausência do chefe para fazer um congraçamento com figuras engajadas no serviço da casa:

Carrapato! Carrapato! (entra Carrapato) Vai buscar conhaque e vinho Quinado. Ali no gabinete do chefe deve haver. (Carrapato sai) Mas está ficando escuro como boca

de tinteiro. (aproxima-se do registro) No começo do mundo disse Jeová: Fiat lux! E a luz se fez. (acende) O velho é um tanto mesquinho. Quando está em casa, é apagando uma lampadazinha aqui, outra acolá. Eu não! Eu lá sou homem para essas somiticarias. Eu gosto de ver é tudo aceso (Câmara, 1979, p. 461).

Interessante observar que, durante algum tempo, a indústria da eletricidade ainda se inspirou em princípios de funcionamento do sistema de gás. Um indício desse momento de transição técnica se encontra numa novela do escritor Fran Martins: ao ouvir tarde da noite um barulho estranho, o personagem da narrativa, supondo tratar-se de um ladrão, levantou da cama para espreitar os demais cômodos da casa: “Girou, por fim, o comutador, a luz espalhou-se em todos os cantos – uma luz forte, que o fez fechar os olhos imediatamente” (Martins, 1948, p. 15). A relação pouco ajustada entre um movimento de rotação relativamente longo e o brusco acendimento da lâmpada testemunha um aspecto da maturação do aparato elétrico: antes de consagrar-se a implantação do comutador adequado ao esquema funcional da nova energia, movido por um simples toque que abre ou fecha o circuito elétrico, essa tecnologia tomou de empréstimo ao gás um gesto e um artefato – o botão giratório – que correspondia à abertura do registro pelo qual passava aquele fluido. Foi necessário, portanto, certo tempo para que o ramo da eletricidade desenvolvesse uma forma de controle sobre a energia que se mostrasse de fato apropriada a suas peculiaridades de funcionamento, regidas não por um mecanismo de gradação (como no caso do gás), mas por uma ativação ou interrupção instantânea da corrente elétrica.

A disseminação da eletricidade reordenou, a seu modo, o critério adotado no consumo da luz, que passaria a ser progressivamente regido por uma escala individual. Contudo, essa tendência a otimizar a serventia das fontes artificiais, interrompendo a continuidade de seu brilho quando conviesse, não foi criada, como por encanto, pela lâmpada incandescente ou pelo bico de gás. Antes da vulgarização de tais artefatos, um objeto de aparente singeleza havia deflagrado esse processo: o fósforo. Sua invenção e fabricação, a partir de 1831, trouxe uma importante mudança, ao permitir que fosse dispensado o imemorial recurso a um lume aceso permanentemente para obter luz e calor. Era então possível, a um pequeno gesto, providenciar fogo para as mais diversas atividades. Essa evidente economia de esforço e tempo, aliada à produção e comércio em ascensão, assegurou ao fósforo

maior assiduidade entre os bens importados pelo Ceará na passagem do século XIX para o XX (Nobre, 1981, p. 94-95). Tratava-se de um negócio cujo vulto surpreende o pesquisador atual: em 1936 as despesas a ele relacionadas chegaram a nada menos que 2.338 contos de réis, com a importação de 219 toneladas (IBGE, 1938, p. 87). Além do fato de ser comprado, outra característica do produto – sua curta duração – provavelmente ajudou a desenvolver um trato mais racional com o processo de iluminação: cada palito tem sua utilidade circunscrita a um breve momento após o início da queima, impondo uma aplicação mais objetiva da chama. Essa segmentação ígnea em pequenas unidades de igual natureza deve ter influenciado a sutil emergência de um senso mais previdente no manuseio da luz artificial.

Artigos voltados à conseqüente iluminação das casas e à fácil obtenção do fogo, os fósforos conheceram invulgar disseminação em Fortaleza a partir dos alvares do século XX. Ao lado de gêneros correntes que integravam a dieta dos humildes, como arroz, feijão e farinha, os palitos de cabeça inflamável eram itens usualmente encontrados à venda em vários estabelecimentos comerciais, mesmo nas insignificantes mercearias situadas na periferia da capital, como o bairro do Alto da Balança, descrito num romance publicado em 1937 (Martins, 1999, p. 23). No emaranhado de ruelas tortas que traduziam a formação espontânea daquele lugar por contingentes de miseráveis, as candeias, lamparinas e velas protagonizavam o frágil combate à escuridão noturna dentro dos casebres. Fora deles somente a incidência do luar ajudava a atenuar o negrume daquelas vias de traçado irregular – penumbra que, como indica o texto ficcional, muitas vezes se convertia em aliado providencial dos desejos de discrição de quem perambulava a horas mortas, à margem dos olhares de outrem.

Nas zonas da cidade servidas pela eletricidade a noite ganhava feição consentânea ao que se considerava um elemento característico da vida moderna. Porém, a marca daquele melhoramento não deixaria de comportar novos perigos. A face lúgubre dessa longa rede de fios, cruzando os quadrantes do espaço urbano, vem exposta num registro literário:

Dona Sofia contou:

- A filha da Sebastiana, coitada, acabou de morrer neste instante. Ia passando pela esquina, quando se ouviu foi o grito dela. Gritou e caiu no chão, se torcendo toda. O grito e a queda da pobre chamaram a atenção do pessoal que conversava na bodega.

Mas não houve remédio: quando chegaram perto viram que a infeliz havia sido morta por um fio da Light. Este mês já duas pessoas foram pro outro-mundo por causa dos fios dessa maldita Light (Carvalho, 1947, p. 88).

Aquela cena não era apanágio da prosa de ficção: em 3 de março de 1929, jornais de Fortaleza abordaram o perigo das quedas constantes de fios da Light na praça do Ferreira, provocando inclusive interrupção no trânsito de veículos (Mota, 1954, p. 233). Os riscos não escolhiam sexo, idade ou classe social: em 1934 uma criança de cinco anos sofreu forte choque ao pisar num cabo que jazia defronte certo grupo escolar da capital (*Correio do Ceará*, 31 jan. 1934). Similarmente, a ameaça das linhas que transportavam a corrente elétrica não era reservada à via pública. Gestos comezinhos, praticados dentro de casa, poderiam ter um desfecho fatal, como aquele envolvendo um jovem comerciante que decidiu “armar a rede para fazer a sesta e não viu o fio elétrico que estava enganchado no armador. O rapaz não deu por conta da coisa e quando foi meter o punho da rede no torno, recebeu forte descarga, que o matou” (*O Jornal*, 6 abr. 1959). Manobras imprevidentes comportavam um grau de risco elevado, mesmo para quem já possuía eletrodomésticos e aparentemente estava mais preparado para lidar com aquela forma de energia: uma senhora que em 1967 resolveu eliminar a ociosidade de uma tomada protagonizou mais outro entre tantos casos lúgubres registrados pela imprensa da cidade: “A tomada há muito que não funcionava. O rádio fora vendido, o ferro de engomar quebrara. E dona Luzia, num dos seus lances de ingenuidade que sempre irritavam o marido, seu Facundo, pegou um prego e um martelo para improvisar um porta-toalha. Bateu o prego no buraquinho da tomada. Bem dentro mesmo. O choque que não foi sopa. Na horinha, dona Luzia, que sofre do coração, foi levada roxa e fria para o Pronto Socorro...” (apud Souza, 2008, p. 103). Os acidentes se abatiam também sobre profissionais em serviço: um eletricitista que fazia reparos na instalação de um domicílio no bairro da Aldeota permaneceu descalço e não providenciou o desligamento da força. “Os trabalhos de conserto já iam bem adiantados quando Firmino de Sousa, sem ter necessário cuidado, pegou no fio elétrico, sendo fulminado pela corrente” (*Correio do Ceará*, 18 jan. 1941). Mortes por eletrocussão despertavam um temor adicional: o de que o contato com a vítima resultasse em outra ocorrência fatal. No caso mencionado, ninguém ousou remover o cadáver do eletricitista, sendo necessária a intervenção de funcionários da companhia de força e

luz. A letalidade da energia penetrou o dia-a-dia na mesma intensidade com que alimentava lâmpadas e motores, a ponto mesmo de render a alusão bem-humorada de um jornalista, que, cumprimentando certo amigo, escreveu: “Sua comunicabilidade é de corrente alternada, como os fios elétricos da Light: atingem a quantos lhe cheguem perto” (*A Rua*, 26 jan. 1935). A troça serve, a contrapelo, como um vislumbre aproximativo dos medos que acompanhavam a utilização da eletricidade.

Contemporânea à aplicação daquele potencial em ruas e praças de Fortaleza foi uma mudança normativa na legislação brasileira. Marco de grande importância no rearranjo das relações entre Estado e energia elétrica, a promulgação do Código de Águas, por decreto presidencial, ocorreu em 1934. Esse texto assinalou o tom nacionalista e intervencionista que, a partir da Revolução de 1930, distinguiria a atuação do governo em temas considerados relevantes para o interesse do país. Ampliando a regulação do setor elétrico mediante o controle e fiscalização do poder público e assegurando à União exclusividade nas concessões e autorizações para uso industrial dos recursos hidráulicos, o código explicitava o recrudescimento da tendência à centralização administrativa e maior ingerência do Estado em diversas áreas da economia brasileira. Entre as inovações daquele dispositivo legal, merecem destaque: a fiscalização mais rígida, nos âmbitos técnico, financeiro e contábil, de todas as companhias com atividades no ramo hidrelétrico; a outorga de novas concessões e autorizações para exploração da força hidráulica somente a brasileiros ou empresas organizadas no país; a distinção jurídica entre propriedade do solo e propriedade das quedas de água, de maneira a fortalecer o papel da autoridade pública no controle do potencial energético nacional. Importa, no entanto, advertir que, embora a eletricidade então gerada no Brasil já procedesse majoritariamente do emprego dos cursos de água, o código, malgrado sua ponderável abrangência, não incidia sobre a modalidade termelétrica, que, até meados da década de 1960, respondia pela maior parcela da energia consumida no Ceará e, em particular, na sua capital.

De fato, já nas duas primeiras décadas do século XX a predileção pela geração hidrelétrica foi se afirmando entre diversas concessionárias que operavam no Brasil. Esse interesse pelo aproveitamento dos recursos hídricos era largamente motivado em razão das condições hidrográficas favoráveis e da maior capacidade energética das usinas que empregavam a força das águas fluviais. Tal modelo de produção de eletricidade, embora existente no país desde o fim do Oitocentos,

consolidou-se a partir da entrada do grupo anglo-canadense Light nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no Distrito Federal, que, investindo na construção de grandes instalações e represas para a exploração dos cursos d'água, contribuiu para o gradativo predomínio dessa modalidade às expensas da matriz térmica. Não obstante, regiões que não dispunham de amplo potencial hidráulico, ou que dele só poderiam servir-se mediante a inversão de vultosos capitais, terminavam optando por usinas termelétricas para fazer frente a suas demandas por energia (CMEB, 1988, p. 44).

No Ceará, desprovido de rios caudalosos e com poucas quedas d'água, os poucos municípios a contar com o benefício da força e luz elétrica no primeiro quartel do século XX, inclusive sua capital, precisavam recorrer a processos de geração térmica assegurados notadamente pela queima da lenha e, em proporção bem menor, pelo consumo do óleo. O Recenseamento Geral de 1920 indica a existência de três usinas no estado, juntas atingindo a modesta potência de 115 hp – equivalente a pouco mais de 84 kW. Somente Goiás apresentava, no conjunto da federação, capacidade geradora inferior ao Ceará. Dados referentes a 1930 denotavam uma expansão energética considerável em termos absolutos, perfazendo aquele estado nordestino um total de 6.651 kW. No mesmo intervalo, a potência instalada do país mais que duplicou, alcançando cerca de 778 mil kW. A escalada energética nacional resultou sobretudo das grande hidrelétricas construídas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro pelas duas maiores concessionárias estrangeiras atuando em território brasileiro – os grupos Light e Amforp. Constata-se, portanto, que, em termos relativos, o incremento na geração elétrica do Ceará, entre 1920 e 1930, se deveu sobretudo ao caráter bastante acanhado de sua base inicial. No princípio dos anos 1930 o estado passara a ocupar melhor posição no quadro da produção energética do país, suplantando congêneres igualmente situados em regiões economicamente pouco dinâmicas, como Amazonas, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Não obstante, o parque gerador cearense mantinha a estrutura característica daqueles espaços onde a difusão da eletricidade se processava em ritmo lento e proporções pouco notórias, marcada pela pulverização de instalações de modesta envergadura e extenso predomínio da modalidade térmica: das 35 usinas que ali operavam em 1930, somente duas eram hidrelétricas, respondendo por não mais que 99 kW. Em 1936 seriam quatro as instalações que aproveitavam a força de rios e quedas de água, mas a geração sofreu um acréscimo irrisório, chegando a 102 kW (IBGE, 1938; 1946; 1951).

O processo de concentração das empresas envolvidas na geração e distribuição da energia, bastante acentuado na segunda metade da década de 1920 com as fortes investidas da Light e da Amforp no setor, incorporando ou assumindo o controle diretor das concorrentes de menor porte, embora não tenha ficado circunscrito aos dois estados mais prósperos da nação, espraiando-se também por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, não se estenderia a áreas cuja exploração apresentava poucos atrativos às duas gigantes estrangeiras (CMEB, 1988, p. 62-66). No Ceará, cujos principais núcleos urbanos (exceto a capital) tinham ainda pouca expressão demográfica e atividades industriais de exígua relevância, o fornecimento de eletricidade estava assentado numa proliferação de concessionárias pequenas: eram 35 em 1930 e 37 em 1936, para igual quantidade de unidades geradoras. Em 1940 a potência instalada correspondia a 12.500 kW, quase o dobro da verificada dez anos antes, mas esse aumento não importava qualquer alteração significativa na organização do setor, pois fora conseguido pela simples adição de firmas e centrais, 72 e 73, respectivamente. A título de contraste, cite-se que naquele momento um grande autoprodutor, a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, detinha sozinho maior capacidade geradora que a soma de todas as usinas localizadas no Ceará (CMEB, 1988, p. 110). Em retrospecto, o estado mantinha um quadro pouco animador: em 1936 sua população equivalia a pouco mais de 4% do montante brasileiro, mas a potência elétrica ali instalada representava somente 0,7% da produção nacional (IBGE, 1938, p. 155-156). Se, em 1920, a média brasileira de geração elétrica era de 11 W por habitante, o indicador do Ceará acusava uma cifra irrisória (0,08 W). Mesmo em 1940, a despeito dos sucessivos aportes de centrais energéticas, o estado permanecia bem abaixo da estimativa do país: cada brasileiro produzia em média 30 W, ao passo que o índice cearense per capita registrava não mais que 5 W (IBGE, 1946; 1951).

Além de modesto e acionado por processos técnicos mais rudimentares, o panorama energético estadual se configurava numa plethora de sistemas elétricos isolados, de âmbito municipal e estreito raio de alcance. Essa diversidade de instalações locais, sem qualquer conexão funcional com suas vizinhas, empregando correntes, tensões e equipamentos variados, certamente constituiria um dos maiores obstáculos à posterior formação de um grande sistema elétrico integrado, como aquele delineado a partir da extensão das linhas transmissoras da usina de Paulo Afonso ao território cearense, na década de 1960.

A introdução da energia elétrica para iluminar as ruas e praças de Fortaleza foi, de início, saudada como uma efígie de progresso urbano. Do ponto de vista técnico, esse incremento acarretou dificuldades ao bom desempenho do serviço, visto que a demanda pública de luz, antes a cargo da companhia do gás, passou à responsabilidade da Ceará Light, cujo parque gerador não foi ampliado na devida proporção para o atendimento das atividades produtivas e da própria expansão urbana. Se lembrarmos que, entre 1930 e 1940, a população de Fortaleza saltou de 109 mil para 182 mil pessoas, percebe-se a magnitude dos problemas a serem enfrentados pela concessionária de energia que, por sinal, não esteve à altura de equacioná-los satisfatoriamente. Além da menor capacidade econômica da empresa, à vista de outras companhias distribuidoras, para realizar inversões de monta ou obter empréstimos que financiassem a ampliação e construção das centrais geradoras, o preço do quilowatt, entre os mais elevados do país, constituía outro fator de inibição ao crescimento do consumo local. Quando, em 1939, a Light obteve autorização para majorar as tarifas, sua impopularidade, que já era um fato consumado, tornou-se notória. O reajuste não alterou o valor da luz (1.500 réis por kWh), mas incidiu noutros serviços, como a força (de 450 para 550 réis por kWh), o aluguel do registro (de mil para dois mil-réis) e os exames de instalação para luz e força (de cinco para dez mil-réis, e de dez para 15 mil-réis, respectivamente) (*O Povo*, 23 out. 1939). Os reclamos contra a empresa se multiplicavam na imprensa, como o anônimo enviado à redação de um vespertino, verberando a tentativa de aumento proposta no ano anterior: “como se sabe, o serviço que nos presta [a Light], além de ser o mais caro, ou para melhor dizer oneroso, dos que existem nas capitais do Brasil, é o pior: uns bondes gemendo, arrastando-se pelas ruas, largando os pedaços; energia que falta sem o menor aviso; luz que se apaga horas e horas; corrente que sobe e desce” (*O Povo*, 4 jul. 1938).

Uma outra característica do sistema elétrico local era a dependência da biomassa, que, embora não figurasse entre as maiores preocupações dos contemporâneos, acarretava graves danos ao meio ambiente e, combinada à obsolescência do parque gerador, limitava a eficiência do processo de produção de energia. Especialmente durante a década de 1940 e com o avanço do desgaste das caldeiras, calcula-se que o consumo da lenha empregada pela Ceará Light para gerar eletricidade tenha se elevado a 250 toneladas diárias, proveniente de lugares a 180 km de Fortaleza. O volume da extração contínua de mata nativa para alimentar a

usina do Passeio Público denota a envergadura do impacto ambiental a que foi submetido o ecossistema da região em torno da capital e ao longo da via férrea. O trem, por sinal, tinha função estratégica no transporte rápido e massivo da lenha para suprir a empresa de energia, de tal maneira que somente com o abastecimento da companhia inglesa eram mobilizadas 750 toneladas de material rodante da Rede de Viação Cearense, o que correspondia a aproximadamente 25 vagões ferroviários por dia (Pinheiro, 1988, p. 9; Leite, 1996, p. 104).

A voracidade das centrais térmicas em relação à lenha, tanto na capital do estado quanto nas cidades do interior, teve grande responsabilidade no processo de desmatamento indiscriminado levado a efeito em diversas partes do sertão cearense no século XX, com implicações evidentes na perda crescente de revestimento florístico, no aumento da erosão do solo, na ameaça a pequenos cursos de água e na ausência de medidas que prescrevessem o reflorestamento das áreas degradadas. Afora os enormes prejuízos ambientais, essa modalidade de produzir energia – predominante na região até a ligação com a usina de Paulo Afonso – traria, no médio prazo, maior vulnerabilidade às empresas do setor, pois a lenha possuía um teor calorífico instável e seu valor de mercado registrava cifras ascendentes à medida que, exaurido o potencial arbóreo de um determinado perímetro, impunha-se a retirada daquele combustível em locais mais distantes dos núcleos de consumo. Essa parceria, hoje obsoleta, entre a produção de eletricidade e a queima da lenha assegurou durante quatro décadas o suprimento de força e luz para Fortaleza. Num guia comercial da cidade, publicado em 1939, constam 17 oficinas e estabelecimentos para venda de equipamentos elétricos, ao passo que são enumerados dez depósitos de lenha (Almeida, 1939). Se boa parte das cozinhas residenciais ainda dependia desse recurso natural para acionar seus fogões, foi a Ceará Light que, criando uma demanda em escala, determinou a sua transformação num insumo industrial.

Na primeira metade dos anos 1940 a capital cearense sofreu o agravamento nas dificuldades de suprimento energético. Interrupções, racionamentos, atendimento parcial da cidade se tornaram freqüentes, sobretudo em razão do precário funcionamento de turbinas e geradores. A fragilidade econômica e institucional da Ceará Light, vislumbrada na impossibilidade de atacar os problemas recorrentes, ficaria patente quando se deliberou pela intervenção federal na empresa, em junho de 1946, sucedida por sua incorporação à municipalidade (outubro de 1948). O pesquisador Ary Bezerra Leite salienta que, entre as principais causas de bancarrota

da companhia inglesa, residiram o preço elevado do combustível (lenha), o crescente custo de operação dos equipamentos e a política tarifária que, uma vez abolida a chamada cláusula-ouro em 1933 (que previa reajustes de acordo com a oscilação cambial), só permitiu a revisão dos preços mediante anuência da autoridade concedente (Leite, 1996, p. 104-106).

Mesmo sem a leitura dos jornais, onde eram correntes as notícias relacionadas à questão da eletricidade, ao cidadão comum o estado sofrível da empresa ganhava expressão evidente nas reiteradas suspensões de energia. O escritor Jáder de Carvalho, sempre atento a pormenores do cotidiano em suas obras de ficção, retratou essa adversidade num lance rápido: à noite, recolhida ao quarto, uma personagem escrevia no diário pessoal quando, subitamente mergulhada na escuridão, adivinhou sem esforço o motivo do contratempo: “Diabo! Apagou-se a luz. Novo colapso na Usina do Passeio Público” (Carvalho, 2003, p. 304).

As contingências a que se sujeitou a Ceará Light, na última fase de seu controle acionário por capitalistas britânicos, participavam de um contexto mais amplo. O racionamento, por exemplo, não era uma medida inédita. Adotado pelo governo federal desde o começo dos anos 1940, servia como expediente para minimizar os efeitos decorrentes do grave desequilíbrio verificado entre o crescimento das cidades e a insuficiente ampliação da oferta de eletricidade. Nas principais metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo –, que concentravam os maiores parques industriais e de longe lideravam o consumo daquele insumo energético, as décadas de 1940 e 1950 trouxeram repetidas limitações ao seu emprego contínuo e regular, dado que os investimentos no aumento da capacidade instalada estavam muito aquém da expansão das atividades econômicas e do ascendente quadro demográfico dos grandes assentamentos urbanos.

A escassez no suprimento de eletricidade ocorreu em praticamente todos os estados, resultando de uma conjuntura desfavorável que combinava poucas inversões das empresas concessionárias do setor e demandas crescentes da produção industrial, provocadas em parte pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Esse descompasso foi assim particularmente agravado com o irromper do conflito bélico, que determinou a suspensão na importação de equipamentos e a impossibilidade de contrair empréstimos internacionais que financiassem o aumento da geração de energia no país (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003, p. 46-53). As dificuldades no fornecimento de eletricidade se faziam sentir mais drasticamente nos estados que

tomavam a dianteira no processo de industrialização, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora tais restrições não deixassem de atingir, de maneira peculiar, áreas economicamente menos dinâmicas do território brasileiro. Nessas se incluía o Ceará (e especificamente sua capital), que experimentava as restrições no uso daquela fonte energética não como interrupção pontual de uma prosperidade em curso, mas enquanto ameaça concreta aos discretos ensaios de diversificação produtiva com que se pretendia atenuar seu atraso econômico diante de um panorama nacional de fomento às atividades fabris. Se a insuficiente oferta energética implicava lentidão no ritmo de crescimento dos estados mais ricos, para os mais pobres significava, aos olhos de seus dirigentes e empresários, temerária condenação ao retardamento técnico e material.

Dados do censo estatístico de 1950 informam a situação de Fortaleza quanto ao usufruto da luz elétrica nos domicílios: dos 51 mil imóveis, pouco mais de 36% (18.628) dispunham daquele melhoramento técnico. A desigualdade no acesso era também evidenciada pelos indicadores: na área urbana do município, que compreendia 15,5% das habitações, a energia beneficiava aproximadamente 88% dos residentes, enquanto nos subúrbios, onde se concentrava a ampla maioria das casas (72,7%), menos de um terço (30,1%) recebia eletricidade (IBGE, 1951). Esses números permitem concluir que não apenas a corrente elétrica era um elemento restrito à minoria da população, como sua distribuição concentrada fomentava clivagens no espaço urbano e nos perfis de renda dos moradores. Residir longe do centro da cidade, nos bairros recém-surgidos em razão do crescimento demográfico, explicitava uma condição econômica inferior, a que se juntava a falta de acesso a equipamentos coletivos de infra-estrutura, como a eletricidade, cujas linhas não se estendiam, na velocidade desejada, aos vetores de expansão ocupados pelas classes pobres.

A mudança institucional da Ceará Light, com a passagem de seus bens e equipamentos para a edilidade, não resultou em qualquer melhora substantiva na execução do serviço público. A descontinuidade do fornecimento e a tarifa elevada eram os aspectos mais evidentes de um problema que se tornara crônico. No enfrentamento de um déficit de energia que se mostrava a cada dia mais agudo, a prefeitura de Fortaleza viu-se compelida, entre 1952 e 1954, a recorrer a uma série de expedientes emergenciais para evitar um colapso no abastecimento. Contratou, mediante autorização federal, a compra do excedente de energia gerado nas

instalações próprias de algumas fábricas particulares. Ainda instalou e pôs em funcionamento, em janeiro de 1954, uma pequena usina diesel-elétrica no bairro do Meireles, com o propósito de reforçar sua capacidade nominal. Tais medidas buscavam atenuar os enormes embaraços da carência de eletricidade, que a administração municipal acreditava resolver com outra medida: a finalização dos trabalhos de uma nova central térmica, que tivera início em julho de 1952. A usina do Mucuripe, ou do Serviluz (por referência à autarquia criada no mês de maio de 1954 para assumir a geração e distribuição de energia à capital cearense), foi inaugurada em março de 1955, com potência de 12.500 kW (Leite, 1996, p. 170-171).

Entrementes, nos jornais pululavam críticas e denúncias à inoperância da empresa de energia. A iluminação pública, que muitos julgavam sofrível, ressentia-se tanto da limitada capacidade geradora quanto da falta de lâmpadas nos postes, cuja solução, reivindicada por diversos consumidores, chegou a receber da concessionária a seguinte e inusitada proposta:

A Light, por outro lado, não adota nenhuma providência, chegando até a dizer às pessoas reclamantes que comprem as lâmpadas ficando os técnicos da nossa Usina de Luz encarregados de colocá-las nos postes. Francamente não se concebe a atitude do gerente da Light. Se o fortalezense paga o kilowatt-hora mais caro do Brasil, não está, de maneira alguma, na obrigação de manter e zelar a iluminação pública porquanto ela é administrada, zelada e guardada unicamente pela administração da velha Usina da Praia Formosa (*Gazeta de Notícias*, 15 out. 1954).

Num tempo em que já não se enaltecia o lirismo das noites de luar, outrora revestidas de uma auréola romântica ou ao menos toleradas pelos espíritos austeros, a precária claridade das ruas começou a exacerbar inquietações difusas. A escuridão, sentia-se, firmava consórcio com o perigo e a criminalidade. Esse medo antigo era agora repotencializado num contexto de intenso crescimento demográfico e elevação geral do custo de vida, tendo por conseqüência um acirramento das tensões sociais. O espaço urbano, cuja expansão contínua punha em contato diário milhares de seres humanos que se ignoravam mutuamente, sem qualquer vínculo afetivo ou identificação comunitária, era propício a esse clima de instabilidade subjetiva que a falta de luz parecia levar à culminância. A propósito do surgimento dos chamados

“rabos de burro” – grupos de jovens de classe média que, dirigindo automóveis, saíam pela cidade a praticar desordens e depredações sem motivo aparente –, um habitante fez o seguinte comentário: “Para nós, sr. redator, muito mais terror nos causa a CAVEIRA DE BURRO da nossa Light, [pelo] abalo de nervos de que todos nós estamos possuídos, vendo a nossa cidade às escuras, entregue à sanha de gatunos e terroristas [...]. A desculpa da Light é sempre a mesma... falta de combustível, caldeira furada, substituição de peças etc.” (*Gazeta de Notícias*, 28 out. 1954).

Outras cogitações preocupantes eram aventadas no tocante à eletricidade, como o fato de que, após a realização das eleições de 1954, a capital imediatamente padeceu de crise no abastecimento, sugerindo a manipulação da questão energética com a finalidade de vitória nas urnas. Aumentos nas contas de consumo, sem o correspondente usufruto da corrente elétrica, também afligiam os moradores.³⁰ O escritor Jáder de Carvalho, no romance *Sua Majestade, o juiz*, retratou essa insatisfação numa conversa em família: “E a engraçadinha dessa ‘Light’? A gente vem poupando a luz o mais que pode. O rádio eu abro só à noite. Não temos ferro elétrico. Pois bem: a conta deste mês foi maior que a do mês passado. Já se viu?” (Carvalho, [1961], p. 167).

Os percalços de racionamentos sucessivos punham em xeque a noção coletiva de que a energia afinal se integrara à existência cotidiana. Zonas inteiras da cidade ficavam desservidas a maior parte do dia, recebendo força e luz durante não mais que três ou quatro horas, e mesmo esses horários eram fracionados. Noutras paralisações, verificadas ao longo dos anos, as sucessivas concessionárias – Light, Serviluz, Conefor – resolviam pela intercalação de datas, mantendo ligadas as linhas que abasteciam o lado oeste da cidade (onde se concentravam os estabelecimentos industriais), para no dia seguinte inverter o fornecimento, compensando a parte oriental (*Unitário*, 24 nov. 1954; *O Jornal*, 3 abr. 1959). A essas medidas se somou também a realização de campanhas em favor da moderação nos gastos residenciais com energia, num esforço para disciplinar a expansão da demanda: “Economize energia – Uma ou mais lâmpadas apagadas em sua casa, é a melhor contribuição que você dá”, solicitava um anúncio da Conefor (*O Povo*, 11 mar. 1963). Em tom

³⁰ “Por último – e é o que está causando espécie – é a circunstância inexplicável de os talões de aviso de consumo de energia estarem oferecendo, agora, após um mês sem haver fornecimento de corrente elétrica, durante o dia e à noite, somas muito mais elevadas do que a do mês anterior, quando a Light ainda funcionava. Quer dizer que sem gastar qualquer energia elétrica, o consumidor, então, fica obrigado a pagar mais caro!...” (*Gazeta de Notícias*, 18 nov. 1954).

resignado, havia quem sugerisse o retorno à “época dos lampiões” (*O Nordeste*, 6 dez. 1954).



Figura 2. Anúncio da Conefor pela redução no consumo domiciliar de eletricidade. “Apague uma lâmpada... e preste um bom serviço à sua família!” (*O Povo*, 11 mar. 1963).

Um articulista chegou a admitir que essas privações contínuas já participavam da rotina das pessoas em tal medida que, para assegurar alguma visibilidade noturna, elas se precavam com os artefatos tradicionais: “O maior desespero de toda a gente já não é tanto pela falta de luz. Todos recorrem às lâmpadas [de gás], aos candeeiros e às lamparinas. O martírio maior é pela paralisação dos motores, por meio dos quais se tira água do subsolo” (*Gazeta de Notícias*, 26 nov. 1954). As dificuldades no abastecimento de água haviam assegurado um mercado promissor para os fabricantes de bombas elétricas, divulgadas em anúncios na imprensa e para as quais se noticiam diariamente autorizações públicas de funcionamento nos mais diversos imóveis da capital (*Diário Oficial do Município*, 3, 5, 29 jan. 1960; 1, 12, 15, 20, 23 fev. 1960). A irregularidade no suprimento de energia era associada a dois temores: a sede e a escuridão.

E, como seria de esperar, o custo elevado da geração térmica e a instabilidade crônica do fornecimento elétrico à cidade fustigaram, de maneira diversa, a bolsa dos moradores. Comércio e indústria se viam constantemente em apuros, pois, em decorrência de cortes abruptos ou períodos de racionamento de energia, ficavam compelidos a alterar os horários de funcionamento dos estabelecimentos. A escalada das contas de consumo também causava grande embaraço. No ano de 1954 foram necessários somente nove meses para que o preço do quilowatt-hora tivesse majoração de quase 50%, saltando de Cr\$ 2,15 para Cr\$ 3,00 – o que renderia ao município de Fortaleza a indesejável dianteira no *ranking* das mais altas tarifas de eletricidade entre as capitais brasileiras (*O Povo*, 6 out. 1954). Às famílias semelhante quadro trazia igualmente uma série de contratemplos, com a energia “dando não pouco prejuízo a quem a utiliza em aparelhos como geladeiras, ferros de engomar, lavanderias etc., apesar de todas as precauções. Em janeiro deste ano, por exemplo, paguei 950 cruzeiros para recuperar um motor queimado de refrigerador e lá estava o tal interruptor automático, que de nada adianta. Como eu, muitos outros consumidores da Light se queixam dela, com razão” (*O Nordeste*, 9 out. 1954).

Mesmo do ponto de vista estético, a rede de eletricidade revelava a impressão de improvisado. Na implantação dos postes houve pouca consideração pela conveniência de resguardar o lado da rua mais sujeito aos raios solares, plantando ali espécies frondosas para arrefecer o desconforto térmico. “A iluminação pública – depois que a eletricidade substituiu o gás carbônico – foi estendida, de preferência, com a instalação de lâmpadas pelo lado do sol, justamente o que exige a arborização” (*Tribuna do Ceará*, 19 dez. 1963). Numa cidade sob os rigores do calor do trópico, com farta iluminação natural durante o ano inteiro, deveria causar surpresa, especialmente aos visitantes, o pouco caso das autoridades na definição do lugar mais apropriado para a implantação da infra-estrutura de energia. O aspecto heteróclito da fiação aérea e de seus pontos de sustentação era também motivo de comentário por parte de quem buscava ansiosamente colher um flagrante de harmonia visual na paisagem da cidade:

As redes de distribuição de energia de Fortaleza não podem continuar sendo como esta [de 1955] que por aí se expande como uma teia de aranha mal arrumada, ameaçando cair a todo momento, insuficiente para maiores ramificações ou

prolongamentos, suspensão de postes que variam do pau-a-pique ao cimento armado, passando pelo trilho de trem e pelo simples pegão nas paredes.

[...] Ao tempo da iluminação a gás, havia combustores adequados, de ferro fundido, fincados simetricamente, todos da mesma altura, dando a impressão de ordem, honrando a estética urbana e bom gosto dos administradores (apud Leite, 1996, p. 173).

Ponderações e invectivas quanto à estrutura aparente do sistema elétrico não eram recentes. Em traços gerais, a instalação preparada para receber a energia nos anos 1930 continuou em operação nos vinte anos seguintes, sem haver merecido um trabalho amplo e sistemático de renovação, nem uma reforma e extensão conseqüente que prevísse, entre outros, o emprego de cabos de força subterrâneos, desobstruindo assim o emaranhado de fios por sobre as cabeças dos habitantes. O resultado dessas demandas reiteradamente não cumpridas era a diferença patente entre o dia e a noite, ressaltada e lastimada pelo cronista Caio Cid, como num eco ao citado poema de Edigar de Alencar:

Deviam, pois, os lugares habitados nas proximidades do Equador, onde as horas de sol divergem de forma brusca das de sombra, ser melhor clareados artificialmente.

Infelizmente a teoria falha na prática. E o que se nota é uma Fortaleza, muito “loira” das sete da manhã às cinco da tarde, mergulhar em trevas quase absolutas depois das ave-marias.

Isso que se chama entre nós de iluminação pública não passa de uma instalação de emergência, de uma rede elétrica provisória, estendida nas ruas às pressas, pelo governo Moreira Lima [1934-1935] [...].

[...] A cidade parece uma floresta de postes, coberta de casas de aranha, tantos são os fios nus que, do alto, nos ameaçam a vida. E aqui e ali uma lampadazinha dependurada num trilho ou pregada numa parede, como uma flor parasitária, chora tristemente a cera voltaica das suas poucas velas... (*O Povo*, 7 jan. 1946).

Essa profusão de fios e postes daria, a quem do solo observasse o céu, a curiosa impressão de inumeráveis recortes feitos sobre um fundo azul. Em primeiro plano, linhas de fina textura e hastes de feitio variado riscavam as alturas, viravam presenças intermediárias do olho ao firmamento. Numa época em que a verticalização arquitetônica fazia os primeiros ensaios e se limitava à área central da

cidade, a teia dos fios elétricos era talvez o rastro mais notório de uma ambição técnica aplicada ao espaço urbano. E, malgrado sua aparência desgraciosa, o mosaico desenhado com aquelas fileiras, fracionando a epiderme do céu, impunha à visão um dado novo: o horizonte não era mais inteiriço.

Num romance de Jáder de Carvalho, a retração diária da luz do sol foi interpretada por um sertanejo que, tendo corrido mundo, sabia enxergar no ocaso o resquício de uma chama: “A noite [no Amazonas] chega assim como uma lamparina que se apaga: deixa logo tudo no escuro. No Ceará é como se fosse vinte, trinta lamparinas: vai-se apagando de uma em uma, enquanto as cousas vão diminuindo na vista da gente” (Carvalho, 2003, p. 263). Mais relevante que estipular a precisão literal dessa bela imagem é ter em conta a maneira como o uso cotidiano de um dado artefato condiciona a percepção dos homens sobre a passagem do tempo. A captura de sutilezas desse gênero é um exercício árduo, requer o apelo estético a níveis de atenção que costumam passar ao largo da maioria das pessoas, tão logo a difusão de um aparato técnico se reveste daquela tonalidade cinzenta que assinala a cristalização de um hábito. Por isso é muitas vezes a criação literária que se atém melhor à tarefa de transpor, para a expressão verbal, essas modulações perceptivas que constroem nossa mediação com o mundo. Não há como saber se um dia alguém de fato já escandiu o decurso do cair da tarde por meio do apagamento sucessivo de uma quantidade estabelecida de lamparinas, mas parece razoável cogitar que, num ambiente urbano onde as retinas iam sendo paulatinamente permeadas pela luz elétrica, essa operação de marcação temporal dificilmente encontraria ressonância.

Entre as modificações resultantes da generalização da luz elétrica na privacidade das casas, uma das mais significativas diz respeito à menor atenção dedicada desde então ao gradual declínio do brilho solar que anuncia a chegada do crepúsculo. Outrora esse momento compreendia os preparativos para lidar com a escuridão iminente: lampiões, velas, lamparinas começavam a ser acesas para ir contrabalançando, no limitado alcance de seu lume, o cair da tarde. Essa atividade banal, hoje considerada destituída de praticidade e graça, era porém um modo corriqueiro de demarcar a transição do dia para a noite. Havia, portanto, uma sensorialidade mais aguçada quanto à incidência e variações da luz natural, pois dela dependia o ritmo de parcela apreciável das lides cotidianas, usualmente interrompidas pelo pôr-do-sol. A impressão meio imperiosa de que “é preciso aproveitar o dia enquanto está claro” sugere a antiga necessidade de observância do

tempo diurno – um dos mais poderosos parâmetros que escandiam a alternância entre trabalho e descanso (Thompson, 1998; Whitrow, 1993).

Quando se torna possível fazer frente ao brilho rarefeito do fim de tarde mediante o simples apertar de um botão, é dissipada aquela disposição corporal que antes apreendia a vinda da noite nos termos de um processo, de um movimento gradativo. Acender uma lâmpada elétrica dentro de casa é um ato de resposta tão imediata e tão isento de esforço que mal nos apercebemos da sua relação com a suspensão da luz do sol. E não é incomum o notório desvencilhamento entre a presença solar e o emprego das lâmpadas no recesso privado: quantas vezes a penumbra de um cômodo é enfrentada, em pleno dia, por um simples toque no interruptor, em vez de se abrir uma janela?

Nesse sentido, a consolidação da luz elétrica no espaço doméstico não se limitou a ampliar os segmentos beneficiados por aquela forma de energia; constituiu, outrossim, um fator de repercussão considerável na relativa indiferença que hoje se verifica quanto ao arco da luz do sol ao longo do dia – alheamento ainda mais apreciável no que tange aos ambientes de trabalho, muitos dos quais hoje projetados para ignorar solenemente o movimento da claridade natural, posto que desprovidos de fendas solidárias à passagem de ar e luz. No interior dessas salas e escritórios – de resto inviáveis sem o concurso de sistemas artificiais de refrigeração – a noite se expressa primordialmente nos ponteiros do relógio, não na escuridão celeste. Ali a conquista da luz perene implica assim um registro do tempo em bases mais abstratas, sem apoio na observação do espaço ao redor. Obviamente esse descolamento traduz maior liberação das injunções da natureza, mas indica também o progressivo condicionamento do olho à presença de artefatos luminosos, redundando em associação cada vez mais estreita entre a lâmpada elétrica e a noção de um campo visual adequadamente discernível, como anúncios freqüentes nas décadas de 1940 e 1950 não cessariam de propalar: “A boa luz é a vida de seus olhos. Ilumine bem sua casa” (*O Povo*, 22 ago. 1941); “Iluminação fluorescente: fator de atração e sucesso!” (*Correio do Ceará*, 9 dez. 1952); “[Lâmpada Philips] Luminosa como o sol, suave como o luar” (*Correio do Ceará*, 20 out. 1952). Também no espaço público essa tendência recebeu forte impulso, a ponto de, entre 1960 e 1990, haver triplicado, por parte dos engenheiros elétricos, o nível de iluminação recomendado – dado que revela a demanda crescente por energia e o advento de uma experiência visual nitidamente mediada por sistemas de luz artificial. Esse incremento vertiginoso de

padrões considerados ideais para o olhar acurado atingiu tal limiar que, segundo um estudioso da percepção humana, a fronteira entre algo visto e algo iluminado parece hoje virtualmente indistinguível (Gifford, 1991, p. 45-46).

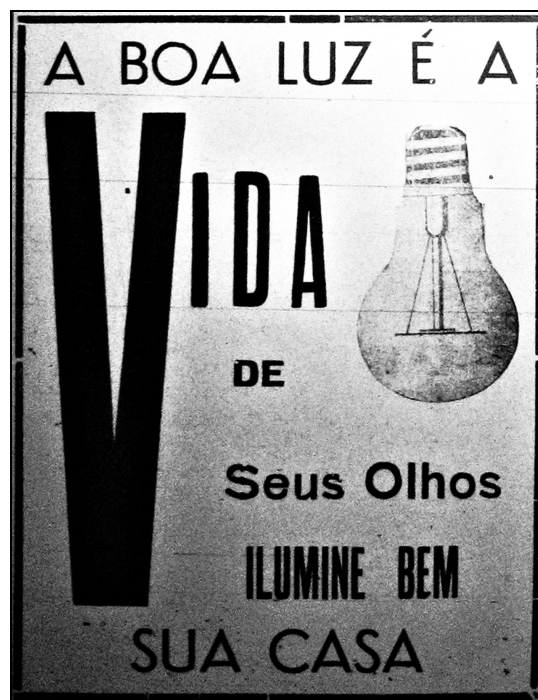


Figura 3. Anúncio de lâmpada elétrica. “A boa luz é a vida de seus olhos” (*O Povo*, 22 ago. 1941).

é claro...

com a nova lâmpada Argenta



PHILIPS

- Melhor luminosidade
- Alta difusão de luz, sem sombras
- Luz aveludada que não cansa o vista
- Cloridade uniforme em toda a superfície
- Não ofusca o vista mesmo olhada diretamente
- Rendimento excepcional

Argenta PHILIPS

LUMINOSA COMO O SOL • SUAVE COMO O LUAR

Radio, Televisão, Lâmpadas, Aparelhos Domésticos, Válvulas Eletrônicas, Equipamentos de Teraço, Equipamentos de Cinema, Materiais Eléctrico-Acústico e Amplificadores, Rádio-Transmissores, Aparelhos de Electro-Medicina, Rádio X, Equipamentos Científicos, Equipamentos Hospitalares, Aparelhos Eléctricos de Audição, Televisores Automáticos.

Procure os nossos revendedores em todo o território nacional.

A. PHILIPS DO BRASIL RIO - S. PAULO - BELO HORIZONTE - RECIFE - PERNAMBUCO - MACEIÓ - CURITIBA - FORTALEZA - SALVADOR - BOLEM

Figura 4. Anúncio da lâmpada Philips. “é claro... com a nova lâmpada Argenta” (*Correio do Ceará*, 20 out. 1952).

OBJETOS EM CENA

A laboriosa domesticação do estranho

Em crônica publicada no jornal *O Povo* (27 jan. 1965), o padre Antonio Vieira descreve uma cena peculiar, ocorrida no interior do Ceará: todos os dias, da entrada de sua casa, um menininho, ainda nos primeiros experimentos com a linguagem verbal, assistia à passagem de uma carroça puxada a burro, tendo inclusive passeado diversas vezes nesse meio de transporte. A mãe, apresentando à criança o universo misterioso das palavras, justapunha um nome a cada coisa apontada com o dedo. Aos poucos, o mundo iria se ajustando aos termos que o designavam. Mas, uma tarde, a carroça habitual não passou, e o que seria motivo de decepção virou imagem de espanto. Pois o menino, ao ver a criatura que se aproximava, mal pôde crer nos seus olhos. Saiu gritando ao encontro da mãe, e anunciou, intrigado, sua recente descoberta: “Venha ver um burro sem rodas!” Até então, artefato e animal formavam uma unidade indissolúvel na mente da criança, uma espécie de entidade a que ninguém ainda tachara de monstro. Das entranhas de uma paisagem modorrenta podem emergir revelações surpreendentes...

Costumamos atribuir a histórias desse gênero o rótulo de anedota. Por vezes, consideramo-las até interessantes, alguém exorta a imaginação fértil das crianças, e assim o inusitado se torna digerível, assimilado por enquadramento.³¹ Mas outorgar a um relato singelo o emblema do pitoresco tende a naturalizar o reconhecimento de sua força como indício histórico das relações entre os homens e os artefatos. Esta talvez viceje plena quando se admite que aconteceu realmente, quando se toma consciência de que a experiência do mundo implica um longo aprendizado, eivado de pequenos sobressaltos que fazem estremecer a ordem das coisas, reclamando novas idéias, palavras, sensações.

³¹ O próprio autor da crônica aderiu ao expediente convencional de circunscrever a vivência exacerbada do imponderável à singularidade do universo infantil: “As crianças vivem num mundo diferente do nosso. O mundo irreal da imaginação. O mundo imaginário dos sonhos. O mundo simbólico dos encantos. Tudo colorido. Tudo perfumado. Até as próprias cousas que as cercam e que lhes interessam vivamente são feitas à sua imagem e semelhança. É o gato e o cachorro com quem elas brincam, como se fossem da mesma idade e tivessem as mesmas sensações e destino. Conversam com eles como bons amigos e até parece que se entendem”.

De maneiras peculiares, os objetos técnicos provocam instabilidade e contingência, notadamente quando inseridos em meios sociais desacostumados com sua presença. Pois, como em ressonância da cena vislumbrada pelos olhos infantis, os artefatos que vão se integrando à vida cotidiana não desempenham exclusivamente um papel utilitário; desenham novos horizontes de ação e traduzem, na diversidade de suas formas, funções e materiais, um sem-número de habilidades, expectativas, pretensões, dúvidas e temores dos agentes sociais envolvidos na sua invenção, produção e consumo. Os significados e implicações desses objetos ultrapassam, por conseguinte, o valor instrumental que lhes é correntemente atribuído. Tal como a criança sertaneja, que conhecia a serventia da carroça ignorando os dois seres distintos que compunham aquela unidade em movimento, também nós tendemos a desconsiderar o potencial radicalmente transformador embutido nas criações da técnica: tratamos de empregá-las em prol de uma decantada comodidade, evitando compreender de que modo elas produzem uma mediação complexa entre os homens e o mundo onde vivem.³²

No caso dos aparelhos elétricos, as modificações resultantes de sua crescente assiduidade no recesso doméstico incidem, em particular, nas sensibilidades dos usuários. Pois, diferente de outros potenciais energéticos, como a tração animal, o vapor, os combustíveis fósseis, a eletricidade inscreve na paisagem vestígios relativamente discretos: transformadores, postes e fios, embora observáveis sem dificuldade, revelam pequena ou nenhuma mobilidade, escapam à apreensão do olfato e, em certa medida, da visão, se comparados à fumaça expelida por um automóvel, ao calor de uma caldeira ou ao suor de uma alimária. Invisível, inodora,

³² Gilbert Simondon – filósofo que trouxe notável contribuição à reflexão sobre as técnicas – propunha que essas fossem tomadas não como simples instrumentos, mas como mediadores das relações entre os homens, e deles com o ambiente natural. Destarte, os objetos técnicos diriam respeito tanto ao campo do conhecimento quanto à produção de valores, projetando entrelaçamentos da cultura com a natureza, da sociedade com a ciência, da economia com a moral; embora seja praxe conceber essas instâncias do agir humano em termos de esferas relativamente autônomas, importaria mais entender como elas tomam parte num processo de autoconstituição conjunta. Analisando certas ponderações de Simondon, Élisabeth Gladu (2000, p. 5) comenta: “La culture entraînerait l’humain à adopter envers la technologie deux attitudes contradictoires: soit qu’il l’appréhende comme un simple ustensile, soit qu’il la dote d’intentions, bonnes ou mauvaises. [...] Pour remédier cette situation, la culture doit prendre conscience de la réalité humaine qui reside dans la réalité technique. Et cela ne peut se concrétiser qu’avec l’aide de la philosophie qui jouera son rôle d’intégrateur et de réparateur de la rupture entre la culture et la technique”. [Tradução minha: “A cultura conduziria o humano a adotar frente à tecnologia duas atitudes contraditórias: seja apreendê-la como um simples utensílio, seja dotá-la de intenções, boas ou ruins. [...] Para remediar esta situação, a cultura deve tomar consciência da realidade humana que reside na realidade técnica. E isso só pode se concretizar com o auxílio da filosofia, que desempenhará seu papel de integradora e reparadora da ruptura entre a cultura e a técnica”].]

inaudível, a força elétrica destinada ao ambiente privado – igualmente útil e letal – requer, daqueles que dela se beneficiam, um aguçado nível de cautela e abstração, pouco necessário no trato com outras fontes de energia. A obtenção e incorporação desses cuidados não ocorreu de forma imediata. Tornou-se possível apenas mediante a adoção gradativa de novos repertórios gestuais, cuja transmissão e aprendizado implicava posturas corporais outrora desconhecidas, como também a supressão de hábitos doravante tidos como impróprios.

O convívio com esses equipamentos fomenta, a um só tempo, perspectivas de maior conforto e inéditas fontes de preocupação. Exemplo disso são as advertências quanto aos ruídos emitidos por refrigeradores, cujas orientações técnicas, na década de 1950 e ainda hoje, insistem em tratá-los como efeitos normais causados pela circulação do ar ou pelo funcionamento do compressor. Mesmo após um período relativamente longo, durante o qual certos objetos tiveram seu uso largamente ampliado nos diversos segmentos sociais, permanecem recomendações destinadas a tranquilizar os consumidores: vestígio sugestivo de inquietações duradouras que acompanham a sinuosa relação cotidiana entre homens e máquinas. Ora, tais esclarecimentos, comumente fornecidos pelo fabricante do produto, revelam inclusive outra faceta pouco destacada da questão técnica: à medida que suas aplicações vão ganhando terreno no dia-a-dia, desencadeiam uma dinâmica assinalada pela tênue (e movente) fronteira entre acomodação e adestramento da sensibilidade. Especialmente no que concerne à audição – sentido sobremodo vinculado ao ericamento de reflexos involuntários, despertador do estado de alerta –, o corpo é convidado a um câmbio permanente, em que se alternam o hábito (condição mediante a qual o ruído maquínico se integra a uma paisagem sonora) e a distinção das sutilezas (capaz de identificar as modulações acústicas em função da performance dos artefatos). A operação perceptiva que, aos poucos, foi qualificando o ouvido como um diapasão apto a captar o funcionamento adequado de um refrigerador ou uma enceradeira, não seria possível sem a integração desses aparelhos à experiência cotidiana de homens e mulheres. Foi necessário atenuar o estranhamento diante da presença técnica para que o barulho dela resultante se convertesse em rumor, zunido surdo e anódino, gradualmente alojado nas fímbrias do silêncio.

Igualmente revelador das metamorfoses dinamizadas pelas novas aplicações tecnológicas era o trato singular, há poucas décadas, com produtos que hoje teriam

lugar obrigatório na composição de uma espécie de “segunda natureza”. Sua inserção plena na vida urbana contemporânea contrasta fortemente com ponderações outrora consideradas pertinentes, e que no momento atual seriam dotadas de irresistível hilaridade. Nos anúncios veiculados em jornais e revistas dos anos 1940 e 50 pode-se flagrar algumas imagens e discursos empenhados nessa tentativa de instruir os consumidores com vistas ao “uso correto” dos artefatos elétricos. Publicada no diário fortalezense *O Estado* (14 dez. 1947), uma propaganda da General Electric (G.E.) trazia o cantor e compositor João de Barro narrando episódio em que desfalcou um abajur para empregar a lâmpada no recinto onde ficava seu piano, ato que resultou num choque sofrido por sua mulher ao tentar acender aquele aparelho luminoso. O escopo da mensagem publicitária residia em dar combate ao “hábito de ‘abafar’ lâmpadas”, ou seja, movê-las entre partes diversas do espaço doméstico, ao sabor das circunstâncias.

A mesma advertência presidia outro anúncio da G.E. (*O Estado*, 9 nov. 1947), no qual se criava um paralelo curioso entre acessórios automobilísticos e artigos domésticos. Equiparando um pneu a uma lâmpada elétrica, buscava-se induzir o leitor a sempre manter um estoque para assegurar a iluminação do lar. Assim, o primeiro desenho retratava um veículo desprovido de pneu sobressalente cujo motorista incauto, na iminência de simplesmente trocar de posição o pneu furado e o cheio, percebe a inutilidade e o ridículo de sua ação. A outra cena expunha o mesmo personagem, desta vez em casa, prestes a retirar a lâmpada de um abajur para substituir aquela da sala de estar. Justapondo as duas situações, o fabricante tencionava esclarecer que, assim como é absurdo conservar um pneu defeituoso no carro em movimento, não convém promover alternância entre lâmpadas queimadas e ativas, desguarnecendo os compartimentos da casa: “Não adote o mau sistema de tirar as lâmpadas de um lugar para outro. Este hábito pode até causar acidentes... e se a lâmpada é de pequena capacidade V. prejudicará sua vista”.

"Deixei de abafar Lâmpadas"
 de
JOÃO DE BARRO
 O autor de "Pirata do Furo de Furo"!





Eu queria sempre a noite não tinha nenhuma lâmpada acesa, desfolguei as quebras de casa...



...sem pensar em outras maneiras que, de repente, levou uma lâmpada daquelas ao tentar acender uma abajur.



"Deixa, é assim em casa, não faço negócio de abafar lâmpadas SINÃO..." - disse-me furioso, cumprimentando a frase com o rito de missão.



Esse, tenho sempre em casa lâmpadas de várias cores e nunca mais fiquei preocupado com o rito da missão!

Siga o exemplo do popular João de Barro, produzindo o hábito de "abafar" lâmpadas. Esse sistema pode até causar acidentes e além disso se a lâmpada é de pequeno tamanho V. prejudicará a vista. Tenha sempre em casa um bom sortimento de lâmpadas Edison G. E. Manda de tamanhos diferentes!

COMPRE AS LÂMPADAS EDISON G. E. MANDA SEMPRE BRILHAM MAIS



Tenha sempre em lar um estoque das lâmpadas Edison G. E. Manda e não sempre as lâmpadas certas para melhor luz... melhor vista!

GENERAL ELECTRIC

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — BRASÍLIA — SALVADOR — COIMBRA — PORTO ALEGRE

Figura 5. Anúncio da lâmpada G.E. "Deixei de abafar lâmpadas" (O Estado, 14 dez. 1947).

V. NÃO FARIA ISSO

... porque sabe que não adianta viajar sem sobressalente e trocar o pneu traseiro pelo dianteiro.



PORTANTO NÃO FAÇA ISTO!

Quando uma lâmpada queimar, coloque uma nova ao invés de desfazer outra dependência da lei!



COMPRE AS LAMPADAS EDISON G-E MARCA SEMPRE BRILHAM MAIS

Não adote o mau sistema de tirar lâmpadas de um lugar para outro. Este hábito pode até causar acidentes... e se a lâmpada é de pequena capacidade V. prejudicará sua vista. Portanto, é compreender ter sempre em casa um bom estoque de lâmpadas Edison G-E Marca, as que sempre brilham mais!

Tenha sempre em casa um estoque de lâmpadas Edison G-E Marca.

GENERAL ELECTRIC

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — RECIFE — SALVADOR — CURITIBA — PORTO ALEGRE

Figura 6. Anúncio da lâmpada G.E. (*O Estado*, 9 nov. 1947).

A insistência dos anúncios sugere a extensão em que eram adotados esses pequenos e matreiros expedientes. Transpor as lâmpadas sucessivas vezes certamente representava medida de economia, muito embora também pudesse significar um desleixo aceitável num contexto urbano onde lamparinas, velas e candeieiros ainda dividiam espaço com os utensílios elétricos, reservando somente a determinados

cômodos o benefício perene da nova iluminação.³³ Quando o conforto proporcionado pela eletricidade estava ainda circunscrito a poucos segmentos sociais, procura-se inculcar um hábito de consumo antecipatório: adquirir lâmpadas sem necessidade de uso imediato – consumo que captura o tempo futuro e o encerra no horizonte do presente. O argumento em favor dessa atitude preventiva se baseia na homologia inventada entre automóvel e casa: esta, a exemplo daquele, constituiria um mecanismo integrado, formado de partes interdependentes que demandam funcionamento conjunto – a casa seria, em tese, uma máquina de morar.³⁴ Tendo por modelo um veículo, a propaganda registra o imperativo do movimento que deveria reger a nova configuração do lar. Mas se tratava igualmente da proposição de uma imagem didática: revestido do prestígio associado ao mundo industrial e urbano, o automóvel servia como uma espécie de ícone tecnológico de identificação imediata e cuja presença podia irradiar conotações positivas de força, engenhosidade e poder. Justapô-lo à lâmpada era assim uma forma de reiterar a sofisticação dela como um produto da fábrica moderna. No contexto do anúncio, a casa – este lugar dotado de múltiplas e sobrepostas funções, ponto de convergência dos gestos e hábitos constantemente repetidos, instância agregadora das rotinas corporais – era concitada a adotar um padrão de racionalidade orientado pela especialização e funcionalidade dos espaços. À habitação era solicitado transformar-se num lugar cujos fluxos precisam entrar em consonância com critérios marcadamente pautados pela

³³ Essa gradativa propagação dos acessórios de iluminação elétrica pelos diferentes recintos do lar é observada por Tales, cronista de um diário vespertino, ao visitar um amigo e ali ser surpreendido pela falta de energia: “Numa das interrupções da luz, estávamos em uma residência de um amigo. Conhecemo-lo de perto, desde os primeiros passos de sua vida até o momento atual. A dona da casa, logo se foi, pela primeira vez, a luz, tomou de uma lamparina. Conseguiu outra e outra mais. Que senhora prevenida! Pelo menos não sofre da doença de otimismo nos serviços da Light. Acendeu os três candeeiros e os dispôs com equidade: um na sala de visitas, outro no corredor e o terceiro em sua máquina de costura. Resultado: aquela casa não sofreu solução de continuidade em sua vida normal. [...] [Anos antes,] a penúria da vida que, ali, se levava, não permitia a existência senão de uma única lâmpada, na sala de visitas. E, no resto da casa, imperavam os senhores candeeiros. [...] [Mas, no decorrer do tempo, disse a mulher], corando, como se fosse falta de modéstia, as coisas melhoraram... A situação econômica e financeira da nossa família melhorou um pouco. E, assim, podemos iluminar a casa por todos os lugares. Entretanto – adiantou-nos – nunca me separei das minhas lamparinas. Elas, mais do que velas, resolvem essas situações de aperturas” (*O Estado*, 19 dez. 1943).

³⁴ Laymert Garcia dos Santos lançou reflexões acerca dos paralelos entre veículos e moradias ao longo do século XX. Sobre a casa transfigurada em “máquina de morar” – proposição inicialmente formulada pelo arquiteto suíço Le Corbusier na década de 1920 – o ensaísta comenta: “A casa, evidentemente, não saiu do lugar. Ainda. Mas o estado de coisas e o estado de espírito dos tempos pede que ela seja habitada como um veículo em movimento. Por isso precisa *funcionar*, ser funcional, econômica; por isso, tudo o que for supérfluo e decorativo deve ser eliminado. Uma casa prática para um usuário em trânsito, que não quer perder tempo” (Santos, 1989, p. 125). Importa, contudo, salientar que essa projeção maquínica da habitação esteve mais alinhada a modelos de racionalização abstrata do espaço doméstico e urbano, do que foi propriamente uma medida capaz de gerar efetiva ressonância no campo das práticas sociais.

eficiência, a redução do esforço e a otimização do tempo. É a própria racionalidade tecnológica que vem bater à porta. Contudo, nessa casa que se pretendia ajustada às propriedades de um meio de transporte, parece irônico que justamente aquilo que se move – as lâmpadas, de um cômodo a outro – comprometa sua funcionalidade, tornando-a um nicho capaz de encobrir novas fontes de perigo.

Nas décadas de 1940 a 60, essa projeção da moradia informada pelo – e plenamente adaptada ao – ritmo acelerado da urbanização industrial não achava correspondência no panorama residencial de uma cidade como Fortaleza. Tendo experimentado um aumento demográfico sem precedentes,³⁵ que agudizou sensivelmente tanto as demandas por habitação quanto seu precário atendimento, o município crescia à medida que implementava e recrudescia a já histórica distância social entre ricos e pobres. Essas discrepâncias se expressavam, sintomaticamente, na segmentação do espaço urbano – ensejando a irrupção de bairros elegantes de par com a emergência de favelas – e nas configurações dos domicílios. No início da década de 1950 era flagrante a debilidade material das casas onde residia parcela considerável das classes menos privilegiadas:

O povo pobre de Fortaleza vive em péssimas condições de habitação.

Mora, em geral, em casebres de chão batido, cobertos de telha.

Há, porém, um grande número de famílias proletárias que habita choupanas feitas de madeira, latas ou taipa, cobertas de palha.

Tais mocambos existem aos milhares, construídos em terrenos foreiros cujos aforadores os deixam abandonados até que a valorização atraia para eles as vistas dos donos.

³⁵ Em 1945 Fortaleza tinha uma população aproximada de 200 mil pessoas, que em 1950 saltaria para 270 mil, chegando dez anos depois à cifra espantosa de 514 mil habitantes. Entre 1950 e 1960, seu crescimento intercensitário foi da ordem de 90,5, o maior entre todas as capitais brasileiras – número cuja magnitude pode dar uma rápida idéia da degradação das condições de vida, acentuada sob o impacto dessa explosão demográfica (Silva, 2000, p. 221). Analisando, em trabalho historiográfico, a urbanização de Fortaleza de 1945-1960, Gisafran Jucá foi categórico quanto ao peso das medidas concentradoras das ações decisórias e dos benefícios materiais que redundaram na modernização urbana: “Apesar do envolvimento de diferentes setores sociais no processo de urbanização, as diretrizes e principais decisões atinentes à expansão urbana constituíram monopólio dos que estavam no poder. [...] A implantação das melhorias urbanas em Fortaleza atendia precariamente a um percentual restrito da população. Por outro lado, os segmentos mais pobres, quando atendidos, o eram de forma restrita e irregular. A mesma realidade se estende à questão da moradia – mansões x favelas – e às respectivas áreas de lazer. [...] Apesar de Fortaleza se firmar como ponto de convergência do Ceará, ainda não conseguira a classificação de pólo regional, que era peculiar ao Recife. Entretanto, a rígida contradição entre as primazias da classe rica e as agruras das menos favorecidas constituía uma designação específica a sua estrutura social” (Jucá, 2000, p. 17, 48).

Logo que esses obtem bons preços, começa a odisséia dos despejos em massa e violência de toda a sorte, contra os quais tem havido justa e necessária reação (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 115).

Percebe-se, dessa maneira, que os dispositivos voltados à especulação fundiária da propriedade urbana participavam ativamente da engrenagem de alargamento sistêmico da pobreza numa cidade que ensejava os primeiros passos da metropolização. Por sinal, órgãos da imprensa local denunciaram, à época, o efeito bifronte dos investimentos crescentes em terrenos urbanos para fins de valorização imobiliária, que tanto acarretavam a remoção compulsória de contingentes miseráveis para áreas ainda mais distanciadas do quadro urbano, formando um cinturão periférico em torno da capital, quanto empatavam capitais produtivos, gerados em atividades industriais e comerciais, retardando assim o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico do Ceará.

As moradias que, mal e parcamente, abrigavam os segmentos modestos de Fortaleza não dispunham, em geral, das condições tidas como imprescindíveis aos padrões urbanos de conforto e salubridade, quais fossem: saneamento básico, ligações domiciliares de água, emprego da alvenaria nas edificações, uso de materiais para garantir a impermeabilidade e combater a umidade no recesso doméstico (como pisos de cerâmica para as cozinhas e revestimento de azulejo ou pastilha para os banheiros), provimento de ar e luz natural a todos os cômodos da habitação. Outro requisito que foi ganhando maior proeminência na avaliação do bem morar compareceu na sobredita matéria: o usufruto da eletricidade. Paulatinamente ocorria uma mudança significativa no ideal da privacidade (ao menos no contexto urbano), denotando a ampliação das expectativas de acesso a equipamentos e serviços que, poucos decênios antes, eram signos exclusivos dos grupos abastados. Essa passagem decisiva, mediante a qual a energia elétrica abandona a seara do privilégio e da distinção para imiscuir-se no campo da necessidade, demarca um anseio por sua integração efetiva, e nem por isso linear e harmônica, à experiência cotidiana dos habitantes da cidade. Com base em estatísticas do *Censo de 1950*, advertia-se que, dos pouco mais de 39 mil prédios residenciais da capital cearense, 23 mil eram beneficiados com luz elétrica, deduzindo-se, portanto, que:

Este número [23 mil] corresponderá necessariamente, ao de residências em condições razoáveis de habitabilidade. Vale isto afirmar que, no máximo, 130.000 pessoas de nossa Capital vivem em casas dignas deste nome. Cerca de cem mil vegetam em casebres, onde homens, mulheres e crianças sofrem fome e morrem de miséria, sem assistência médica, sem higiene, sem esperanças (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 115).

Essa massa de espoliados, cuja aglutinação formava bairros de crescente peso demográfico – dentre eles Pirambu, Arraial Moura Brasil, Mucuripe e Morro do Ouro – devia conviver com odores cada vez menos tolerados pela sensibilidade moderna, como os resultantes do escoamento improvisado das águas servidas, da fermentação dos excrementos, do ar estagnado em recintos pouco ventilados e densamente ocupados, do preparo dos alimentos em lares por vezes desprovidos de fogão,³⁶ além dos vapores emanados das velas de parafina e das lamparinas à base de querosene – únicos apetrechos de baixo custo disponíveis para atenuar a escuridão noturna, quando não fosse possível o recurso a ligações elétricas clandestinas, também conhecidas por “gatos”. Em casas marcadas pela virtual ou total ausência de estruturas materiais que assegurassem índices mínimos de higiene e conforto, dotadas de poucos cômodos em dimensões exíguas, é provável que seus moradores se vissem seguidamente confrontados com a sobreposição de funções, desempenhadas de acordo com o passar das horas (Lemos, 1999). Assim, a peça destinada às atividades culinárias concentraria também atribuições paralelas de lazer, repouso, convívio familiar e, no caso de muitos residentes, à noite serviria de dormitório, graças ao emprego difuso da rede de dormir – objeto barato e bastante adaptável a compartimentos assinalados pela multiplicidade de usos.

Contudo, as dificuldades em torno da energia não acossavam apenas os mais pobres. Na verdade, os problemas no fornecimento de eletricidade não eram um desafio propriamente novo para os habitantes de Fortaleza. Articulado mais

³⁶ O *Censo de 1960* foi o primeiro a investigar, para o conjunto do território nacional, a existência de certos aparelhos no interior dos domicílios, dentre os quais fogões, excluídos aqueles de feitiço portátil e dotados de apenas uma boca, usualmente chamados de “fogareiros”. Conforme os dados daquele recenseamento (1960, p. 122-123), das 92.128 moradias particulares – ou seja, que abrigassem até três grupos familiares – arroladas no município de Fortaleza, mais de um quarto (25,77%) não possuía fogão, atingindo a quantidade surpreendente de 23.735 habitações cujo dia-a-dia era vivido sem o auxílio daquele objeto, o que sugere inclusive a intensa mobilidade dos grupos familiares de baixa renda, em geral desprovidos de artefatos sedentários, ou solidários à fixação, como o fogão contemplado pelas estatísticas.

fortemente ao cotidiano da cidade a partir de 1913, com o aparecimento dos bondes elétricos e a distribuição de luz e força para fins particulares (ambos os serviços a cargo da Ceará Tramway Light and Power Company), aquela forma de energia tinha aproveitamento diminuto, posto que, embora sua capital figurasse entre as dez maiores do país em termos populacionais, o Ceará era em 1920 o penúltimo estado da Federação no tocante à geração de eletricidade, superando apenas Goiás (Kühl, 1994). O historiador Geraldo Nobre, abordando a época inicial de aplicação dessa nova forma de energia, concluiu que, à exceção do transporte urbano efetuado por carris, ela não trouxera benefícios de monta aos habitantes de Fortaleza, nem acarretara avanços no quadro da economia estadual (Nobre, 1981, p. 111). Os trinta anos vindouros mais não fizeram que acentuar o descompasso entre a demanda urbana em continuada progressão e os limites do suprimento energético, produzido na velha usina termelétrica da Light (cuja pedra fundamental fora assentada em 1912, passando a funcionar plenamente dois anos depois). Na década de 1940 sucediam os reclamos quanto à descontinuidade nos serviços de luz e força, a que amiúde fizeram eco os cronistas de então. Em 1943 um deles, Pires Saboia (que adotava o pseudônimo Shelley), chegou a comentar o extremo a que tal ineficácia conduziu, quando se adotou o emprego de lamparinas no interior do Cine Diogo, a mais suntuosa casa de exibição do período, em vista das reiteradas interrupções no abastecimento elétrico da capital (Saboia, 1998, p. 99-100). Praticamente nenhuma atividade corriqueira estava invulnerável aos riscos e danos provocados pelos cortes abruptos de energia.

A parcimônia nos investimentos para ampliação da infra-estrutura e as altas tarifas cobradas junto aos consumidores se tornaram, ao longo do tempo, fatores restritivos à banalização substancial dos objetos elétricos e das facilidades alardeadas pelo discurso da propaganda. Segundo dados do *Anuário estatístico do Brasil 1938*, no ano anterior o preço do kWh em Fortaleza era de 1\$200 – o segundo mais caro entre as capitais brasileiras, suplantado apenas por São Luiz (onde se cobrava 1\$500), e bem superior ao custo de cidades com perfil demográfico próximo ao daquela, como Niterói e Curitiba (respectivamente \$500 e \$900). No mesmo ano, o município de Fortaleza dispunha de 10.706 ligações elétricas domiciliares para uma população estimada em pouco mais de 150 mil habitantes, ou seja, não mais que um

terço dos moradores era servido dessa forma de energia.³⁷ De certo modo, a primeira metade do séc. XX – quando, no esteio da Revolução Técnico-Científica surgida em torno de 1880, generalizou-se no mundo ocidental a adoção crescente da eletricidade como fator estrutural de primeira ordem na implementação dos novos processos produtivos em escala industrial (Hobsbawm, 1977, Sevckenko, 1994) – representou para o Ceará e, mais intensamente, para sua capital um período marcado pela necessidade, amiúde frustrada, de aproveitamento mais amplo daquela matriz energética. Se, para a maioria das cidades de reconhecida pujança fabril a força elétrica assumia um lugar estável em sua configuração técnica, para Fortaleza ela era ainda vislumbrada nos termos de uma conquista futura, pontilhando o presente com a marca de expectativas diuturnamente sujeitas ao malogro. E nesse ponto reside uma das maiores dificuldades da investigação histórica, qual seja: apreender os estados de ânimo, as sensibilidades e comportamentos adstritos a um arco temporal cujos desafios, limites e injunções não equivalem àqueles dos dias atuais e, portanto, não devem ser interpretados à luz dos valores contemporâneos ou entendidos tão-somente como uma etapa a ser consumada rumo a uma direção preconcebida. Enveredar por essa trilha de análise implicaria reduzir o passado a um presente anterior, ambos separados por não mais que a sucessão cronológica e, por conseguinte, esvaziados de singularidade, convertidos em “tempos sem qualidade”.

Mas, afinal, como transpor informações expressas em números para uma reflexão cujo escopo se volta ao entendimento das relações entretecidas, em certo tempo e lugar, entre homens e objetos? Até que ponto dados estatísticos permitem elucidar a composição de quadros da vida social? Valer-se do “peso do número”, conforme designou Fernand Braudel (1995), de maneira a investigar mudanças e continuidades no delineamento qualitativo das condições de existência de

³⁷ O *Anuário estatístico do Brasil 1939-40* informava as seguintes estimativas populacionais para os municípios em apreço, referentes a 1937: Fortaleza – 150.516 hab.; Niterói – 131.495 hab.; Curitiba – 122.715 hab. Embora com menor número de residentes, as capitais de Rio de Janeiro e Paraná, quando comparadas a Fortaleza, registraram, em termos relativos, melhor distribuição dos serviços de força e luz elétrica, a primeira atingindo 14.578 ligações domiciliares e a segunda, 9.168 – ou, respectivamente, 72.890 e 45.840 indivíduos beneficiados pela eletricidade residencial, se admitirmos uma média de cinco pessoas por moradia. Cotejando essas cifras com seu contingente demográfico, percebe-se que, à época, mais ou menos 35% dos curitibanos e 55% dos niteroienses gozavam de eletricidade. Não pareceria despropositado inferir que, malgrado as peculiaridades técnicas de cada cidade (como expansão das linhas de transmissão e distribuição, potência das usinas geradoras e alcance da rede elétrica em função do território urbano), o custo mais alto do kWh em Fortaleza favoreceu uma aplicação concentrada da energia em torno das habitações das classes mais aquinhoadas, afigurando-se, durante as primeiras décadas do séc. XX, como um elemento aditivo de segmentação social no contexto urbano.

determinado grupo ou sociedade, constitui um dos desafios lançados aos – e assumidos pelos – estudos de cultura material. Sob camadas fastidiosas de registros contabilizados pulsam configurações simbólicas, inscrevem-se hierarquias e valores, repousam costumes longevos, habitam expectativas e projeções cujo brilho cálido ajuda a lançar luz sobre a rígida e, por vezes, pouco eloqüente constelação numérica. Quando, por exemplo, se observa que, nos estertores da década de 1930, cerca de dois terços dos moradores de Fortaleza não contavam com o benefício doméstico da eletricidade – nos anos subseqüentes tal acesso seria difundido com extrema morosidade –, não se trata apenas de uma aferição quantitativa, pois, a par disso, emerge a impressão de que o usufruto restrito daquela energia constituía um obstáculo a sua vinculação com as noções de conforto privado então em voga. Noutras palavras, sem a vulgarização daquela modalidade de luz e força no dia-a-dia da cidade, estendendo-se às habitações das classes menos favorecidas, ela tenderia a manter um aspecto de signo reservado aos detentores do prestígio e da riqueza, resistindo assim a uma inserção plena no âmbito da vivência ordinária. Por conseguinte, para uma fração majoritária da população local, as facilidades derivadas da eletricidade permaneciam associadas a uma situação de privilégio, às expensas da abundância e da equidade; denotavam, simultaneamente, excesso – uma vez que concerniam a um padrão pecuniário superior à média – e exceção – pois se destinavam a bem poucos.

A esse respeito, Eduardo Campos (1996a, p. 72) informa que, no princípio dos anos 1930, havia pouco mais de cem refrigeradores na cidade que já alcançava o contingente aproximado de cem mil pessoas. Essa marca peculiar de um melhoramento técnico que não se traduz diretamente em índice de conforto, dada sua limitada abrangência, sugere ainda uma característica da urbanização brasileira, cujo aprofundamento no correr do séc. XX resultou em processos de exclusão social massiva e alijamento de serviços e equipamentos que, nos países desenvolvidos, eram de extensivo uso comunitário (Marins, 1998). Parece, igualmente, que, vista de um ângulo mais geral, a claudicante e lenta disseminação desses aportes tecnológicos esbarrava tanto em questões adversas à implantação de infra-estrutura (e nunca convém desconsiderá-las) quanto em práticas herdadas cuja tônica prescrevia uma racionalidade econômica pautada pela busca de altos rendimentos e o reduzido

alcance dos aperfeiçoamentos materiais.³⁸ Dessa maneira, predominava a tendência à administração de preços elevados para os artefatos industriais e os sistemas técnicos correlatos, resultando na inibição do surgimento de novas faixas de consumo.

No que tange à presença da energia elétrica e dos equipamentos e aparelhos cujo funcionamento dela dependia, algo de peculiar subjaz ao cotidiano de Fortaleza nos anos subseqüentes ao término da Segunda Grande Guerra: pleiteiam-se recorrentemente as vantagens de um serviço de luz e força eficiente, barato e confiável, mas é de tal envergadura a incapacidade da concessionária em prover satisfatoriamente as demandas da população, que muitas vezes às queixas e reivindicações veiculadas na imprensa se associam condutas distinguidas por um senso de improviso e adaptabilidade que quase não deixa rastro. Assim vêem-se anúncios diários de velas, lanternas e lampiões nas páginas dos jornais, um dos quais aconselhava “Não espere a luz da Light” (*Gazeta de Notícias*, 28 out. 1954), enquanto outro dizia “A dona de casa previdente como você não deixa faltar luz em casa – Refiro-me à luz de ‘Velas’, porque elétrica era uma vez...” (*O Povo*, 12 dez. 1960). Pequenos, objetivos, sem ilustração, tencionavam apenas divulgar a marca dos respectivos fabricantes, pois, em meio às crises energéticas que afligiam a cidade de então, parecia quase desnecessário destacar a serventia daqueles produtos; munir-se deles, longe de reiterar qualquer veleidade tradicional ou somente exprimir um sentimento de apego a velhos utensílios, constituía necessidade inarredável para os dias de racionamento ou queda da corrente elétrica, revelando um convívio característico entre artefatos antigos e modernos – ambos bastante atuais, no sentido de que se imiscuíam claramente na trama das necessidades corriqueiras. Rotina entremeada pelo recurso a fontes de luz à margem da energia transportada em fios e redes técnicas, quando os habitantes ensejavam uma relativa autonomia frente às oscilações no fornecimento da Light (posteriormente Serviluz), como se percebe em inventários *post mortem* nos quais aparecem as relações de mercadorias de estabelecimentos comerciais, entre eles a Casa Pinheiro (1959) e a Merceria Joana D’Arc (1958), a que não faltavam estoques de velas e caixas de fósforo.³⁹

³⁸ A esse respeito, Gildo Magalhães, em sua pesquisa sobre a eletrificação em São Paulo durante a República Velha, atribui aos estabelecimentos fabris – ícones da modernidade no domínio da produção material – um traço de mentalidade colonial, chamando a atenção para “as nossas tradições mercantis portuguesas que se incorporavam às indústrias criadas e que visavam (ontem como hoje) a tirar o máximo lucro de poucas unidades, em vez de expandir o consumo” (Magalhães, 2000, p. 43).

³⁹ De acordo com a lista de produtos da Casa Pinheiro, uma vela custaria Cr\$ 6,00, sendo uma caixa da marca Flama (dez unidades) vendida a Cr\$ 60,00 – preço igual ao de uma vassoura. (Cf. Inventário

Na esfera produtiva, os embaraços também se mostravam ponderáveis: os estabelecimentos industriais melhor estruturados costumavam ser equipados com unidades geradoras próprias, de maneira a reduzir a dependência do suprimento distribuído pela rede elétrica – providência que só poderia guarnecer as maiores empresas e, mesmo para essas, causando prejuízos constantes em razão dos investimentos que ficavam obstruídos pela premência em adquirir e manter maquinário para satisfazer suas demandas por energia; o excedente elétrico, quando havia, terminava sendo comprado pela firma responsável pelos serviços locais de força e luz, numa tentativa improvisada de reduzir a vulnerabilidade diante das flutuações daquele elemento imprescindível ao dinamismo econômico do município. No início da década de 1960, um pesquisador da rede urbana nacional tecia breves considerações acerca do parque manufatureiro, daí retirando a seguinte conclusão: “Fortaleza possui indústrias de tecidos, bebidas, curtumes e beneficia produtos vegetais regionais, produzindo óleos vegetais. Entre outras dificuldades que encontrou para maior progresso industrial, destaca-se o problema da energia elétrica” (Geiger, 1963, p. 376-377). Frente a limitações tão concretas, é plausível imaginar que, na capital cearense até os anos 1950, a mercadoria mais cobiçada, para muitos de seus habitantes, fosse a própria eletricidade, e não os utilitários elétricos, pois a disponibilidade irregular desse recurso energético dificultava a incorporação crescente dos chamados bens de consumo tanto ao universo das atividades cotidianas quanto ao fomento do desejo mercantil.⁴⁰

Alguns órgãos de imprensa, em diferentes graus de reprovação, asseveraram a conivência dos gestores públicos na perpetuação do quadro de incúria e precariedade que apossava o serviço de eletricidade:

de Humberto Teixeira Pinheiro, 28 fev. 1959. Cartório de Órfãos, pac. L8. Arquivo Público do Estado do Ceará [APEC].) Entre os bens enumerados na Merceria Joana D’Arc, um pacote de velas Guarany prata é avaliado em Cr\$ 20,00, valor correspondente a um kg de feijão; já as caixas de fósforo atingem o valor total de Cr\$ 850,00, sugerindo um estoque considerável dessa mercadoria. (Cf. Inventário de Moacir Paulo Matos de Oliveira, 13 out. 1958. Cartório de Órfãos, pac. C7. APEC.)

⁴⁰ O historiador Gisafran Jucá incluiu a fragilidade do setor energético entre os principais componentes da urbanização tortuosa vivida em Fortaleza, de 1945 a 1960: “As interrupções alternadas ocorriam, diariamente, em diversos bairros da cidade, em virtude das constantes falhas nas turbinas que forneciam luz à cidade. Mesmo com o aumento no preço das tarifas cobradas, o fornecimento de energia sofria interrupção quase constante [conforme denunciava um diário vespertino, em 1949]: ‘Até parece que estamos numa aldeia distrital de quarta classe, onde a lamparina a querosene se torna obrigatória e é mais eficiente que a Light do Município sede do governo. Ontem, três horas sem luz.’ O principal embargo à normalização do serviço estribava-se na falta de recursos para melhorar o fornecimento de energia” (Jucá, 2000, p. 111).

As instalações dessa empresa foram pouco a pouco se desgastando, sem que houvesse um verdadeiro interesse em equipá-la de modo a atender as exigências crescentes de uma cidade que aumentava.

Contando com o beneplácito dos governos a Light não cumpria seu contrato, não sofrendo, por isto, qualquer constrangimento.

Apesar de manter as mesmas linhas de bondes que existiam no ano de sua instalação e de não atender a ligações de iluminação pública e particular no ritmo desejado, já por volta de 1930 essa empresa era um dos problemas da cidade, provocando descontentamentos e, até, reações populares violentas.

A partir de 1940, sob o pretexto de guerra, a Light atingiu seu ponto crítico. Luz e força de má qualidade e caras, passaram a ser mais caras e intermitentes. As indústrias se viram a braços com a falta de energia. Fábricas trabalhavam apenas horas em cada dia e, às vezes, poucos dias em cada semana (*Revista dos Municípios do Ceará*, n. 2, 1951, p. 111).

Impossibilitado de responder satisfatoriamente ao crescimento demográfico de Fortaleza e conseqüente ampliação da demanda por eletricidade, o abastecimento prestado pela Light foi agravado sobremaneira pelo advento da conflagração mundial, quando praticamente cessou a importação de equipamentos oriundos do continente europeu – grandemente engajado no esforço de guerra – necessários ao reaparelhamento da usina local e manutenção apropriada de suas instalações. A precariedade do sistema de iluminação da capital cearense transparecia igualmente na dependência externa em termos de máquinas e pessoal especializado. Outro aspecto bastante problemático era revelado no processo técnico de geração de energia, de base termelétrica, obtida mediante o emprego maciço e dispendioso da lenha como combustível, acarretando severos impactos ambientais por conta da derrubada predatória de vastas áreas de mata nativa.⁴¹ Esse conjunto de adversidades

⁴¹ Pimentel Gomes salientou o recurso extensivo – e desastroso – da lenha para fins energéticos, pois a larga maioria dos estabelecimentos geradores localizados no estado usava proceder adotando a queima da massa vegetal: “A lenha foi, durante algumas décadas [pelo menos até o final dos anos 1950], o mais importante potencial energético do Ceará. Todas as usinas elétricas eram térmicas e tinham a lenha como único combustível. O consumo de lenha, principalmente nas estações chuvosas excepcionalmente fortes, era problema de difícil solução em Fortaleza. Trens inteiros levavam lenha para ali, proveniente de centenas de quilômetros de distância. Os lenhadores faziam um desflorestamento intenso, catastrófico, porque nem mesmo se tentava reflorestar as áreas devastadas. O reflorestamento natural era muito inferior ao corte. O abastecimento das centrais elétricas das cidades mais importantes, como Sobral, por exemplo, criava problemas semelhantes, embora em escala muito menor; mesmo assim, a energia elétrica era produzida em escala mínima” (Gomes, s.d., p. 136-137).

chegou a figurar no discurso de posse do governador Raul Barbosa em 1951, quando fez um balanço da situação:

Angustiosa é, sem dúvida, a nossa posição, frente ao problema da produção de energia, dadas as condições particulares do nosso meio. Não dispondo das facilidades para a geração de energia hidrelétrica, temos recorrido precariamente à instalação de usinas térmicas, com a utilização de lenha como combustível, o que contribui, de um lado, para a crescente devastação das nossas reservas florestais, e, doutra parte, para o encarecimento do preço do kw. Nesse particular, a nossa Capital apresenta-nos o aspecto mais dramático, porquanto aqui a densidade demográfica e a maior concentração de atividades industriais acentuam as exigências, agravando a crise. E esta ainda se torna mais séria e premente, devido às condições em que se encontra a nossa empresa de eletricidade.

O povo de Fortaleza paga tarifas elevadíssimas, porventura as mais altas em todo o País, para ter um serviço inadequado e deficiente, sob a constante ameaça de paralisação. As indústrias se ressentem dessa situação, vendo-se forçadas, para manter a regularidade de seu funcionamento, à inversão, em pequenas usinas próprias, de consideráveis parcelas de capital, que, desviadas dos seus fins específicos, acabam onerando o custo da produção, colocando os nossos artigos manufaturados em posição desvantajosa, na concorrência com os de outras regiões (apud Ceará, 1980, p. 9-10).

A conjuntura urbana, no tocante ao suprimento de energia, exhibia contornos preocupantes e virtualmente insolúveis num plano de ação localizado. Cortes bruscos na iluminação, fornecimento alternado aos bairros, racionamento, defeitos ou simples procedimentos de manutenção nas turbinas da velha usina do Passeio Público – tendo por resultado igual oscilação ou paralisia do serviço – tomavam parte na vida diária dos fortalezenses, mais ou menos resignados à privação de eletricidade por horas seguidas. Os mais antigos poderiam inclusive evocar a lembrança – ironicamente atualizada – do assim chamado “contrato com a lua”: medida pela qual, em noites de plenilúnio, outrora se dispensava o acendimento dos lampiões a gás nas ruas e praças da cidade, de molde a garantir alguma economia para os cofres públicos (Nogueira, 1980, p. 28; Silva Filho, 2004, p. 87-88). Não obstante, existe a hipótese segundo a qual a sonora expressão não insinuaria um acordo singelo entre o calendário lunar e um dos mais prestigiosos ícones da modernidade urbana; designaria, ao contrário, a

maneira jocosa encontrada pelos segmentos populares para ridicularizar, na segunda metade do séc. XIX, a inépcia do contratante do serviço de iluminação (Nobre, 1981, p. 78-79). Se a validade de uma interpretação não se postula forçosamente em prejuízo da outra, o mais intrigante repousaria nessa convergência de temporalidades proporcionada pela dissonância entre a fragilidade da rede técnica e o avanço da urbanização, deixando outra vez a cidade às escuras.

Aproximações no tempo, clivagens no espaço. Nos jornais de Fortaleza algumas matérias tinham por intuito maior insurgir-se contra eventuais arbitrariedades cometidas pela concessionária de energia, cuja distribuição de luz aos bairros punha a descoberto modos pouco explícitos de hierarquização dos diversos territórios urbanos. Veja-se, a exemplo, a queixa publicada no vespertino católico *O Nordeste* (1 out. 1962), que fazia coro aos protestos de habitantes de áreas pobres:

Temos recebido diversas reclamações contra a tabela de racionamento do antigo SERVILUZ [Serviço Municipal de Luz e Força de Fortaleza], hoje Companhia Nordestina de Eletrificação de Fortaleza [CONEFOR]. Enquanto em bairros pobres e subúrbios, o “pisca-pisca” chega a ser “black-out” contínuo, em certos “boulevards”, como a Aldeota, os desligamentos quase não se fazem sentir.

No bairro de Benfica, pendendo para o trilho do trem (rua Joaquim Feijó e adjacências), a luz chega às 22 horas, falta pela manhã e, com pequenos intervalos, volta somente à noite, de novo. Os moradores estão revoltados ao saber que, em outros pontos da cidade, o racionamento chega a ser menos rigoroso, em outros chega quase a inexistir.

As desigualdades no usufruto da eletricidade não se restringiam, portanto, à polarização entre os que tinham acesso àquela matriz energética e os que dela não dispunham. Com as interrupções programadas no fornecimento de luz e força da capital cearense, vinham à tona novas formas de privilégio social e segregação espacial, embutidas no tratamento diferenciado que beneficiava os moradores e freqüentadores dos bairros mais ricos da cidade. A partir da década de 1950 a Aldeota, situada no lado leste da capital, assumiria a condição de nicho dos afortunados, daí por diante consolidando a primazia simbólica no tecido urbano e atraindo moradores abastados de outros locais, cuja distribuição ainda incluía Jacarecanga e Benfica, bairros que até então concentravam as famílias de maior renda. Contudo, aquele novo reduto da elite, favorecido pelo circuito da valorização

imobiliária, também estava sujeito a problemas correntes em zonas residenciais modestas, a exemplo da irregularidade na coleta de lixo (usualmente despejado em terrenos baldios ou enterrado nos quintais) e da deficiência no transporte público que fazia a ligação com o centro comercial (Jucá, 2000, p. 39-40). Os efeitos da urbanização acelerada e carente de planejamento administrativo se alastravam de tal maneira que nem mesmo as áreas das classes ricas permaneciam resguardadas da ausência ou inadequação dos serviços e equipamentos de infra-estrutura. E, por paradoxal que se afigure, houve ocasiões em que precisamente essa debilidade (que tanto comprometia os chamados “foros de civilidade”) acentuou, no cotidiano de Fortaleza, um traço característico da vida social em metrópoles modernas: a crescente necessidade de sincronia entre as mais diversas atividades e funções urbanas (Simmel, 1979); ou, no caso, entre desregulagens e disfunções. Tal se deu com as reiteradas quedas de força, compelindo a empresa responsável a adotar um cronograma de racionamento, mediante o qual se divulgavam com antecedência os dias, horas e bairros a serem afetados. Com a tomada dessa providência a população se via, agora, menos sujeita à completa imprevisibilidade nos cortes de energia, muito embora ela ainda constituísse uma possibilidade real. Parece que mesmo a irregularidade técnica, quando organizada em horários prescritos, terminava se revestindo de um aspecto menos intolerável, conforme atestou um cronista local: “O pior no que estava acontecendo era a incerteza dos moradores da cidade, que não sabiam quando a energia ia desaparecer nem quando tornaria a chegar. E nessa expectativa enervante cada um ficava dia e noite. Agora pelo menos não se tem que esperar por aquilo que com certeza não virá” (*Gazeta de Notícias*, 26 nov. 1954). A seu modo, a capital cearense ensaiava um processo sinuoso de adesão a condutas hauridas no estilo de vida moderno – como o senso de pontualidade articulado à estrita observância do tempo do relógio⁴² – que, surpreendentemente, revelavam um quadro de ineficiência material e técnica que atingia dimensões variadas de sua experiência urbana.

E um dos inúmeros problemas causados pela intermitência de eletricidade era a inativação das centenas, talvez milhares, de motores que, normalmente instalados

⁴² A necessidade de atenção aos horários de suspensão no suprimento de eletricidade deveria ser respeitada, notadamente, pelos responsáveis por edificações munidas de elevadores que, segundo recomendação expressa do Serviluz, deveriam “paralisar esses veículos dez minutos antes das interrupções previstas no quadro acima, evitando o estacionamento entre pavimentos” (*Gazeta de Notícias*, 24 nov. 1954).

em quintais, retiravam água de poços e cisternas para o abastecimento e uso familiar. Quando cessava a energia, entrava em operação um séquito de utensílios desprestigiados pela configuração da casa moderna, porém de incontestável valia nos reveses do cotidiano e que não poderiam faltar em qualquer residência daquela época: baldes, canecas, latas, potes eram mobilizados para transportar e estocar o líquido, enquanto não fosse possível tornar a extraí-lo do subsolo. Contratempus dessa natureza provavelmente favoreciam, ou mesmo impeliam, a manutenção de redes de solidariedade e camaradagem entre vizinhos, parentes e amigos próximos, mediante a cessão de recipientes em desuso, o aprovisionamento de água franqueado aos moradores menos providentes por parte daqueles equipados com cacimbas, além da mão-de-obra gratuita, composta de crianças e adolescentes, que pais prestimosos punham gentilmente à disposição dos vizinhos. Mas essas adversidades também indicavam os percalços urbanos no tocante ao fornecimento de água pela rede subterrânea, que servia uma porção ínfima da população de Fortaleza: dos 51.081 domicílios recenseados em 1950 para o *Censo demográfico do estado*, apenas 9.447 possuíam água encanada, representando pouco mais de 18% do total de moradias. Nas noites sem luar, a falta de energia costumava deixar a cidade em sombra e – algo que pouco se menciona – lhe provocava sede.

Contudo, a relação entre água e energia não se limitaria ao precário abastecimento (de ambas) que acoitava o dia-a-dia da população de Fortaleza. Aqueles dois recursos descreviam itinerários muito caprichosos pelo espaço urbano, nem sempre fáceis de mapear, entremeando áreas públicas e ambientes privados numa rede sociotécnica que alternava instalações conspícuas (como os grandes reservatórios de água situados na praça Visconde de Pelotas, no perímetro central) e equipamentos resguardados da observação indiscriminada dos estranhos, abrigados na zona quase opaca da intimidade familiar, a exemplo dos já referidos motores que bombeavam água do lençol freático, não raro dividindo os quintais com fossas sépticas, árvores frutíferas e até pequenas criações, notadamente galinhas.

Um dos pontos de entrecruzamento da corrente elétrica com os fluxos aquosos se materializava numa atividade reconhecidamente penosa e de poucos ganhos, a que se dedicava grande número de mulheres pobres residentes na capital: a lavagem de roupa. Ofício que requeria habilidade, experiência, resistência física e um grau acentuado de confiança por parte dos fregueses, os quais habitualmente mantinham a mesma lavadeira e engomadeira durante anos e, em caso de dispensa ou

mudança, a substituta certamente viria indicada por parente, comadre ou vizinha. Trabalho eivado de frágil, quase nula, discrição, a limpeza das vestimentas alheias constituía, para os mais curiosos, um acesso privilegiado à rotina miúda das famílias, permitindo avaliar a estabilidade e o nível de renda da clientela, sua ascensão ou declínio na escala socioeconômica, mediante o exame da conservação das roupas, da renovação periódica do vestuário, dos trajés há muito suplantados pelos ditames de modas sucessivas, da descoberta de puimentos e desbotados que revelavam uso desmesurado das peças. Se porventura uma família mudasse de endereço, a lavadeira se veria na contingência de cumprir distâncias ainda mais longas, para não perder uma clientela que tendia a ser fiel – vantagem decisiva quando se está no limiar da sobrevivência. Suas andanças pelas ruas da cidade franqueavam aos transeuntes pronta identificação, assinalada pelos fartos volumes de roupa equilibrados sobre a cabeça. Para a faina diária, recorria-se à água de riachos, lagoas e mesmo poças remanescentes das chuvas mais intensas, normalmente concentradas nos primeiros meses do ano.

Embora fosse notória a precariedade daquele trabalho e das condições de higiene a ele relacionados, até o início da década de 1950 Fortaleza ainda não dispunha de lavanderias públicas que propiciassem maior salubridade a sua execução, o que talvez ajude a entender o apelo profilático que balizava um anúncio da lavadora de roupa Montgomery Ward, publicado no jornal *O Estado* (6 nov. 1947), cujo título, mais que sugerir as vantagens do produto, era o prenúncio de um alerta: “Com vistas às senhoras donas de casa. Melhor prevenir que curar!”. Agudizando temores antigos quanto à propagação de doenças em meio aquoso, onde, conforme a propaganda, padeciam vestimentas em estado de “promiscuidade”, salientava-se a importância daquele aparelho elétrico na defesa da saúde familiar – apanágio tradicionalmente feminino. Embora sua adoção em muito pudesse facilitar o desempenho de uma tarefa morosa e desgastante, a máquina de lavar era tratada não como uma expressão material de conforto, dispositivo mitigador de esforço, mas como salvaguarda higiênica, contígua ao papel de tônicos e elixires – possivelmente um argumento de aceitação mais legítima numa sociedade mal refeita dos sobressaltos do conflito de 1939-1945 e ainda pouco afetada, em seu conjunto, pelo espargir dos eletrodomésticos.

Se o objeto técnico realizava funções cujo desenrolar se punha, freqüentemente, à distância de uma acurada observação, demandando do usuário

conhecimentos específicos e pouco afeitos à linguagem cotidiana – os manuais tentariam, a sua maneira, intermediar a aproximação entre os consumidores e seus bens –, os labores corriqueiros detinham, por seu turno, uma plasticidade e variação favorecida por gestos de apreensão comum, posturas transmitidas de uma geração a outra, recomendações ou interdições verbais. Nas memórias de Eduardo Campos, que ainda criança veio residir em Fortaleza, a passagem da lavadeira pela residência dava ensejo a uma série de pequenos cuidados e manobras corporais, desde o reclinar do tronco para que o rol lavado e passado, sempre conduzido no topo da cabeça, não esbarrasse na bandeirola – elemento arquitetônico hoje desaparecido e então dotado de estilizações variadas que, vazado e fixado acima da altura média das portas, permitia maior circulação do ar entre os cômodos da casa. Destrezas manifestas na lida daquele trabalho, respaldadas em olhar treinado por anos de prática e que chegavam a nortear diálogos femininos de uma franqueza atualmente percebida como intolerável falta de recato:

[Lavadeira:] “Esse vestido está dando adeus, se despedindo mesmo, nem esfreguei muito senão rasgava...” – “O cinto azul larga tinta... Não me lembrasse de separar, ia estragando as anáguas da senhora...” [...] “Essa calça está dando adeus... Um furinho desse não agüenta esfregado... Ninguém pode bater roupa dessa na pedra!”

Minha mãe acudia, atenta: “Você bate muito! Já lhe disse mais uma vez... Em roupa minha nada de arrochar o pau, nem malhar em pedra... Pode vir no natural mesmo. O ano passado, meu prejuízo de roupa foi grande!”

Indiferente, com um muxoxo, a mulher dizia baixo: “Até a gente se acaba, dona...” (Campos, 1998, p. 31-32).

Esfregadelas na pedra, golpes com madeira, enxágües e fricções em água e sabão: ações que reportavam à aquisição e desenvolvimento de habilidades nas quais se aprendiam modos tradicionais de utilizar o próprio corpo, fazendo dele o ponto de aplicação de uma determinada técnica, sem o concurso necessário de outros apetrechos, como bem observou Marcel Mauss (2003, p. 407): “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”. Essas técnicas do corpo, que incluem, dentre outras atividades, o comer, o beber, puxar, empurrar e erguer pesos, andar e correr, realizar a higiene pessoal, costumam ter sua duração assegurada pela existência de

complexas cadeias de transmissão desses ensinamentos que, ao longo de uma vida, tornam-se praticamente indistintos do próprio indivíduo, embora só possam ser adquiridos, internalizados e executados por meio da socialização de um sem-número de gestos, ritmos e destrezas. A naturalidade aparente desses repertórios corporais, sedimentados por gerações sucessivas e receptivos aos conteúdos herdados, tende a se chocar com os mecanismos das máquinas (como a lavadora de roupa, o aspirador de pó, o liquidificador), que, ao substituir o corpo, instauram uma nova relação entre o homem e seu meio e implicam, ainda, o surgimento de outra economia da percepção.⁴³ Se, conforme ajuntou Gilbert Simondon, todo objeto técnico é a concretização de um gesto, sua aparição tangível convertida em poder de repetição (Santos, 1994), há que ter em conta as modificações na cultura sensível que se inscrevem a partir do emprego dos artefatos elétricos. Com a lavadora, por exemplo, as roupas postas em seu tanque, decorrido certo tempo, saem limpas, sem interferência direta do braço humano; o conjunto de movimentos e esforços despendidos pelas mulheres lavadeiras é subtraído, perde-se o contato com elementos naturais circundantes (regatos, lagoas, córregos) e a própria relação com a água se desvencilha do tato; em seu lugar comparecem a operação mecânica acionada pelo comando de botões, o ruído do aparelho em funcionamento, a corrente de água que, oculta da visão, flui para o interior da máquina e, obviamente, a energia elétrica. Com o uso do aparelho, lavar roupa deixa, igualmente, de condicionar-se ao sabor das intempéries, pois a tarefa passa a ser realizada em lugar coberto, ao invés do relento, em geral submisso à incidência do sol ou da chuva, implicando assim uma ligeira retração na supremacia dos quintais na condução das tarefas do lar. E, para acelerar a secagem das peças, haveria sempre a possibilidade de improvisos eventualmente transgressores, como o que consistia em estendê-las detrás do refrigerador... por mais que os manuais de instrução reprovassem tal prática, porquanto ela impedia que o aparelho “respirasse”. Percebe-se, com efeito, a intensidade de transformações desencadeadas com a introdução de produtos industriais no plano doméstico, algumas das quais devem ter provocado certo estranhamento e, por conseguinte, resistência a sua disseminação, devida em parte às dificuldades no correto e eficiente manuseio dos objetos.

⁴³ “O processo tecnológico subtrai-se, habitualmente, à apreensão dos sentidos [...] Pode-se concluir, portanto, pelo aumento de intermediação entre o corpo e os resultados de suas intervenções” (Meneses, 2000, p. 113).

Outro fator restritivo era, decerto, o preço dos utilitários, além da inoperância no serviço de eletricidade que abastecia a capital cearense e da constante majoração tarifária, a ponto de, em julho de 1957, os gastos com luz e combustíveis responderem pela maior elevação do custo de vida, se comparados aos outros setores em apreço (alimentação, habitação, transportes, vestuário) (IBGE, 1959). Somado a essas limitações, um condicionante desfavorável ao alastramento daqueles bens de consumo se prendia à composição da força de trabalho local. De acordo com os inquéritos promovidos pelo *Censo estatístico de 1950*, o contingente populacional engajado no universo do trabalho atingia 85.816 indivíduos, dos quais a maior porção (em torno de 29%) estava ligada à prestação de serviços. Eram 25.116 pessoas; contudo, adverte a *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, “somente 3.339, ou seja, 13,26% exerciam [atividade] em estabelecimentos devidamente instalados, sendo que o restante ou se dedicava a atividades particulares ou eram empregados domésticos” (IBGE, 1959, p. 215). Para cerca de 21.800 habitantes, a sobrevivência dependia do envolvimento com serviços de natureza precária, de baixa especialização e pequena remuneração, correntemente associados à lida no espaço das moradias. Tamanha disponibilidade de mão-de-obra barata, historicamente submetida a formas de superexploração do trabalho, representava uma inibição adicional ao consumo de eletrodomésticos. Quinze anos depois, essa condição estaria mudando, a julgar pelos comentários tecidos pelo padre Antonio Vieira em sua coluna no jornal *O Povo*, sugestivamente denominada “Canto do vigário”. Abordando as adversidades resultantes da menor oferta de empregadas domésticas, que aparentemente não acompanhava o ritmo do crescimento da cidade, o articulista teceu breve apreciação:

O problema empregada constitui hoje um pesadelo tremendo e uma fonte perene de sofrimento para muitas famílias. As necessidades atuais mais do que antigamente exigem maior disponibilidade de tempo das donas de casa. Crescem em progressão matemática as facilidades técnicas e o conforto, mas ascendem em ritmo geométrico as responsabilidades e as preocupações da mulher moderna.

[...] Não se pode conseguir hoje uma boa empregada, mesmo a peso de dinheiro. Foi uma reação inesperada e bem articulada contra o abuso de autoridade de muitas donas de casa e de muitos patrões que descarregavam nas humildes empregadas todos os seus recalques, ciúmes e complexos (*O Povo*, 5 jan. 1965).

Há provavelmente algum exagero na reflexão do sacerdote, pois, mesmo que aumentados os gastos com a remuneração dos serviçais, ainda não estava em curso a tão alardeada escassez de braços, por sinal ainda numerosos numa cidade a que acorriam crescentes levas de migrantes oriundos das zonas interioranas, embora talvez essa mão-de-obra já não denotasse a abundância a que estavam acostumadas as gerações mais antigas. A hipótese de um boicote criado por conta de uma presumida estrutura de classe auto-organizadora, tingida de romântico desagravo ante as iniquidades do passado, tampouco se sustenta, justamente em razão da estreita margem de negociação política e grande vulnerabilidade econômica daqueles trabalhadores. Ao que parece, o autor mesclava seus pendores de cronista assíduo às prescrições eclesiásticas, por vezes transfigurando a imprensa em púlpito, como na reprimenda ponderada ao luxo excessivo das senhoras abastadas, a quem aconselha moderação no lazer de clubes e praias, menor exposição a ambientes suntuosos e redução no tamanho de “suas mansões e [n]o número de seus móveis”. A situação exigiria, segundo ele, revisão das condutas tomadas pelos segmentos privilegiados, em especial as mulheres, usualmente mais prejudicadas pela rarefação das domésticas. E o texto arremata com o relato de um caso que beira a anedota:

Outro dia, um cidadão casou-se com uma empregada que lhe servia humilde e generosamente. Foi um escândalo para a sociedade e para as famílias. E uma afronta a muitas moças casadouras. A indignação pairava no ar: - Que baixeza! casar-se com uma empregada!

Com toda naturalidade ele explicava aos seus amigos:

- “É muito mais simples e cômodo. Os outros homens casam-se e fazem das suas mulheres escravas, depois do matrimônio. E dá um trabalho danado. Eu apenas fiz isto antes, e com mais sucesso e vantagem porque ela já está acostumada”.

Por trás do cinismo bem-humorado se entrevê alguns indícios da rotina fatigante que presidia a vida de mulheres dedicadas aos serviços da casa, fossem patroas ou empregadas. Cresciam, no entanto, os anseios por maior nível de conforto nos espaços de moradia, em parte insuflados pelo discurso publicitário. Não à toa, entre 1950 e 1959 mais que triplicou, no Ceará, o número de estabelecimentos varejistas para comércio de máquinas e aparelhos de uso doméstico, material elétrico, além de instrumentos musicais e discos (*Censos comercial e dos serviços*, 1960, vol.

4, t. 3, p. 56 ss). Passando de 25 para 78 unidades, essas firmas foram, entre todas as classes de lojas, as que mais investiram em propaganda e publicidade, cujo montante alcançou 5,5% do total de suas despesas. Em 1959 o setor empreendeu um volume de vendas pouco superior a Cr\$ 505 milhões (fora os aproximados Cr\$ 18 milhões negociados no atacado), dos quais quase metade à vista (Cr\$ 240.819 mil), indicando a limitada disponibilidade de crédito das lojas para ampliação da faixa dos consumidores. Mesmo assim, esse gênero de comércio já apresentava o maior percentual de vendas a prestação, correspondente a mais de 18% de todo o valor movimentado, ficando as negociações a prazo em torno de 35%. Esses dados auxiliam no esboço de um quadro socioeconômico que aponta algumas das condições materiais delimitadoras da aquisição de eletrodomésticos, mormente entre as residências de Fortaleza, pois, embora as informações se estendam ao território geográfico do estado, o setor comercial em questão, como também a maior demanda por ele, concentrava-se na sua capital, já há muito consolidada como a mais importante praça mercantil da região, incluindo porções do Piauí e do Maranhão em sua zona de influência (Geiger, 1963). Essa disparidade entre o interior e a metrópole fica explícita ao se cotejar, no *Censo demográfico estadual de 1950*, os domicílios particulares servidos de iluminação elétrica em todo o Ceará (34.767), cuja maioria estava localizada em Fortaleza (18.628). Preponderância que, todavia, não deve surpreender, dado o baixo nível de urbanização do estado como um todo, que àquela época ainda mantinha no campo praticamente três quartos de sua população.

Nos alvares da década de 1960 a capital já contava 11.338 geladeiras entre as suas 92.128 habitações, algumas das quais deveriam ser a querosene, embora tais especificações não constem das cifras apresentadas. Distribuído em pouco mais de 12% das casas, aquele aparelho ia paulatinamente se afirmando como um patrimônio do grupo familiar, não exatamente porque beneficiasse um significativo montante de pessoas, mas por comparecer, com maior assiduidade, em residências com seis ou mais moradores (IBGE, 1960, p. 112 ss).

A exemplo de outros bens industriais, o refrigerador convergia com as expectativas de bem-estar e comodidade acentuadas no pós-guerra; contudo, a despeito de fomentar a legitimidade em torno dos benefícios e prazeres cada vez mais vividos no âmbito privado, sua unidade consumidora básica residia na família nuclear, diferentemente do momento atual que, embalado pelos vertiginosos avanços na miniaturização e portabilidade dos objetos técnicos, direciona seus apelos mais

candentes para o indivíduo, provocando um sentimento de atomização social e um convite ao deleite solitário cuja intensidade era desconhecida no passado. Naqueles anos, tendia-se a enfatizar os casais jovens como sujeitos preferenciais ao ingresso no reino do consumo moderno, pois já pertencentes ao modo de vida urbano e emulados por um impulso de ascensão econômica menos acalentado e perseguido pela geração de seus pais. As seções femininas das grandes revistas e as peças publicitárias se apropriaram de, e souberam ampliar, essas vinculações entre amor romântico e desejo de consumo (Sevcenko, 1998, p. 607 ss), sugerindo a necessidade de um acesso aos bens industrializados como realização gradativa e demarcadora da identidade do casal, conquista lenta que demanda empenho concentrado e planejamento doméstico, cujo êxito se confirmaria no extenso decurso da vida conjugal: “se, a princípio, nada se tem, mas se juntos, marido e mulher, não medem sacrifícios para ir aos poucos adquirindo o que almejam, como tudo lhes parece ter um valor estimativo dobrado? Cada objeto que se compra representa um prazer e, aos poucos, vai-se adquirindo, sem maiores complicações, tudo que se deseja” (*O Cruzeiro*, 16 jul. 1960, p. 44).

A reflexão sobre os valores sociais nuançados que incidiam nos artefatos domésticos permite vislumbrar alguns dos limites ao ideal de conforto e prosperidade assinalado no crescimento econômico e industrial dos anos 1950-60, que só paulatinamente fomentaria o ingresso de novas camadas urbanas no mercado consumidor:

“O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do ‘desenvolvimento’ para a maioria da população. É claro que a importação destes novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista” (Singer, 1995, p. 223).

Como se percebe, a penetração desses bens industrializados na experiência cotidiana dos contingentes urbanos está indissociavelmente relacionada à expansão da economia de mercado, num período – o pós-guerra – em que a sociedade brasileira é permeada por um processo simultâneo de diferenciação e generalização do consumo (Cardoso de Mello e Novais, 1998, p. 604 ss).

Os números do *Censo de 1960* nada registram sobre a distribuição dos utilitários elétricos pelos diversos bairros de Fortaleza. Entretanto, parece razoável supor que boa parte dos aparelhos tendia a aglutinar-se nas áreas que compreendiam as habitações das classes ricas e médias, até porque, segundo estimativas de uma pesquisa de economia, a disponibilidade média do refrigerador tendia a crescer de acordo com o maior estrato de renda per capita (Banco do Nordeste do Brasil, 1967, p. 74). Ao término dos anos 1950, a hegemonia urbana havia sido conquistada por um trecho a leste do perímetro central, de ocupação recente, embora já encabeçando a hierarquia espacial e simbólica, conforme se depreende da menção inserta na *Enciclopédia dos municípios brasileiros*: “Dentre os principais bairros da Capital cearense, o da Aldeota se constitui dos mais notáveis; suas modernas e confortáveis residências, luxuosamente instaladas, conseguiram-lhe o nome de ‘bairro aristocrático da cidade’” (IBGE, 1959, p. 220).

A magnificência das casas e a presença de automóveis luxuosos singularizavam a paisagem onde os detentores do poder e da riqueza encontravam refúgio. Nas artérias pontilhadas de novas habitações, sobressaía a intenção de generalizar certos traços arquitetônicos que induziam a uma nítida separação entre público e privado, dentre eles o recuo das fachadas em relação ao alinhamento das vias, a valorização de construções estruturalmente isoladas em seus respectivos lotes, a ereção de muros e gradis para demarcar a intimidade dos moradores e preservá-los da contigüidade com o bulício da rua. Esse desejo de insularidade habitacional era cúmplice do propósito de equipar a casa com objetos que referendassem, no imaginário coletivo, sua autonomia frente à cidade. Na morada dos afluentes se concretizava um impulso de reação à “desordem urbana”, que punha em jogo não propriamente uma purificação da cidade ou projeção utópica (Sarlo, 1997), e sim a procura por nichos onde a racionalidade das edificações, o traçado regular das vias e a presença dos dispositivos tecnológicos lograssem instaurar uma sensação de abrigo e estabilidade à contraluz das tensões sociais irrompidas pelo intenso crescimento demográfico da capital (Silva, 1992).

Mas essa constituição de uma frágil atmosfera burguesa, no sentido de exacerbação da domesticidade, usualmente era afrontada pelo funcionamento irregular do sistema elétrico que, deixando praças e lares às escuras, punha às claras a reconfiguração que transformava o domínio privado num prolongamento capilar da rede técnica. De certo modo, a falta de luz tornava visíveis os limites e impasses do

refluxo de urbanidade em andamento nas áreas privilegiadas de Fortaleza. Pois, no programa de diferenciação tácita entre a casa e a rua, perdia-se a possibilidade do convívio plural e das relações de vizinhança que tecem a vida social de um bairro e o inscrevem numa zona híbrida, dissolvente da polarização rígida entre mundo público e domínio privado; à diferença dos arrabaldes e regiões ocupadas por segmentos mais modestos, onde a calçada, à noite, tornava-se um lugar para estar e não um ponto de passagem. Tratava-se ali, portanto, de uma co-extensão do espaço de moradia na qual familiares e vizinhos afluíam para fora das habitações apertadas, conversavam longamente, faziam circular uma miríade de notícias e informações, controlando pelo olhar as crianças e suas brincadeiras. Naqueles arrabaldes, onde o pequeno movimento de veículos favorecia outras ocupações da rua, ampliavam-se as possibilidades de experiências partilhadas e arranjos de solidariedade entre os que não dispunham dos equipamentos urbanos existentes nos bairros ricos (Campos, 2001; Silva Filho, 2002a).

Aquela experiência cotidiana balizada em laços de espírito gregário era inclusive estimulada pela disposição material das habitações populares, em geral paredes-meias umas com as outras, de testadas estreitas e erigidas sobre o alinhamento da rua, o que diluía a fixação de rupturas estáveis entre a vida íntima e o espaço público. A forte interação comunitária observada em bairros suburbanos desenhava, assim, um contraste com o relativo esvaziamento dos logradouros margeados por domicílios suntuosos. Talvez por isso a mãe de Narcélio Limaverde, autor de um livro de memórias sobre Fortaleza, costumasse designar a Aldeota de “cemitério dos ricos” (Limaverde, 1999) – um lugar onde a rua deixa de ser povoada, as pessoas se recolhem ao recinto doméstico e se relacionam cada vez menos com os moradores circundantes, onde a proximidade calorosa da vizinhança se esgarça em proveito de uma experiência que se pretende distinguida por investimentos correlatos na elegância das edificações e na valorização da privacidade. Parece irônico que uma casa mais bem dotada de mecanismos técnicos disseminados em rede (eletricidade, água, comunicações), portanto em princípio mais inclinada para uma extroversão rumo à esfera pública, seja solidária à retração das sociabilidades heterogêneas. Ao olhar de alguém formado no seio de tradições agregadoras e vínculos coletivos, o bairro predileto da burguesia local só representava o sonho metropolitano de Fortaleza naquilo que havia de mais lúgubre; em vez de máquinas de morar, aquelas casas modernas seriam máquinas de morrer.

E, por um curioso efeito reverso, a cidade que, a partir de meados do Oitocentos, foi progressivamente marcada pela vontade de delimitar lugares apartados para o movimento dos vivos e o repouso dos mortos (Batista, 2002), passaria, no século vindouro, a defrontar-se com a letalidade da energia na seara doméstica; o interesse em distanciar a visão e o cheiro dos mortos não impediu que a morte trajasse novas roupagens. A fonte que “animava” seres não-humanos fazia, com recorrência inquietante, vítimas entre os humanos. Em paralelo aos novos dispositivos técnicos que se espriam na esfera privada, dá-se o surgimento de ameaças outrora inexistentes, imprimindo contornos instáveis à ordenação das atividades corriqueiras. É o caso das preocupações crescentes que resultam na exigência de maiores cuidados no emprego dos eletrodomésticos, de maneira a prevenir a ocorrência de choques cujo efeito poderia ser fatal. Nos jornais despontam conselhos voltados à orientação de uso, conservação adequada e permanente observação do desempenho funcional dos equipamentos – requisitos que se queriam cada vez mais imprescindíveis à proteção e benefício dos consumidores. Por vezes avulta um sentido de urgência na acolhida das novas recomendações, a exemplo do artigo “Perigos na casa”:

Comumente se crê que somente as correntes elétricas de alta potência sejam perigosas; todas as mães sabem que as crianças não devem subir em postes que sustentam instalações elétricas, todas as donas de casa sabem explicar às empregadas que se o vento carrega uma peça de roupa da corda para os fios elétricos, há perigo de morte em tirá-lo de lá.

Poucas, no entanto, sabem que nos podem fulminar também as correntes a baixa tensão, as que dão vida aos variados aparelhos que, sempre mais numerosos, entram na casa moderna: abajures, fornos, ferros de engomar, aspiradores de pó, enceradeiras, secadores de cabelo, navalhas, refrigeradores, batedores, rádios, toca-discos e, para aumentar a série, os brinquedos elétricos com trenzinhos, projetores, máquinas para coser etc. [...]

Todos os aparelhos citados são construídos de modo a não apresentar perigo: eles têm partes isolantes que servem para impedir a passagem da corrente do aparelho a quem lida com ele. Mas basta que um isolante falte ou esteja estragado, basta que um cabo esteja desfiado, ou que, por exemplo, se estabeleça um contacto entre os fios da luz e os da campainha, basta que se faça uma manobra errada e que se estabeleça um “a terra” através do nosso corpo, para que se caia fulminado. Quem

usa aparelhos elétricos deve tomar precauções para que não possa cair em erro em um momento de pressa ou de distração.

Por exemplo: quem empunha a tomada pela parte elétrica (ou pela parte isolante e esta se acha estragada), e ao mesmo tempo gira a torneira de água, se expõe a gravíssimo perigo, porque, como veremos adiante $\text{ÁGUA} + \text{ELETRICIDADE} = \text{MORTE}$: neste caso a tomada de corrente deve ser colocada em posição distante da torneira e o perigo está eliminado (*O Jornal*, 30 mar. 1959).

Que o texto integrasse a seção feminina do periódico, não surpreende. Relevante é sua aparição num espaço tradicionalmente reservado a notícias de moda, conselhos médicos para a criação dos filhos, pequenas dicas de beleza pessoal e lides domésticas, indicando portanto a presença mais assídua dos novos produtos na vida diária. Em meio às instruções, determinados aspectos merecem destaque. O primeiro deles consiste na dramática mudança de escala que os eletrodomésticos demandavam e nos desafios subjacentes ao remodelamento da percepção sensível: se parecia óbvio o risco potencial concernente a grandes instalações técnicas que tomavam assento nas ruas da cidade (postes de iluminação, fiação aérea, transformadores elétricos), doravante cumpria ressaltar a periculosidade dos aparelhos de menor dimensão, projetados e fabricados para o espaço privado. Isto significa que, a par e passo com a modernização da casa, amplia-se a possibilidade de acidentes graves cujas causas, amiúde banais, requerem maior coeficiente de atenção e responsabilidade individuais. Gestos displicentes, breves distrações, pequenas confusões no emprego dos artigos elétricos devem ser meticulosamente identificados, analisados, corrigidos e evitados; para tanto, convém observar e controlar, melhor e mais acuradamente, a postura do corpo, assegurar-se de que seus movimentos, flexões e destrezas no contato com os objetos técnicos não provoquem danos aos usuários. Se o domínio preciso de um repertório de gestos implica acréscimo das capacidades corporais mediante a aplicação dos utilitários elétricos, os menores descuidos adquirem igualmente uma envergadura antes desconhecida. O que se ganha em termos de eficiência produtiva e economia de esforço é correlato à disseminação dos perigos e à irrupção de novos focos de inquietação: “Somos forçados a estender a questão da tecnologia não apenas à substância produzida, mas ao acidente produzido. [...] O enigma da tecnologia é também o enigma do acidente. [...] Cada tecnologia produz, provoca, programa um acidente específico” (Virilio, 1984, p. 39-40).

A celeridade que os artefatos imprimem aos labores parece se prolongar, ao menos no discurso normativo, na necessidade de monitorar seu bom funcionamento – atitude a ser convertida em propensão ao reparo imediato de qualquer defeito, como recomenda em tom imperativo a matéria jornalística: “Faça consertar os estragos logo que os descobre; todo o desleixo ou indiferença nesse sentido pode ser fatal.” O risco não se concentra somente na probabilidade de um acidente, mas na regressão a um ritmo de ação mais cadenciado, quando o utilitário deixasse de funcionar.

Advertências aparentemente elementares, como a proibição do contato entre água e eletricidade, sugerem ainda quão recente e limitada era a penetração dos objetos técnicos nas casas de Fortaleza, bem como permitem inferir as dificuldades de lidar com uma fonte energética cuja passagem, ao contrário de suas congêneres tradicionais ou menos recentes (ígneas, eólicas, tração animal, hidráulica, vapor), não deixa rastros à sensibilidade visual. Não é implausível que a inobservância dessa cautela tenha mesmo contribuído para o registro de 22 casos de acidentes por choque em 1963, cujas vítimas foram atendidas no Pronto Socorro de Fortaleza (Fortaleza, 1964, p. 176-177). Embora tais ocorrências denotem uma frequência maior da eletricidade no cotidiano da capital, vestígios pouco condizentes com a dinâmica de um grande centro urbano eram abundantes: nas estatísticas daquela mesma unidade hospitalar, deram entrada 52 pessoas que sofreram picadas e 91 agredidas a mordidas, caracterizando um espaço social cujas pretensões de modernidade se imiscuíam – e dissolviam – na profusão de animais peçonhentos em casas e quintais, cães e gatos vadios que singravam as ruas, equinos e muares para movimentar carroças e transportar mercadorias, enfim uma autêntica fauna que destoava da constituição do imaginário urbano, fortemente entremeado pela pujança técnica e a ubiqüidade do artifício, às expensas da natureza.

Embora restrita a grupos sociais mais favorecidos ou remediados (empresários, comerciantes, industriais, profissionais liberais, altos funcionários públicos etc.), a expansão no consumo de aparelhos elétricos entre as décadas de 1940 e 1960 acarretou transformações relevantes na gestão da casa, no desempenho de tarefas ordinárias e na cultura sensível dos indivíduos. Pequenos manuais e encartes dos fabricantes, distribuídos aos compradores daqueles objetos nos anos 1950 e 1960, esmeravam-se no esclarecimento de possíveis dúvidas e no detalhamento de precauções ulteriormente inócuas: o recipiente de vidro do

liquidificador Walita sempre deveria ser limpo após o uso, “tal como se limpa qualquer outro vidro”; o motor da batedeira não poderia ser posto em água corrente, bastando usar um pano úmido para retirar possíveis resíduos; quanto ao liquidificador Arno, “NUNCA o submerja na água, o que danificaria o seu motor”. Já o refrigerador Brastemp deve permanecer ligado à noite e nunca instalado perto do fogão ou sob luz solar; reprova-se ainda o hábito de estender panos em seu lado posterior, pois é necessário assegurar espaço para a “respiração” da máquina. Antes de solicitar assistência de profissionais especializados, sugere-se averiguar se o termostato está em zero, se há fusível queimado ou fio frouxo, se a porta é mantida aberta por longo tempo, advertindo-se igualmente para a importância de descongelamentos periódicos, pois o excesso de gelo compromete o bom rendimento do aparelho. Informações que, conforme os parâmetros atuais, chegam a resvalar a tautologia e subestimar o bom senso, tal a obviedade aparente do que é explicado. E talvez o caráter acessório, quando não dispensável, de tantos esclarecimentos constitua um diapasão relativamente preciso na avaliação da medida em que esses utilitários passaram a compor tramas da vivência ordinária doravante impensáveis sem a presença deles. De qualquer maneira, não seria (como ainda não é) amena a incumbência depositada nesses textos mediadores dos aparelhos e seus usuários, quase sempre redigidos sob a premência de um rigor que não deveria sujeitar-se à frieza do linguajar técnico, conciliando formulações precisas e tom acessível a leitores não-especialistas. Para tanto, faziam-se projeções hipotéticas sobre o nível de conhecimento dos consumidores, que podia variar do simples domínio da linguagem escrita até noções aplicadas de eletricidade; havia, portanto, uma larga margem de usuários dotados de capacidades as mais diferenciadas, a que se juntavam modalidades idiossincráticas de consulta: enquanto uns liam o manual inteiro antes do manejo do produto, outros simplesmente o ignoravam apostando em procedimentos empíricos por erro e tentativa, ao passo que alguns efetuavam uma leitura mais seletiva, destacando do conjunto das indicações e comentários apenas o que fosse de valia. Contudo, nenhuma dessas opções assegurava um aproveitamento do objeto técnico correspondente às expectativas de seus recentes proprietários: “Muitas vezes, a irritação, ou até o ridículo provocados pela utilização de um manual só se devem a um distanciamento entre os conhecimentos que ele supõe em nós e os que nós mesmos julgamos ter” (Akrich, 1995, p. 27).

A reiteração dessas instruções aponta para a incontornável estranheza dos novos artefatos; por outro lado, a divulgação dos manuais supõe o desenvolvimento de um aprendizado cada vez mais exercido no âmbito privado, longe dos olhares e intromissões de desconhecidos. Também na decifração das exigências que garantiam seu emprego normativo, os eletrodomésticos favoreciam e aprofundavam os contornos de uma experiência de intimidade que, cabe lembrar, era acessível a poucos (e, mesmo para estes, vivida com algum desleixo, conforme insinua a advertência trazida na capa do manual que acompanhava o modelo Brastemp Imperador 1958: “este folheto, para ser realmente útil, deve ser lido” [grifo no original]). Pois o contato com os objetos modernos nunca se processou em condições de equidade hierárquica, simbólica ou pecuniária: sua presença nos lares, nas vitrines, na publicidade repunha a velha questão sobre as reais possibilidades de compra dos diversos grupos e classes, protagonizando uma socialização assimétrica da técnica: aos estratos de melhor condição econômica, esses utilitários robusteciam o patrimônio familiar, significavam bens de consumo e ícones do modo de vida urbano; às camadas subalternas, tendiam a representar objetos de desejo largamente inacessíveis ou, no caso dos empregados em serviços domésticos, instrumentos de trabalho. No Brasil de 1960, os 10% mais ricos concentravam quase 40% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres detinham pouco mais de 17%, sendo que 72,5% da população economicamente ativa vivia em condição de subproletariado, ou seja, com renda inferior a um salário mínimo, dando a ver as enormes disparidades que marcavam a sociedade brasileira de então (Singer, 1986, p. 233, 239).

Bastante elucidativo quanto ao quadro heteróclito de convívio com os artefatos elétricos na capital cearense é um excerto da matéria jornalística supramencionada, expressamente dirigida às donas de casa: “Instrua as empregadas sobre o bom uso dos aparelhos eletrodomésticos (lembre-se que nada serve dizer ‘cuidado’ se não explica em que consiste o perigo e como deve exercitar essa atenção)”. Nota-se, portanto, que o advento da modernidade técnica, embora vincada na valorização do individualismo e na dignificação do conforto, apresenta matizes bastante variados, alguns dos quais não remetem ao universo do consumo, mas ao mundo do trabalho. Ter em conta que o campo dos usuários ultrapassa sobremaneira o circuito relativamente estreito dos consumidores põe em questão o desafio de apreender, no decorrer desta investigação, os modos informais, adaptativos, predominantemente empíricos pelos quais os objetos são empregados no dia-a-dia, e

como as discrepâncias de seus usos podem iluminar a tessitura das relações sociais numa cidade cuja urbanização e aumento demográfico, no pós-guerra, fizeram-se sobretudo às custas de migrantes rurais pobres, acentuando historicamente o aviltamento das oportunidades disponíveis aos estratos modestos da população.

Outra possibilidade de captar passagens do trajeto enviesado daqueles objetos modernos na experiência urbana de Fortaleza se prende a seu destino para fins inusitados ou sua conversão em matéria da (cri)ação lúdica. Vestígios extremamente parcos, dada sua banalidade inventiva, situados quase sempre no limiar da vida cotidiana, gravados na memória dos corpos, porém deixados fora do exercício de perpetuação prestigiosa que conduz o ato da escrita e orienta as veleidades da fala. Eduardo Campos, lembrando episódios da infância, traz a lume uma dessas cenas:

Como dizer ou explicar da serventia das coisas consideradas em desuso? Ou do aproveitamento material de objetos que perderam a sua utilização própria?

Decida o leitor a vagar, que por hoje quero lembrar contando a sobretaxa de vida, melhor referir, a prolongada utilidade deparada em objetos que numa casa, como a nossa da Rua do Imperador [nas cercanias do perímetro central] pelos anos trinta, não obstante perdida a função a que se destinavam, prosperavam úteis em inesperadas reinvenções de utilização.

Para começar, vejamos o caso das lâmpadas de iluminação elétrica. Quando não mais acendiam, uma a uma iam sendo reaproveitadas em outros acudimentos.

Minha mãe guardava a menos vulnerada pelo cocô das moscas, que a tinham encaixado ao longo dos dias, para sua paciente atividade de cerzideira doméstica, operação que parecia (e na realidade sucedia) concorrer para melhorar o trabalho executado, a lâmpada intrometida no canudo da meia, procedimento que a tornava enlastecida, e desse modo visíveis os fios, o que facilitava em muito o manejo preciso da lançada da agulha carregando a linha de cor (Campos, 1998, p. 43-44).

Tempos heterogêneos, articulados em combinações insólitas: a cadência lenta e repetitiva dos afazeres miúdos, feita de remendos caseiros, urdia-se com produtos fabris resgatados de sua inércia funcional. E assim procediam os arranjos mais diversos: panelas furadas viravam jarros para plantas, prudentemente alocados nos cômodos mais íntimos da habitação; caixas de sapato vazias acolhiam novos conteúdos – botões, alfinetes, adornos, cartas, fotos. Nessa propensão, simultaneamente intuitiva e prática, para reinventar os usos do imprestável, e cuja

realização culminante está na sucata, Michel de Certeau (1996) quis identificar os traços de uma “arte brasileira”. As artimanhas infantis produziam, igualmente, novos empregos para artefatos ultimados em suas funções originais. Lâmpadas queimadas, retirados os filamentos internos, recebiam água e adquiriam as propriedades visuais de uma lente de aumento; sob o sol, produziam focos de luz e calor para caça de pequenos insetos; moídas em pilão, tinham seus grãos de vidro adicionados a rudimentar resina para o fabrico de um preparado cortante com que se untavam os fios dos papagaios, empinados no céu de agosto para regalo e disputa entre os meninos, uns e outros procurando extirpar a cauda do brinquedo alheio e, assim, provar o arrojo e perícia de suas manobras.

Talvez, ao fim e ao cabo, o dificultoso processo de *domesticação do estranho* demandasse justamente essas subversões do uso. Operadas no labor que ritmava o dia-a-dia das experiências privadas, ou radicalizadas nos engenhos das crianças, essas formas singulares de lidar com os artefatos elétricos indicavam um grau de familiaridade pela negação: pois era sobre um valor de uso refigurado e um valor de mercado tornado nulo (a exemplo das lâmpadas queimadas) que se erigia a multiplicidade das serventias aplicadas aos objetos. Vencer a estranheza diante da presença técnica resultava, amiúde, em transformá-la noutra coisa: brinquedo, souvenir, fetiche. Para que artigos funcionais ganhassem força de penetração na vida cotidiana de outrora, o avanço da propaganda no imaginário coletivo, a observância de manuseios prescritos e a volúpia do consumo poderiam ocasionalmente não bastar; restava sempre um horizonte, feito de improviso e astúcia, alargando as margens do possível, usando a disfunção para abrir o espaço da casa e a dobra do corpo à emergência dos objetos modernos.

A vedete da cozinha moderna

Ando pós-modernamente apaixonado pela nova geladeira.
 Primeira escrava branca que comprei, veio e fez a revolução.
 Esse eterno feminino do conforto industrial injetou-se em minha veia, dei
 bandeira!
 E ao pôr fé nessa deusa gorda da tecnologia gelei de pura emoção!

Ora! desde muito adolescente me arrepio ante empregada debutante.
 Uma elétrica doméstica então... Que sex-appeal! Dá-me o frio na barriga!
 Essa deusa da fertilidade, *ready-made* à la Duchamp, já passou de minha amante
 Virou super-star, a mulher ideal, mais que mãe, mais que a outra... Puta amiga!

[...]
 Inventores de Madame Frigidaire, peço bis! Muito obrigado!
 Afinal, na geladeira, bem ou mal, pôs-se o futuro do país.
 E um futuro de terceira, posto assim na geladeira, nunca vai ficar passado.
 Queira Deus que no fim da orgia, já de cabecinha fria, eu leve um doce gelado!

(Belchior, Balada de Madame Frigidaire)

Na canção do compositor cearense Belchior parecem estar habilmente reunidos alguns dos efeitos resultantes da introdução da geladeira no ambiente doméstico: a marcante alteração no ritmo da vida privada, a conquista de um padrão de conforto produzido em série, a sensualidade irreduzível da máquina, a evocação de uma imagem ancestral de abundância, o alastramento do credo tecnológico subjacente à ideologia do consumo industrial. Porém, em todos esses registros distintos prevalece a associação duradoura entre mulher e objeto: ambos estariam munidos de um invulgar talento – a capacidade de seduzir – e idealmente radicados num mesmo lugar – a casa, que acolheria sem reservas as metamorfoses do “eterno feminino”. Sugestiva é ainda a gradação do apelo libidinoso exercido pelo artefato: recém-chegada, a geladeira desencadeia uma vaga erótica quase irresistível, a seguir mitigada por um contato duradouro que termina convertendo-a numa espécie de estimada companheira. O passar do tempo não somente atenua o estupor inicial, mas vai drenando a sensualidade desenfreada em favor de uma afeição morna, tecida de rotinas e sucessivas acomodações na existência cotidiana. Essas diferentes sensações perante o aparelho, da volúpia à “camaradagem”, traduzem em certo sentido alguns dos desafios que hoje se nos apresentam para compreender as disposições coletivas outrora suscitadas por esses prestigiosos fragmentos da cultura material – os objetos

elétricos. Entendimento sempre inconcluso, solicitando novos recursos metodológicos que realcem as similitudes mas também as discontinuidades entre aquela época e a nossa.

Há certos objetos cuja familiaridade, ao mesmo tempo, conforta e inquieta. Pois a sensação de se estar integrado a uma paisagem técnica tornada extensão quase natural das ações cotidianas implica relativa segurança, destreza e estabilidade. Contudo, essa mesma facilidade, por vezes quase placidez, na utilização corriqueira das coisas circundantes oculta um aspecto decisivo: o fato de que tal desembaraço, amiúde tido como evidente, *é resultado de um trabalho* – individual e coletivo, condensado em momentos pontuais ou espargido na cadeia de gerações – mediante o qual os homens vão se instruindo no manuseio dos artefatos. Aplicá-los na realização de determinadas tarefas ou com eles efetuar proezas até então impensadas não se reduz, como se presume geralmente, a uma transferência de ganho em que, soberano, o homem drena a força, velocidade e resistência dos objetos em proveito próprio. Essa lógica, balizada numa pretensão de domínio sobre o meio, reitera um jogo de soma zero, em cujo cerne homens e máquinas se antagonizam. Na desenvoltura adquirida mediante o trato com os artefatos costuma se processar um modo específico de troca partilhada: ao incremento consignado pela presença de um utensílio corresponde a necessidade de habilitar o usuário para *saber utilizá-lo*. O emprego dos engenhos técnicos requer, em contrapartida, um aparelhamento do corpo, sob a forma de gestos, cadências, movimentos, sensibilidades – todo um conjunto de expressões que fomenta um certo tipo de inteligência, haurida no convívio prático e ético com as coisas.

Aqueles que, entre as primeiras advertências recebidas dos pais, foram proibidos de pôr o dedo na tomada, pegar em fios expostos ou tocar lâmpadas recém-apagadas, terão dificuldade de perceber o que significou, em termos de conquista técnica e mudança no ritmo do cotidiano, a disseminação da eletricidade na vida privada. Nascidos quando a exploração dessa energia já era algo consumado, tendem a considerar habitual uma convivência com certos objetos que, só a muito custo, passaram a figurar nos espaços de moradia. Ao contrário dessa tranquilidade gradualmente assumida ao longo das últimas duas gerações – e só de raro em raro perturbada –, para estratos significativos da população de Fortaleza, entre as décadas de 1940 e 60, não havia qualquer certeza a respeito da aplicação efetiva do potencial elétrico no dia-a-dia, pois as debilidades da infra-estrutura local terminavam

projetando para um ponto indeterminado no futuro o acesso regular àquilo que, no tempo vivido, costumava reeditar o signo da escassez; portanto, a necessidade de uma fonte energética gerada desde uma matriz moderna, abundante e barata ganhava, recorrentemente, contornos de uma expectativa adiada.

E não apenas é diferente a maneira de relacionar-se com a eletricidade, como também mudaram, no decurso de poucos decênios, os significados de artefatos técnicos que, hoje tornados comezinhos em virtude de sua massificação, antes passavam ao largo da maioria das residências. Traços dessa mediação podem eventualmente ser colhidos em linhas de seções modestas dos periódicos, descortinando para a pesquisa histórica vestígios que um mestre da poesia já preconizara como matéria-prima dos autênticos versejadores.⁴⁴ Nos anúncios classificados de um vespertino local figurou a seguinte recomendação: “Aparelhos domésticos, geladeiras, radiolas etc. Antes de comprá-los, adquira sua casa própria” (*O Jornal*, 30 mar. 1959). Intrigante, quase implausível, esse enunciado projeta uma disputa entre a propriedade do imóvel e a obtenção de utensílios, quase como se estes fossem similares a benfeitorias, resultados de uma intervenção direta e duradoura na configuração da morada, em vez de aparelhos dotados de relativa mobilidade e, portanto, menos sujeitos a um endereço definitivo. Contudo, sua peculiar sedentariedade denota o preço relativamente alto desses bens, a ponto de rivalizar – mesmo que no limite de uma estratégia discursiva de venda – com a aquisição da casa. Repousa ali inclusive uma idéia acerca do que pode ser mais estreitamente identificado com o esteio concreto do sentimento de privacidade e afirmação individual: a morada própria ou os utensílios domésticos. Mas o anúncio em questão sugere, ainda, a compreensão dos objetos elétricos enquanto portadores de valor patrimonial, tanto por seu custo quanto pela durabilidade material que lhes era correntemente aferida. A propósito, quando se reitera a primazia da casa própria sobre os produtos modernos, numa equiparação hoje desprovida de sentido, não só transparece o vulto desse sonho de consumo ainda bastante atual – cuja premência é acentuada à medida que se acelera o crescimento urbano, com a respectiva pressão ascensional dos aluguéis e do preço do lote urbano –, mas também emerge uma noção, possivelmente compartilhada na época, de que os aparelhos elétricos, embora cada vez mais necessários, não eram urgentes e virtualmente imprescindíveis; parecia

⁴⁴ “Os verdadeiros poetas não lêem os outros poetas. Os verdadeiros poetas lêem os pequenos anúncios dos jornais” (Quintana, 1987, p. 71).

razoável, para o sobredito anunciante, abdicar deles em benefício da compra de um imóvel – privação que podia variar de meses a anos.

Um dos mais claros sinais do investimento relevante que, para famílias de estratos médios, representava a obtenção dos eletrodomésticos residia na oportunidade de convertê-los em artigos de troca, nos períodos de maior abertura financeira. Assim, muitos dos produtos que povoavam o imaginário da casa moderna nos anos 1950 eram mais que utilitários; constituíam reservas de valor, mobilizadas especialmente para granjear crédito através do penhor. A Caixa Econômica Federal, que oferecia boas condições nessa modalidade de negócio, recebia, a exemplo de instituições congêneres, predominantemente relógios, canetas, prataria e jóias – pertences de pequeno volume e valor elevado –, contudo outros objetos, inclusive alguns pouco portáteis, terminavam servindo ao acudimento dos seus proprietários: “[...] visitamos alguns dos [depósitos] que ficam nas imediações da Caixa”, comenta o repórter de um periódico local. “Há de tudo – máquinas de costura, tornos mecânicos, teodolitos, geladeiras, bicicletas, liquidificadores, pianos, artigos de utilidade profissional, automóveis, tratores etc.” (*O Jornal*, 25 fev. 1959). Abrir mão de parte desses artefatos, ao menos temporariamente, implicava o retorno a modos antigos de conduzir as tarefas domésticas. Nessa ausência provisória – o prazo para o resgate dos bens penhorados era de três a seis meses – as gerações mais novas, a exemplo dos filhos de um casal, e principalmente as empregadas e donas de casa, estariam na iminência de se adequar a um cotidiano mais lento, desprovido das facilidades auferidas pelos aparelhos elétricos. Pois afazeres considerados relativamente simples, como a preparação de um bolo ou o resfriamento de uma sobremesa, demandariam então expedientes característicos de tempos anteriores à mecanização do lar. Por outro lado, essa contingência favorecia a possibilidade de estreitar vínculos solidários, valendo-se dos (em)préstimos de vizinhos e amigos, fosse na cessão de espaço no refrigerador de outrem, fosse no uso do liquidificador ou batedeira alheia; os eventuais benfeitores denotavam assim não somente melhor situação material, como também maior proximidade do modo de vida moderno. De qualquer maneira, esse socorro pecuniário prestado mediante o penhor dos produtos técnicos leva a pensar que seu maior valor de mercado resultava, em determinadas circunstâncias, na diminuição das expectativas de uso, mesmo para aqueles que já os possuíam; noutras palavras, a confluência de uma conjuntura econômica desfavorável e um utilitário relativamente caro (para os padrões atuais) terminava

revelando uma insuspeitada serventia do objeto: tornar-se, entre outros, o resguardo de indivíduos e famílias contra os juros altos praticados por agiotas e casas de crédito. Como aparelhos vinculados à faina do lar ou como lenitivos da carência de numerário, os engenhos elétricos se inscrevem na vida cotidiana denotando uma relação visceral com a experiência do tempo vivido – quer abreviando as horas despendidas no labor doméstico, quer dilatando os prazos para honrar débitos assumidos.

A aquisição dessas mercadorias que a propaganda assiduamente identificava ao perfil do lar urbano e moderno poderia, inclusive, esbarrar em práticas de consumo bastante arraigadas, como o pagamento em dinheiro, no ato da compra. Modalidades de comercialização que reduzissem o impacto desses gastos no orçamento familiar vinham, ao longo dos anos 1950, se tornando mais difundidas. Um impulso relevante esteve a cargo da loja Casa das Máquinas, que estabeleceu um amplo sistema de crediário para atrair novas faixas de consumidores. Não obstante, ainda era possível deparar com certa reticência na adesão a esses dispositivos voltados à promessa de um acesso menos penoso aos bens industriais, alternativas que inclusive poderiam vir a ser confundidas com o expediente de vendas fiadas, tradicionalmente realizadas nas lides menores do comércio de bairro, girando em torno de princípios de confiança e trato direto entre vendedor e freguês, e geralmente associadas às camadas pobres (Mota, 1991). De modo que, embora balizado em relações impessoais e sintonizado com a perspectiva de incremento nas transações de varejo, o sistema de crediário ocasionalmente comportava, ao menos de início, certos pruridos em indivíduos cuja renda estava acima dos estratos modestos, porém abaixo das possibilidades de compra à vista, e que tinham nessa condição mediana – nem pobres nem ricos – uma curiosa fonte de embaraço: a compra em parcelas se punha então ao seu alcance, mas ainda carregava traços de um estigma vinculado aos segmentos populares. Daí porque um estabelecimento comercial adotou a seguinte chamada de anúncio: “Comprar a crédito não é feio”. Ao que depois aduzia: “É sinal de que você é merecedor” (*O Povo*, 17 mar. 1955). Vencer a obstinação de clientes potenciais e arredios a novos modelos de consumo implicava, por conseguinte, o esforço publicitário de converter a vergonha em mérito, imprimindo às limitações pecuniárias certo ar de dignidade, reiterado no compromisso de saldar a dívida contraída. Dignidade esta que ganhava maior ênfase por contraste, num período em que os jornais locais constantemente denunciavam irregularidades aduaneiras e

esquemas de contrabando de artigos de luxo, notadamente automóveis. Inectivas da opinião pública contra fortunas erguidas da noite para o dia, ao arrepio da lei, podem ter incentivado melhor receptividade a um poder aquisitivo modesto porém honesto – alvo predileto dos novos expedientes de crédito. Se a quantidade considerável dos anúncios (publicados em jornais de Fortaleza) faz alusão ao parcelamento do valor total de determinado utilitário doméstico, caberia então não só acompanhar sua difusão nas classes menos favorecidas, por meio dessas crescentes facilidades, mas também observar os recursos de que se valia a linguagem publicitária para convencer o consumidor a saldar integralmente sua dívida. Afinal, como se infere, dividir o preço de uma compra em prestações importa em um dupla ressonância, indissociavelmente econômica e subjetiva, pois tanto franqueia maior acesso aos bens de consumo quanto requer do comprador um senso mais rígido de cálculo e previsão para honrar pagamentos futuros.

A disposição de entender – e propalar – o crédito como um sistema legítimo para adquirir bens constituía, é certo, uma estratégia comercial votada à disseminação do estilo de vida inspirado na civilização urbano-industrial, crescentemente permeada pelos ritmos, imagens e apelos da automação e do maquinismo. Seu intuito, porém, não se resumia nessas incitações ao que muitos considerariam *supérfluo*; buscava-se, em especial, justificar a criação de novas demandas que, doravante, deveriam atestar a existência de *necessidades* irredutíveis da sociedade moderna, onde noções como bem-estar, economia de esforço, aquisição de velocidade e majoração do tempo livre passavam a assumir a conotação de *direitos*, e não de *privilégios*, como usualmente eram concebidas tais aspirações em épocas pouco recuadas. Todas essas reivindicações, integradas e contudo bastante diversas, costumavam ser reunidas sob a égide de um termo que, no discurso publicitário, parece ter progressivamente catalisado anseios pessoais e coletivos, a ponto de tornar-se uma espécie de palavra de ordem: o conforto. Uma das mais importantes firmas comerciais da capital cearense elegia esse pressuposto de democratização do consumo ao divulgar um novo plano de vendas:

A Casa das Máquinas, após haver realizado minucioso estudo, tomando por base o atual custo de vida e o salário médio das classes menos favorecidas, chegou à conclusão de que, hoje em dia, nem todos os seus clientes podem adquirir

determinados artigos de utilidade doméstica, mesmo pagando em 10 prestações, sem desequilibrar o orçamento mensal.

Face ao exposto, a pioneira do Sistema Crediário Doméstico no comércio cearense, considerando que o conforto não é, não pode, nem deve ser privilégio dos mais abastados, resolveu criar um novo plano de vendas a prestação – o Plano Vigesimal – que corresponde plenamente às possibilidades financeiras de todos os pais de família das classes média e operária, por pequenos que sejam os seus recursos mensais (*O Povo*, 5 fev. 1955).

O anúncio de utilitários elétricos, preponderantemente discernível em um sem-número de propagandas, a cargo de fabricantes e comerciantes, pontilhava as páginas da imprensa escrita, mas podia, em menor escala, ser observado em propostas de negócio bastante pontuais, registradas nos espaços destinados a mensagens curtas e sem ilustração, prefigurando a atual seção de classificados. No jornal *O Povo* – diário de ampla circulação na capital cearense – uma página inteira era reservada aos chamados Anúncios populares, organizados por categorias de bens e serviços, um dos quais reunia exclusivamente “aparelhos domésticos”. Essa criação de um nicho específico para tais objetos indica tanto o propósito de facilitar a consulta rápida dos leitores quanto a sua presença constante entre os itens anunciados. Mais ainda: sugere uma subterrânea renovação / diferenciação técnica dos artefatos. Uma vez que a seção recebia geralmente ofertas de produtos usados e o preconceito partia dos seus proprietários, a iniciativa de se desfazer desses aparelhos leva a presumir a intenção de substituí-los por congêneres novos. Mesmo que entre as motivações dos pequenos anunciantes figurasse, mais ou menos explicitamente, a contingência de mudança para outra cidade ou estado, o fechamento de alguma casa comercial, a queda no nível da renda, há que considerar a forte tendência ao ingresso dessas mercadorias num ciclo de consumo permanente, induzindo os usuários melhor aquinhoados a optar por um espécime de geração tecnológica mais recente, ou simplesmente um modelo sem as marcas do uso. Esse convívio entre objetos considerados modernos, porém de idades variadas, emerge na pequenez de anúncios freqüentes e pulverizados nos jornais, testemunhando, na dimensão cotidiana, uma faceta da dinâmica ampla de generalização e diferenciação do consumo no contexto das grandes cidades brasileiras ao longo da segunda metade do século XX (Cardoso de Mello e Novais, 1998). Embora seja difícil quantificar o impacto dessas

transações miúdas na proliferação dos artigos elétricos durante as décadas de 1950 e 60, cumpre não ignorar sua existência, assinalando que, fora dos grandes circuitos da produção e consumo, também ocorriam incorporações capilares daqueles utilitários à rotina diária da população de Fortaleza, amiúde situados numa região difusa e silenciosa, meio opaca e pouco documentada nas estatísticas, que Fernand Braudel (1995) oportunamente denominou “infra-economia” e para quem esta constitui, por excelência, o domínio da cultura material.

Não surpreende que justamente os refrigeradores figurassem entre os bens mais freqüentemente divulgados, pois tal primazia era reiterada nos grandes anúncios das lojas. A alternância das marcas, a sucessão dos modelos e a circulação de objetos novos e usados deixa entrever movimentos – no tempo, no espaço e na técnica – de uma fração da cultura material que ia aderindo aos enunciados do conforto, alastrando as possibilidades de acesso pelo recurso ao crediário, sem contudo desdenhar de oportunidades tanto criadas na informalidade das conversas entre vizinhos e amigos, quanto surgidas na leitura atenta de linhas estreitas, desprovidas de qualquer notoriedade, que em contrapartida poderiam abrigar um negócio factível aos bolsos menos privilegiados. E, em que pesem as várias, e por vezes discrepantes, condições de conservação e funcionamento dos aparelhos, a diferença considerável entre os preços divulgados ditava as reais possibilidades de aquisição. Por uma geladeira marca Gibson, “funcionando muito bem mas precisando de nova pintura externa”, pedia-se o montante de Cr\$ 12 mil à vista, e outra, Electrolux a querosene, vinha anunciada a Cr\$ 32 mil (*O Povo*, 4 out. 1958), enquanto sete meses depois o preço médio de um refrigerador novo, com capacidade de 8,5 pés cúbicos, era de Cr\$ 56 mil (*O Jornal*, 6 maio 1959). Sendo, nos dois extremos, o objeto usado quase cinco vezes mais barato que aquele vendido em loja, restava entretanto um empecilho ao pleiteante: a quase obrigatoriedade do pagamento integral no ato da compra. Embora essa constituísse a modalidade habitual de realização dos pequenos negócios de artigos usados, vez ou outra também se franqueava algum parcelamento, como na oferta de uma geladeira comercial de grande capacidade de armazenamento (20 pés cúbicos), “super-luxo, seminova”, com uma entrada de aproximadamente 20% do valor, e o restante distribuído em 25 prestações mensais (*O Jornal*, 3 mar. 1959). Outro artefato, que em geral constituía um dos mais baratos entre os componentes da moderna parafernália doméstica, permite um contraponto com o ícone indisputável das residências urbanas e o mais conspícuo dos objetos dedicados

à reordenação do labor privado, que era o refrigerador: por seu tamanho reduzido e baixo preço, o liquidificador era um produto propenso a adentrar, com certa facilidade, a moradia dos segmentos populares. Um exemplar novo, “super-luxo Real”, orçado em Cr\$ 2 mil nos Anúncios populares (*O Povo*, 4 out. 1958), custaria em loja aproximadamente Cr\$ 3.750 (*O Jornal*, 3 mar. 1959), portanto quase o dobro. Tanto a vedete da cozinha moderna quanto um acessório modesto denotam a importância dos artigos de segunda mão para a banalização do contato entre humanos e máquinas na esfera privada.

Diversos estabelecimentos comerciais já vendiam produtos movidos a eletricidade, entre motores, ferros de passar, enceradeiras, lâmpadas, refrigeradores, batedeiras, aspiradores de pó, liquidificadores. Nomes que freqüentemente pontuavam com anúncios as páginas dos periódicos locais, como Casa das Máquinas, Casa Parente, Conrado Cabral, Casa Inglesa, Lojas Damasceno, A Espingarda, abriam no meio impresso um campo de visibilidade para artigos cuja presença se impunha, com intensidade cada vez maior, como elementos identificados à casa moderna. Ao pensar sobre a penetração desses artefatos técnicos nos ambientes privados da cidade, cumpre ter em conta a influência exercida pela esfera pública, em frentes diversas, na promoção, exposição e maior contato dos aparelhos com os habitantes. Convívio geralmente limitado por fatores mais evidentes: a exigüidade da renda familiar, o sistema elétrico precário, a renitência em incorporar outros objetos na rotina diária. Pois, se nem sempre as mercadorias anunciadas se deslocavam, pela compra, para o âmbito doméstico, multiplicavam-se as formas de acesso visual àquela parafernália imbuída de promessas alentadoras sobre a minoração das penosidades da casa. Nos jornais e revistas, clareiras irrompiam dentro dos redutos de letras e demarcavam, pela utilização corrente de imagens, porções de páginas que o olhar desarmado tendia a captar antes mesmo das notícias; em paralelo, os logradouros do perímetro central, onde se aglutinava boa parte do comércio, eram o proscênio em que, a intervalos, se produziam e sucediam grandes molduras para o deleite mercantil – as vitrines, reiterando uma proximidade sedutora entre a visão do transeunte e a mercadoria oferecida a uma contemplação profana, ávida. Há, por conseguinte, uma correspondência dinâmica que articula a paisagem urbana e o espaço da imprensa, no sentido de que ambos seriam paulatinamente envolvidos nessas operações publicitárias que assediam o desejo de consumo por meio da exposição atraente e contínua de bens diversificados. Estampados na materialidade, frágil e efêmera, do

papel de jornal, ou dados a ver no lado interno das fachadas de vidro, sua introdução no cotidiano obedecia, também, a imperativos de mercado que, se eventualmente estavam dissociados das necessidades prementes das pessoas, e mesmo fora de seu alcance pecuniário, passavam a figurar entre as imagens assíduas que, dia após dia, freqüentavam suas retinas e mobilizavam outras formas de atenção, perpassando os gestos mais corriqueiros: no folhear dos periódicos locais e nacionais, na caminhada pelo centro urbano, na audição dos programas radiofônicos patrocinados por grandes nomes do comércio varejista.

Esmiuçar diferenças (muitas delas aparentemente irrisórias) entre objetos técnicos de épocas variadas constitui uma maneira de delinear a emergência de novos materiais, acessórios e formas consentâneas com a dinâmica imbricada entre o corpo humano e a dimensão tangível de suas ações, expressas em gestos, palavras, cadências, esforços. Contudo, se tais mudanças ajudam a traçar opções e direções cuja adoção ou preterição incide no desenvolvimento e fabrico dos artefatos, seus efeitos ressoam em prolongamentos mais amplos. Vários aparelhos elétricos, por exemplo, testemunham não somente o emprego de matérias-primas que impõem modificações sucessivas em seu tamanho, peso e superfície, mas, ao fazê-lo, remetem a nexos de maior envergadura a que estão estreitamente vinculados, como o imaginário moderno, o desejo de consumo, as crescentes demandas por conforto e as mudanças no espaço da habitação. Tais articulações promovem inclusive certa porosidade nas fronteiras pretensamente rígidas que segmentam o real em campos autônomos e alheios uns aos outros. Assim, o exame dos anúncios de refrigeradores – por sinal bastante diversos em suas estratégias de promoção – traduz, em linhas gerais, alterações nas suas características físicas e indica deslocamentos nas qualidades a serem mais destacadas. Ao longo da década de 1940, ainda sob o influxo da conflagração mundial, é possível notar a imagem do refrigerador como uma espécie de concretização do progresso tecnológico incrementado em pesquisas e experimentos destinados a fins bélicos e, terminada a guerra, posto a serviço de aplicações civis. No decorrer do conflito e mesmo nos primeiros anos do pós-guerra prevaleceu a retórica do sacrifício momentâneo a que sucederia uma era de prosperidade e bem-estar, freqüentemente identificada com equipamentos e aparatos modernos para a esfera doméstica. Curiosamente, essa atmosfera de otimismo quanto às proezas da indústria sugeriu, por vezes, a noção do objeto técnico como conquista distante e problemática – quando não no imaginário, ao menos no plano geográfico.

Pois grande parte destes bens de consumo era importada, o que acentuava seu prestígio frente aos adeptos da mecanização do lar e realçava o caráter exógeno da busca pela modernização. Mediante uma promissora advertência – “O seu Frigidaire vai chegar!” [grifo no original] – e o desenho de um grande vapor singrando o oceano a toda velocidade, a General Motors (com fábrica em São Paulo) dava notícia da retomada de sua produção em larga escala (*O Povo*, 7 jan. 1946): o ritmo fabril acelerado servia de contraponto à lonjura que separava os pólos manufatureiros e os núcleos de consumidores. E mesmo a chegada destes aparelhos esteve mais inclinada, no âmbito publicitário, a incitar o desejo mercantil do que a cumprir suas atribuições funcionais: “Novas remessas cedo estarão entre nós! Admire, pois, no seu Concessionário Frigidaire mais próximo o *seu* refrigerador Frigidaire... hoje em exposição... amanhã em seu lar – para prestar-lhe anos e anos de serviços inestimáveis!” (*O Povo*, 14 mar. 1946). Na figura de um casal elegantemente trajado e seu filho, todos observando com curiosidade e satisfação a mercadoria exposta, estava fixada a imagem-protótipo daqueles anos (que, para bolsos menos aquinhoados, era um quadro a perdurar nas décadas seguintes): o apelo e a disponibilidade visual do objeto constituíam etapa obrigatória para sua ulterior transposição rumo à moradia, usualmente adiada em razão de estoques diminutos ou de modestos orçamentos. Antes de adquirir o utensílio, cabia admirá-lo, introduzi-lo no espetáculo cotidiano de bens facultados ao olhar, enredando assim uma modalidade de flerte discreto.

**O seu FRIGIDAIRE
vai chegar!**

ATÉ A VITÓRIA
sobre o Japão
Frigidaire produzirá
entre outros outros ou-
tros aparelhos e re-
rigorosa precisão,
362 886 metralha-
ças calibre 50 e
milhares de hélices
para Super-Fortales-
zes Victórias.

**ALCANÇADA A
VITÓRIA**, iniciou-
se imediatamente
o gigantesco traba-
lho de reconversão
total das indústrias
Frigidaire para as
atividades da paz.

FINALMENTE, as
fábricas Frigidaire
não medem esfor-
ços para que o
seu refrigerador
Frigidaire lhe seja
entregue no mais
curto prazo!

A preocupação máxima de Frigidaire é servi-lo
melhor — e depressa. Para isso suas fábricas, até
agora empenhadas no esforço de guerra, aceleram
ao máximo a sua atividade na reconversão. Espe-
ramos, assim, que o seu refrigerador Frigidaire
muito breve esteja pronto para iniciar o caminho
do seu lar, onde irá prestar-lhe os serviços inesti-
máveis que sempre foram a tradição da marca
Frigidaire, o refrigerador **pioneiro e líder da re-
frigeração.**

FRIGIDAIRE
MARCA EXCLUSIVA DA
GENERAL MOTORS

Figura 7. Anúncio do refrigerador G.M. "O seu Frigidaire vai chegar!" (O Povo, 7 jan. 1946).

A

GENERAL MOTORS

comunica a chegada dos primeiros
refrigeradores

Frigidaire

GENERAL MOTORS tem o prazer de anunciar a chegada da primeira remessa de refrigeradores Frigidaire — a marca de sua exclusiva fabricação. Embora em reduzida quantidade, os primeiros refrigeradores Frigidaire recebidos assinalam o auspicioso retorno da conhecida marca ao consumo civil, numa reafirmação eloquente de seu propósito de servir melhor e depressa! Tirando inteiro proveito das vantagens e ensinamentos adquiridos na intensa produção bélica, os refrigeradores Frigidaire

custarão menos do que antes da guerra. O preço de venda dos modelos que estão sendo recebidos, de 7 pés cúbicos, já foi fixado em Cr. \$ 3.100,00, c.a.b. São Caetano (São Paulo). Novas remessas cedo estarão entre nós! Admire, pois, no Concessionário Frigidaire mais próximo o seu refrigerador Frigidaire... hoje em exposição... amanhã em seu lar — para prestar-lhe anos e anos de serviços inestimáveis!

Concessionária Frigidaire em Fortaleza:
ORGANIZAÇÃO SILVEIRA ALENCAR LTDA.
Praça General Tibúrcio, 402

Figura 8. Anúncio do refrigerador G.M. “A General Motors comunica a chegada dos primeiros refrigeradores Frigidaire” (*O Povo*, 14 mar. 1946).

Exibição pública e usufruto privado (em proporção ainda restrita) imprimiam a essas máquinas um certo charme que atualmente se mostra pouco evidente. E, tal como naquele anúncio, o refrigerador devia mesmo aparecer em tamanho desproporcional aos olhos que o fitavam nas vitrines, acrescido pela sofreguidão da

compra e a perspectiva de maior praticidade nos afazeres do dia-a-dia. Mas a representação publicitária de muitos desses aparelhos, embora não cessasse de referir suas qualidades técnicas, estava também comprometida com valores e aspirações bastante antigos, como a abundância – o que ajuda a entender por que, ao contrário da “frugalidade visual” de hoje, na qual predomina o interior limpo, vazio e espaçoso da máquina, há algumas décadas tantos anúncios reproduziam a insistente imagem de geladeiras atulhadas de alimentos, dando a reconfortante impressão de fabulosas cornucópias adaptadas a um formato menos anacrônico.

Nos anos 1950, conquanto persistissem os atrativos de um refrigerador prodigamente abastecido, outras propriedades começam a ganhar realce antes incomum ou inexistente: desde então a preocupação com o chamado “espaço útil” dos aparelhos iria passar de veleidade meticulosa ou detalhe inexpressivo a ponderação relevante e, como tal, assumiria determinado destaque, nomeadamente nos anúncios. Pois, a par e passo com a verticalização da moradia nos grandes centros urbanos, redundando geralmente numa acentuada compressão do espaço doméstico, a busca por móveis e equipamentos dotados de menor tamanho (e, no mínimo, igual eficácia) que seus ancestrais imediatos já não se afigurava exclusivamente como consentimento aos caprichos da moda, mas atendia à necessidade crescente de refigurar a escala das máquinas em função de unidades habitacionais pouco afeitas à ociosidade de cantos e cômodos. Uma certa aversão ao vazio, conjugada à impossibilidade física do excesso, denota novos cuidados no desenho e produção dos eletrodomésticos, o que não impede desacordos ou mesmo incongruências entre discurso verbal e representação visual – um modelo de refrigerador fabricado pela G.M., tido como adequado à demanda que doravante se converteria numa tônica assídua da propaganda (“mais espaço, em menos lugar!”), ainda não dispõe de prateleiras na face interior da porta (*O Cruzeiro*, 4 nov. 1950). No meado daquela década um congênere da Brastemp, por seu turno, elege a eficiente disposição interna como sua principal vantagem, concretizada num congelador mais largo e na adoção da “porta funcional”, que, de resto, possui somente duas prateleiras (*O Cruzeiro*, 12 nov. 1955). Pouco depois, em 1957, esse modelo já consignaria o aproveitamento integral da porta, agora provida com quatro prateleiras. Ao que parece, a busca pela otimização espacial do gabinete atingira sua culminância. No entanto, o referido exemplar apresentava como novidade uma estranha adaptação: trata-se de um compartimento, sem qualquer tipo de

refrigeração, localizado na parte inferior do aparelho e que fazia as vezes de “despensa adicional”! Essa curiosa fusão de máquina e móvel, capaz de gelar e de armazenar em separado, se por um lado assinala maior integração com a cozinha moderna e sua incessante solicitação por espaço compacto, por outro não converte esse apêndice num prolongamento abrigado pelo frio. O novo compartimento está situado no refrigerador, mas não se confunde com ele, não participa de sua performance (como o compressor e o condensador), nem guarda qualquer vínculo com sua estrutura funcional. Aí talvez se encontre o testemunho concreto de uma transição técnica: nos anos 1940 a maioria das geladeiras anunciadas em periódicos brasileiros tinha ainda sua base ocupada pelo compressor; a subsequente retração desta peça, cada vez mais compelida para a face posterior, resultou num ganho de espaço que, naquele primeiro momento, não teve seu máximo aproveitamento, servindo apenas como anexo para estocagem. Ao longo da década de 1960 essa peculiar hesitação quanto à ampliação efetiva do volume refrigerado foi solucionada ao se ocupar por completo o gabinete. Restaria aos fabricantes lançar mão de outros expedientes – a exemplo de materiais que compunham paredes mais estreitas e capazes de manter o isolamento térmico, conforme propalava a Consul (*O Cruzeiro*, 22 maio 1965) – para assim dar prosseguimento às expectativas por aparelhos que, sem majorar suas proporções nem inflacionar os custos, ganhassem em capacidade para armazenar alimentos, exercendo sem cerimônia uma “gula” que hoje dificilmente estaria isenta de culpa.

Com a progressiva introdução desses artefatos no ambiente privado e o concomitante aumento no número de marcas disponíveis no mercado, esclarecimentos sobre a função principal do objeto se tornam redundantes e em seu lugar avulta a enumeração dos acessórios, peças e supostos melhoramentos que poderiam atrair a predileção dos consumidores. Evidentemente se mantém o arrazoado em torno da qualidade superior dos produtos, em tese fabricados de acordo com altos critérios de concepção e montagem, empregando materiais selecionados com rigor e mão-de-obra especializada, de maneira a afiançar a tão aclamada “perfeição técnica”. Não obstante, a valorização do conforto e da beleza das máquinas, progressivamente exaltadas na propaganda e inseridas no cálculo mercantil, se traduz em novas formas, mais esguias e partidárias do traço reto, e na irrupção de cores suaves – como o “azul-glacial” e o “rosa-pétala” – que, primeiramente aplicadas no interior do gabinete, começaram a dissipar, de dentro

para fora e sem desdenhar alguma discriminação, a monocromia da assim chamada linha branca (termo que designava os utilitários domésticos de maior proeminência – geladeiras, lavadoras de roupa e fogões). Gradualmente esses detalhes permitiriam uma fácil identificação dos modelos mais recentes lançados no mercado, como também projetavam um inapelável despreço aos utilitários com maior tempo de uso, então convertidos precocemente em objetos antigos (muito embora o apelo do novo não se manifestasse, ainda, na escala precipitada que viria a consagrar a voga da descartabilidade). Induzindo atualizações amiúde comprometidas menos com expectativas de melhor performance que com enquadramentos estéticos voláteis, os fabricantes e anunciantes de produtos elétricos revelavam a estreita cumplicidade entre as estratégias de venda e o enlevo sedutor condensado nessa palavra que se tornara uma espécie de avatar das aspirações de consumo – o *moderno*.

De certo modo, os investimentos aplicados no design dos artefatos passavam a assumir, na propaganda, proeminência antes inusual: “Novas linhas... novas cores... novo perfil... – o estilo do futuro!”, alardeava o anúncio do refrigerador Climax (*O Cruzeiro*, 7 maio 1960). Se devia responder a necessidades do presente, o objeto técnico recebia igualmente a conotação de um avanço material prefigurado, como se fosse uma criação prodigiosa que, embora situada no agora, portasse consigo rastros do amanhã. Essa perspectiva de antecipação do futuro se tornaria recorrente na promoção dos utensílios identificados com a modernização da vida cotidiana. Entre os elementos que compunham o quadro de novidades dedicadas à arregimentação dos consumidores, figuravam a “beleza policolorida” dos gabinetes, o maior tamanho dos congeladores, sistemas de puxadores e trincos dos mais diversos feitios (convidativamente designados mediante expressões anglófonas – como *burst-open* e *feather touch* – que tencionavam transmitir a impressão de uma melhor qualidade técnica); seria mesmo possível encontrar adereços cuja frivolidade permite dimensionar o grau de ostentação embutido nalguns aparelhos, como o modelo Frigidaire Luxo, “provido de prateleiras douradas e gavetas de gelo em cores” (*O Cruzeiro*, 23 jul. 1955). Embora tentadoramente risível, essa artimanha revela uma peculiar e significativa valorização das cores, contrastando a hegemonia até há pouco exercida pelo branco, correntemente associado à sugestão de asseio e higiene. Por conseguinte, o rompimento inicial dessa monotonia cromática, que hoje nos pareceria ocioso, foi habilmente convertido em dispositivo visual de prestígio para o adquirente do refrigerador. Acrescer ao bom desempenho funcional do objeto

atrativos diferenciados, em formas, tonalidades e acessórios exclusivos, expressava um esforço por distanciar-se do tradicional aspecto da cozinha, opaca e austera, em proveito de investimentos (materiais e subjetivos) liberados do excessivo pudor no incremento e visibilidade de certas zonas da habitação; assim, iniciativas outrora reputadas como fúteis poderiam ser agora melhor acolhidas sem demasiada reprovação, a ponto de a própria geladeira ser divulgada como “um requinte de beleza decorativa em seu lar” (*O Cruzeiro*, 2 jan. 1960).

É interessante pensar nessa ênfase conferida ao puxador e ao trinco (cujo formato e superfície cromada explicitavam a influência dos automóveis na aparência de outros bens industriais). Ambos parecem reportar não tanto às características que asseguram o isolamento térmico do refrigerador – característica geralmente vinculada aos materiais de construção do gabinete –, mas àquilo cuja presença denota um signo de propriedade, mais ou menos como uma tranca; algo que franqueia livre acesso a seu dono e impede a ultimação de um gesto intrusivo. Tal preocupação com o controle dos fluxos alimentares que tinham no refrigerador seu ponto de aglutinação revela pois a necessidade de pôr o artefato a serviço de papéis arraigados, favorecendo uma antiga hierarquia doméstica. Se a técnica tende a mudar com maior velocidade que o imaginário, fontes como a propaganda e os manuais destinados aos usuários dos artefatos expressam alguns entrecruzamentos dessa força de transformação sucessiva com as pressões da inércia.

Por outro lado, freqüentemente os dois acessórios (trinco e puxador) recebiam destaque hoje incomum ou até sem sentido, como se assumissem a dianteira do avanço e da alta qualidade de que os aparelhos estariam investidos. Parece mesmo estranho que peças tão anódinas ao observador atual ganhassem relevo nas estratégias publicitárias das principais marcas existentes no mercado nacional. Convém, entretanto, não esquecer um pormenor: o puxador e o trinco eram o ponto de contato por excelência entre homem e máquina; ali se dava a convergência máxima entre mão, gesto e objeto, o que permite entender, ao menos em parte, os constantes investimentos para aumentar sua visibilidade – processo que, no limite, resultaria em excrescência ou exibicionismo de formas desarticuladas de uma função. Nessa disputa por atrair compradores, os fabricantes de geladeiras se esmeravam na exuberância dos puxadores, geralmente cromados e inoxidáveis, atrelando a promessa de durabilidade ao esplendor de superfícies lisas e reluzentes. Não demorou muito para que a sedução do olho viesse a ser suplementada com a maior

delicadeza do tato: os refrigeradores Climax trouxeram, a título de novidade, um puxador macio, capaz de acolher toques mais sutis (*O Cruzeiro*, 7 maio 1960). Diante desse incremento a rigidez fria da peça metálica – por sinal claramente inspirada no design dos automóveis – passaria a ser considerada insuficiente para a comodidade doméstica, acrescentando à cartilha do conforto uma exigência antes desconhecida. Em contrapartida, a retração dos adereços cromados mitigaria as recomendações em torno do polimento dos aparelhos, pois uma das características daquelas superfícies cintilantes era justamente ter seu brilho ameaçado ao menor vestígio da poeira, da gordura e das marcas humanas. A seu modo, tais epidermes metálicas exprimiam sua afinidade com materiais mais antigos e nobres, como o vidro – instilador sem rival da sofreguidão por limpeza permanente, à medida que “delata” mesmo as justaposições mais discretas: pequenas manchas, grãos de pó, pêlos esparsos.

Essa mudança no material dos puxadores de geladeira, irrelevante se vislumbrada isoladamente, vinha articulada a um movimento mais difuso e geral que residiu na aplicação industrial de padrões coloridos para os artigos manufaturados. Embora já perceptível desde o fim dos anos 1950, é na década seguinte que essa tendência se dissemina e consolida, em paralelo com a expansão dos plásticos multicoloridos. Por trás desse alargamento cromático parece reverberar o velho medo da “frieza” anônima e impessoal creditada aos ambientes de alta funcionalidade, povoados de objetos técnicos. Na adoção de matizes pastéis ou esmaecidos seria possível imprimir maior vivacidade e aconchego à cozinha; para tanto se começou a combater a preponderância dos tons metálicos e cromados, que lembravam, numa intensidade talvez incômoda, a presença assídua da máquina no recesso do lar. Um periódico local salientou tal conjunção, de resto sempre tensa, entre singularidade psicológica e avanço técnico num lema emblemático – “Modernizar não é mecanizar”:

Muitas pessoas fazem esta confusão. Para elas modernismo significa uma casa sem alma, fria, de linhas estritas, deixando muito a desejar em matéria de personalidade. Modernizar, entretanto, quer dizer simplificar. Permite a você a elegância que deseja, mas não a nostálgica elegância que lembra séculos passados. A elegância de nossa época é outra. É uma estreita combinação de beleza, alegria e funcionalidade, que incluem toda a casa, desde a sala até a cozinha. Mostra a você em bonitos novos

materiais de confecção, mobília versátil, tecidos decorativos, que podem ser limpos em menos espaço de tempo. A época contemporânea oferece a você, ainda, servos que raspam, lavam, enceram, limpam, misturam etc., bastando o simples toque de um botão. Portanto, modernizar significa decorar a casa de acordo com os confortos que a época atual apresenta, confortos que não impedirão que a personalidade dos donos desta mesma casa exista (*O Jornal*, 25 jul. 1958).

Essa negociação complexa que prescreve benefícios tecnológicos e ao mesmo tempo denuncia os riscos de presumida despersonalização, constitui uma das chaves para entender a reticência amiúde dirigida aos objetos elétricos. Um dos procedimentos discursivos comuns era de pronto antropomorfizá-los, torná-los “servos”, “empregados”, “criados” – mobilizar enfim toda sorte de imagens sugestivas e apaziguadoras, capazes de oferecer um rosto humano àquilo cuja humanidade está não na analogia corporal, mas precisamente no gesto concretizado e tornado poder de repetição (Santos, 1996). A ânsia por entalhar um semblante familiar sobre o diferente irreduzível – a máquina – indicava, ainda, resistências culturais que teciam relações ambíguas com a técnica, atravessadas por um simultâneo temor e fascínio. Talvez fosse necessário mais tempo para que os artefatos modernos padecessem de menor estigma; quem sabe, mais adiante, quando o futuro da nação, esse “futuro de terceira”, coubesse paradoxalmente numa geladeira.

Os apetrechos do lar

A representação da casa moderna no Brasil, desde a metade do século XX, dificilmente poderia ser evocada sem a imagem dos aparelhos elétricos que, atuando na limpeza dos cômodos e das roupas, no preparo das refeições, na conservação dos alimentos, foram massivamente divulgados nos meios de comunicação como recursos que prometiam abreviar as tarefas domésticas e prolongar a fruição do tempo livre na esfera privada. Mas, além da imagem, o som produzido com o funcionamento dessas máquinas constituiu uma marca perceptiva somente aos poucos integrada ao convívio de diversas famílias. Na Fortaleza da década de 1930, esses artefatos eram ainda raros e, entre os segmentos médios, as atividades diárias requeriam procedimentos mais árduos que o apertar de botões:

Não havia sons elétricos nas casas, não zumbia o refrigerador, e pelo menos nos anos trinta, nem ao menos girava zunindo o liquidificador, pois tudo praticava-se ao muque, entenda-se, pelo esforço braçal das domésticas, as mais espertas empregadas do mundo, migradas do interior (leia-se sertão) para, inseridas na vida das famílias, dar-lhes mil préstimos (Campos, 2003, p. 16).

Vinte anos depois, quando essa mão-de-obra doméstica já não parecia tão abundante quanto no passado, embora ainda estivesse longe da escassez experimentada nos países industrializados, nota-se um interesse em registrar mais detalhadamente a execução dos serviços da casa. Em julho de 1958 o suplemento tablóide do diário fortalezense *O Jornal* divulgou matéria sobre o dispêndio de energia a que diariamente eram submetidas as mulheres, na realização das tarefas domésticas – problema que, se diretamente afeto ao gênero feminino, não deixava de ter desdobramentos sobre os homens, como esclareceu o articulista, num tom singularmente desprovido de dissimulação:

Refugio-me junto aos técnicos, junto aos homens que pensam “cozinha”. Sabe-se que esses benfeitores imaginaram dividir a cozinha em grupos, ou em blocos, dos quais cada um centraliza um conjunto de gestos e de utensílios. Assim, o grupo louça, o grupo panelar, o grupo preparação são estudados em função da economia de movimentação, porque os pequenos movimentos fazem as grandes fadigas.

Três passos num sentido, três passos em outro para transportar um prato do enxugador ao armário mal colocado, nunca são apenas seis passos, mas alguns erros semelhantes obrigam a fazer um nadinha de três quilômetros por semana. O drama da dona de casa é que cada dia ela repete os gestos do dia anterior. Eles não se vêem, mas se multiplicam.

Economizemos a mulher, a mulher que se gasta não é de um bom rendimento sentimental (*O Jornal*, 6-7 set. 1958).

Embora o comentário final pareça distante do que hoje seria considerado uma manifestação de altruísmo, merece destaque essa preocupação com reduzir o desperdício de esforço, corrigir movimentos desnecessários, disciplinar os gestos, assegurar um rendimento mais eficiente das mulheres na labuta doméstica (e, conseqüentemente, extrair daí melhores perspectivas masculinas na seara dos afetos conjugais). Isso não significa, todavia, que por essa época o processo de racionalização do espaço privado e das atividades ali desempenhadas tenha sido esboçado, planejado e implementado uniformemente no contexto brasileiro. As elites e as classes médias das principais metrópoles – São Paulo e Rio de Janeiro – apresentavam condições favoráveis de acesso e incorporação das tecnologias, dos bens de consumo e equipamentos domésticos modernos, que não se estendiam aos estratos pobres, nem aos contingentes que residiam noutras regiões do país, em cidades pequenas ou na zona rural.

No fim dos anos 1950, dados elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos, a partir de uma enquete com 1.795 mulheres, informavam que aquelas sem filhos trabalhavam em média 45 horas semanais, ao passo que mães com três filhos acumulavam 74 horas; destas, quem possuía uma atividade externa ao lar alcançava a marca de 84 horas por semana ou 12 horas por dia, cifra portanto bem superior ao regime formal que prescrevia no máximo oito horas diárias de trabalho. O mesmo estudo indicava que, entre as atividades domésticas, a que em média mais tempo consumia era cozinhar (34,8 horas semanais), seguida da lavagem de roupa (8,9), dos serviços de remendo da indumentária (7,2), do preparo dos legumes (4) e da limpeza do chão (3,8), afora outras funções menores (arrumar, tirar o pó, passar a ferro). Esse conjunto de atribuições, que nas residências abastadas era executado por empregados domésticos ou contratado em serviços fora do domicílio, recaía, no quadro das famílias de renda modesta, sobre as próprias donas de casa. Investimentos

destinados a melhorar as condições de trabalho no lar não deixaram, contudo, de encontrar resistências pontuais, desde a limitação pecuniária da maioria da população, que tornava inviável o usufruto de determinadas melhorias (cozinhas funcionais, pisos impermeáveis, eletrodomésticos), até a prevalência de noções arraigadas, como a que interpretava o desgaste na faina doméstica enquanto algo natural. Às vezes a fadiga contraída com a superposição de tarefas, a administração da casa e o cuidado dos filhos ainda poderia receber, no discurso publicitário, conotações de uma perda de vitalidade individual a ser reparada com tônicos e elixires, ao invés de ser percebida como sinal de uma rotina penosa.

- Até o simples varrer, parecia-me
TRABALHO PESADO...



...porém, tôda essa sensação de
depauperamento desapareceu com
Vinho Reconstituente Silva Araujo!

Quanto maior é o estado de fraqueza de um organismo debilitado, tanto mais pesadas e árduas parecem as mais simples tarefas... E é possível muitas vezes que a causa de tudo esteja apenas em sangue fraco, pobre e desnutrido. Não facilite. Trate imediatamente de conseguir um reajustamento do sangue. E, para isso, médicos eminentes, durante muitos anos, vêm recomendando Vinho Reconstituente Silva Araujo. Esse poderoso preparado contém cálcio, quina, fósforo e peptona de carne. Assim, constitui elemento seguro para conseguir uma poderosa fonte de riqueza para o sangue, devolvendo, então, energias e vitalidade a todo o organismo.



A palavra de inúmeros grandes médicos brasileiros, acrescenta-se a do ilustre professor Renato de Souza Lopes:

"O Vinho Reconstituente Silva Araujo é uma tradição na terapêutica brasileira, até hoje, com justiça, acatada. Foi o motivo por que sempre o aconselho com a maior confiança". Este é um valioso depoimento, que se inclui entre tantos que atestam a excelência e eficácia do Vinho Reconstituente Silva Araujo.

Vinho Reconstituente **SILVA ARAUJO**
- O TÔNICO QUE VALE SAÚDE!

Figura 9. Anúncio do vinho reconstituente Silva Araújo. "Até o simples varrer, parecia-me trabalho pesado..." (*O Povo*, 25 mar. 1946).

Um artigo veiculado na página feminina d'*O Jornal*, ecoando a opinião cultivada em círculos favoráveis à conservação de papéis sociais estáveis para homens e mulheres, se batia pela necessidade imperiosa de que essas, a despeito de

sua presença ascendente no mercado de trabalho, se mantivessem firmemente vinculadas aos deveres domésticos, guardando a família e o lar:

Na contingência da vida moderna, mesmo com tarefas externas, pode a mulher aproveitar inteiramente as horas que passar em seu lar. O desequilíbrio social, que já se começa a sentir, acentua-se com a atitude da mulher abandonando os serviços caseiros. Vivendo em qualquer posição social, quer possuindo fortuna ou trabalhando fora, tem a mulher papel indeclinável no lar. Para esse fim ela foi destinada e somente ali poderá encontrar a verdadeira felicidade, longe das ilusões que o mundo possa oferecer-lhe (*O Jornal*, 2 set. 1958).

É interessante observar que, mesmo quando se tratava de agilizar e simplificar o trabalho doméstico, fosse pela aplicação de métodos de racionalização do espaço e do corpo, fosse pela disseminação de utilitários elétricos, esse propósito não coincidia necessariamente com uma série de reivindicações das mulheres, centradas na busca por maior autonomia individual, inserção crescente no mundo do trabalho e combate a representações normativas que enquadravam o comportamento feminino ideal à tríade esposa-mãe-dona de casa. Tem-se a impressão de que o discurso de modernização do espaço residencial – poupando tempo e otimizando esforço nas tarefas diárias, o que torna factível o exercício de uma atividade profissional exterior ao lar – poderia, conforme as circunstâncias, servir à remodelação de prescrições conservadoras que reputavam uma vocação inata da mulher à gestão da casa e aos cuidados com a prole e o marido.

Outro aspecto do cotidiano residencial que, nas décadas de 1950 e 1960, costumava ser abordado por matérias de jornais e revistas preferencialmente redigidas para o público feminino, consistia nas instruções sobre a decoração dos interiores. Assim aconselhava o texto de um periódico: “Vivemos hoje sob o signo das pequenas habitações. No entanto, alegria de conjunto, hoje em dia, não se separa do espaço. [...] mesmo que você não possa fazer recuar as paredes de seu pequeno apartamento, compreenda que é necessário tudo fazer para aumentar o espaço” (*O Jornal*, 6-7 set. 1958). Percebe-se que, para fazer face à gradativa exigüidade dos espaços de morada nas maiores capitais brasileiras, a engenhosidade feminina era instada a reconhecer a incompatibilidade da casa com ornamentos em profusão: eliminar almofadas, molduras, bibelôs implicava tanto a recusa de padrões estéticos

doravante ultrapassados quanto o esforço sistemático para reduzir excessos, afinal, nas novas unidades habitacionais, a reprodução de modelos praticados em moradias antigas se tornara não apenas inadequada, como ainda impraticável.⁴⁵ Um dos artifícios utilizados por decoradores e arquitetos para adaptar a casa a essa compressão (que decretava o fim dos amplos salões e dos grandes quintais) foi a interiorização do jardim, numa escala bem menor, e o desenvolvimento de ambientes caracterizados pela multifuncionalidade dos cômodos e da mobília: “Uma cômoda estante, que [é] a um tempo bar, jardineira, buffet e biblioteca, divide a peça em duas sem quebrar a harmonia do conjunto e sem roubar a amplidão do espaço. [...] Outra solução para a falta de espaço está neste quarto de casal onde a cabeceira da cama foi transformada em estante” (*O Jornal*, 15 jul. 1958). É razoável supor que arranjos similares não gozaram de aceitação unânime entre o público leitor, quer pelas diferenças de gosto, quer pela falta de um mobiliário mais leve e esguio que fosse capaz de agregar serventias simultâneas. Havia ainda a possibilidade de que essa recusa ou indiferença aos preceitos decorativos em voga fosse reforçada pela sedimentação de esquemas de morar alheios à compactação verificada nos grandes centros urbanos. Uma cena descrita no romance *Sua Majestade, o juiz*, de Jáder de Carvalho, retrata a estranheza de uma personagem, oriunda de abastada família do interior, que com o marido veio residir em Fortaleza:

Finalmente, saiu a desejada nomeação. Doutor José [juiz de direito] arrumou a bagagem e, num dia de sol, mudou-se para Fortaleza [início da década de 1950].

Alugou pequeno chalé na Gentilândia. Gracinha, nascida e criada em casarões do interior, com muito mais de trinta metros entre a sala de visita e o quintal, – Gracinha não ocultou o seu desagrado:

- Casa pra pombo. A cozinha fica em cima da sala. E este banheiro e esta privada dentro de casa!

O marido achou graça:

⁴⁵ “Como já lhe dissemos uma vez, querida leitora, o tempo dos grandes e velhos casarões já passou. Não dispomos mais dos amplos e acolhedores jardins nem, muito menos, dos imensos quintais, quase pomares. Hoje nas pequeninas casas modernas, você, dona de casa, tem a obrigação de dar aos seus a sensação de espaço amplo e livre que repousa o corpo e descansa o espírito. Tem que fazer os seus sentirem nos dois metros quadrados da sala o mesmo que o seu vovô sentia nos vinte do seu jardim. Isto é conseguido ‘trazendo o jardim para dentro de casa’ [mediante a aposição de jarros de planta] – um dos básicos preceitos da arquitetura moderna” (*O Jornal*, 18 jul. 1958).

- Ora, minha matuta, as casas aqui ocupam terreno caríssimo. Têm de ser pequenas, como casa de boneca. Os antigos casarões da cidade são hoje colégios, repartições públicas, hospitais.

A mulher retrucou:

- O que se diz na cozinha ouve-se aqui na sala. O que se diz na sala é ouvido pelos vizinhos. Gosto é de casa com um corredor ligando a sala da frente à sala de trás e passando pelos dois ou três quartos. Aqui, não se pode dizer “está lá dentro”. Quererá dizer que pode? (Carvalho, [1961], p. 162).

Essa tipologia da casa-corredor, com um longo vão interno articulando a rua e o quintal, não era exclusiva das cidades interioranas. Em Fortaleza boa parte dos imóveis erguidos nas três primeiras décadas do século XX obedecia a esse mesmo arranjo arquitetônico, que remonta a tradições construtivas do período colonial. Somente com a elaboração de um novo *Código de posturas* em 1932, a capital conheceria paulatinamente a implantação de outros esquemas de ocupação domiciliar, pois a legislação municipal doravante proibia o aparecimento de edificações pautadas por aquele modelo tradicional, julgado insalubre e carente de sofisticação estética, determinando ainda recuos frontais e laterais como também a existência de janelas em todos os compartimentos, de maneira a assegurar o permanente arejamento e a iluminação natural da moradia.⁴⁶ O dispositivo regulador, atento a normas urbanas então observadas pelas grandes capitais brasileiras, poderia, malgrado seu intuito modernizador, tornar-se alvo de descontentamento por parte de

⁴⁶ O historiador Raimundo Girão comentou, no seu livro de memórias, as alterações arquitetônicas trazidas com o novo instrumento de regulação municipal, posto em vigência na administração do prefeito Tibúrcio Cavalcanti: “Reformulou, modernizando-o, o Código das Posturas, dentro deste o das Construções. Rejuvenesceu a legislação municipal em linhas novas, lógicas, tirando-a de avelhantados dispositivos, geradores do atraso da cidade em vários de seus aspectos. Proibiram-se as construções de casas unidinhas umas às outras, compridas, com *lá dentro* interminável, sem aeração, sem luz franca, sem qualquer conforto sanitário, as privadas lá no fim do quintal, em casinhas imundas. Obrigaram-se as construções isoladas e recuadas; e as áreas laterais livres, quando muito conjugadas as casas duas a duas. Bastava essa medida para demonstrar a clarividência do novo gestor; e os resultados dela transformaram a fisionomia da cidade, até então de ruas com as casas paredes-meias numa sucessão de caixas de fósforos ou caixa de calçados em prateleiras da sapataria” (Girão, 1972, p. 168). Outra descrição dessas residências que predominavam na paisagem urbana foi feita por Yaco Fernandes, ao reportar à capital cearense em torno de 1910: “As casas são, no geral, de um só pavimento, cobertas de telha vã, pavimentadas a tijolos vermelhos; de porta e uma ou duas janelas, possuem sala de visitas, um ou dois quartos, sala de jantar e cozinha; da sala da frente para a de refeições vai um longo corredor, para o qual dão as portas das camarinhas. Muitas vezes a inclinação do telhado é pequena e este se agacha sobre os cômodos, sendo preciso instalar telhas de vidro, que vêm dar alguma luz às sombrias alcovas. Construídas quase sempre em terrenos com cinquenta metros de fundos – meio quarteirão – as casas possuem nos quintais árvores de fruta, fossa sanitária, banheiro e cozinha; a felicidade é que ninguém acredita em contaminação, e a possível existência de micróbios apenas perturba aos mais cultos” (Fernandes, 1977, p. 240).

quem convivera com outro padrão ordenador do recesso doméstico, segundo o qual a casa de banho e a latrina destacadas do espaço arquitetônico, situadas no quintal, eram sinais de alinhamento aos preceitos de higiene. A insatisfação provavelmente também se voltava contra a fusão, num mesmo cômodo, de duas atividades até então dissociadas – a higiene corporal e as necessidades fisiológicas – que a influência de programas estrangeiros e o advento da rede de água tornariam daí por diante uma tendência predominante (Lemos, 1989, p. 56-57).

Com o aumento demográfico dos grandes centros urbanos e a crescente pressão por moradia que, dos anos 1930 em diante, ensejaria habitações mais compactas e com menor divisão de recintos, seria necessário encorajar os indivíduos a projetar nos limites desse espaço interior a sensação de aconchego e bem-estar corporal que já não podia resultar de residências mais amplas. Nos anos seguintes ao término da Segunda Grande Guerra parecia claro que, conforme o discurso formulado em jornais e revistas, a comodidade não mais poderia ser encarada simplesmente como capricho ostensivo dos mais ricos ou como uma propriedade epidérmica de que resultavam sensações agradáveis; sua ausência ou parcimônia indicava desde então uma falha a merecer reparo contínuo. Afinal, não se tratava apenas de imprimir ao lar uma ambiência de deleite, beleza e relaxamento; doravante o desleixo na observância aos apelos da comodidade assumiria conotação mais grave, pois comprometia a própria realização do sentimento de intimidade naquele que se tornara seu nicho por excelência – o espaço doméstico.

Recairiam justamente sobre a mobília alguns dos mais persistentes anseios votados a fazer do que é cômodo uma espécie de segunda natureza da casa. Novas exigências, outrora ignoradas ou pouco notórias, passam a reger os modos de intervenção no recesso privado, e dos móveis se demandará uma série de qualidades progressivamente indeclináveis. À linha externa deles, sempre consentânea com o estilo em voga, deverá agora juntar-se sua apropriada compartimentação interna, como se o móvel quase assumisse a condição de uma casa em miniatura, dividido conforme os objetos que nele são guardados e atento ao mandamento da praticidade. Sua limpeza terá igualmente importância nessa avaliação: o excesso de ornamentos, dificultando a varredura do olhar e a rapidez do asseio, será condenado em favor de superfícies lisas e solícitas ao menor esforço. A um móvel também convirá ser de fácil remoção, propiciando rearranjos frequentes: leveza, tamanho reduzido ou mesmo desmontagem simplificada se tornam assim atributos relevantes na hora de

escolher a mobília – opção cuja contrapartida estaria na paulatina recusa daqueles exemplares que, outrora guarnecendo o interior de antigos palacetes e mansões, agora se mostravam demasiado grandes, pesados e sedentários, portanto inadequados à realidade de habitações cada vez mais compactas e avessas aos amplos volumes. É toda uma engenharia dos pormenores que se põe em marcha para tentar racionalizar concomitantemente o espaço reduzido e o tempo escasso.

“A incomodidade de alguma coisa não é fácil de suportar; muitas vezes pode constituir um fator negativo para a atmosfera do lar. Só o que é cômodo pode permitir a conservação da intimidade entre você, os seus e a sua casa. [...] Comodidade numa casa é ainda, em última análise, economizar o tempo, que pode ser empregado em outras coisas”, assevera uma matéria (*Unitário*, 29 jan. 1950). O primado da comodidade ganha, portanto, o aspecto de uma insígnia que atesta a sintonia com o contemporâneo; no seu reverso viceja um latente receio de dissipação do espaço e do tempo, percebidos crescentemente como dimensões da vida a serem organizadas segundo esquemas de gestão a cargo dos próprios indivíduos.

Nesse contexto as poltronas e os sofás-cama despontam com a promessa de versatilidade para moradias assinaladas por recintos diminutos, onde móveis e pessoas protagonizam uma acirrada disputa cotidiana. O desafio de promover o tão acalentado conforto entra em consonância com a multiplicidade de funções que passam a articular objetos e partes da casa, em especial a zona de estar, rapidamente convertida em dormitório: “De dia, o sofá e as poltronas formam belo conjunto da sala de estar. E, à noite, as três peças facilmente se transformam em outras tantas camas amplas e confortáveis, nas quais os nossos hóspedes encontrarão comodidade para um repouso completo e um sono reparador” – afirma um fabricante daqueles móveis (*O Cruzeiro*, 27 ago. 1949). Equilíbrio precário, muitas vezes ao largo das injunções ditadas pela alternância de noite e dia, pois é necessário lidar com dimensões mais estreitas sem atulhar a circulação nas diversas peças da habitação nem permitir o desperdício de recantos, ordinariamente pouco investidos dessa preocupação por preencher mesmo a borda dos cômodos. E daí se desencadeiam receituários em profusão: recomenda-se o emprego de prateleiras; as paredes já não se limitam a separar compartimentos e se tornam suportes de gravuras e quadros; poltrona e abajur se associam compondo um mobiliário mínimo para ocupar uma pequena franja sem uso da sala ou do escritório. Dessa maneira o vazio ganha ares ambíguos, oscilando entre a evidência de uma deficiente arrumação doméstica e um

arremedo de vida luxuosa, pois a manutenção de trechos ociosos na casa doravante sugere quase um privilégio. As questões de ornamentação emergem como problemas a demandar o tirocínio feminino: “Há situações penosas para a dona de casa. Exigüidade de espaço e necessidade de ornar... sem atravancar, ou – ao contrário – paredes vazias e ‘cantos’ sobrando lamentavelmente” (*Eu Sei Tudo*, ago. 1953).

À diferença de fotografias concernentes ao estilo de vida das estrelas de cinema – que pululavam nas revistas de variedades e influenciavam o gosto de milhões de anônimos leitores, retratando salas, cozinhas e quartos amplos, amiúde decorados sem fausto mas com apuro e elegância, dotados de equipamentos modernos, liberados da embaraçosa concorrência por espaço entre corpos e móveis, casas enfim para cujos moradores o conforto era um fato consumado e um traço permanente da vida de todos os dias –, a imensa maioria das pessoas vislumbrava essas experiências de bem-estar físico nos termos de uma conquista, algo que não estava disponível de antemão e somente obtido ao custo do empenho individual, sob a fundamental ressalva de que, em contraste com um passado recente, agora lhes era assegurado o direito a essa aspiração; mesmo quando ainda distante de suas posses, o conforto se integrava profundamente no horizonte do desejo desses contingentes de homens e mulheres.

É razoável imaginar que tais aspirações variavam consideravelmente de uma pessoa para outra, e que a obtenção de um determinado padrão de conforto nem sempre gerava a satisfação esperada. Uma personagem do romance *Aldeota*, de Jäder de Carvalho, deixou registrada sua impressão sobre a nova casa onde foi morar com o esposo, que atuava no alto comércio de Fortaleza:

A casa fica no trecho alto do bairro. De lá se descortina boa parte da praia. É ventilada, branca, voltada para o nascente. Para nós – eu, Chicó e duas empregadas – tem a vastidão do mundo. Comportaria uma grande família com muitos filhos.

A geladeira, os móveis da sala de jantar, os da sala de visita e dos quartos são o que existe de mais caro e moderno. Chicó derramou-se em despesas que eu reputo desnecessárias. Jamais fomos habituados ao luxo. E, hoje, dentro desta casa e diante destes móveis, às vezes me desconcerto (Carvalho, 2003, p. 312).

O relato apresenta, evidentemente, um traço de apreciação bastante subjetiva, que não haveria como transplantar sem mediação para situações e fatos realmente

decorridos. Serve, no entanto, para denotar a maneira pela qual investimentos na aquisição de residências opulentas e na compra de objetos modernos procuravam expressar socialmente o privilégio da fortuna e o prestígio pessoal junto aos pares. Traz ainda uma indicação pertinente: para quem foi acostumado ao necessário e a um estilo de vida pautado pela sobriedade material, o luxo e seu imperativo de ostentação poderiam tornar-se fonte de embaraço.

A inversão de capitais privados na construção e na compra de imóveis suntuosos propiciava a demonstração de uma condição privilegiada e separada do nível trivial de bem-estar, especialmente quando vislumbrada à contraluz do quadro habitacional de Fortaleza nos anos 1950 e 1960. Nesse período ocorreu uma expansão considerável de aglomerados marcados pelo baixo índice de salubridade das unidades de morada e pela localização destas em terrenos que não pertenciam às famílias ali assentadas. Utilizando majoritariamente a taipa, mas também a palha e o tijolo, as casas erigidas nas favelas que se avolumavam na capital revelavam uma rotina de privação contínua. Sem acesso à rede de água encanada, os moradores recorriam a outras fontes freqüentemente ameaçadas pelo risco de contaminação, como os poços particulares, as lagoas situadas nas imediações da área urbana e a água fornecida por vizinhos de maior renda. (Acredita-se inclusive que a incidência de elementos patogênicos na água consumida pelas classes pobres constituía a principal razão do elevado índice de mortalidade infantil.) Em geral as casas das favelas não dispunham de fossas, valendo-se de buracos ou do lançamento de excrementos nos quintais, o que agravava a proliferação de doenças. A instalação elétrica, quando havia, limitava-se à iluminação. No início da década de 1960, o município contava apenas quatro chafarizes para uso da população, e nenhum banheiro ou lavanderia pública. Divididas em dois ou três cômodos, essas construções precárias, cujo chão era normalmente de terra batida, estavam nos antípodas da especialização dos recintos que notabilizava os esquemas residenciais burgueses e salientava o ideário de conforto privado.

Não foram poucos aqueles que, em decorrência do aumento nos fluxos migratórios do interior do estado e da reduzida possibilidade de ingresso na economia formal da cidade, viram-se na contingência de residir em favelas. Dos onze aglomerados assim classificados no começo dos anos 1960, cinco haviam surgido na

década anterior, quando o número de habitantes saltou de 270 mil para 514 mil.⁴⁷ Embora não haja dados precisos, estima-se que, desse contingente total, entre 140 e 154 mil viviam em condições de reconhecida fragilidade material, institucional e higiênica. Em outras palavras, no mínimo 27.900 famílias, ou 27% das pessoas domiciliadas em Fortaleza por volta de 1960, testemunhavam a proliferação de arranjos considerados impróprios ao bom morar. Suas casas se encontravam, preponderantemente, em terrenos da Marinha, da Rede de Viação Cearense (empresa de transporte ferroviário), em ruas e praças não pavimentadas, como ainda noutras áreas públicas pertencentes à edilidade. Por vezes também ocupavam terrenos particulares, dando ensejo a um mecanismo perverso de valorização imobiliária: vastas porções de terra urbana, adquiridas por companhias ou pessoas físicas e mantidas em condição ociosa por longo tempo, eram, quando já pontilhadas de casebres e situadas nos vetores de expansão urbana, vendidas a novos donos que, interessados na edificação de vilas operárias ou bangalôs, recorriam à justiça para obter a reintegração da posse, forçando assim a expulsão dos desafortunados para regiões ainda mais longínquas do território urbano.⁴⁸

Afora a elevada quantidade de pessoas que, a cada ano, engrossavam a composição de um panorama da miséria urbana, a própria incapacidade aquisitiva desses segmentos ganhava tonalidades preocupantes, descortinando uma estrutura social caracterizada pela brutal concentração da riqueza. Tal realidade evidenciava,

⁴⁷ Eram os seguintes os ajuntamentos que, em 1960, as autoridades definiam como favelas: Pirambu, Campo do América, Papoquinho, Estrada de Ferro (Brasília), Cercado do Zé Padre, Mucuripe, Varjota, Meireles, Lagamar, Morro do Ouro e Graviola (Universidade do Ceará, 1963, p. 23).

⁴⁸ Jáder de Carvalho, no romance *Sua Majestade, o juiz*, tentou sintetizar essa disputa entre os clamores do uso e as prerrogativas da propriedade, evocando uma mobilização contra o despejo de moradores pobres:

“Quando alto comerciante comprou as terras do bairro do Coqueirinho, entre o Alagadiço e o Porangabussu, as rádios bradaram contra a sumária expulsão dos moradores da velha e turbulenta ‘favela’, que diariamente comparecia ao noticiário policial. Gracinha pediu esclarecimentos ao marido [o juiz José Sampaio Nogueira]:

- Eles não moram no Coqueirinho? Muitos não nasceram e se criaram lá? Não moram em casa própria? Então, por que derrubar-lhes os casebres? Eles têm para onde ir?

O juiz procurava deitar luz sobre o assunto:

- Em toda cidade grande é assim. Os pobres ocupam os terrenos baldios. Ficam tão longe da cidade e custam tão pouco dinheiro que os donos não se preocupam com eles. Mas, a cidade cresce, as casas boas e caras vão-se aproximando das ‘favelas’. Então aqueles donos abrem os olhos e tratam de vendê-los. Ora, ninguém compra terra somente pelo fato de comprar. Compra-se terra para enchê-la de casas. E surge a grita dos moradores, que durante tantos anos, foram tolerados ou ignorados pelos proprietários dos terrenos.

- Mas uma coisa me diz que isso não é direito.

- Existe a lei, minha filha. A lei garante e protege a propriedade privada. A justiça, para julgar bem, não é representada por uma deusa com venda nos olhos?” (Carvalho, [1961, p. 188).

para a maioria da população, a impossibilidade de acesso à casa própria,⁴⁹ o aumento no número de habitantes por residência e a tendência de decréscimo na área média licenciada por cada novo residente, que, devendo atingir um mínimo de 10 m², na Fortaleza de 1960 chegava a apenas 6,6 m² – fatores que, conjugados, projetavam um aviltamento nas condições de moradia. Poucos anos depois, uma publicação sobre o setor da habitação no município tecia o seguinte comentário:

Sabemos quão limitadas são as perspectivas de aumento de emprego no Município de Fortaleza, cujo parque manufatureiro sofre tremendas limitações. A sua incipiência, a falta de economias externas e de planejamentos desestimulam a vinda de investimentos de outros estados ou do exterior, ou até mesmo a fixação de capitais cearenses.

Um violento aumento demográfico conduzirá a um aumento das pressões sociais e proletarização crescente. [...]

Podemos ainda antecipar que será destituído de realidade qualquer trabalho para a melhoria da habitação, sem se inserir num planejamento ou em medidas que venham a aumentar a renda e a melhorar sua distribuição social (Universidade do Ceará, 1963, p. 15).

Foi nesse contexto – de acelerado crescimento demográfico, obstáculos à dinamização do setor produtivo, intensificação das formas de desigualdade econômica, degradação do nível de vida das classes pobres e tensão social ascendente – que os moradores da capital cearense experimentaram dificuldades freqüentes no abastecimento de energia elétrica e testemunharam a gradativa diversificação do seu uso no recesso privado, com a introdução de aparelhos elétricos no cotidiano de uma parcela dos grupos familiares.

Entre as décadas de 1920 e 1940, quando os eletrodomésticos tinham quase exclusivamente origem estrangeira e eram pouco acessíveis às famílias que não

⁴⁹ “[...] levando em conta a má distribuição de renda [no município de Fortaleza], concluímos que 58% das famílias, cujas receitas mensais são inferiores a 25 mil cruzeiros, não têm poder aquisitivo suficiente para possuir a casa própria em tamanho mínimo e condições higiênicas, pois mesmo absorvendo em habitação até dez por cento de suas receitas, só poderiam fazer face aos compromissos de financiamento, se os prazos fossem de 18 a 139 anos. As famílias de classe média, com receitas mensais variando de 25 a 100 mil cruzeiros (37% das famílias de Fortaleza), teriam solução da casa própria, mediante financiamentos de longo e médio prazos. As famílias de renda superior a 100 mil cruzeiros não têm, na sua maior parte, problema grave a solucionar; provavelmente, algumas necessitariam de financiamento a prazo médio. [...] Nos planos de financiamento, investimentos e programas especiais para a melhoria da habitação, há sido praticamente ínfima a contribuição do Governo nos últimos anos, em Fortaleza” (Universidade do Ceará, 1963, p. 6-7).

pertencessem às elites urbanas, nota-se o empenho das concessionárias de geração e distribuição de eletricidade na sua divulgação. Esse interesse em disseminar a venda de artefatos elétricos era comum a empresas do setor energético que atuavam em diferentes estados brasileiros, e estava longe de ser uma coincidência. Uma vez que a ampliação do consumo residencial de eletricidade configurava necessidade incontornável à lucratividade das companhias fornecedoras e à conseqüente expansão do parque gerador, não tardaram a emergir estratégias de propaganda que visavam desvencilhar a energia da função única de iluminar o espaço privado. Era preciso fomentar novas modalidades de uso do potencial elétrico que não se restringissem ao período noturno e, dessa maneira, assegurassem uma demanda doméstica durante o dia inteiro (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil [CMEB], 1988; Farias et al, 2006). À medida que a energia fosse considerada não apenas um aliado para dissipar a escuridão, mas também um recurso capaz de se desdobrar em várias utilidades – limpar a casa, cozinhar, conservar alimentos, lavar roupa –, as concessionárias seriam beneficiadas com o crescimento de suas receitas e a formação de consumidores inclinados a conceber a energia como um dispositivo técnico de aplicação permanente, não importando a hora nem a intensidade da luz natural. Essa preocupação com o estímulo à aquisição de eletrodomésticos ainda carecia de uma estrutura publicitária especializada: as marcas dos produtos não tinham destaque, era comum reunir artefatos diferentes numa mesma propaganda e a iniciativa de preconizá-los muitas vezes repousava sobre as concessionárias de energia, e não sobre as indústrias fabricantes.

No período referido, a Ceará Light publicava, em edições do *Almanaque do Ceará* e nos jornais de Fortaleza, anúncios destinados a promover a expansão de uma miscelânea de aparelhos modernos: geladeiras, ferros de passar, torradeiras, aspiradores de pó, ventiladores, chaleiras, aquecedores. Lançando mão de um estratagema empregado por outras empresas do setor, a companhia inglesa responsável pelo fornecimento de eletricidade à capital cearense tentava incentivar o uso diversificado da energia entre os clientes residenciais.

A penetração dos eletrodomésticos nos lares brasileiros é um fenômeno mais discernível a partir da década de 1950, quando surgem e se consolidam empresas nacionais voltadas à fabricação desses produtos. Walita, Arno, Consul, Brastemp, Britânia, Faet, que se impuseram como marcas reconhecidas no mercado brasileiro, puderam favorecer o gradativo barateamento na produção e no custo final desses

artefatos, que até a Segunda Grande Guerra ainda tinham sobretudo procedência estrangeira, tornando-se caros para os estratos médios da sociedade em razão de fatores que em conjunto provocavam a ascensão dos preços, como as despesas de transporte internacional, as taxas de importação e a predominante situação cambial de valorização do dólar frente à moeda brasileira (Arno, 2003; Centro da Memória da Eletricidade no Brasil [CMEB], 2003, p. 331-336; Farias et al, 2006; Multibrás, 2005a; 2005b). Algumas indústrias nacionais, a exemplo da Walita, obtiveram licença para fabricar objetos de patente estrangeira, adquirindo paralelamente maior capacidade de investimento e conhecimento tecnológico capazes de viabilizar a pesquisa e desenvolvimento de projetos próprios, cuja produção em escala, junto a operações de crédito que aceleravam a compra em numerosas parcelas, exerceu papel fundamental na disseminação dos aparelhos elétricos fora do círculo das classes ricas.

A publicidade teve importância crucial na divulgação massiva dos eletrodomésticos. A assiduidade com que, entre os anos 1940 e 1960, os fabricantes anunciavam seus produtos na imprensa, no rádio e na televisão era condicionada pela necessidade de assegurar e ampliar os respectivos índices de venda. Ao mesmo tempo, tratava-se não apenas de promover as qualidades de uma mercadoria, mas de formar um público consumidor que identificasse no ato da compra uma possibilidade de satisfazer suas aspirações de praticidade, bem-estar, conforto e, por vezes, prestígio social. Urgia, portanto, estimular a constituição de indivíduos que tanto estivessem dispostos ao convencimento das propaladas virtudes dos objetos elétricos, quanto tendessem gradativamente a percebê-los como itens indispensáveis ao cotidiano doméstico. Nessa perspectiva, é possível notar as articulações tecidas entre a esfera pública e as experiências de privacidade, pois a produção de um discurso sobre padrões desejáveis de vida íntima tinha na propaganda uma de suas principais matrizes; em contrapartida, esses enunciados publicitários, embora gozassem de larga difusão numa determinada coletividade, precisavam dirigir-se a cada pessoa em particular para garantir o êxito de sua mensagem (Habermas, 1984; Sevcenko, 1998b). Numa conjuntura em que esses aparelhos ainda não figuravam na maioria dos lares, não era incomum que o primeiro contato com eles se desse justamente por meio dos anúncios. Essa vicissitude ajuda a entender por que a propaganda do período guardava por vezes um certo ar pedagógico, que ensinava não só a utilidade dos equipamentos elétricos, como também instruía quanto ao seu emprego adequado.

De todo modo, o exame dos textos publicitários indica que se destinavam predominantemente às mulheres, a quem competia usualmente a gestão da casa. Durante décadas os anunciantes investiram na formulação de campanhas e apelos visuais que fossem capazes de persuadir e seduzir potenciais consumidores, e o fizeram tendo em vista a primazia estabelecida sobre o segmento feminino, que tendia a acolher mais prontamente bens industriais que carregavam a promessa de amenizar as tarefas caseiras. Em que pese a diversidade de abordagens e estratégias de venda, a propaganda de aparelhos para o lar constituiu, na época em apreço, um dos mais poderosos instrumentos de reiteration do vínculo entre a imagem feminina e o espaço doméstico.

Por sinal, os anúncios de utensílios elétricos foram, no período em questão, divulgados tanto em jornais locais quanto em revistas nacionais, as quais circulavam em tiragens amplamente distribuídas pelas capitais brasileiras, inclusive Fortaleza.⁵⁰ Nos órgãos aqui editados, além de impressa em preto e branco, a propaganda muitas vezes justapunha duas marcas – a do fabricante do produto e a do respectivo estabelecimento ou representante comercial – e conjugava num mesmo espaço impresso artefatos que nas publicações nacionais recebiam uma apresentação particularizada. Assim, por razões metodológicas, priorizou-se a abordagem da publicidade estampada nas revistas com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, que, afora manterem o colorido originalmente preparado pelas agências de criação, tinham impressão tecnicamente mais sofisticada e um papel de qualidade superior aos periódicos locais – fatores que favorecem uma discussão mais rica em torno das mercadorias anunciadas.

Entre as décadas de 1940 e 1960 os eletrodomésticos experimentaram transformações no que diz respeito às formas, cores, dimensões e materiais de fabricação. Se, por um lado, compartilhavam todos uma característica basilar – o

⁵⁰ O memorialista Narcélio Limaverde enumerou algumas das principais publicações que chegavam a Fortaleza na década de 1940: “No tempo da guerra chegou a Seleções do Reader’s Digest. Esta trazia notícias com novidades no mundo, aquela história do Meu Tipo Inesquecível, a seção de livros, a condensação de uma obra importante. A importância de Seleções chegou a um ponto que muitos apontavam a publicação para comprovar notícias que trazia para os amigos. ‘Li na Seleções’, diziam com ar triunfante, como se dissesse que nunca poderia ser mentira ou fantasia, se estava publicada na pequena revista. [...] Eu vinha falando em leitura, revistas, almanaques, livros [...] Faltou falar nas revistas Careta, Noite Ilustrada, Vida Doméstica, Alterosa, na Cancha, editada aqui falando em esportes e a Cena Muda, sobre cinema, no écran, como diziam, ou sétima arte. Isso antes da revista O Cruzeiro. A Cruzeiro era tão importante que era referência para os viajantes que chegavam do Rio, pelo Aeroporto Pinto Martins. Corria todo mundo em direção aos que chegavam: ‘Trouxe a Cruzeiro?...’” (Limaverde, 1999, p. 31- 32).

funcionamento por meio de um motor movido a eletricidade –, por outro, as modificações que lhes foram aplicadas testemunham articulações variadas com o design, a moda, o avanço técnico, a lógica de mercado, o corpo dos usuários e a organização do espaço privado. Os centros de documentação das empresas fabricantes desses produtos prestariam uma contribuição inestimável à investigação sistemática da multiplicidade de processos que subjazem a essa fração da cultura material no contexto da sociedade brasileira. Museus (além dos congêneres focados no campo da ciência e tecnologia) também poderiam levar a efeito pesquisas empenhadas tanto em incorporar tais artefatos a seus acervos quanto em apreender a relevância deles como vetores de relações sociais e elementos sinalizadores de mudanças na vida cotidiana. Infelizmente, aquelas instituições são ainda raras, enquanto essas se encontram, em maioria, relativamente pouco atentas à dinâmica histórica dos objetos em apreço, talvez mesmo devido a sua crescente banalização, que costuma desinvestir determinadas conotações de prestígio que, em tempos recuados, vinham associadas à exclusividade de alguns bens industriais. De todo modo, a propaganda, quando examinada ao longo de um período, fornece pistas sobre alterações operadas nos artefatos elétricos que, por vezes, sugerem modificações em quadros socioculturais mais amplos.

O aspirador de pó figura entre os objetos elétricos destinados à limpeza da casa, que, como lembrou o arquiteto e historiador da técnica Siegfried Giedion, foi o segmento do labor doméstico mais notoriamente visado por engenheiros, técnicos e inventores interessados em concretizar a mecanização dos processos de trabalho (Giedion, 1948, p. 548). Mapear a presença desse objeto na propaganda ajuda a compreender que, em meio ao conjunto de artefatos comprometidos com noções de conforto privado e o estilo de vida moderno, do qual o aspirador fazia parte, reinava uma certa hierarquia em termos de visibilidade pública e prioridade no circuito das vendas no varejo. À primeira vista, nota-se sua relativa discrição nos meios de comunicação impressa. Pois, comparado a utilitários como o refrigerador e a lavadora de roupa, prodigamente anunciados na imprensa periódica nos vinte anos subseqüentes ao término da Segunda Grande Guerra, o aspirador recebeu menor divulgação nas revistas de circulação nacional, ao passo que nos jornais de Fortaleza sua aparição era mesmo rara e quase sempre acompanhada de outros aparelhos. Se não gozava do mesmo empenho que as agências de publicidade dedicavam à

promoção de alguns bens votados ao espaço doméstico, nem por isso o aspirador deixa de servir como indicativo da gradativa proliferação de artigos industriais.

Cumprir advertir, ainda, que o exame de uma tipologia documental como a propaganda, em razão da heterogeneidade das marcas, profissionais de marketing e potenciais consumidores a quem eram dirigidas as mensagens, dificilmente poderia assinalar mudanças definitivas, cortes abruptos, distâncias terminantes e rigidamente delimitadas numa cronologia, em relação aos modos anteriores de apresentação comercial dos produtos. Em vez disso, o cotejo de determinadas peças criadas para propiciar a divulgação das mercadorias pode, quando muito (e no limite dessa pesquisa), apontar tendências, evidenciar linhas de força, sugerir trilhas que vieram a ser adotadas, no curso dos anos, para a modalidade de propaganda então considerada mais conveniente e eficaz.

O propósito básico do aspirador de pó consiste em, por meio da sucção, liberar o corpo de movimentos repetitivos, como aqueles expressos nos gestos de curvar-se e usar a mão para brandir uma vassoura lado a lado ou para frente e para trás (Giedion, 1948, p. 548). Evidentemente que, na linguagem da publicidade, esse princípio de funcionamento precisou ser traduzido de uma forma menos árida e acrescido de outras vantagens, a fim de atrair o interesse pelo referido objeto. Em 1930 certo anúncio da Siemens salientava, entre as qualidades de um modelo de aspirador, a facilidade no manejo do objeto e a “perfeita limpeza” da casa e da mobília, incluindo ainda tapetes, livros, almofadas, pianos e até automóveis. Munido de um filtro duplo para bactérias, o produto demonstrava a preocupação existente com microrganismos em suspensão (*Vida Doméstica*, jan. 1930). De fato, ao converter o ar num perigoso campo de batalha onde se alojavam parasitas e impurezas pouco visíveis a olho nu, o discurso publicitário sobre o aspirador elegeu como seu declarado inimigo aquilo que era também a sua razão de ser enquanto objeto técnico: a poeira. Durante muitos anos e alcançando a década de 1950, a tônica da propaganda na exaltação desse aparelho consistia em ressaltar o seu caráter higiênico: o ar repleto de partículas que ameaçavam a saúde se tornava o palco por excelência onde o artefato deveria atuar. Mas o combate promovido precisou acentuar a caducidade de adversários tradicionais, como o espanador, a vassoura e o pano, que um anúncio da Arno afirmava pertencerem à “pré-história da limpeza” (*O Cruzeiro*, 11 jun. 1955). Segundo a peça publicitária, a condição da mulher moderna se alinhava ao uso do aspirador, que tanto punha fim à “dança do pó”, apenas

deslocado de lugar pelos limitados recursos de asseio manual, quanto tornava supérfluos esforços e movimentos outrora freqüentes: a subida em cadeiras para limpar a face superior dos móveis, o uso da vassoura para remoção da sujeira do teto, o agachamento para retirar pó de lugares muito baixos ou de acesso difícil, a transposição de pesados tapetes para limpeza com um batedor.⁵¹ É sabido que a supressão dessas ações tendia a facilitar a assepsia da casa, mas a ênfase da fonte recai sobre a eliminação do pó, e não sobre a minoração do trabalho ou a busca do conforto. Analogamente, outro anúncio do mesmo fabricante resolvia destacar a insuficiência do espanador e o valor higiênico do aparelho elétrico: “O espanador não elimina o pó, apenas o faz ‘dançar’ de um lado para outro. [...] O ar torna-se puro com o aspirador de pó Arno. [...] tornando o ambiente limpo e saudável! Elimine o pó... não o mude de lugar!” (*O Cruzeiro*, 22 jan. 1955). Uma peça da Arno, naquele mesmo ano, repetia o texto da anterior, mas acrescentava uma imagem que aludia à possibilidade de fazer da limpeza doméstica não somente um dever, como ainda um ato revestido de prazer. Percebe-se uma certa graça no desenho da parte inferior de um corpo feminino, com salto alto, meias e vestido esvoaçante, manejando com desembaraço o aspirador e sustentando delicadamente a mangueira de sucção numa das mãos. A chamada “dança do pó”, que se pretendia debelar, parecia então sucedida por uma outra, movida pela proximidade entre o usuário e o objeto (*O Cruzeiro*, 22 out. 1955).

⁵¹ Essa tarefa de limpeza de tapetes, por sinal, estava inclusa entre as atividades cuja execução na via pública era expressamente proibida por um *Código de posturas* de Fortaleza, que estabelecia multa e prisão a quem “sacudir tapetes, esteiras ou coisas semelhantes” (Fortaleza, 1933, p. 100).

ESPANADOR — PANO DE PÓ — VASSOURA DE PÉLO
ISTO PERTENCE À PRÉ-HISTÓRIA DA LIMPEZA!

**SOU MODERNA...
 USO
 ASPIRADOR
 ARNO**

Acabe com a "dança" do pó!
 Com o Aspirador de Pó ARNO não é necessário subir em cadeiras para limpar a parte superior dos móveis.

Acabe com a "dança" do pó!
 Nada de vasculhos cansativos! Com o Aspirador de Pó ARNO o teto fica livre das teias e da poeira.

Acabe com a "dança" do pó!
 O Aspirador de Pó ARNO livra-o destes esforços inúteis, atingindo lugares de difícil acesso.

Acabe com a "dança" do pó!
 Trabalho pesado e anti-higiênico eliminado pelo Aspirador de Pó ARNO: limpe os tapetes sem removê-los!

ACABE COM A "DANÇA" DO PÓ!

Pat. req. Depto. Nacional da Propriedade Industrial:
 68.264 68.764 68.720 69.409
 68.728 68.982 69.410 69.696
 69.984

ARNO A MAIOR FÁBRICA DE MOTORES ELÉTRICOS E DE APARELHOS DOMÉSTICOS DA AMÉRICA LATINA!

ARNO MATRIZ: AVENIDA ARNO, 240 (MOÓCA) - TELEFONE: 33-5111 - SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
 LOJAS: P. ALEGRE - RECIFE - BELO HORIZONTE - CURITIBA - CAMPINAS - SANTOS - RIBEIRÃO PRETO - SOROCABA - BAURU - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

O CRUZEIRO, 11 de junho de 1955

COMPRE ARNO NAS MELHORES CASAS... NAS MELHORES CONDIÇÕES!

Figura 10. Anúncio do aspirador Arno. "Sou moderna... uso aspirador Arno" (O Cruzeiro, 11 jun. 1955).

Acabe com a "dança" do pó!...

Tenha em casa o

ASPIRADOR
ARNO

O espanador não elimina o pó, apenas o faz "dançar" de um lado para outro. As minúsculas partículas, portadoras de milhões de micróbios, podem ser introduzidas no organismo com o ar que se respira. O ar torna-se puro com o Aspirador de Pó ARNO!

Graças à sua poderosa força de sucção, o Aspirador de Pó ARNO absorve completamente o pó, tornando o ambiente limpo e saudável.

ELIMINE O PÓ... NÃO O MUDE DE LUGAR!

PAT. REG. DEPTO. NACIONAL
DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:

68.264	68.982
68.728	69.410
68.764	68.720

ARNO

MATRIZ: Avenida Arno, 240 (Moóca) - Fone: 33-5111 - São Paulo - Estado de São Paulo
LOJAS: P. Alegre - Recife - Campinas - Santos - Rib. Preto - Sorocaba - Curitiba - Baurer - Belo Horizonte - S. J. do Rio Preto

112

Figura 11. Anúncio do aspirador Arno. "Acabe com a 'dança' do pó!..." (O Cruzeiro, 22 out. 1955).

Tem-se a impressão de que, paulatinamente, novas preocupações seriam justapostas: um anúncio de 1960 frisava a dificuldade de uma boa limpeza – “o pó é um inimigo teimoso, duro de se entregar!” – e o pouco êxito obtido com espanadores e certos tipos de aspirador. Aqui a disputa era tanto com os objetos tradicionais de asseio quanto com os congêneres de outras marcas (*O Cruzeiro*, 3 set. 1960). O gradual surgimento de diferentes fabricantes incutia, no discurso publicitário, o cuidado de afiançar alguma superioridade em relação aos produtos concorrentes.

Ao que parece, só a partir dos anos 1960 a representação publicitária associou claramente o aspirador a um ideário de vida privada pautado pela comodidade. “A vida com aspirador Walita é mais confortável!”, garantia um anúncio publicado em revista de circulação nacional (*O Cruzeiro*, 25 jun. 1960). O deslocamento discursivo, das virtudes higiênicas para a redução do desgaste corporal, coincidiu mais ou menos com a transformação do aspirador num artefato efetivamente portátil. Nos anos 1940 os modelos vigentes costumavam ainda acoplar o bocal de sucção na base do aparelho, o que limitava o alcance do seu desempenho (CMEB, 2003, p. 309; Farias et al, 2006, p. 63). Na década de 1950 é possível observar a predominância de um desenho aerodinâmico, então muito em voga, e certa conotação moderna traduzida em tonalidades metálicas, que certamente recebeu influência dos projetos de engenharia desenvolvidos àquele tempo para a construção de foguetes e ainda reforçava a herança de um padrão estético oriundo de automóveis e aeronaves fabricados desde os anos 1930. Mas o aspirador continuava preso ao chão: uma longa mangueira de sucção permitia o prolongamento de seu raio de ação a pontos relativamente elevados de um recinto; não obstante, seu peso e volume impediam uma sujeição mais discreta do aparelho à gravidade. Apesar da versatilidade que se procurava reconhecer no aspirador, recomendado inclusive para tirar o pó das roupas e munido de alguns acessórios peculiares, entre os quais o pulverizador para aplicação de inseticida, ele ainda parecia manter parentesco com a sedentariedade. Com a redução de suas dimensões e o emprego do plástico na confecção de sua epiderme, ele afinal pôde solidarizar-se ao propósito de uma movimentação desinibida no desempenho da assepsia doméstica. Nas imagens que integravam anúncios a partir dos anos 1960, é corrente se ver o aparelho empunhado por uma mão feminina, de maneira a salientar sua nova praticidade e ajuste à busca por menor esforço: “desde o dia em que ganhei meu Aspirador Walita, as tarefas domésticas

ficaram bem mais fáceis... e eu não me canso com a limpeza da casa! Agora limpo tudo – assoalhos, tapetes, prateleiras, cortinas, móveis estofados, roupas – tudo enfim em poucos minutos!”, comentava a jovem dona de casa de uma propaganda (*O Cruzeiro*, 1 out. 1960). Mas essa leveza e rapidez outrora impraticáveis provavelmente vieram acompanhadas de uma inédita disposição para o combate à sujeira: uma vez que a limpeza poderia ser executada em menos tempo e sem trazer tanto cansaço, abria-se a possibilidade de que fosse repetida com maior assiduidade. Noutro anúncio uma mulher proclamava: “deixarei minha casa sempre limpa e nunca me cansarei. E que bom! [...] Vou agora mesmo tirar *ainda mais* o pó do assoalho, dos tapetes, prateleiras, cortinas, móveis estofados e roupas. [...] Quero que a minha casa seja a mais limpa do mundo – com o Aspirador de Pó Walita!” (*O Cruzeiro*, 28 out. 1961 [grifo meu]). Conforme sugeria o documento, o limpo carregava consigo a potencialidade de ficar ainda mais limpo. À medida que aumenta a eficiência no asseio da casa e se acredita que é possível transformar a limpeza num estado permanente, o objeto elétrico faz crescer a intolerância à sujeira. Trata-se, portanto, de uma exacerbação da noção de limpo; ao mesmo tempo, a fronteira que o separava do sujo se tornava mais tênue.

Essa maior exigência na arrumação e higiene da casa, que era encorajada pelo uso do aspirador e de outros aparelhos, não denotava contudo um alinhamento à moral austera de decênios antecedentes. Talvez aí resida uma das mais significativas mudanças sutilmente introduzidas no discurso da propaganda de eletrodomésticos entre as décadas de 1940 e 1960: à medida que o conforto era investido de maior legitimidade como um argumento para incentivar as vendas, as tarefas do lar poderiam ser liberadas do signo da obrigação, assumindo contornos mais lúdicos. Em anúncio de 1965 uma jovem segura o aspirador; três imagens menores mostram o uso do aparelho, posto no chão, carregado a tiracolo (como num passeio) e com uma mangueira de considerável alcance. A mulher parece dançar enquanto limpa a casa (*O Cruzeiro*, 27 nov. 1965). O avental, ainda presente na indumentária feminina retratada pela propaganda até o decênio anterior, foi abolido. Já não se sabe onde se situa a fronteira entre trabalho e divertimento.



Figura 12. Anúncio do aspirador Walita. “genial!” (O Cruzeiro, 27 nov. 1965).

A vassoura continuou sendo mencionada em algumas peças publicitárias, mas sua desqualificação como recurso de limpeza tendeu a ser substituída por uma comparação centrada na diminuição do peso: segundo alegava aquele discurso, o aspirador era agora tão leve quanto uma vassoura. Ele, que nos anos 1940 ainda recebia em diversos anúncios a sugestiva designação de vassoura elétrica, pôde, com o avanço da miniaturização dos objetos técnicos, avocar para si uma vantagem que sempre parecera exclusiva de sua antiga rival. A vassoura, por seu turno, ao ter sua presença mais diluída nas poucas residências de Fortaleza que passaram a adotar o uso do aspirador, carregaria consigo o vestígio de dois costumes que foram comuns entre diversas famílias da cidade: colocar a vassoura atrás da porta para provocar a rápida retirada de alguma visita cuja permanência se tornara inconveniente; e, em véspera de ano novo, varrer a casa, da porta da frente até o quintal, conservando firmemente tal sentido, pois se acreditava que a indiferença a essa cautela atraía má sorte para os moradores (Campos, 1996a, p. 53).⁵²

⁵² O escritor Otacílio de Azevedo registrou, em forma de quadrinhas, essas crenças populares associadas à vassoura como instrumento propiciatório: “Visita que mal se porta, / para ir-se embora há um jogo / – vassouras detrás da porta / ou pedras de sal no fogo. [...] Se o lixo varres pra fora / em direção da cidade / estás mandando ir-se embora / a tua felicidade...” (Azevedo, 1966, p. 149, 162).

Outro aparelho moderno que, entre as décadas de 1940 e 1960, experimentou uma disseminação por muitos lares foi a enceradeira. A propaganda costumava realçar, junto ao leitor e eventual consumidor, características consideradas importantes a um utilitário que deveria promover a limpeza da casa: eficiência, facilidade no manejo, leveza, resistência e silêncio vinham constantemente associados à imagem do produto. Os três últimos atributos, pelo critério da repetição, pareciam ter especial relevância, pois pretendiam afastar temores sobre a durabilidade do artefato e o incômodo acústico causado por seu funcionamento, como ainda buscavam assegurar a realização amena de um trabalho que, quando desempenhado manualmente, era fatigante. Um anúncio publicado em 1949 exibia o desenho de uma mulher chutando um escovão, antes usado para dar brilho ao chão. O propósito consistia em afirmar que a enceradeira libera as donas de casa do trabalho cansativo (*O Cruzeiro*, 23 jul. 1949). O uso desse artigo elétrico era enaltecido por tornar possível o abandono de escovas, flanelas e panos que tradicionalmente requeriam das mulheres um conjunto de posturas antagonistas das aspirações femininas de comodidade e alizez: recurvadas, de joelhos, as mãos em contato freqüente com o chão. A enceradeira, por seu turno, era aliada do corpo ereto, vertical, isento das conotações de subserviência da mulher. Por outro lado, a simplicidade de seu manuseio e a propalada leveza do aparelho autorizavam às vezes certo desatrelamento em relação à figura doméstica da mulher: o desenho de uma criança utilizando a enceradeira com apenas uma das mãos, sem qualquer demonstração de esforço, enquanto a mãe, de avental, a observa sorrindo, buscava atestar a facilidade e segurança do produto (*O Cruzeiro*, 10 set. 1949).

À diferença do aspirador, que durante anos teve sua representação publicitária ligada aos valores da higiene, relutando em assumir maior afinidade com o bem-estar corporal, a enceradeira esteve, no período estudado, muito próxima das projeções de redução do labor doméstico, ainda que nem sempre tais anseios sinalizassem numa mesma direção. Em determinado anúncio da Arno, de 1952, vê-se o desenho de uma dona de casa que, sentada numa poltrona, controla a enceradeira com uma das mãos, enquanto com a outra segura um livro, tendo ao lado um rádio ligado e uma caixa de bombons. É como se a facilidade trazida mediante a aquisição do artefato permitisse a realização simultânea de diversas ações, sendo precisamente essa disponibilidade preenchida de imediato a grande virtude atribuída ao objeto técnico (*O Cruzeiro*, 29 mar. 1952). Tal noção de conforto implica otimização do tempo, e não parece

disposta a aceitar tranqüilamente a prática do ócio, que provavelmente seria interpretado como desperdício. Em contrapartida, três anos depois uma propaganda da marca Epel apresenta a imagem de uma jovem dona de casa aconchegada numa poltrona e recostando a cabeça num travesseiro, confiante que a enceradeira “trabalha por mim!” (*O Cruzeiro*, 24 set. 1955). Aqui o *dolce far niente* pôde ser exercido sem culpa. Fosse como fosse, esse bem de consumo incorporou, no discurso publicitário, um significado permeado pela explícita valorização do conforto na vida privada.

**Use as mãos
para
aplaudir**

A ENCERADEIRA
ELÉTRICA
ARNO
Super

COM O
ESPALHADOR

ELETRO-
AUTOMÁTICO!

Poupe as mãos!
A ENCERADEIRA ELÉTRICA "ARNO" SUPER, equipada com o Espalhador de Cera Eletro-Automático, raspa, encera e lustra numa só operação com uma única escova de grande superfície. E venha aplaudir seu espalhador de cera que derrete automaticamente, regula e distribui a quantidade de cera exata para maior economia e comodidade. Sem correias, para evitar substituições periódicas, a ENCERADEIRA "ARNO" SUPER assegura maior eficiência.

Amplamente garantida por **ARNO S. A. Indústria e Comércio**
a maior fábrica de motores elétricos da América Latina
MATRIZ: Rua José Bonifácio, 209 - 4.º andar - Tel.: 33-5111
End. Teleg. ARNODOMUS - São Paulo
Lojas Arno: P. Alegre, Santos, Campinas e Ribeirão Preto
Nas melhores casas em todo o Brasil

Figura 13. Anúncio da enceradeira Arno. "Use as mãos para aplaudir a enceradeira elétrica Arno Super" (*O Cruzeiro*, 29 mar. 1952).

Epel trabalha por mim!



Ao adquirir um produto EPEL exija o certificado de garantia

EPEL — prodígio da técnica, resistência e durabilidade — transforma o assoalho num verdadeiro espelho, sem nenhum esforço. EPEL — com três escovas, atinge todos os cantos da casa e encera debaixo dos móveis.

ENCERADEIRAS • ASPIRADORES DE PÓ
LIQUIDIFICADORES • CHUVEIROS

EPEL

EPEL S/A - Indústria e Comércio de Aparelhos Elétricos
Matr.: S. PAULO - Cx. Postal 1460 - Filial: RIO DE JANEIRO - R. México, 41 - 2.º - conj. 207 - tel. 32-9014

34-O

Figura 14. Anúncio da enceradeira Epel. “Epel trabalha por mim!” (*O Cruzeiro*, 24 set. 1955).

Um dos aspectos mais constantes nos anúncios de enceradeira consistia no esclarecimento quanto à existência de garantia do produto. Essa informação pretendia incrementar o grau de confiabilidade das marcas junto aos clientes, ao mesmo tempo que aplacava seus temores de despesas adicionais logo após a compra do artefato. Precauções desse gênero eram levadas em conta por fabricantes e publicitários, porém outras providências estavam no cerne das estratégias de venda, como o esmero no acabamento do objeto e o destaque para seu baixo consumo de energia. Beleza e economia tinham um apelo crescente à medida que ocorria maior diversificação no uso doméstico da eletricidade e crescia o número de concorrentes no mercado dos artigos eletrodomésticos. A inclusão de acessórios exclusivos também servia como tentativa de convencer o público consumidor em relação à melhor qualidade de uma enceradeira específica: um lançamento da Walita possuía um “farolete” para auxiliar a assepsia de lugares escuros, ao passo que certos exemplares dessa marca, da Arno e da Arrow eram munidos de um espalhador de cera que, poupando o usuário dessa tarefa, repeliu o incômodo de sujar as mãos (*O Cruzeiro*, 29 mar. 1952; 7 jun. 1952; 11 jun. 1955). Progressivamente, a necessidade de remover a cera antiga, espalhar uma nova camada homogênea, encerar, dar brilho e lustrar poderia ser atacada com um só aparelho e, dependendo do modelo, essa sucessão de tarefas sequer requiritava outras operações, como a troca das escovas. Nesse propósito de induzir ao mínimo o conjunto de gestos mobilizados no trabalho doméstico, havia mais que a ambição de “transformar o assoalho num verdadeiro espelho, sem nenhum esforço”, e dessa maneira espelhar o zelo na manutenção de uma casa; tratava-se, igualmente, de reformular a gestão do corpo na esfera privada, à medida que a aplicação de determinados objetos técnicos decretava o anacronismo de um sem-número de esforços manuais e, assim fazendo, reclamava o aprendizado de novas posturas.

No caso da enceradeira, alguns detalhes relacionados à aparência denotam a preocupação sutil com o corpo e a casa: punhos de borracha geralmente lisos evitavam o excessivo atrito com as mãos, enquanto a presença assídua de um revestimento de borracha nas bordas do aparelho o protegia de danos e ajudava a prevenir riscos e ranhuras em móveis e paredes. Aspectos concernentes ao funcionamento do artefato também emergem na propaganda, sugerindo pequenos aborrecimentos e dificuldades de manuseio: a divulgação de diversos modelos de enceradeira se apressava em afirmar sua resistência a oscilações abruptas de

voltagem e sua configuração estável, capaz de eliminar a trepidação e os puxões que, em exemplares mais antigos, certamente trouxeram incômodo aos clientes. Sua haste, móvel para ambos os lados, emprestava-lhe maior raio de cobertura e permitia o conveniente distanciamento da base da máquina em relação aos pés de quem a operava. Outras qualidades, menos comuns, exprimiam a intenção de conquistar consumidores mais exigentes, como no caso de uma enceradeira Arno que, quando ligada e posta de pé, não saía do lugar, transmitindo uma cautela provavelmente valorizada por mulheres que tinham filhos pequenos (*O Cruzeiro*, 12 fev. 1955). Esse mesmo aparelho, segundo o anúncio, não causava interferência no rádio – ressalva que deixa entrever um hábito em voga: ouvir música durante a realização das atividades no lar, o que diluía as clivagens corriqueiras entre trabalho e lazer.

No que diz respeito ao design, a enceradeira sofreu modificações modestas, se comparada ao aspirador de pó. Entre as décadas de 1940 e 1960 ela tendeu a manter a primazia das superfícies cromadas e um formato que facilitava a pronta identificação do motor, instalado no topo de sua base redonda ou triangular, conforme o modelo. Somente na primeira metade dos anos 1960 se verificaria mais explicitamente o empenho em substituir os invólucros metálicos por congêneres plásticos e a conseqüente aplicação de cores suaves ou texturas que, imitando a madeira, acentuavam visualmente as diferenças entre os produtos recém-fabricados e os de gerações precedentes – estratégia que, ao demarcar a obsolescência programada de cada modelo, procurava instilar seu descarte por um de aparência mais nova. Acima de tudo, o desenho da enceradeira se mostrava comprometido com a praticidade de estender seu alcance aos cantos dos cômodos e às áreas sob os móveis, o que naturalmente impunha a construção de aparelhos com base baixa, perícia na qual algumas indústrias evidenciaram maior êxito que outras.

Além do motor elétrico, outra característica aproximava uma diversidade de bens industrializados no pós-guerra: a padronização de sua aparência, que assumia contornos elípticos ou extremidades arredondadas, configurando o chamado *streamlining* ou estilo aerodinâmico. Com suas conotações de movimento e velocidade, ele constituiu em larga medida uma celebração da era da máquina e uma projeção de otimismo tecnológico. Sua proliferação nas décadas de 1940 e 1950, como traço da influência norte-americana e notadamente inspirada no design dos trens e aviões, ganhou o aspecto de uma mania sem peias, estendendo-se indiscriminadamente a objetos tão diversos quanto automóveis, refrigeradores,

aspiradores de pó, sem qualquer consideração pela sedentariedade ou suposta rapidez de deslocamento dos artefatos. Esse visual, facilmente identificável pela curva dos traços, ignorava amiúde um compromisso perene em aliar forma e função, embora tal impropriedade dificilmente pudesse ser creditada ao capricho ingênuo de projetistas e fabricantes. Pois correntemente o estilo aerodinâmico, a exemplo de alguns de seus antecessores, se prestava a irradiar uma capa de modernidade para os produtos, ampliando as sugestões de prestígio e eficiência a eles associados. Como salientou Adrian Forty (2005), o design não é somente uma questão de bom gosto ou um método para solucionar problemas, mas um negócio lucrativo e um meio concreto de promover e transmitir idéias. As grandes indústrias percebiam que o êxito na venda massiva de suas mercadorias estava condicionado pelas impressões de força, beleza e alta qualidade transmitidas ao gosto volátil dos potenciais consumidores; assim, para vários objetos manufaturados, ostentar uma aparência imediatamente redutível aos traços da epiderme técnica em vigor era tão importante quanto funcionar bem (Rybczynski, 1993, p. 230-234).

Embora aspiradores e enceradeiras ocupem lugar obrigatório nas listas de objetos técnicos que, no meado do século XX, impulsionaram a mecanização dos lares brasileiros, não seria exagero afirmar que coube à lavadora de roupa a transformação de maior envergadura dos métodos de assepsia doméstica. Se as tarefas assumidas pelos dois primeiros aparelhos já tinham reconhecida inserção na privacidade das casas, a lavagem da indumentária mantinha um vínculo tradicional com a dimensão pública, porquanto era atribuição freqüente de profissionais experimentadas no cuidado das vestes alheias. Esse serviço, desde longa data efetuado fora das habitações mediante pagamento, terminaria regressando ao âmbito doméstico com a aquisição da máquina de lavar, que, se por um lado facilitava a tarefa em apreço, por outro acrescentava às donas de casa urbanas uma responsabilidade que suas mães e avós já haviam transferido para uma determinada categoria de trabalhadoras ou uma lavanderia comercial (CMEB, 2003, p. 313). Assim, enquanto a limpeza da mobília e do chão geralmente se fazia ao abrigo da curiosidade de estranhos, o asseio das roupas, no caso das famílias mais remediadas de Fortaleza, ultrapassava o limite das residências e do círculo da intimidade, testemunhando uma diversidade de percursos na via pública, que incluía as idas e vindas de lavadeiras carregando róis sobre a cabeça, o transporte da água em recipientes e a utilização de fontes não particulares, como açudes, lagoas, olhos

d'água e riachos, que constituíam locais de trabalho e encontro daquelas mulheres pobres. O escritor Edigar de Alencar deixou, no poema “Tauape”, um registro dessa atividade feita a céu aberto, amiúde indiferente às expectativas de discrição crescentemente encorajadas pelos valores burgueses:

A lagoa está que é uma beleza!
 A chuva de Janeiro deu-lhe alento.
 Às margens mulheres de saias arregaçadas,
 caboclas roliças, morenas carnudas,
 vão lavando as roupas
 das casas mais abastadas.

O coradouro se agita:
 quanta falta de pudor!
 Combinações com cuecas
 porta-seios com coletes!
 Blusas de ganga encarnada,
 saias de chita lavrada,
 bandeiras de todas as nações.

.....

Paira no ar um perfume de mato,
 um cheiro de areia molhada (Alencar, 1932, p. 23-24).

A sensibilidade do poeta realçou o ambiente animado e ruidoso onde as lavadeiras ganhavam o sustento, rodeadas por uma paisagem natural que em décadas vindouras não mais teria lugar saliente no cotidiano da cidade, com a disseminação da máquina de lavar e a crescente suspeição lançada sobre as condições de salubridade das águas que serviam àquele trabalho. Porém, em termos de linguagem poética, mais interessante que essa evocação algo bucólica foi a descrição de um constrangimento imaginário entre peças de roupa características de homens e mulheres: as vestimentas íntimas simulavam o que seria o embaraço de seus proprietários, ao verem emaranhadas as demarcações claras dos papéis de gênero e terem expostos à visibilidade pública os trajés que resguardavam as zonas opacas de seus corpos. Além da maior rapidez e facilidade na limpeza da indumentária, o que a

lavadora elétrica parecia favorecer era justamente o cultivo desse sentimento de decoro em relação a pessoas exteriores ao círculo da família e dos amigos.

Por meio da propaganda surgem indícios que permitem documentar, numa dada época, as qualidades mais apreciadas nas máquinas de lavar e as mudanças por que elas passaram. Na década de 1940 os modelos traziam um volume relativamente pequeno e um formato arredondado, que mais ou menos coincidia com o interior do aparelho, onde eram depositadas as roupas durante a lavagem. A existência de rodinhas e pernas que sustentavam o corpo do artefato provavelmente buscava salientar sua mobilidade e fácil transposição entre cômodos diversos da habitação (Giedion, 1948, p. 552; *Seleções*, fev. 1942; set. 1946). Essa aparência cilíndrica seria abandonada, nos anos seguintes, em proveito de um visual mais cúbico, que se acomodasse prontamente ao canto de uma área de serviço. Portanto, ao contrário do aspirador e da enceradeira, a lavadora, talvez por não desempenhar seu trabalho em movimento e requerer maior volume para armazenar de uma só vez o rol a ser limpo, pôde logo dispensar o aspecto aerodinâmico que até os anos 1960 ainda inspirava aqueles dois objetos. Daí não se conclua, entretanto, que a lavadora acolheu um perfil sedentário: anúncios da época revelavam, no texto ou na imagem, a presença de pequenas rodas que viabilizavam a possibilidade de deslocamento do artefato sem grande esforço.

Entre os diversos atributos da máquina de lavar, três costumavam receber maior projeção no discurso publicitário: a higiene, o conforto e o menor desgaste das vestimentas. Um anúncio da marca Easy, publicado em 1942, afirmava que ela “nos oferece o melhor meio de conseguir que as roupas fiquem *brancas de neve* e lavadas com *absoluta higiene!*” (*Seleções*, fev. 1942 [grifo no original]). Nessa nova forma de lavagem que se ocultava à visão, dizia-se que a água com sabão passa através dos tecidos, eliminando a sujeira e os germes, e as peças são centrifugadas, em vez de espremidas num rolo. Nos anos 1950 o rigor no asseio da indumentária delineava um importante critério para adotar o aparelho elétrico, como numa propaganda em que a dona de casa comenta: “Agora, com minha Ilanka, economizo roupa, tempo e dinheiro. O tanque ‘devora’ a roupa e lavar fora, além de dispendioso, é tão anti-higiênico!” (*O Cruzeiro*, 19 nov. 1955). Aquele exemplar enumerava outras vantagens que também iam sendo incorporadas aos produtos concorrentes, entre as quais a capacidade de esquentar a água na própria máquina, a independência quanto à pressão da água, a oferta de assistência técnica permanente e a dispensa de

importação das peças. Essa última característica indicava o advento de uma produção consolidada em fábricas nacionais, o que tenderia a reduzir tanto o valor final do produto quanto seus custos de manutenção. Não obstante, o ingresso da lavadora nos domicílios se deu mais lentamente, se comparada a outros artigos elétricos, como o ferro de passar, o liquidificador e mesmo o refrigerador, que entre todos era o mais caro (CMEB, 2003, p. 323-325).



"Já encontrei o meio "EASY"
de tornar as roupas mais
alvejantes e sanitárias!"

"EASY" é a palavra inglesa que traduz "fácil." É também o nome registado da melhor lavadora elétrica de roupas que se encontra na América. E com razão: porque a Lavadora EASY Girosecadora nos oferece o melhor meio de conseguir que as roupas fiquem *brancas de neve* e lavadas com *absoluta higiene!*

Graças à sua ação mecânica especial, a EASY força a água de sabão a passar e a repassar através dos tecidos. Dessa maneira, não só a sujidade é forçada a sair, mas, com ela, todos e quaisquer germes que possam estar alojados na roupa. Consegue-se igualmente que as roupas durem

mais, porque não se desgastam nem esfiam como quando se esfregam demasiado.

Depois, em vez de serem espremidas entre os rolos dum compressor, as peças são centrifugadas, isto é: extrai-se-lhes a água fazendo-as girar dentro de um tubo perfurado—o Girosecador. Devido a este processo inovador, os fatos de linho, os cortinados, as toalhas de mesa—e até as almofadas de penas!—saem como novas da máquina. Tão econômica no funcionamento como uma lâmpada elétrica, paga-se com as economias que faz. Peça hoje mesmo informações. Easy Washing Machine Corp., Syracuse, N. Y., U. S. A.

Srs. Comerciantes!
Aumentem os seus lucros vendendo as Lavadoras e Ferros de Engomar da marca EASY.* Se andarem em tempo, ainda poderão obter agências de grande movimento. Escrevam ou telegrafem pedindo pormenores
*Leia-se *ísi*.

**EASY
LAVADORA**

«EASY» quer dizer «fácil» . . . e é tão fácil lavar as roupas com a «EASY»!

Figura 15. Anúncio da lavadora Easy. "Já encontrei o meio 'Easy' de tornar as roupas mais alvejantes e sanitárias!" (*Seleções*, fev. 1942).

Uma das maneiras de tornar a compra da máquina de lavar algo mais viável e atrativo era extensiva aos demais eletrodomésticos: a concessão de crédito, nos estabelecimentos varejistas, para saldar a dívida em prestações mensais. A maior duração das roupas, correntemente alegada mediante o uso da lavadora, como

também o dinheiro poupado com a eliminação do serviço pago fora de casa e o desenvolvimento de modelos que consumiam menos eletricidade eram citados pelos anunciantes para persuadir o público de que o artefato “paga-se com sua própria economia, poupando tempo e despesas com lavadeiras” (*O Cruzeiro*, 7 maio 1960).

Na propaganda das décadas de 1950 e 1960 as empresas, cientes da fadiga cotidiana envolvida no cuidado com as roupas, não deixavam de salientar que a lavadora transformaria os dias reservados àquela tarefa em dias de descanso: a promessa de conforto integral no manuseio da máquina constituía um argumento assiduamente explorado na promoção das vendas. Marcas diversas, como Bendix, Westinghouse, Prima, Brastemp, Lavarex, disputavam a preferência dos consumidores ao desenvolver uma linha de modelos que incluía os projetos mais despojados e aqueles munidos de dispositivos que requeriam maior refinamento técnico – comandos que estabeleciam a temperatura e o nível de água no interior da máquina, relógios que permitiam ao usuário determinar o tempo da lavagem, seletores de tecidos que previam nuanças no processamento das roupas de acordo com a resistência e elasticidade dos materiais têxteis. Todas essas gradações delimitavam uma escala no preço das lavadoras, mas também implicavam a introjeção de um trato mais minucioso em relação às peças de vestuário, separando-as por tipos de matéria-prima, cores e propriedades desbotáveis. Portanto, se a presença desse aparelho materializava o desejo de extinguir ou aliviar o fardo associado à limpeza dos trajes, ela requeria, em contrapartida, uma série de cautelas não previstas no método antigo, entre elas a distribuição uniforme das roupas no interior da máquina e a atenção ao peso máximo contido numa mesma lavagem, cuja observância deveria seguir uma tabela fornecida em certos manuais de lavadoras, que inclusive especificavam o peso correspondente a cada peça da indumentária. Desse modo, a acalentada liberação de determinados esforços corporais demandava um incremento na detecção de sutilezas outrora pouco relevantes e uma exacerbação do rigor no preparo das operações a serem executadas pela máquina.

De acordo com Siegfried Giedion, um dos maiores desafios técnicos à mecanização integral da lavagem de roupas no plano doméstico consistiu em articular num mesmo recipiente as operações de lavar e secar, afinal era necessário tanto instalar mecanismos que introduzissem e depois retirassem a água, quanto programar uma alteração de velocidade compatível com cada uma daquelas ações: “A lavagem tem de ser realizada por lentos movimentos circulares ou oscilatórios,

enquanto a secagem ou a expulsão da água requer o giro em alta velocidade. Conseqüentemente, a mudança de velocidade e os mecanismos de marcação do tempo são pré-requisitos da lavadora automática” (Giedion, 1948, p. 569 [tradução minha]).⁵³

A transformação da máquina de lavar num autômato, isto é, num artefato capaz de realizar uma série de operações sem a interferência da mão humana, era motivo de louvor no discurso da publicidade. Um anúncio da Bendix, de 1956, sintetizou a conotação positiva atrelada a essa característica: “Ao simples toque de seus dedos, Bendix liga-se, enche-se d’água, lava, enxágua, esvazia-se, enxuga e desliga, tudo automaticamente!” (*O Cruzeiro*, 13 out. 1956). Numa época em que a valorização do individualismo passava freqüentemente pela retórica do conforto doméstico, seria impróprio, ao pesquisador atual, simplesmente menosprezar a performance automática de certos aparelhos então em voga, até porque os problemas que envolviam esse modo de funcionamento foram matéria da reflexão e experimento por gerações de engenheiros, inventores e tecnólogos. Certamente havia, naquele utilitário, um quinhão de astúcia humana, concretizada em motor, peças e circuitos elétricos. Contudo, se a produção do automatismo era interpretada, na propaganda e na vida cotidiana, como uma grandiosa conquista do mundo industrial, sua realização, do ponto de vista técnico, significava um empobrecimento da relação homem-máquina, conforme advertiu o filósofo Gilbert Simondon:

⁵³ “Washing has to be performed by slow rotary or oscillatory movements, while the drying or expelling of water requires high-speed spinning. Thus speed-change and timing mechanisms are prerequisites of the automatic washer”.

Não resolva apenas uma parte do problema...



SÓ BENDIX É COMPLETA
Economat

Lava *sòzinha* tóda a roupa da família,
assegurando

Conforto completo

— com horas mais agradáveis
na vida de seu lar
— porque é a única lavadeira

**INTEIRAMENTE
AUTOMÁTICA**

Ao simples toque
de seus dedos,
BENDIX
liga-se,
enche-se d'água,
lava, enxágua,
esvazia-se, enxuga
e desliga-se,
tudo
automaticamente!

Preço de tabela
Cr\$ 28.980,00
FOB Fábrica S. Paulo

● Lava 4 kg. de roupa por
apenas 40 centavos.
● Não necessita fixação no
solo... basta ligar!
● Não requer pressão d'água.
● Funciona com água fria
ou quente.
● Ao sair da máquina, a
roupa está semi-enzuta,
bastando estendê-la por
alguns minutos!

BENDIX
é conforto e economia
comprovados em mais de
3.000.000
de lares em
todo o mundo.

Assista a uma demonstração nos Agentes Autorizados Bendix
Um produto fabricado e garantido pela

BENDIX
Home Appliances do Brasil S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

R. Cuiabá, 989 (Moóca) — Fone: 9-1151 — End. Telegr.: "BENHOME" — S. Paulo
Av. Churchill, 60 — Conj. 203 — Fone: 42-8004 — Ramal 5 — Rio de Janeiro

Norton - 13.120

O CRUZEIRO, 13 de outubro de 1956

Figura 16. Anúncio da lavadora Bendix. "Só Bendix é completa" (*O Cruzeiro*, 13 out. 1956).

Ora, de fato, o automatismo é um grau muito baixo de perfeição técnica. Para tornar uma máquina automática, é preciso sacrificar tanto possibilidades de funcionamento, quanto usos possíveis. O automatismo, e sua utilização sob forma de organização industrial, que se chama *automação*, possui uma significação econômica ou social mais que uma significação técnica. O verdadeiro aperfeiçoamento das máquinas, aquele que se pode dizer que eleva o grau de tecnicidade, corresponde não a um

crescimento do automatismo, mas, ao contrário, ao fato de que o funcionamento de uma máquina contém uma certa margem de indeterminação. É esta margem que permite à máquina ser sensível a uma informação exterior. É por essa sensibilidade das máquinas à informação que um conjunto técnico pode se realizar, muito mais que por um aumento de automatismo. Uma máquina puramente automática, completamente fechada sobre si mesma num funcionamento predeterminado, só poderia dar resultados sumários. A máquina que é dotada de uma alta tecnicidade é uma máquina aberta, e o conjunto de máquinas abertas supõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivo das máquinas umas em relação às outras (Simondon, 1989, p. 11 [tradução minha, grifo no original]).⁵⁴

A partir do fim dos anos 1950 já é possível notar alguma diversidade cromática nas máquinas de lavar, sendo que um fabricante já disponibilizava cinco cores para seus produtos. Por vezes os modelos traziam desenhos diferentes, com a tampa ora na face anterior do aparelho, ora no topo, este último dispensando a postura de agachamento que o primeiro requeria, finda a limpeza das roupas. Quando em operação, boa parte desses artefatos (talvez a maioria) não demandava interferências no encanamento das residências nem fixação no solo, segundo atestam anúncios do período. Essa praticidade indica o interesse das indústrias em difundir a imagem de um eletrodoméstico de manuseio fácil e isento de despesas na sua instalação. Seu funcionamento exigia apenas uma torneira e uma tomada elétrica: substituindo a ação humana de repetição linear pelo movimento circular reproduzido de forma contínua, ela dava forma a uma das vertentes de mecanização do lar. Todavia, além de materializar a busca pelo menor esforço, a lavadora se distinguia do método de lavagem manual num outro aspecto: enquanto este assegurava o asseio da roupa de acordo com o princípio físico do atrito, por meio de fricções e esfregadelas, aquela realizava a mesma tarefa apoiando-se expressamente na

⁵⁴ “Or, en fait, l’automatisme est un assez bas degré de perfection technique. Pour rendre une machine automatique, il faut sacrifier bien des possibilités de fonctionnement, bien des usages possibles. L’automatisme, et son utilisation sous forme d’organisation industrielle que l’on nomme *automation*, possède une signification économique ou sociale plus qu’une signification technique. Le véritable perfectionnement des machines, celui dont on peut dire qu’il élève le degré de technicité, correspond non pas à un accroissement de l’automatisme, mais au contraire au fait que le fonctionnement d’une machine recèle une certaine marge d’indétermination. C’est cette marge qui permet à la machine d’être sensible à une information extérieure. C’est par cette sensibilité des machines à de l’information qu’un ensemble technique peut se réaliser, bien plus que par une augmentation de l’automatisme. Une machine purement automatique, complètement fermée sur elle-même dans un fonctionnement prédéterminé, ne pourrait donner que des résultats sommaires. La machine qui est douée d’une haute technicité est une machine ouverte, et l’ensemble des machines ouvertes suppose l’homme comme organisateur permanent, comme interprète vivant des machines unes par rapport aux autres”.

química, com o jorro da água e a aplicação de preparados industriais, como o sabão em pó e os alvejantes. Essa amizade entre a lavadora e os agentes químicos de limpeza deixou testemunho em algumas campanhas publicitárias que articulavam marcas de ambos os produtos – estratégia conhecida por anúncio cooperativo (Ramos, 1985). Ao se adotar o aparelho elétrico, emergia portanto a necessidade de empregar aquelas substâncias produzidas em escala fabril, cujo consumo apontava também para o fenômeno da verticalização das moradias: afinal, nos apartamentos residenciais das grandes cidades, o sol, que por sobre os quintais das casas térreas tradicionalmente participara do processo de higiene, secagem e branqueamento das roupas, era agora uma presença discreta, forçando assim o recurso aos materiais químicos (CMEB, 2003, p. 325).

JUNTOS...

**PROPORCIONAM
A ROUPA MAIS LIMPA
DÊSTE MUNDO!**

Hoover gosta de Omo — porque admira sua eficiência e sabe que Omo dá brilho à brancura. E Omo recomenda a Lava-Roupas Hoover, porque adora sua simplicidade e economia. Juntos, Hoover e Omo lhe proporcionam a roupa mais limpa deste mundo! Rápida-mente, deixam a roupa de toda a família brilhando de tão branca!

OMO  (adoram trabalhar juntos)

Figura 17. Anúncio da lavadora Hoover e do sabão em pó Omo. “Juntos... proporcionam a roupa mais limpa deste mundo!” (*O Cruzeiro*, 19 jun. 1965).



depois do Rinso...
gire o dial

TORGA

faz tudo para você!

Enche-se de água, esquentando a água (é a única que faz isso), lava, troca a água, enxágua, esvazia-se, seca a roupa e desliga-se automaticamente - enquanto Você cuida de outros afazeres!

Lava pelo moderníssimo sistema de tambor rotativo - sem nenhuma peça mecânica em contato com a roupa - por isso não esgarça os tecidos nem quebra os botões.

2 motores especiais: um para lavar e outro, rapidíssimo, para secar por centrifugação.

GARANTIA INTEGRAL DE 2 ANOS

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Figura 18. Anúncio da lavadora Torga e do sabão em pó Rinso. “depois do Rinso... gire o dial” (O Cruzeiro, 10 abr. 1965).

Como ocorrera em relação a outros aparelhos elétricos que deram entrada no recesso domiciliar, a lavadora contribuiu para disseminar ainda mais a presença de um pequeno e emblemático objeto que parece sintetizar a sociedade industrializada: o botão. Afora seu discreto volume, uma particularidade dessa protuberância hoje tão familiar se revela na concisão de seu funcionamento: basta o gesto mínimo de apertar um botão para desencadear uma determinada ação, por vezes de grande intensidade. Essa distância entre a discricção de um comando e o efeito produzido permite atentar para a maior sutileza exigida, em termos de gestos e de repertório perceptivo, no manuseio dos eletrodomésticos; afinal, um descuido pouco aparente poderia trazer sérios danos a um equipamento. O manual de uma lavadora Brastemp, publicado por volta de 1965, destacava em maiúsculo, entre diversas orientações, a seguinte advertência: “O botão nunca deverá ser girado para a esquerda. Sempre para a direita, no sentido dos ponteiros de um relógio”. No simples aviso sobre o sentido de rotação do dispositivo que controlava o tempo da lavagem de roupa, emergem duas tradições técnicas filiadas a suas respectivas fontes de energia: o gás e a eletricidade. De um lado, os fogões a gás – que em Fortaleza conheceram uma expansão de mercado desde os anos 1950 – possuíam botões cujo giro para a esquerda liberava a passagem do fluido para os queimadores; de outro, os utilitários elétricos tinham sua potência ampliada com o botão virado para a direita. Uma vez que a cultura técnica do gás era em vários aspectos tributária dos equipamentos e saberes relacionados à água, há coerência no fato de que o botão do gás requer o mesmo gesto da torneira. Já o botão elétrico, prescrevendo um movimento contrário, herdou sua convenção dos mostradores dos instrumentos de medida – amperímetros, manômetros, balanças – que, por seu turno, indicavam valores crescentes no mesmo sentido dos ponteiros do relógio (Jacomy, 2004). Devido ao ingresso progressivo dos fogões a gás nos lares brasileiros, os responsáveis pela redação do manual da lavadora se apressaram em chamar a atenção dos usuários para a suspensão do gesto associado ao preparo da comida; para assegurar a limpeza das roupas, era necessário adestrar a mão para o giro no sentido oposto.

Com o aumento das máquinas de lavar lançadas no mercado brasileiro, a ênfase sobre acessórios e propriedades diferenciadas, ou mesmo exclusivas, passou a ter relativa importância nas estratégias de divulgação comercial. Marcas amplamente conhecidas do público, a exemplo de Brastemp, Bendix e Westinghouse, investiram na pesquisa e desenvolvimento de modelos dotados de qualidades que sugerissem

seu desempenho superior em relação às concorrentes. Como o processo de lavagem automática das roupas era subtraído à apreensão visual, os anúncios por vezes assumiam a incumbência de apresentar aos consumidores detalhes e explicações a respeito dos respectivos aparelhos. A consolidação do sistema de enxágüe por agitação e de secagem por centrifugação, que se tornaria padrão em matéria de limpeza mecanizada da indumentária, prometia erradicar os menores traços de impureza: “Até a sujidade mais rebelde é eliminada do tecido definitivamente”, afiançava uma propaganda da Brastemp (*O Cruzeiro*, 8 out. 1960). Outro fabricante tratou de esmiuçar a performance mais avançada de seu produto: além de funcionar de maneira a isolar completamente a água usada na lavagem da roupa a ser enxaguada, informava que formato do agitador produz correntes em direções contrárias que aceleram a limpeza da roupa, “eliminando completamente as ‘águas vagarosas’ das máquinas comuns” (*O Cruzeiro*, 7 maio 1960). Por seu turno, uma terceira empresa preconizava a importância do seu artigo no controle do tempo despendido dentro de casa: “Com um leve toque de dedos, Você regula o tempo de lavar – de 1 a 30 minutos. E o Automático encarrega-se do resto. Desliga-se automaticamente, podendo ser reajustado a sua vontade. Conclusão: enquanto o Automático trabalha, Você descansa!” (*O Cruzeiro*, 8 out. 1960). As expectativas em torno da autonomia individual, da liberação do esforço e da economia do tempo impulsionavam os textos da publicidade dos eletrodomésticos em geral, e da lavadora em particular.

O ideário da praticidade e agilidade na condução das tarefas de casa estava no cerne dos artefatos elétricos fabricados para conservar alimentos, preparar refeições, limpar móveis e lavar roupa. O que não significa dizer que esses objetos cumpriram univocamente sua finalidade. Nem sempre a facilidade evidenciada no seu uso acarretava menor dispêndio de energia orgânica, mas, ao contrário, redundava em eventual acúmulo de trabalho. Um texto de João Jacques, publicado no jornal *O Povo* em 1963, trouxe o registro parcial de uma conversa que o escritor casualmente escutou entre dois amigos, versando sobre o inconveniente da incorporação de novos hábitos que a publicidade não cessava de enaltecer. A crônica “Invenções práticas” documenta o descompasso, vivido por pessoas comuns, entre o discurso moderno da comodidade e a influência exercida pela introdução de certos equipamentos técnicos na experiência cotidiana:

Eu estava à porta da Livraria Imperial.

Saídos do Excelsior, dois camaradas vieram conversar a menos de um metro de mim. Como falassem alto e sem pedir reservas ao vento, que lhes trazia a palavra de feição, comecei a interessar-me pelo assunto:

- Mas você está magro. É, sem dúvida, a vida do Rio.

- Se você visse a Joaquina. Essa, sim, é que afinou mesmo. Agora, na casa da mãe e minha sogra, já que melhorou qualquer cousa.

- Não se deram bem de saúde?

- Otimamente. Aliás, ficamos ambos bons do fígado e de outras mazelas daqui levadas.

- Então explique-se.

- Vou esclarecer tudo, homem. E preste bem atenção. O que nos deixou acabados não foi outra cousa senão essa história de ser prático. Sim, de ser prático.

- Como assim?

- Espere, espere! Minha mulher começou exigindo um ferro elétrico. Comprei-o. E ela entendeu de passar as nossas roupas e dos dois meninos. Depois, quis uma máquina de lavar. E me obrigou a assistir a uma demonstração na loja, feita por duas moças que eram uma beleza. Ô que lavadeirinha do amor e da saudade! Pois fui na onda. Caí como um pato. E a patroa despediu a velha que, duas vezes por semana, alvejava e engomava os vestidos e toalhas da casa.

- No princípio era um encanto, não era?

- Exato. Divertia-se com o pôr o Rinso, com o “moer” as peças, vendo a “garapa” descer, com o embandeirar a casa em arco, expondo, lá no alto do quinto andar do nosso apartamento, como se fossem lábaros ou pavilhões sagrados, cuecas e anáguas. Depois, foi sentindo que não tinha mais tempo para sair à rua ou ir ao cinema.

- Que inventou, em seguida?

- Adquiriu tudo em nylon, de micron, de matéria plástica. E chegou, assim, uma nova era para nós, as vítimas das invenções mais loucas do século. Era mais “prático” ter camisas, combinações, meias, calças, tudo apenas lavável. Eu mesmo, o marido, poderia ir lavando sozinho os meus silaques [i.e., *slacks*], as minhas meias, as minhas gravatas. E entrei na dança, mais cedo do que imaginava.

- Espíritos “práticos” acabam desse jeito...

- Tinha ou não tinha que emagrecer? Tinha ou não tinha que dar com os costados na casa da sogra?

- Prefere a sogra às máquinas e aos tecidos práticos?

- Palavra de Deus que prefiro. Francamente não tenho queda para lavar roupa. Nunca andei com trouxa na cabeça...
- E essa camisa de nylon que você está usando?
- É o deleite da comadre Raimunda. Cobra igual às outras com muito menos serviço. “Muito prático” para ela... (*O Povo*, 13 mar. 1963).

Em determinadas circunstâncias, o imperativo de simplificar a rotina doméstica provocava uma escalada nas atribuições domésticas. Apanhando traços pouco evidentes desse processo de mecanização das tarefas do lar, a crônica de João Jacques assinalou um paradoxo: a aquisição e uso de eletrodomésticos implicava, ao mesmo tempo, agilidade na realização do trabalho e diminuição no tempo livre; a velocidade ganha com o auxílio dos novos aparelhos era confrontada com o aumento das obrigações no ambiente privado.⁵⁵

A propensão desse gênero breve e leve de narrativa, que é a crônica, para a captura de pormenores desprezados ou inteiramente ignorados por outros tipos de fonte histórica proporciona o acesso a estratos da vida cotidiana que, doutra maneira, dificilmente seriam apreendidos na distância temporal (Candido, 1992). Nesse gênero apropriado para realçar a significação do que se apresenta revestido de banalidade, entrevê-se a condição ambígua que caracterizou a introdução dos eletrodomésticos: materializar a busca do menor esforço e aguçar o nível de controle e exigência sobre o trabalho doméstico.

No caso do relato colhido de oitiva pelo cronista, é ainda digno de menção o benefício inesperado que recebe a lavadeira, ao ser poupada de passar a roupa e assim tornar-se o efetivo centro de interesse da praticidade então acalentada pelos donos e usuários da máquina de lavar e dos tecidos que não amarrotam. Afinal, se os eletrodomésticos estavam a princípio vocacionados para “economizar o músculo”, importa lembrar que essa preocupação não costumava necessariamente englobar os

⁵⁵ Numa abordagem diferente, certo trabalho sobre a disseminação mais geral da eletricidade na sociedade brasileira entre 1930 e 1970 chegaria a considerações parecidas a respeito do incremento nos requisitos de organização da casa provocado com a introdução dos utensílios modernos: “Nos casos em que as donas de casa seguissem as orientações dos especialistas em economia doméstica da primeira metade do século XX, a consequência principal do avanço tecnológico na esfera doméstica seria, ao contrário do que se poderia supor, o aumento das exigências quanto aos cuidados da casa. Os diversos equipamentos a serem utilizados, se entendidos em parte como tendo sido concebidos para poupar trabalho, eram também eficazes na elevação dos padrões de limpeza e de ordem exigidos – e principalmente em incentivar as donas de casa a atingi-los –, e sua utilização não teve como consequência propriamente uma diminuição das horas efetivamente despendidas na realização do conjunto de tarefas do trabalho doméstico” (CMEB, 2003, p. 312-313).

empregados domésticos, que, quando muito, teriam condições de realizar outras tarefas no mesmo intervalo de tempo. Para estes, a redução do esforço não estava conjugada à abreviação da jornada de trabalho.

O ferro de passar, que supostamente perderia importância com a produção de tecidos sintéticos solidários ao escamoteamento das marcas de lavagem e uso, teve um papel proeminente no ingresso da eletricidade no âmbito residencial. Junto com a lâmpada, o ferro foi, durante décadas, o equipamento elétrico mais difundido nas casas brasileiras, a ponto de, quando era ainda discreto o emprego de medidores de consumo, as faturas domiciliares serem determinadas, pelo agente da companhia distribuidora, com base na quantidade de focos luminosos e na existência ou não de ferro de passar (Barghini e Graça, 1988, p. 191). Estima-se que em 1965 o utilitário era disponível, na média, em 60,8% das moradias fortalezenses, suplantado apenas pelos índices referentes à máquina de costura e ao fogão a gás (Banco do Nordeste do Brasil, 1967, p. 74). A grande vantagem desse objeto sobre os congêneres a carvão – ainda existentes em aproximadamente 54% dos domicílios da capital cearense – residia não exatamente no menor peso (embora essa fosse uma conveniência nada desprezível), mas na possibilidade de passar a roupa valendo-se de uma fonte de calor contínua, o que dispensava a reposição das brasas e a necessidade de avivá-las repetidamente com o próprio sopro. Os vestígios do trabalho também se tornaram menos aparentes, pois com o ferro elétrico já não havia mais fagulhas e cinzas a serem removidas no processo de asseio da indumentária.

Outros artigos industriais bastante anunciados entre os anos 1940 e 1960 eram os liquidificadores e as batedeiras. Imprimindo maior velocidade a incumbências cansativas – como os processos de picar, descascar, espremer, moer e triturar ingredientes e de homogeneizar misturas –, esses objetos atuaram, de um lado, na elevação do rendimento culinário e, de outro, no incentivo a uma crescente diversificação dos pratos e das refeições, especialmente em relação a sobremesas e “vitaminas”. A oportunidade de ter “sempre uma ‘surpresa’ preparada para o lanche”, como afirmava determinado anúncio (*O Cruzeiro*, 26 mar. 1955), poderia receber desde então uma conotação permanente, ao mesmo tempo que se tornava um pouco mais difícil justificar cardápios sem grande variedade. Mais baratos que outros eletrodomésticos, liquidificadores e batedeiras tendiam a inaugurar o uso de pequenas máquinas elétricas nas atividades de casa e, estando incontornavelmente vinculados ao ambiente da cozinha, fica a impressão de que sua propaganda apelava

com maior ênfase para a figura tradicional da mulher, sempre repleta de cuidados quanto à correta alimentação da família e disposta a demonstrar o incremento de suas habilidades culinárias. Nesse sentido, não parece casual que datas festivas, como o Dia das Mães ou o chamado mês das noivas, recebessem um investimento particular dos fabricantes na sugestão do presente ideal: “Ah! Vai ser uma agradável surpresa para mamãe! Eu, o maninho e o papai combinamos presenteá-la com o Liquidificador SUPER ARNO. Assim, o trabalho dela na cozinha fica mais simples e cômodo... e nós vamos saborear cada prato!” (*O Cruzeiro*, 7 maio 1955). Por volta de 1965 o nível de consumo desse aparelho em Fortaleza era relativamente expressivo: 47,8% das residências levantadas na amostra de uma pesquisa dele dispunham para a execução das tarefas ligadas ao preparo das refeições (BNB, 1967, p. 74).

Seguindo uma tendência verificada no design dos demais aparelhos domésticos, os liquidificadores e as batedeiras começaram, especialmente a partir da década de 1960, uma gradativa substituição das superfícies metálicas por congêneres plásticas, o que permitiu a fabricação de produtos dotados de maior leveza e multiplicidade cromática, rompendo assim com a antiga preponderância do branco nos modelos higiênicos e funcionais das cozinhas. A ascensão dessa matéria notabilizada pela maleabilidade e resistência não se restringia, contudo, à epiderme dos aparelhos elétricos. Revistas e jornais do período estampam anúncios de muitos objetos coloridos cuja característica comum era sua constituição plástica: brinquedos, armários, assentos sanitários, canos, baldes, prateleiras, escovas, bancos, porta-toalhas, bacias, cortinas, vasos, capas de artefatos insinuam a disseminação da família de substâncias sintéticas no recesso doméstico. Muitas vezes avaliado de acordo com um quadro de valores ainda arraigados à suposta nobreza das matérias-primas colhidas na natureza, o plástico – que um filósofo afirmou ser perpassado por uma constituição negativa, ao entender que, “na ordem poética das grandes substâncias, é um material desfavorecido, perdido entre a efusão das borrachas e a dureza plana do metal” (Barthes, 2001, p. 112) – foi revestido de uma versatilidade prodigiosa, ao preço de ser tido como incapaz de gerar proximidade e aconchego. Resistências desse gênero podem informar tanto sobre as propriedades físico-químicas dos materiais quanto a respeito da persistência de hábitos de pensamento e escalas hierárquicas pouco afeitos à rapidez das transformações tecnológicas (Dagognet, 1989, p. 13). Seja como for, o plástico ampliou, entre os anos 1940 e 1960, sua assiduidade na composição de bens industriais e favoreceu a conversão e

consolidação de alguns deles em artefatos efetivamente portáteis, a exemplo do aspirador de pó.

Apesar do emblema de modernidade e conforto que geralmente orientava as formas pelas quais se concebia a presença dos aparelhos elétricos na esfera doméstica, não faltou quem expressasse desconfiança e até desprezo por essa adesão à gramática da praticidade e do consumo. Quando deixou, em forma de crônica, um espirituoso abecedário sobre as máquinas, Paulo Mendes Campos tratou de ressaltar sua (assim considerada) eficiência duvidosa e pôr em tela as relações muitas vezes oblíquas entre elas e os humanos. Porém, mais que isso: a simples enumeração daqueles objetos evidenciava que, conforme o escritor, sua profusão parecia ir se tornando uma tendência na vida cotidiana das grandes cidades. Tomado de explícita aversão pela maioria dos artefatos industriais, o cronista não se esquivou do seguinte comentário: “Cada máquina comprada abre uma frente nova em nossas despesas; atrás dos engenhos mecânicos, um exército de especialistas que sabe de cor e salteado todas as possibilidades de executar o princípio da exploração do homem pela máquina” (Campos, 2001, p. 165).

A retomada do *topos* segundo o qual a máquina aviltaria a condição humana se filia a uma longa tradição intelectual que, especialmente no pensamento moderno, fomentou a criação de antinomias entre sujeito e objeto, tornando-os irreconciliáveis (Latour, 1994). Contudo, mais interessante é a sagacidade do cronista em perceber que cada produto adquirido costuma implicar uma série de gastos adicionais e paralelos, a partir daí incorporados ao orçamento pessoal. Assim, a obtenção de um novo objeto traz consigo o ingresso num outro círculo de consumo que aos poucos vai se consolidando na vida de todos os dias. Trata-se do que o filósofo Abraham Moles certa feita chamou, um tanto rebuscadamente, de “panóplia tecnológica do homem contemporâneo”, assinalada pela recorrente necessidade de consertos sucessivos: “segundo o teorema das probabilidades compostas, assim que tiver acabado de consertar o telefone, terá de cuidar do carburador do carro, e quando tiver terminado com o carro, será a vez da geladeira... De modo que, como mostram as pesquisas sobre o *design* dos objetos cotidianos, a tendência é sempre existir alguma coisa em pane!” (Moles, 1996, p. 64-65).

Na lista de palavras que formavam seu abecedário, Paulo Mendes Campos conseguiu perceber uma série de sutilezas cotidianas no uso dos artefatos técnicos que, se poderiam ser solenemente desdenhadas pela “alta literatura”, receberam no

universo da crônica um tratamento capaz de restituir ao trivial um quinhão de dignidade:

Geladeira – Minha sincera antipatia pelas máquinas não vigora diante da geladeira, com o seu ar manso e repousante de uma tia gorda, pronta a fazer-nos um obséquio.

Hi-fi – Sua utilidade é proporcionar ao dono o prazer de humilhar os outros. Quem tem um alta-fidelidade em geral não gosta de música, gosta mesmo é de alta-fidelidade, e passa o tempo demonstrando isso. A única maneira de combater o humilhante orgulho de um proprietário de alta-fidelidade é dizer-lhe que conhecemos um sujeito que foi aos Estados Unidos só para comprar o *hi-fi* mais perfeito do Brasil. Ele dirá, meio murcho: “Melhor do que o meu ainda não vi”. Mas pára de fazer demonstrações.

[...] *Liquidificador* – Quando compramos um liquidificador (em mil pessoas, somente uma é capaz de pronunciar este nome de uma vez) temos a impressão de que as vitaminas irão fazer-nos um bem extraordinário. Como não nos fazem bem algum, e o negócio dá trabalho e suja a cozinha, o aparelho é aposentado. Começamos a descobrir que o verdadeiro prazer é espremer um limão com os nossos dedos, jogar o caldo no copo, pôr um pouco de água gelada, misturar e beber. Olhando com desprezo para o li-qui-di-fi-ca-dor.

[...] *Ostracismo* – O destino fatal de todas as máquinas; sempre chega o dia em que vão para o fundo do armário, para o alto do guarda-roupa, para o porão ou garagem, até que um menino as descobre para reduzi-las a coisa nenhuma.

Pino – Sempre que você chega perto de uma máquina, qualquer que seja, vitrola, rádio, câmara, automóvel, trator, batedor de bolo, torradeira etc., o dono delas infalivelmente se justifica: “Não, ela é muito boa... Não está funcionando porque tem um pino solto aqui atrás... Preciso mandar consertar...”

Qualidade – Quanto melhor a máquina, menos funciona. Se o seu rádio está trabalhando mal, pegando ruídos estranhos, estralando quando passa o elevador, você chama o técnico, ele examina o aparelho e diz: “É isto mesmo. Seu rádio está assim porque é de muito boa qualidade” (Campos, 2001, p. 166-168).

Em meio a considerações que deixam transparecer a ausência de qualquer entusiasmo pessoal com o avanço da tecnologia, o cronista registrou questões cuja pertinência ultrapassava os limites da subjetividade literária. O humor refinado com que alude às disfunções de certos objetos, à ociosidade discreta que precede seu completo abandono e à sustentação de formas de exibicionismo por meio do

consumo permite uma visada ampla sobre o modo como os artefatos, para além de utilitários, podem funcionar como mediadores das relações sociais. Mas, além desses nexos entre os homens, os objetos técnicos guardariam outra potencialidade: apontar determinadas projeções de futuro impulsionadas pela sua própria inserção nas atividades corriqueiras. Um indício desse fenômeno foi relatado por Rachel de Queiroz, numa crônica de 1972 sugestivamente intitulada “Os mitos da época”:

Fala-se muito em libertação feminina através da modernização dos lares com o uso de uma infinidade de aparelhos, elétricos ou manuais, que reduzem imensamente o tempo outrora gasto nas tarefas indispensáveis à manutenção do lar.

Bem, os aparelhos domésticos ajudam, é claro, e alguns divertem e consolam, como a TV. Mas ainda lhes falta muito para serem o milagre que se anuncia por aí, e os fabricantes ainda terão que os aperfeiçoar imenso, até que o alívio por eles proporcionado seja realmente satisfatório.

Todas essas máquinas – de lavar roupa e louça, aspiradores, enceradeiras, liquidificadores, churrasqueiras, cafeteiras etc. – ainda estão a enorme distância da perfeição cibernética ou de qualquer outra perfeição. São como computadores que exigissem do usuário ficar de lado, completando as contas no lápis.

Vejamos em primeiro lugar todos os eletrodomésticos que lidam com os alimentos: a sua performance é rápida e quase sempre eficiente – mas ninguém, nenhum fabricante jamais pensou no problema suscitado pela sua limpeza, infinitamente mais difícil que a das simples tigelas e colheres de pau da cozinha antiga. As máquinas fazem o trabalho, automaticamente, mas não se limpam também automaticamente. Experimente fazer uma maionese num liquidificador – são três minutos. Mas depois há que desmontar o aparelho, limpar com o dedo (e quase sempre cortar-se) as lâminas e todas as demais peças, uma por uma, banhá-las no detergente, escaldar (para tirar o cheiro), enxugar, armar de novo. Às vezes leva mais tempo do que bater a maionese na colher, à moda antiga.

O mesmo se diga da bateadeira de bolo, das espremedeiras de suco, do aparelho de waffles, das churrasqueiras [...] A enceradeira – vêem-se anúncios de TV onde se mostra a mulher encerando a sala enquanto dança um balé. Mas ninguém fala na prévia limpeza do chão, na retirada da cera velha com Varsol (ou palha de aço), na esfregação da cera nova... Aspirador também é ótimo – mas há que armar o bicho e, depois, aquela abominável operação que é esvaziar e limpar o saco do pó. Máquina de lavar louça, essa ainda é uma ilusão. Dá mais trabalho lavar a louça com ela do que sem ela, é o que dirão os que a usam. Já a máquina de lavar roupa é o mais

aperfeiçoado aparelho do arsenal doméstico. Assim mesmo ainda exige o desagradável manuseio da roupa suja para pesagem e imersão das peças, o trabalho de estender no secador. Sem falar na seqüência da tarefa, o passar a ferro, penosíssimo ainda, apesar do ferro elétrico.

Resumindo, a automação do trabalho doméstico ainda é um ideal distante. Muitas das máquinas em uso acabam complicando mais do que ajudando. E isso no tempo em que já se mandam homens à lua!

E depois, há muita gente que diz que mulher vai trabalhar na rua porque não acha mais o que fazer em casa! (Queiroz, 1973, p. 135-137).

Os reparos feitos à eficiência, redução de esforço e economia de tempo com a utilização dos eletrodomésticos dão conta de aborrecimentos e dificuldades raramente mencionados em outros documentos. O conjunto de gestos que antecedem e sucedem o manuseio desses equipamentos fornece pistas sobre momentos nada glamorosos da labuta da casa. Por aí se nota que cada novo objeto tanto permite a realização de determinadas atividades quanto implica cuidados e exigências antes pouco evidentes. No contexto específico de gradual modernização do espaço privado, assinalada pela introdução dos artefatos elétricos (em ritmos e escalas bastante desiguais, conforme a região, a estrutura técnica e a classe social), emergem vestígios que levam a crer num papel inusitado: aqueles que desempenharam não propriamente como poupadores da força muscular, mas como catalisadores da imaginação. Afinal, cada inconveniente flagrado na operação de um objeto poderia mobilizar horizontes de expectativa que acalentavam seu ulterior aperfeiçoamento. De certo modo, os aparelhos aqui mencionados não foram eficazes apenas na majoração dos rigores na administração, ordem e limpeza da unidade habitacional; também participaram de uma movimentação prospectiva que, partindo do descontentamento relevado no tempo presente, projetava no amanhã a reiteração de práticas de conforto sempre em vias de atualização. Para o historiador dedicado a investigar a dimensão material da vida em sociedade, os eletrodomésticos podem assim se tornar uma via de acesso à recomposição parcial desses fluxos temporais que, no passado, tentavam imprimir um rosto discernível ao que estava por vir. Na interação com os seres humanos, esses objetos testemunhavam a reprodução da existência cotidiana, mas também pareciam eloqüentes na sugestão de um futuro do pretérito.

ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

Natal, luz e comércio

Na edição de 17 de novembro de 1965 da revista *O Cruzeiro*, o antropólogo Gilberto Freyre dedicou algumas linhas a discutir um tema aparentemente banal: a difusão da figura do Papai Noel em nossos festejos natalinos:

Não compreendo que, havendo agora no Brasil tanto nacionalismo, tanto brasilismo e até algum tropicalismo – na política, nas artes, nas letras, no gosto culinário, na própria religião –, esteja tão em moda o tal Papai Noel. Pois não se concebe nem figura nem símbolo mais contrário às tradições brasileiras e às condições nacionais de vida do brasileiro que esse Papai de rosto cor-de-rosa e barbas de avô burguês, inventado para alegrar o Natal das crianças dos países frios da Europa. Tanto que o ortodoxo é o bom do velho entrar nas casas da sua clientela burguesa pelas chaminés; e todo envolto em lãs e em pele de quem viaja de trenó pela neve (*O Cruzeiro*, 17 nov. 1965).

Colaborador regular do então mais importante semanário brasileiro, em sua seção “Pessoas, coisas e animais” ele abordava questões diversas cujo ponto de convergência residia no intuito geral de divulgar narrativas, hábitos e tradições relacionados à cultura nacional. No caso específico desse artigo, o “bom velhinho” parecia destoar das circunstâncias apropriadas à realidade brasileira: indumentária, arquitetura, clima e paisagem eram componentes de um enredo cuja inadequação saltava aos olhos do pensador pernambucano, afinal soava implausível qualquer afinidade com os costumes prevalecentes na zona temperada do Velho Continente, e mesmo com os rigores do inverno setentrional; e, não bastasse tamanho descompasso, aqui medrava, por essa mesma época do ano, o verão. Para muitos se tratava, porém, de um caso emblemático de exotismo bem-sucedido. A contraparte nessa rápida ascensão da figura inspirada em são Nicolau era, em larga medida, o relativo declínio de um símbolo milenar em torno do qual se faziam as celebrações da religiosidade popular: o Menino Jesus. Gilberto Freyre chegaria mesmo a conclamar um esforço coletivo e articulado – congregando várias categorias sociais, entre sacerdotes, artistas, homens de negócio, intelectuais – em favor da

revalorização da imagem do Filho de Deus nascido em manjedoura, “quase nu, tropicalmente nu, cristãmente nu, a presidir risonho às nossas festas de 24 de dezembro”. Estava em jogo uma batalha pela supremacia simbólica no período natalino, cindido pela coexistência de duas matrizes lúdicas meio alheias entre si, embora não propriamente incompatíveis. A seu modo, o articulista propunha repatriar o folguedo, batia-se pela urgência de assegurar o “nacional por subtração”, para tomar a preciosa noção de Roberto Schwarz (1987).

As pessoas nascidas em Fortaleza no ocaso do século XIX ou nas primeiras décadas do XX tinham noção clara do referido culto ao Deus Menino. A montagem de presépios, a execução dos pastoris, a encenação de curtos trechos dramáticos adaptados das Escrituras significavam, no cotidiano de então, tanto indícios da aproximação do Natal quanto ocasiões de reunião e entretenimento ansiosamente aguardadas, que atraíam ao centro urbano habitantes dos quatro cantos da cidade. Esses preparativos, estendendo-se até o Dia de Reis, eram portanto mais que pontos de referência no calendário litúrgico, remetiam mesmo a eventos que extrapolavam a conotação devocional e inscreviam, nos términos de ano, uma atmosfera social mais vibrante e dinâmica. Autores de nomeada na crônica histórica mencionaram o congraçamento resultante desses festejos, tidos à conta de manifestações da vida provinciana cuja sobrevida, para lamento de alguns, tornar-se-ia inviável em razão do desenvolvimento urbano e da irrupção de formas mais complexas de interação social.⁵⁶ Raimundo de Menezes, num texto irradiado pela emissora local, indagava a seus ouvintes em 1938:

[Recordam-se vocês, ó meus amigos,] das pastorinhas, cheias de garbo, melindrosas, em toaletes características, com as canções doces e emotivas? E dos congos vistosos, em suas fardas gritantes de mil cores, disciplinados, em danças exóticas, em bailados bizarros, com suas cantorias nostálgicas? E dos fandangos e dos bois, com suas alegorias caricatas, nas músicas dolentes e saudosas, cujas letras, cheias de uma

⁵⁶ Sobre o anacronismo que estaria embutido nas iniciativas oficiais de reabilitar, em plena década de 1970, alguns dos antigos folguedos natalinos, o poeta e pintor Otacílio de Azevedo comentou em seu livro de memórias: “Acabaram os reisados, congadas e fandangos. Fala-se muito de que ainda existem, aqui e além, mas, na verdade, acabaram de uma vez. O que resta é propaganda dos cursos de turismo que procuram, a todo custo e sem resultado, reviver essas festividades legítimas, as quais não mais existem porque não têm mais razão de existir. Tudo que se fizer nesse sentido será simples caricatura daquilo que era feito com intenção verdadeiramente artística e por necessidade orgânica de alimentar o espírito popular” (Azevedo, 1992, p. 64).

melodia suave, inebriavam de maior alegria as festas do Natal de Jesus? (Menezes, 2000, p. 36).

Essas e outras evocações, divulgadas pela imprensa, transmitidas no programa radiofônico “Coisas que o tempo levou...” e a seguir enfeixadas em livro homônimo, juntamente com publicações congêneres levadas a efeito na década de 1930, sugerem uma conjuntura de transformações urbanas cuja ressonância se traduziria em impulso à produção mais intensa de uma memória escrita sobre o cotidiano da cidade, fosse ela tingida de uma inclinação autobiográfica, fosse construída nos moldes da crônica histórica. Trata-se, portanto, de um período que expressou, sob uma peculiar demanda de memória, sua aspiração de salientar, na letra e no afeto, os vínculos com um passado que se afigurava cada vez mais distante do tempo presente (Nogueira, 2006). Não por acaso, outros autores que se distinguiram nessa cruzada memorialística, como João Nogueira e Gustavo Barroso, deixaram outrossim observações e descrições breves sobre as antigas comemorações natalinas. Este último relembra, tornando ao ano de 1898:

Aproxima-se o Natal. Por toda a cidade ensaiam-se as Pastorinhas. [...] As Pastorinhas mais famosas de Fortaleza são as que as irmãs de caridade organizam na Santa Casa com as órfãs que recolhem e educam. [...] Um encanto! Sob o dossel de palhas de coqueiro, todo entretejado de lumes, um presépio que é uma beleza: Reis Magos montados em camelos, pastores e pastoras, bois e carneiros, o Menino Deus deitadinho na manjedoura entre a Virgem Maria e São José. As Pastorinhas, de vestidos brancos, com chapéus floridos, conduzindo cestos cheios de frutos, de ovos e de rosas, entram em duas fileiras, cantando em coro [...] (Barroso, 1989, p. 140).

Mas nenhuma atração viria a catalisar a curiosidade infantil, especialmente no mês de dezembro, como aquela reservada ao engenho de um homem simples que relatos de cronistas diversos cuidaram de subtrair ao inteiro anonimato e esquecimento. Chamava-se Paula Barros: operário modesto que todos os anos, entre o Advento e o dia de Reis, punha em funcionamento e abria à exibição o seu afamado “diorama”, que consistia numa cidade em miniatura. O interesse dos visitantes se prendia justamente ao movimento permanente dos pequenos bonecos espargidos em sua maquete, graças ao aproveitamento das engrenagens de relógios sem uso e a um velho motor que tracionava delicados fios atados a peças daquele

singelo e prodigioso mecanismo. O ir-e-vir incessante dos protagonistas em reduzida escala parecia desempenhar, aos olhos das crianças, uma animação cujo encantamento excedia a proeza da mecânica, de tal maneira que, malgrado os diferentes endereços onde era montado no correr dos anos e a cobrança de ingresso, o diorama foi usualmente freqüentado por um público proeminente segundo os padrões da época. A miscelânea de seres e objetos que compunham aquele microcosmo incluía, entre outros, uma locomotiva, carroças puxadas por jumentos, mulheres lavando roupa, operários trabalhando numa fábrica, uma procissão religiosa acompanhada da banda de músicos, um batalhão de soldados em desfile pelas ruas, um antigo engenho movido por junta de bois, além, é claro, do núcleo articulador em meio à montagem heteróclita – o presépio onde se contemplava a cena do nascimento de Jesus. Na abertura de uma crônica escrita na década de 1930, vem à baila o efeito duradouro que esse divertimento teria exercido na sensibilidade da geração que se tornara adulta: “Qual a criança de há vinte ou trinta anos passados que não se lembrará, com que emotiva saudade, do maravilhoso diorama do Paula Barros, durante a época encantadora do Natal? Aquele presépio mecânico que constituía o supremo enlevo da meninada endiabrada da Fortaleza de então...” (Menezes, 2000, p. 138).

Interessante observar que, embora se salientasse por um amálgama de elementos que buscavam reproduzir aspectos da vida cotidiana e imagens ligadas à grande efeméride cristã, o artefato lúdico não incluía, segundo a descrição dos memorialistas, qualquer réplica do personagem de sorriso largo e face rosada. É possível que essa ausência constitua um lapso dos relatos, mas talvez não houvesse mesmo lugar para o Papai Noel na lapinha do Paula Barros. Nesse caso, a lacuna serviria como uma indicação de que, em décadas passadas, a gramática das comemorações natalinas estava permeada de significados e valores diferentes, relativamente distanciados de ícones hoje hegemônicos.

Em relação àquela figura célebre que Gilberto Freyre tratou de combater na sua coluna semanal, a crônica histórica local se mostra quase completamente omissa. Por certo o velho bonachão que singrava a noite de Natal em sua missão pródiga não era personagem inteiramente desconhecido dos habitantes da cidade no princípio do século XX. Gustavo Barroso, escritor que nasceu em Fortaleza e aí morou até 1910, fez alusão àquele notívago em suas memórias de infância e juventude (Barroso, 1989, p. 254-255). E Raimundo de Menezes não deixou de se referir à meninice no

mesmo período, com “as alvoroçadas e barulhentas festas do Papai Noel, quando os brinquedos apareciam, como por encanto, debaixo das nossas redes” (Menezes, 2000, p. 138). Mas essas indicações não são acompanhadas de uma pletera de outros registros, em crônicas ou jornais, que assegurassem naquele tempo a larga difusão e o prestígio que o Papai Noel conquistaria anos depois, convertido em presença assídua e praticamente obrigatória nos ritos e atividades mobilizados ao fim de cada calendário. Com efeito, a associação tornada banal, notadamente na esfera pública, entre o tempo natalino e o ancião de procedência nórdica não pareceria tão óbvia a quem evocasse efemérides da alvorada do Novecentos, quando eram outros os sinais que mais explicitamente anunciavam a tradicional festividade.

“Fortaleza das festas de fim de ano, a chegada, os pastoris, os congos, as grandes lapinhas” (Lima, 1958, p. 53). Essa era a recordação saudosa do literato Herman Lima, no remate dos traços de sua terra natal nas décadas de 1910 e 1920. Sua evocação não comparecia de modo isolado, mas ressoava a sensibilidade de outros escritores. Gustavo Barroso, notabilizado por estudos em campos diversos (história, folclore, museologia etc.) e tido por alguns especialistas como autor de uma obra-prima no gênero de memória,⁵⁷ foi contundente na contestação feita às mudanças verificadas no rito de Natal. Em 1939, no primeiro volume de sua trilogia, ele demonstrava desagrado pelo abandono gradativo de manifestações que julgava genuinamente incrustadas na cultura popular, resultando na ascensão de novos e discutíveis protagonistas:

Na minha infância o Brasil não se internacionalizara, cosmopolitizara, materializara e descristianizara como agora. Ninguém fala de árvores de Natal, pinheirinhos do paganismo nórdico, nem aparece a tolíssima idéia do Vovô Índio para substituir o Papai Noel envolto em pelicas de afrontar o gelo. A nossa tradição conserva-se pura. Em lugar da estúpida árvore de Natal coberta de frocos de algodão fingindo neve nestes trópicos, a lapinha, divertindo a meninada com seus bichinhos, que em muitas casas se repartem após a festa, e ensinando-lhes suavemente a primeira página do

⁵⁷ Passando em revista trabalhos que engrandeceram a crônica histórica de Fortaleza, Raimundo Girão comenta, a propósito de Gustavo Barroso: “Como quem melhor o tenha feito como escritor, soube gravar em letras o pensamento com a maior suavidade e graça de estilo. Um deleite, a leitura do que nos legou escrito. No tocante às coisas de sua cidade natal, a sua sensibilidade artística oferta-nos três mimos de literatura memorialista [os volumes *Coração de menino*, *Liceu do Ceará* e *Consulado da China*] [...] e em cada qual, através dos fatos e coisas que rememora, encontramos abundante registro da vida de ser da cidade do seu tempo [...] Os livros de Gustavo são, dessa forma, uma recomposição meiga do panorama urbano e humano da Capital gentil” (Girão, 2000a, p. 37-38).

Evangelho, a Natividade. Ao invés dum Papai vindo do Setentrião europeu ou dum Vovô egresso das florestas virgens, que não podem falar às almas infantis, os meninos do meu tempo esperam alegremente a visita de outro menino como eles, Menino e Deus ao mesmo tempo, o Menino Jesus. Não deixam os sapatos à lareira, para receberem os presentes, porque não há lareiras no cálido clima em que vivem. Põem-nos, porém, ao peitoril das janelas, porque o Menino Jesus passa voando à noite e neles deixa cair brinquedos, se os meninos tiverem sido bem comportados. Vivemos hoje numa época de tanta confusão e de tão filaiosa ignorância que se propugna um Vovô Índio sem pé nem cabeça para substituir um Papai Noel sem cabeça nem pés, esquecendo a verdadeira tradição do país através da sua religião e dos seus usos: - O Menino Jesus! (Barroso, 1989, p. 146-147).

Em que pese certo teor de idealização deste e de outros trabalhos de memória, usualmente empenhados em legar aos pósteros uma determinada imagem do passado, verifica-se uma tendência geral a destacar, no que tange aos fins de ano, aquelas expressões culturais cuja força e legitimidade, antes pouco contestadas, parecem ter arrefecido no cotidiano da cidade em crescimento. Repare-se, contudo, que esse conjunto de narrativas está menos engajado na descrição objetiva do Natal de outrora, tal como teria sido, do que imbuído na apreciação sugestiva do presente como um cenário de perdas; é por efeito de contraste que se costuma então representar o passado. Talvez este seja, ora um pouco mais encrespado, ora mais atenuado, o mesmo princípio de subjetivação temporal que informa outros escritos dedicados à temática natalina, como um texto de Rachel de Queiroz aparecido na revista *O Cruzeiro*, onde ela assinava a “Última página”:

Anda o monge beneditino d. Cirilo numa bonita campanha a pedir aos amigos que escrevam clamando pela recuperação cristã do Natal. O Natal que se paganizou, se vulgarizou, que cada dia perde mais sua santidade e seu mistério; que se transformou numa grande feira a prestações, na maior promoção comercial do ano. Com seu Papai Noel de gibão suado e barbas encardidas, tomando o lugar do doce Menino no seu presépio. O Natal que já não é das pastorinhas e das cantigas de saudação ao nascimento, dos bichos inocentes, das crianças, do círculo fechado da família. Mas o Natal no balcão e na rua, ao berro dos locutores dos anúncios de página inteira, dos bailes, dos bródios, do primeiro grito de carnaval (*O Cruzeiro*, 9 jan. 1965).

Não eram novos os reclamos do corpo eclesiástico quanto à chamada descristianização de certos ritos, festas e datas tradicionalmente associados ao âmbito litúrgico. Em sua cruzada pela modelação dos costumes, amiúde solidária com orientações conservadoras e apelos ao exame de consciência, não poucos sacerdotes pretenderam entrever na sociedade moderna as marcas de uma espiritualidade cada vez mais ameaçada por enunciados e valores materialistas. Ocorre, todavia, que, entre as vozes eminentes que se insurgem contra a escalada de símbolos e práticas de extração recente, alteiam-se algumas destituídas de cumplicidade ideológica em relação às pregações da Igreja. E a própria diferença de foco embutida nas críticas merece atenção: Gilberto Freyre protesta contra a ascensão do Papai Noel, empunhando a bandeira de um certo luso-tropicalismo, ao passo que Rachel de Queiroz não verbera com particular ênfase aquela figura exógena, mas a transformação geral do momento natalino, e o faz sem qualquer acento nacionalista; ao invés, denuncia a degeneração da festa, então rebaixada a simples oportunidade mercantil. No que tange ao enfrentamento do que para muitos se afigurava como o desvanecimento de sentido do Natal, os articulistas também divergiam: Freyre propalava uma ampla mobilização nacional em favor do retorno a antigos modos da celebração; Queiroz declinava da postura militante e demonstrava ceticismo quanto à possibilidade efetiva de “regeneração” da festa.

Aliás, as mudanças percebidas no preparo e realização do Natal, a exemplo do que ocorreria com outras tantas comemorações, costumavam servir a diversos analistas como uma lente de aumento capaz de sinalizar transformações de maior complexidade e envergadura. Daí o tom de efusão ou de lamento que tantas vezes se revelava nesses comentários breves, como ainda certa perspicácia dos autores. Assim, Rachel de Queiroz pretendeu ver, com alguma razão, vínculos entre a metamorfose natalina (tema fartamente discutido, a cada fim de ano, em jornais e revistas) e a dinâmica de uma sociedade às voltas com a modernização. O panorama sugerido era sombrio: “Deixamos de morar nas nossas aldeias antigas e passamos a morar nestas monstruosas colméias de cimento e ferro que são as cidades de hoje. Deixamos de agir como pessoas, como indivíduos, como cristãos, passamos a agir coletivamente, sumidos, absorvidos em grandes massas sugestionáveis [...]”. Não obstante, mais profícuo que o endosso ou a recusa desse ponto de vista é ter em conta que as alterações no festejo indicavam uma mudança de escala no cotidiano de muitos brasileiros, notadamente os que residiam em grandes centros urbanos. De

certo modo, um modelo de conagraçamento natalino apoiado em pequenos círculos de convívio com forte interação pessoal, como a família, a vizinhança, a igreja do bairro, ia perdendo sua notoriedade incontestada à medida que ganhavam evidência novos índices culturais e econômicos menos afeitos ao domínio da privacidade: o intenso movimento do comércio, o grande volume de mercadorias anunciadas, a ornamentação luminosa de logradouros e fachadas, a divulgação exaustiva da figura do Papai Noel parecem ter começado a se tornar, em torno do meado do século XX, imagens tão (ou mais) características da chegada de dezembro quanto as lapinhas, cantigas e autos populares. Na década de 1930 estes ainda possuíam visibilidade e prestígio em algumas áreas de Fortaleza, e as famílias aguardavam prazerosamente a passagem dos cortejos.⁵⁸ Por essa época havia, contudo, quem dirigisse pela imprensa suas críticas à perda de singeleza da Natividade. Em dezembro de 1941 a seção do leitor de um jornal publicou o desagrado com o suposto excesso de exposição da festa, em detrimento das ocasiões vividas no recesso da casa e em meio aos parentes:

Estamos desvirtuando o Natal em Fortaleza pela maneira como o comemoramos.

O Natal é uma festa eminentemente doméstica, e, no entanto, o celebramos muito mais nas ruas e nos clubes do que em casa.

Esperamos pela missa do galo em qualquer parte, contanto que não seja o nosso próprio lar.

[...] Devemos acostumar-nos a fazer do Natal uma festa cristã, e não uma festa profana. Para os bailes, as retretas, as bebedeiras é que existe o carnaval (*Correio do Ceará*, 24 dez. 1941).

Esse mesmo leitor e outros habitantes que tanto prezavam a continência dos prazeres e a intimidade das famílias, associadas ao tempo natalino, provavelmente ficariam desconcertados ao constatar, poucos anos depois, que a assim julgada extroversão pública da efeméride parecia ter atingido sua culminância publicitária, quando, entre outros lances do cotidiano, o auditório da Rádio Iracema serviu de palco ao concurso promovido por uma fábrica de sabão, no qual a vencedora

⁵⁸ “A rua [do Imperador] tomava uma animação incomum a partir da presença de uns tantos meninos igualmente curiosos como eu, à passagem do bumba-meu-boi e fandangos. Estes, exagerando importância, vinham desfilar rente à calçada por então não rebaixada e desalinhada, exibindo os casacos azuis e vermelhos, e chapéus espelhados, aos quais se penduravam pequenos e sonoros sinos” (Campos, 1991, p. 118).

“recebia das mãos de Papai Noel um rádio inteiramente grátis” (*Unitário*, 8 jan. 1950). A conversão do velhinho em garoto-propaganda desse e outros produtos, a seguir reeditada inúmeras vezes, sugeria quão propício o Natal se tornara às estratégias de venda e ao incremento do lucro das empresas.

A par e passo com a ascensão do personagem legendário cresciam, evidentemente, as expectativas de milhares de crianças e a correspondente aflição pecuniária de pais e mães. E, como muitas crônicas da época não deixaram de observar, o peregrino de dezembro sempre falhava em atender ao pedido de tantos meninos e meninas. Essa suposta displicência do Papai Noel, amiúde indiferente à sorte dos mais humildes, poderia despertar sentimentos contraditórios. Em circunstância de privação material, talvez o espírito de fraterna solidariedade tenha prevalecido, ainda que sua incidência parecesse rara.

Ao registrar as duras condições de uma família pobre, residente num arrabalde de Fortaleza, certo conto publicado nos anos 1940 narrava a atitude generosa de uma criança que não só abria mão do seu presentinho natalino, mas ainda entregava uns parques trocados em favor de um brinquedo para o irmão caçula (Campos, 1946, p. 45-50). O gesto de precoce desprendimento é fruto da criação ficcional, mas certos dilemas e sacrifícios relacionados ao intuito de presentear os filhos ou de assegurar a ceia de Natal compunham traços que, a cada fim de ano, se repetiam no cotidiano das famílias modestas. O período propiciava também a emergência de iniciativas assistencialistas: entidades filantrópicas, assim como figuras detentoras de poder político e visibilidade pública, entre as quais a primeira dama do estado, punham-se à frente das campanhas de distribuição de brinquedos entre os contingentes desafortunados (*Tribuna do Ceará*, 24 dez. 1963). Prática esta que, servindo de lenitivo temporário à carência de alguns, não deixava de expor ritualmente a drástica exclusão social que corria em paralelo ao crescimento da cidade.

Com efeito, se, para certos estratos da população, a Natividade convidava ao cultivo das virtudes pessoais, para outros ela instilava a deflagração de rebeldias, inclusive as mais singelas. Uma delas reuniu garotos pobres, residentes no bairro de Jacarecanga por volta da década de 1930. A idéia consistia em formar um contingente infantil que, partindo em busca do Papai Noel, o interpelasse por qual motivo apenas os meninos ricos eram merecedores dos seus presentes. Porém, não tardou para que surgisse a principal dificuldade: onde encontrar aquela figura

natalina? Alguém terminou propondo que todos, na véspera da festa, se postassem próximo à casa de um pequeno felizardo que a cada ano recebia os favores do velhinho. Ali o “batalhão revolucionário”, no dizer do cronista, aguardaria pacientemente e, “na hora que o velho chegasse, haveria a entrevista, a princípio amigável, depois, em caso negativo, tomaríamos, à força, como bárbaros, o saco gigante do Papai Noel”. Infelizmente a longa vigília não revelou o vulto cobiçado e, à míngua de qualquer prenda natalina, um dos garotos concluiria, entre decepção e revolta: “Já sei, aquele velho cretino só dá presente a menino rico...” (*Tribuna do Ceará*, 13 dez. 1963).

Insuflando o desejo de consumo ou semeando frustrações, o Papai Noel foi sendo gradativamente incorporado ao modo como os habitantes da capital cearense celebravam o Natal. Registros encontrados nos jornais e nas obras de cronistas levam a supor que essa projeção se intensificou especialmente após a Segunda Grande Guerra. Mas, além do velho bonachão, outros elementos contribuíram para realçar, na paisagem urbana, a chegada da temporada natalina e assim reforçar a emulação das compras. Entre eles, nenhum teve maior impacto na percepção que a iluminação especial das praças e estabelecimentos comerciais. Essa prática, inspirada nos modelos ornamentais característicos de algumas metrópoles européias e norte-americanas, parecia exprimir certos pendores cosmopolitas acalentados por frações da elite urbana local. Ao mesmo tempo, a implantação de arranjos luminosos tendia a se converter num aspecto inequivocamente identificado aos fins de ano, em consonância com outros indícios festivos. Um editorial cuidou de salientar a marcha do calendário por meio de recursos que hoje são bastante familiares: “Com a entrada do mês de dezembro, que hoje se verifica, começa a impor-se o espírito do Natal. Este já se difunde através das melodias próprias da estação, dos anúncios comerciais, que falam em presentes, e da garridice das lojas” (*Correio do Ceará*, 1 dez. 1961).

As Lojas DULAR estão oferecendo, durante este mês, os seguintes artigos, com apenas Cr\$ 100,00 de entrada:

Aparelhos de Jantar, Chá e Café — porcelana legítima — 72 e 102 peças
 Baterias de cozinha PANEX — Enceradeiras e Liquidificadores ARNO
 Quartos para Casal e Sala de Jantar
 Cadeiras de Balanço GERDAU
 Faqueiros de Aço INOX. — Rádios e Radiolas.

Durante este mês ficarão abertas durante o almoço e nas segundas, quartas e sextas até às 9 horas da noite.

LOJAS DULAR — Rua Floriano Peixoto, 721 — Edif. da ACI
 Rua Edgar Borges, IX — Vizinbo à Loteria Estadual.

Figura 19. Imagem do Papai Noel na fachada iluminada de um estabelecimento comercial de Fortaleza. Anúncio das Lojas Dular (*O Povo*, 11 dez. 1960).

Diversos comerciantes já haviam atinado com a relevância da decoração para o maior êxito de seus negócios. Ela, assim como a propaganda, se mostrava cada vez mais decisiva à medida que a atividade comercial se expandia e, com a diversificação dos ramos econômicos, multiplicava-se a concorrência entre os estabelecimentos. Luz, cor e adereços alusivos à data celebrada pareciam receber acolhida mais meticulosa no interior de várias lojas, particularmente nas duas festas que nitidamente aqueciam o ímpeto dos consumidores: o Natal e o Dia das Mães. Esta, comemorada na cidade pela primeira vez em 1932, não tardou a se solidarizar com os interesses comerciais (Mota, 1957, p. 123). Concursos de mãe do ano, realizados pelo rádio e a imprensa, patrocinados por firmas locais, eram freqüentes nos anos 1950 e 1960. A grande popularidade desses certames assegurava a divulgação das

empresas e marcas que ofertavam os prêmios: fogões, máquinas de costura, aparelhos de jantar e outros brindes que reiteravam o sentido de domesticidade usualmente exaltado na figura materna. A essa se somariam cortesias mais discretas: por exemplo, para dar aos filhos maior comodidade na tradução de seus afetos em forma de presentes, adotou-se a medida de dilatar o horário de funcionamento das lojas nos dias que antecediam a efeméride (*Correio do Ceará*, 13 maio 1961).

10 de MAIO
dia das mães

ÊLE SE LEMBRARA' DE MIM NO MEU DIA?

Para que todos possam homenagear sua: **MÃE QUERIDA**, J. MONTENEGRO S.A., colaborando para o maior êxito desta grande festa, concederá, até o **DIA DAS MÃES**, para suas compras à vista ou a prazo, um **DESCONTO EXTRA DE 10%**

Preço da Praça 52.000,00
até 9 de Maio 46.800,00

Preço da Praça 10.500,00
até 9 de Maio 9.450,00

ELETROLAS

Preço da Praça 56.000,00
até 9 de Maio 50.400,00

8,5 pés

Preço da Praça 8.110,00
até 9 de Maio 7.299,00

ASPIRADORES DE PÓ

Preço da Praça 10.500,00
até 9 de Maio 9.450,00

MÁQUINAS DE COSTURA

Preço da Praça 23.850,00
até 9 de Maio 21.535,00

ENCERADEIRAS

LIQUIDIFICADORES

Preço da Praça 3.750,00
até 9 de Maio 3.375,00

NOVA LAVALOUÇA PRIMA

J. MONTENEGRO S.A.
LOJA MATRIZ Rua Major Facundo, 210 Fones: 1-9865 e 1-4303
LOJA FILIAL R. Barão do R. Branco, 1377 Fone: 1-4264

Figura 20. Assim como o Natal, o Dia das Mães se tornou uma data-chave para as estratégias publicitárias do comércio de Fortaleza, fortalecendo a identificação entre a figura feminina e o espaço doméstico. Anúncio da Loja J. Montenegro (*O Jornal*, 6 maio 1959).

A exemplo do Dia das Mães, o Natal provocava uma efervescência no comércio de Fortaleza. O frenesi de pessoas, mercadorias e veículos se evidenciava mais intensamente na praça do Ferreira e imediações, onde estava concentrada uma variedade de serviços e estabelecimentos, como lojas, cafés, bancos, restaurantes, confeitarias, farmácias, bares, livrarias, escritórios e cinemas. Na qualidade de principal ponto de convergência da população, aquele logradouro era dotado de uma presença visual e simbólica que naturalmente direcionava as iniciativas de ordem pública e privada, referentes à ornamentação festiva. Seus efeitos econômicos já eram relativamente conhecidos, o que induzia a julgar a conveniência de se realizar a decoração “com o apoio das lojas, na zona comercial, interessadas no aumento do volume de suas vendas” (*Correio do Ceará*, 1 dez. 1961).

A junção do lúdico com o negócio, o uso de luzes e cores em função das expectativas de lucro permitiu transformar a energia elétrica não apenas num dispositivo crucial para a manutenção das atividades cotidianas (nas comunicações, na produção fabril, no trabalho doméstico), mas também num valioso auxiliar à gestão das disposições emocionais de uma coletividade, em proveito da majoração do consumo de bens. Numa época em que se notara que “as celebrações do Natal medem-se aqui, como em qualquer outra parte do mundo, tanto pelo fervor do povo, como pelo índice de vendas de utilidades para presentes” (*Correio do Ceará*, 23 dez. 1961), não surpreende a astúcia com que certos empresários se prontificavam em dotar a eletricidade de uma atribuição específica: aquela de, propiciando um ambiente feericamente iluminado (com suas conotações de alegria, beleza, vivacidade e fantasia), encorajar o impulso aquisitivo das pessoas.

Porém, ao contrário do que uma interpretação aligeirada desses registros de jornal levaria a crer, o uso da luz elétrica na produção de uma estética mercantil não era completamente novo, nem praticado pelas casas de comércio de Fortaleza como um todo. Por exemplo, na praça Capistrano de Abreu, a pouca distância da praça do Ferreira, era marcante a presença de armazéns, lojas de miudezas, casas de refrescos cujo aspecto, conquanto não necessariamente implicasse qualquer atitude de prevenção, dificilmente causaria a impressão visual buscada pelo segmento mais sofisticado do comércio local. Em torno daquele espaço havia, desde o fim do século XIX e mesmo antes, intenso fluxo de produtos, vendedores e compradores, em razão de ali situar-se o mercado público da cidade. Especialmente pelas manhãs, centenas de pessoas procuravam as suas dependências para a aquisição dos gêneros

necessários à alimentação de todos os dias. A modéstia e o grande volume daquele tipo de comércio se ajustavam, portanto, à simplicidade das instalações: em vez de fachadas requintadas e decoração dos compartimentos internos, mereciam cuidado outras características, como sortimento de mercadorias, atendimento eficiente e ambiente arejado para conservar os artigos perecíveis. Um visitante comentou a diversidade de frutas e hortaliças, queijos, doces, bebidas e pratos à base de milho em oferta no fim da década de 1940 (Melo, 1977, p. 231-232). Tanto quanto o tamanho e a cor, essa descrição menciona cheiros, sabores, temperaturas, densidades, texturas: à diferença do comércio classificado como elegante, onde, graças ao chamariz das vitrines, a mediação entre o cliente e a mercadoria era preponderantemente visual, a venda de alimentos propiciava uma forma de contato na qual o tato, o olfato e o paladar também poderiam exercer um papel ativo (além, é claro, da audição, cuja atenção era constantemente disputada pelos pregões dos vendedores). Sutilezas dessa ordem assinalam algumas das transformações cotidianas que, nas últimas décadas, incidiram sobre a experiência de fazer compras entre os habitantes de Fortaleza.

Já fora do centro urbano, as mercearias e suas congêneres mais simples – as bodegas – constituíam efetivamente os pontos de abastecimento dos moradores. Também careciam daquele princípio de organização espacial que, entre as grandes firmas, indicava apuro estético e conhecimento especializado das técnicas de venda. Na contingência de reunir uma variedade de produtos em recintos geralmente pequenos, aqueles lugares, à semelhança do mercado público, davam a impressão de ser alheios aos imperativos de boa apresentação visual que consagravam o comércio de maior envergadura.⁵⁹ Seus atrativos pertenciam a outra seara, conjugando vantagens sobejamente conhecidas pela maioria dos fregueses: a relativa proximidade das residências, a possibilidade da compra a crédito (o “fiado”), uma relação mais pessoal e direta com o dono do estabelecimento, sem esquecer um traço de valia excepcional para a sua boa fama – a disponibilidade de um estoque variado (Alencar, 1980; Campos, 1996a; Colares, 1980).

Em contraste com a humildade das mercearias, diversos pontos do centro da cidade indicavam uma disposição crescente ao emprego da ornamentação sazonal

⁵⁹ Edigar de Alencar recorda o aspecto de algumas bodegas de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX: “Tinham características que as restantes de hoje ainda devem possuir. O balcão de tábuas superpostas era pintado de duas cores, geralmente vivas: verde e amarelo,, em listas verticais como que separando as tábuas em que era assentado. As prateleiras eram rústicas, também pintadas em cor viva. Algumas tinham parte envidraçada para os artigos de miudeza, outras possuíam armários para esses artigos, que eram chamados ‘fiteiros’” (Alencar, 1980, p. 78).

com a finalidade de atrair a clientela. Joalherias, lojas de roupas, de artigos finos, de utilidades domésticas ensejavam a montagem de um aparato votado a captar a atenção do olhar distraído. Essa disputa por visibilidade não apenas autorizava, mas requeria uma variedade de padrões estéticos. Em 1965, integrando o programa oficial das comemorações de fim de ano, foi organizado um certame para a escolha da melhor vitrine e da melhor decoração natalina entre os estabelecimentos varejistas – era a consagração festiva do princípio da concorrência na paisagem urbana de Fortaleza. Interessante observar que, ao contrário da iluminação pública, cuja noção de beleza, harmonia e eficiência tendia a ser aferida por sua uniformidade, a iluminação comercial se notabilizava justamente devido à heterogeneidade do brilho, das cores e dos arranjos das lojas (Schivelbusch, 1995, p. 143). De qualquer modo, o poder público também foi instado a participar ostensivamente no adorno noturno. Embora desde os anos 1950 a prefeitura preparasse uma cenografia especial na praça do Ferreira e na rua Guilherme Rocha, sucederam na imprensa pedidos no sentido de estender a mesma providência a outros logradouros. Não demoraria muito para que a administração municipal concluísse pela conveniência de atender tais apelos, incrementando com lâmpadas de vapor de mercúrio e pequenos focos coloridos o aspecto de várias ruas situadas na área central, por ocasião dos festejos de dezembro (*Correio do Ceará*, 20 nov. 1965).

Essa prática de elevar os níveis de claridade noturna não se restringiu ao comércio e à gestão da cidade. Algumas residências passaram a ostentar enfeites cuja performance dependia do fornecimento de eletricidade: “Na Aldeota, já estão aparecendo os primeiros jardins ornamentados com os rosários de pequeninas lâmpadas multicores, enquanto as insígnias natalinas eram pregadas às portas dos lares” (*Correio do Ceará*, 1 dez. 1961). De início esses objetos eram mais freqüentes entre as classes de melhor condição pecuniária, em razão de acarretarem aumento na conta de energia – despesa aceitável ao bolso de uma parcela de moradores, porém um luxo para a maioria. Além das fachadas e jardins, as árvores serviram de suporte aos ornatos elétricos. Segundo reparou um cronista,

[determinada] mangueira, agora, pelas vizinhanças do Natal, surgiu enfeitada de luzes coloridas.

Enovelou-a o proprietário com metros e metros de fio elétrico e lâmpadas azuis, vermelhas, amarelas. Pingos de arco-íris na ramagem. Os anjos andaram talvez por ali com seus aguadores, fertilizando a escuridão.

A Aldeota poreja de incandescências assim. Suas árvores frutificam estrelas. É a safra do Menino Jesus (Jacques, 1964, p. 123).

Em bairros predominantemente residenciais, sem o esplendor das lojas do centro urbano, parece que a instalação das lâmpadas coloridas imprimia um toque de suavidade e alegria às noites de dezembro. Mas, finda a efeméride e recolhidos os enfeites, o retorno ao padrão cotidiano da iluminação talvez fosse percebido, aos olhos de parte da população, como uma perda, como se cada início de ano trouxesse consigo o advento de noites mais escuras. As árvores frondosas, em especial, podem ter despertado um novo receio: após a invenção do seu brilho festivo, já não seria impensável a tendência a identificar em certas espécies vegetais um excesso de resistência à claridade. Mangueiras, jambeiros, mongubeiras, fícus-benjamins, apreciados durante o dia em virtude do anteparo refrescante que garantiam às investidas do sol, à noite possivelmente começaram a atrair suspeitas de quem demonstrasse pouca tolerância à penumbra.

Ao que parece, tornara-se comum a ligação entre o Natal, considerado um momento singular e espiritualmente elevado no calendário, e a montagem de uma iluminação festiva em maior escala. Como se a alegria e brilho daquele evento já não pudesse prescindir do fascínio irradiado pelos filamentos elétricos. E, em meio à pretensão de traduzir determinada disposição de ânimo por meio de lâmpadas profusamente espargidas em logradouros de grande frequência pública, poucas contingências trariam maior desalento potencial, ao comércio e às autoridades, que o risco de a cidade atravessar às escuras a noite mais celebrada da tradição cristã. Esse lapso possivelmente desencadearia mais que uma pontual tristeza no olhar dos fiéis piedosos; era o lembrete a todo e qualquer cidadão, para desagrado geral, de que mesmo as datas especiais não estavam ao resguardo das dificuldades que, na cadência dos dias comuns, denotavam a fragilidade no abastecimento de força e luz elétrica.⁶⁰ O término de 1959 testemunhou racionamento mais drástico, ficando a cidade “envolta num manto de trevas”; a escuridão era dissipada, a custo, com os

⁶⁰ Em alguns períodos a irregularidade nos serviços era praticamente incontornável, a ponto de os embarques no porto se virem também “grandemente prejudicados com a falta de energia, dada a desordem que vai com o fornecimento da Light” (*O Nordeste*, 17 nov. 1954).

artefatos disponíveis a cada morador: “festejou-se a entrada do ano novo (quem festejou) à luz de velas e lamparinas” (*Diário do Povo*, 5 jan. 1960). Em outros anos, como 1954 e 1962, o crônico risco de escassez energética atingiu proporções dramáticas, precisamente pela iminência das comemorações de fim de ano:

Fortaleza está ameaçada de ficar durante o período natalino quase completamente às escuras. Isto porque a CONEFOR não dispõe de combustível, está aguardando a chegada à nossa capital de um petroleiro conduzindo grande quantidade do produto. Porém, no fim deste mês, o racionamento está sendo dos mais severos, indo até em alguns distritos além de 6 horas diárias. Os dirigentes da CONEFOR estão temendo um colapso total por ocasião da festa de ANO NOVO (*O Nordeste*, 19 dez. 1962).

A propósito, desde a inauguração da termelétrica do Mucuripe em 1955 (e mesmo um pouco antes, com a instalação de grupos geradores no bairro do Meireles), ocorreu uma importante mudança no processo de geração de energia: a lenha, combustível então utilizado para movimentar as turbinas, cedeu lugar ao óleo diesel. Mas essa modernização, ao tornar mais eficiente a produção de eletricidade, acentuou a dependência da capital em relação àquele hidrocarboneto, que era importado. A continuidade da corrente elétrica estava doravante em estreita sintonia com o ir-e-vir dos navios petroleiros que atracavam no porto da cidade. Já o farol marítimo, instalado nas imediações e saudado em diversos poemas dedicados àquele trecho longínquo do município, passou a deter importância ainda maior no contexto urbano: pois sua emissão luminosa, imprescindível à orientação segura das embarcações que demandavam a capital cearense, tornou-se daí por diante uma garantia vital à aquisição do óleo destinado à usina de eletricidade. Nunca antes o referido equipamento de sinalização ocupara uma função tão proeminente na vida de homens e mulheres comuns, afinal de sua luz dependiam não apenas os fluxos navais e os grandes negócios de importação e exportação, mas a própria iluminação das ruas e moradias da cidade.

A passagem do uso da lenha ao óleo diesel trouxe algumas modificações cuja incidência não estava circunscrita à produção de energia. Com a opção feita pelo emprego do combustível fóssil, delineava-se um rearranjo na função de determinados equipamentos técnicos e espaços da cidade: quando se obtinha eletricidade mediante a queima da madeira, a ferrovia exercia um papel estratégico na manutenção da usina

de força e luz, pois era pelos trilhos que Fortaleza recebia diariamente os carregamentos daquela matéria-prima; preterida a lenha em favor do diesel, o porto se tornava o acesso privilegiado ao produto capaz de mover as turbinas da nova central geradora. Além disso, a alteração em apreço promovia um deslocamento, tanto técnico quanto geográfico, nas relações entre o sistema elétrico e o quadro urbano: o navio substituía o trem como meio de transporte estreitamente solidário à produção de eletricidade; ao mesmo tempo, essa atividade, até então concentrada nas adjacências do centro da cidade (onde se situavam a estação ferroviária e a velha usina da Ceará Light), migrou em boa medida para o Mucuripe, no extremo leste, onde o porto e a usina do Serviluz ocupavam instalações vizinhas.

Outro fator de instabilidade à geração local de energia não chegava por terra, como o atraso dos trens no transporte da lenha, nem por mar, a exemplo da demora dos navios que conduziam o diesel; procedia do céu e seu capricho costumava reiterar uma imemorial indiferença pelas conveniências humanas. As chuvas fortes, mais que qualquer outro fenômeno natural, causavam embaraços ao serviço municipal de eletricidade. Aos que se queixavam dos problemas urbanos acentuados com o advento dos aguaceiros, um cronista assumiria defesa incondicional: “eu desejo a chuva. Pode o telefone não mais dar ruído, entrar em pane a usina elétrica, escurecer de todo a cidade, prefiro esse xixixi molhando o chão devagar, sem pressa, penetrantemente” (Jacques, 1964, p. 42). Em suas memórias, Narcélio Limaverde aludiu à interrupção da força e luz na capital cearense em dias de precipitações mais vultosas, por volta dos anos 1930 e 1940:

- Acho que vai chover. Diziam.
- Por quê? Perguntavam.
- Sim, porque o buraco da véia está preto.

Esse era o diálogo em casa quando o tempo aparecia com cara de chuva, com o lado do nascente escuro (o buraco da véia preto) e o sol sem querer aparecer. Isso queria dizer que seria difícil chegar ao Colégio Cearense, distante da rua do Imperador. Muitas poças d'água teriam de ser transpostas. Nesse dia começavam a sair do arquivo as galochas, o guarda-chuva e as capas. [...] Era dia também de os bondes pararem no meio da rua, porque a energia faltava com mais facilidade, num tempo em que ela era bastante precária porque fornecida pela Light (a velha láite) dos ingleses, movida a lenha (Limaverde, 1999, p. 123).

Com a caducidade de equipamentos tornados indispensáveis à vida urbana, como a usina térmica e os carris elétricos, avolumavam-se os gastos com manutenção, encarecendo o custo de produção do quilowatt, e crescia a vulnerabilidade da estrutura técnica diante das intempéries. Sem bondes circulando, sem força para mover as indústrias desprovidas de geradores próprios, sem luz para as moradias e as atividades comerciais, a cidade se movimentava com lentidão. Ou melhor, a pressa se convertia geralmente numa reação característica dos pedestres que, fugindo da chuva, procuravam alcançar um lugar abrigado. Cotidianamente responsabilizadas por atrasos ou ausências no trabalho e na escola, as águas pluviais poderiam, conforme as circunstâncias, tecer aliança frágil com os habitantes que, por motivos diversos, davam a impressão de ser meio refratários à disciplina do relógio. Mas, se amoleciam ligeiramente o rigor dos compromissos, os dias de céu fechado também dificultavam a concretização de alguns encontros furtivos; à falta de necessidade inadiável, era usual permanecer em casa.⁶¹

As temporadas chuvosas multiplicavam a incidência de gripes e resfriados, como ainda testemunhavam a maior procriação de insetos – incômodos cujo combate ajudaria a salientar a utilidade de determinados produtos industriais, como xaropes e inseticidas.⁶² No entanto, afora o perigo dos alagamentos (muito frequentes numa cidade desprovida de obras que permitissem a suficiente canalização e escoamento das águas), o grande medo da população reportava à queda de raios. Edificações modernas e de grande escala, como a nova sede dos Correios e Telégrafos, inaugurada em 1934, eram dotadas de pára-raios – dispositivo pouco difundido e, por isso mesmo, atestado da sofisticação de um projeto arquitetônico (*Correio do Ceará*, 15 fev. 1934). Para a quase totalidade dos fortalezenses, a proteção contra as descargas elétricas estava condicionada ao apelo à intervenção divina: ramos bentos colocados na calçada das habitações e orações escritas fixadas atrás das portas dos

⁶¹ Num conto de Eduardo Campos, o encontro às escondidas entre um marceneiro casado e uma moça termina frustrado pelo tempo chuvoso: “‘Se não chover, olhe bem...’ Tudo o que combinara estava condicionado à mudança do tempo. Pedrão tinha bolado uma desculpa para dar em casa, achava fácil iludir a ‘toupeira’ da mulher. – Anita, vou sair hoje, sei que é domingo, mas peguei um envernizamento de cadeiras... Inventariou, cínico, o número de peças, afiançando que o dono da mobília, o ‘patrão’ como dizia, ia pagar um bom dinheiro pelo serviço. Por baixo da roupa vestira um calção azul, pensando na hora de se encontrar com a empregadinha do supermercado. [...] Baixo, convidou a moça para um banho de mar. Ela, coquete, aceitou. ‘Se não chover, olhe bem... Praia só serve com muito sol’” (Campos, 1970, p. 78).

⁶² Um anúncio de xarope, com figura de uma moça empunhando sombrinha e prestes a deixar a casa em plena chuva, trazia o seguinte texto: “Pode sair! Não tenha medo da chuva. Porque se apanhar um resfriado, acompanhado da inseparável tosse, o [xarope] Jatahy Prado o livrará do apuro” (*Correio do Ceará*, 13 jan. 1934).

quartos eram, ainda na primeira metade do século XX, recursos bastante conhecidos e praticados (Limaverde, 1999, p. 124; Campos, 1996b, p. 52). Essa popularidade não indicava propriamente a carência de artefatos científicos, como se a religião constituísse uma espécie de sucedâneo precário do saber moderno, mas se devia à crença longeva de que certos fenômenos da natureza eram expressões da vontade de Deus. Alguns ateus declarados, em momentos de exaltação, chegaram a endossar essa correspondência misteriosa, como fez o poeta Raimundo Varão numa noite dos anos 1910: “Certa feita, durante violenta tempestade, vimo-lo sair para a chuva e gritar bem alto a sua descrença, pedindo que, se realmente existisse, mandasse Deus um raio parti-lo ao meio. Os relâmpagos desenhavam seu perfil de marfim na noite escura e nós todos tremíamos de pavor” (Azevedo, 1992, p. 206). Mesmo a contrapelo, e em tom de desafio, tal pressuposto que alinhava faíscas elétricas e desígnios sobre-humanos parecia gozar de larga aceitação.

Nos jornais as notícias sobre raios eram mais esparsas do que raras, tendendo a confundir-se com outras informações que acompanhavam a divulgação de fortes chuvas. Porém, em certas ocasiões é possível notar o receio da população, a julgar pela abordagem da imprensa a respeito do tema. Em fevereiro de 1938, diante do anúncio de uma tempestade magnética que desabaria sobre Fortaleza, o superintendente da Ceará Light, que também se dedicava a estudos de meteorologia, apressou-se em vir a público e, por meio de uma folha vespertina, teceu explicações destinadas a tranqüilizar os usuários, dando garantia de que os serviços da companhia de eletricidade não sofreriam alteração ou interrupção (Mota, 1960, p. 289). Dali a poucas semanas um temporal, com inúmeros relâmpagos e trovões, obrigou centenas de famílias a inquietante vigília e provocou a suspensão no abastecimento energético de vários bairros da capital (*O Nordeste*, 9 mar. 1938). Situações desse gênero se repetiam, notadamente nos primeiros meses do ano, durante a estação chuvosa, fazendo recordar algumas incompatibilidades entre a corrente elétrica vinda do alto, alheia ao controle dos homens, e aquela gerada industrialmente.

Aos temores suscitados pelas tempestades não deixava de seguir-se, entre diversos habitantes, um sentimento de curiosidade, convidando a ver de perto os estragos evidentes de cada intempérie. Além dos prejuízos resultantes da força das águas pluviais, marcas de raios chamavam a atenção dos transeuntes e realçavam o caráter imponderável das potências da natureza. Quando uma centelha atingiu determinada residência no centro da cidade, deixando uma rachadura na fachada, o

repórter enumerou duas reações principais – susto e curiosidade: “Segundo conseguimos saber, as pessoas de casa foram sobressaltadas por forte abalo que repercutiu em todo o prédio, pondo todos em pânico. Hoje, pela manhã, era grande o número de curiosos que se postavam em frente à citada casa” (*O Nordeste*, 16 fev. 1934).

Nem sempre as chuvas representaram estorvo ao sistema elétrico de Fortaleza. Embora expusessem amiúde a debilidade da rede de energia, elas aumentavam a vazão do riacho Pajeú, de onde a concessionária captava a água para o resfriamento das caldeiras que moviam os geradores da usina térmica do Passeio Público. Com a desativação desse equipamento que, até meados da década de 1950, respondia pela maior parte da eletricidade consumida na capital cearense, desapareceu um vínculo singular entre o trabalho de produção da energia e as variações atmosféricas. Vínculo insuspeitado nos dias de hoje, mas conquistado por um esforço recorrente de observação a que se habituaram os moradores contemporâneos ao funcionamento da Ceará Light:

Havia um cano quando a usina elétrica é instalada em Fortaleza, em 1902 [sic], que foi colocado no último plano do Passeio Público onde o trilho do trem passava e cruzava o riacho Pajeú [...] O cano de ferro era enorme, altíssimo para jogar a fumaça para o alto. Esse cano era conhecido por dois aspectos interessantes: um é que quando o cano jogava a fumaça pra cima da cidade, se você estava na praça do Ferreira e a fumaça vinha, todo mundo ia pra casa que era chuva de vento norte (Castro, 2001, p. 53).

De maneira não intencional, parte da poluição emitida pela empresa britânica acabou, durante décadas, servindo à comunidade como instrumento empírico de previsão meteorológica.

Obviamente, numa terra caracterizada pela irregularidade das precipitações e periodicamente acoçada pelo espectro da seca, a chuva, malgrado alguns contratempos, costumava ser saudada como benesse sagrada, prenúncio de bonança, esperança de boa colheita no campo e promessa de dinamismo econômico nas cidades. Detentor de uma base produtiva predominantemente agropastoril, o Ceará, que até meados da década de 1960 apresentava uma atividade industrial acanhada (montada sobretudo em ramos tradicionais, como têxteis, bebidas, massas

alimentícias e óleos vegetais), revelava, na economia e no imaginário, uma dependência evidente em relação ao quadro pluviométrico, cujo significado mais preciso talvez se traduza num comentário fartamente repetido em conversas informais e não raro divulgado nos escritos dos cronistas: “a terra é boa, o céu é que é ruim” (Menezes, 2006).

Entre as crianças, particularmente, os pingos das nuvens davam azo a folganças variadas, brincadeiras em poças de água e divertidos banhos sob bicas formadas na confluência de calhas que escoavam o líquido dos telhados. Nas casas de Fortaleza, os mais precavidos recolhiam em potes e cisternas uma fração do fluido que chegava sem a mediação necessária da torneira e que, além de gratuito, era prezado tanto por seu sabor quanto pela fama de salubridade: hábito partilhado por uns quantos “proprietários [que] se preocupavam em beber água de chuva, por acharem que a do Acarape do Meio incorporava a si toda a ferrugem dos encanamentos da adutora e da rede de distribuição” (Jacques, 1984, p. 45). Nas ruas, a água acumulada poderia lançar, ao caminhante distraído, um reflexo das lâmpadas encimadas nos postes, duplicando o efeito da iluminação, ou, em trechos mais escuros, aproximar o contato celeste, mediante um vislumbre do brilho da lua e das estrelas. À luz do dia, um misto de ousadia e sorte garantia a certos rapazes estrategicamente postados uma satisfação julgada indecorosa: a de apreciar, no espelho da lâmina de água, as pernas femininas.⁶³ Como se percebe, em determinadas ocasiões a água trazida pela chuva deixava de ser apenas uma temível ameaça à continuidade da energia elétrica e poderia inclusive solidarizar-se com o objetivo precípua da luz artificial: ampliar o campo de visibilidade do olho humano.

Com a incorporação progressiva da eletricidade à vida cotidiana de Fortaleza, a interrupção no fluxo da energia começava a receber, cada vez mais, os contornos de um receio coletivo, acoassando a sensibilidade de muitos grupos sociais. Paralisia dos bondes, inatividade das fábricas, pane dos aparelhos domésticos, apagamento das lâmpadas: a dependência e o apetite de energia pareciam aumentar em paralelo na trama de todos os dias. Afinal, o advento da geração industrial de eletricidade não se limitou a fabricar luz e força, mas influenciou na produção massiva do incômodo desencadeado pela ausência de energia. Do mesmo modo que o incremento na

⁶³ “E na época do inverno, havia um outro esporte muito usado pelos jovens da época. É que, na coxia, ficavam sempre poças d’água, verdadeiros espelhos. Isso era usado para brechar quando as estudantes ou não, as mulheres assinala-se, subiam. Uma vez o pai de uma delas pegou determinado jovem no flagra e por pouco ele não foi preso, acusado de imoral” (Limaverde, 1999, p. 175-176).

disponibilidade do potencial elétrico e nos níveis de iluminação pública encorajava as pessoas a uma ampliação do consumo, a suspensão momentânea do serviço acarretava desconforto e contrariedade numa magnitude que seria inconcebível às gerações precedentes. A falta de energia, sentida como um estorvo, só pôde ganhar a forma de uma experiência compartilhada quando alguns estratos sociais começaram a se acostumar com sua presença cotidiana.

À medida que crescia a importância da corrente elétrica na estruturação da economia e da cultura material, surgiram na imprensa local indícios de uma preocupação em não menosprezar os benefícios da natureza. Com base em analogias antigas que afixavam a virtude, ordem e perfeição do mundo natural, em detrimento das obras humanas, tidas como provisórias e débeis, houve quem enaltecesse a superioridade cósmica e moral da luz fornecida pelos astros:

Os homens inventaram as luzes que se acendem artificialmente e que se apagam da mesma maneira. Luzes que não têm sentido senão na escuridão, nas trevas. Que não brilham por si, que não se animam senão pela moldura das trevas que lhes dão realce e brilho.

A luz que é luz movimenta a natureza inteira e lhe dá força e vigor. É um convite ao trabalho. É um estímulo permanente à ordem, à movimentação. [...]

A outra luz é portadora triste de marginalismo, das orgias que se alongam noite a dentro, das *boites* que consomem as energias do corpo e da alma, de todos os vícios que se chamam pecado. [...]

As noites são belas e virgens quando iluminadas pela luz do luar ou das estrelas que são os candelabros de Deus, no altar da natureza.

As noites são misteriosas e pecadoras quando iluminadas por estes simulacros de luz que se acendem à força de energia para consumir as energias dos que trabalham (*O Povo*, 26-27 jan. 1963).

Se o momento era de intensa mobilização social e política pela celeridade no andamento e conclusão dos trabalhos que trariam a energia da usina de Paulo Afonso à capital do Ceará, o documento citado indica, em meio ao louvor do progresso tecnológico de então, descrença acerca das supostas vantagens resultantes da claridade noturna. Era ainda um lembrete em favor da luz natural, que, com a disseminação do sistema de iluminação urbana, talvez recebesse menor atenção e despertasse, em setores da população, pouco interesse e limitada preeminência, se

comparada a épocas anteriores, cujo ritmo de vida era geralmente ditado pela sucessão ininterrupta de dias e noites.

As “luzes que se acendem e apagam artificialmente” propiciaram mais que uma relativa indiferença diante da natureza, detectada em tom de lamento e crítica por esse artigo de jornal; sua propagação fabricou um visual noturno cujo intuito residia na transformação do comércio em espetáculo. Essa mudança não ocorreu repentinamente, mas implicou um processo que, no curso de algumas décadas, efetuou a convergência entre eletricidade, propaganda e diversão noturna.

Antes da vulgarização da luz elétrica na cidade, os estabelecimentos comerciais utilizavam dísticos, placas e tabuletas para indicar ao público a especialidade de seus serviços (Girão, 1959, p. 150). Essas inscrições sobrepostas às fachadas tanto serviam à divulgação das firmas quanto à pronta identificação de seu endereço, pois, mesmo fora do horário de funcionamento, elas sobranceiramente demarcavam o local de determinada atividade e expunham, ao olhar dos habitantes, o nome do negócio. É certo que somente uma fração reduzida das pessoas que residiam em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX teria a capacidade de decodificar sem demora os sinais grafados em madeira, metal ou na própria parede frontal dos imóveis.⁶⁴ Conforme dados publicados pelo órgão federal encarregado do recenseamento no Brasil, dos cerca de 78 mil moradores da cidade em 1920 (dos quais 66 mil tinham idade superior a seis anos), a pouco mais de 36 mil era atribuída a habilidade de ler e escrever (IBGE, 1936). O domínio da leitura e da escrita estava longe do alcance de amplos contingentes urbanos, levando a crer que, além de certos indicadores socioeconômicos (como a propriedade de imóveis, a disponibilidade de numerosos empregados domésticos, a frequência aos clubes elegantes), o correto manuseio do alfabeto constituía, se não exatamente um luxo, uma forma de privilégio simbólico.

Aos que se iniciavam na decifração das letras, a linguagem estampada nas ruas freqüentemente era dotada de um caráter prosaico e direto que tenderia a afrontar os princípios estéticos da cultura literária, ensinada nas escolas e cultivada

⁶⁴ Antônio Martins Filho, que juntou vestígios de emprego da forma poética a serviço do comércio, salientou a forte presença da linguagem escrita principalmente nas três primeiras décadas do século XX, quando, segundo ele, “a publicidade e a propaganda entre nós eram feitas somente através da imprensa escrita, com o auxílio de cartazes, murais e daqueles que eram afixados nos veículos de transporte. Em consequência desta prática, a mensagem publicitária só poderia ser captada por aquele que soubesse ler. Hoje [1978], porém, com o advento do rádio, do cinema e da televisão, esse requisito se torna irrelevante, porquanto a imagem e o som, com os recursos da ciência e da técnica, se impõem irresistivelmente” (Martins Filho, 1998, p. 61).

nos círculos eruditos.⁶⁵ Ainda assim, tais inscrições cumpriam a contento sua função de atrair o interesse dos transeuntes: um deles, nascido na Fortaleza de 1910, comentaria anos depois: “Sempre tive muita curiosidade diante de qualquer tabuleta, cartaz ou faixa de pano atravessada nas ruas. Seja como for, há nessas mensagens algo de novo. Logo que aprendi o segredo da leitura, *minha distração* era olhar e decifrar os nomes e dizeres das casas comerciais” (Jacques, 1964, p. 52 [grifo meu]). Essa leitura distraída, ou a distração assegurada com o desvelamento do alfabeto, exerceu papel fundamental no aparecimento de uma nova percepção urbana, à medida que a própria cidade se mostrava enquanto suporte de escrita (Bolle, 1994, p. 271-312). Ajustando o cidadão comum à profusão de estímulos, informações, imagens e letras acumulados num percurso desprezioso pelas ruas, a recepção pela distração favorecia um escalonamento no quadro sensorial, sem o pré-requisito da observação atenta, que um pensador considerou como traço distintivo da experiência moderna do viver em grandes cidades.⁶⁶ A propósito, não seria exagero imaginar que muitas outras crianças também buscaram avidamente na paisagem mercantil o alvo e a confirmação de conquistas arduamente obtidas no trato com a sisudez dos exercícios de alfabetização. Para além dos rigores contidos em livros e compêndios escolares, o universo da escrita se oferecia em formatos e tamanhos diversos, numa ida ao centro ou ao simples dobrar de uma esquina: cartazes, tabuletas e reclames marcavam sua assiduidade no espaço público (Azevedo, 1992, p. 24, 29-30). E, ao contrário de um ideal sublime, a que aspirava parte considerável dos que integravam o campo da arte, a linguagem das ruas, assinalada por uma textura fragmentária,

⁶⁵ Nas relações habituais de convívio que se travam na metrópole moderna, a propaganda iria constituir uma espécie de idioma comum, atravessando vários segmentos sociais, abrindo para a escrita um novo horizonte, radicalmente diferente do universo letrado e elitista onde ela, por tradição, consignava a supremacia cultural dos estratos mais distinguidos pela educação formal. Como observou Willi Bolle, essa paisagem de letras inflacionada com a difusão da propaganda não seguiria o esteio da literatura – fechada em pequenos círculos sociais, usualmente voltada ao pensamento erudito e ao elevado debate de idéias –, mas acolheu o prosaísmo do dia-a-dia e o vocabulário simples; era uma linguagem rápida, de fácil percepção, feita mais para a mobilização dos impulsos e a cooptação dos afetos que para a reflexão: “São textos triviais, percebidos de passagem, distraidamente, de modo inconsciente. [Sua presença disseminada demonstra] como a cidade avulta diante de seus habitantes – um pandemônio de textos, com luminosos, letreiros de lojas, outdoors, anúncios, placas de rua, sinais de trânsito, relógios, manchetes de jornal, propagandas, avisos, informações de toda espécie” (Bolle, 1992, p. 138).

⁶⁶ “[...] as tarefas impostas ao aparelho perceptivo do homem, em momentos históricos decisivos, são insolúveis na perspectiva puramente ótica: pela contemplação. Elas se tornam realizáveis gradualmente, pela recepção tátil, através do hábito. Mas o distraído também pode habituar-se. Mais: realizar certas tarefas, quando estamos distraídos, prova que realizá-las se tornou para nós um hábito. Através da distração, como ela nos é oferecida pela arte, podemos avaliar, indiretamente, até que ponto nossa percepção está apta a responder a novas tarefas” (Benjamin, 1994, p. 193-194).

mostrava-se ostensivamente comprometida com interesses econômicos. Entretanto, mesmo os iletrados, com base na experiência direta, não tardariam muito a associar as placas a suas respectivas empresas.

Em 1923 um alto funcionário público registrou na imprensa observações sobre diversos aspectos da capital cearense, onde se lê que “casas de construção moderna se alteiam em sobrados de dois e três andares; os armazéns de negócio elevam as fachadas maciças com os seus letreiros pomposos. O reclamo comercial invade as ruas” (apud Campos, 2007b, p. 92). A extensão desses sinais gráficos no centro de Fortaleza poderia figurar entre o que se julgava serem os mais notórios indícios de prosperidade material e pertencimento ao circuito prestigioso dos aglomerados modernos. Mas, em relação às modalidades de propaganda que viriam à baila nas décadas seguintes, os letreiros careciam de uma qualidade que se tornou naturalizada graças à difusão da energia elétrica: a possibilidade de serem vistos à noite.

Dados os limites desta pesquisa, não houve como averiguar a existência de vitrines no comércio de Fortaleza, nem os estabelecimentos que porventura as possuíam, entre 1867 e 1913, quando o gás era a principal fonte de iluminação. Gustavo Barroso recorda, de soslaio, o “mostruário” de um bazar durante sua infância, no fim do século XIX (Barroso, 1989, p. 99); nada indica, contudo, que se tratasse daquilo que hoje reconhecemos como fachadas de vidro. De qualquer modo, o desenvolvimento econômico da capital cearense, aglutinando a exportação algodoeira regional desde os anos 1860, promoveu o impulso expressivo de sua praça comercial, que, sob a influência de grandes centros europeus, poderia ter adotado a implantação de lâminas hialinas, como traço de elegância e símbolo de pretensões cosmopolitas (Girão, 2000b). Ainda assim, não é provável que, após o fechamento das lojas, as vitrines se mantivessem ao alcance da visão dos transeuntes, até porque estes não circulavam em grande número. Segundo os memorialistas, a população em maioria se recolhia cedo às residências, por volta das 21 h; aqueles que extrapolavam tal limite pertenciam, em geral, ou aos círculos de boemia ou a famílias abastadas, reunidas em torno das festas e bailes dos clubes sociais (Azevedo, 1992; Girão, 2000a). Conservar-se fora de casa até a madrugada trazia, portanto, quer o estigma da suspeita e da reprovação moral sobre os apreciadores da musa, da lira e do álcool, quer o sinete do privilégio de quem não estava sujeito à obrigação proletária de acordar cedo.

Nessa época o Passeio Público ainda disputava com a praça do Ferreira a predileção dos fortalezenses como espaço de lazer e, à diferença desta, ele não se encontrava rodeado de casas comerciais, o que tendia a drenar o interesse em exibir as vitrines à noite. Dois outros fatores, ligados às propriedades da luz de gás, também inibiam essa iniciativa: o brilho obtido por meio do dióxido de carbono possuía intensidade inferior ao oriundo da lâmpada incandescente; e, sendo inflamável, o gás não encorajava práticas de iluminação em recintos desprovidos da presença humana. Em suma, a movimentação relativamente pequena dos habitantes no perímetro comercial (findo o expediente das lojas), a limitada visibilidade da chama do gás, o risco de incêndio, além, naturalmente, do temor de assaltos, ajudam a entender alguns constrangimentos locais à propagação das vitrines e, particularmente, de sua exposição durante a noite.

Conforme uma publicação de 1934, essas janelas oferecidas ao olhar mercantil já denotavam, no Rio de Janeiro, uma epiderme de sofisticação urbana:

O centro comercial [do Rio] já possui algumas lojas modernas, requintadas com bom gosto arquitetônico e decorativo.

Elas se destacam agradavelmente da vulgaridade do “vieux style” mercantil, criando “oásis” visuais, manchas de civilização nas ruas da cidade.

Sente-se que os nossos velhos comerciantes começam a libertar-se do velho preconceito colonial de que comprar é apenas uma necessidade.

Algumas vitrines arrumadas com arte sugestionam os espíritos “raffinés”, despertando-lhes o desejo de fazer gastos supérfluos, de adquirir pelo simples prazer da posse.

A loja moderna – seja um mercado de frutas ou de sedas ou de peles raras – cria a necessidade do artigo, pelo poder sugestivo de uma bonita apresentação.

Não conhecem o magnetismo irresistível dos objetos certos lojistas que entopem de cousas e de preços as suas vitrines antiquadas, acreditando na predileção do público pela “pesca milagrosa”... (*Anuário das Senhoras*, 1934, p. 54-55).

Nessa fonte estão enumeradas algumas das premissas cruciais da estética mercantil à moderna: investimentos na ornamentação e no aspecto arquitetônico das lojas, arrebatamento provocado pelo contato visual, apresentação individual dos produtos, busca pelo despertar subterrâneo da posse. Fascínio, enlevo, desejo e compra constituem passos sucessivos de um mecanismo de sedução que parece

sintetizar o fetichismo da mercadoria. Mais que vender, o propósito basilar dos novos estabelecimentos comerciais é, conforme o jornalista, inventar necessidades, fazer do ato de consumo um ritual, extrair da posse uma sensação de prazer, converter o supérfluo em indispensável.

Cidade-capital e principal cartão postal do país, o Rio de Janeiro funcionava, ainda na primeira metade do século XX, como um pólo difusor de modas, tendências, valores e comportamentos para os demais centros urbanos brasileiros (Neves, 1995; Sevcenko, 1998a). A descoberta, ali divulgada e exercitada, de novos métodos e formas de promover o comércio seria, com o tempo, irradiada para outras cidades que miravam no Rio um espelho modernizador.

Com a introdução da eletricidade para tração dos bondes e iluminação particular, a partir de 1913, a implantação de vitrines na zona comercial de Fortaleza ganhou estímulo decisivo. De relevo seria ainda a abertura de casas de projeção cinematográfica mais duradouras e organizadas: o Politeama (1911), o Majestic (1917) e o Moderno (1921), todos situados no entorno da praça do Ferreira, exerceram papel central na disseminação da frequência habitual à exibição de películas e, ao propiciarem relativa diversificação do lazer urbano, tanto fomentaram maior afluxo noturno de pessoas quanto ajudaram a consolidar a hegemonia daquele logradouro na cartografia da cidade (Aderaldo, 1989; Azevedo, 2001; Girão, 1959). Não tardou para que a opulência de uma loja viesse associar-se a superfícies de vidro: em 1926 uma revista publica, sobre “os nossos grandes estabelecimentos comerciais”, foto de uma casa de modas, com a fachada guarnecida de vitrines (*Ba-Ta-Clan*, 17 jul. 1926). Junto às conotações de bom gosto e apuro decorativo, esses mostruários provavelmente acentuaram, renovando-a, a desconfiança antiga em relação a quem conduzisse ostensivamente uma pedra ou um pedaço de pau: projéteis arcaicos, comumente empregados em protestos populares, eles poderiam agora expressar ameaça latente não só à autoridade e ao controle urbano, mas também (com intensidade antes desconhecida) à propriedade privada. Numa burla de Carlos Câmara, escrita em 1920, a posse de um simples estilingue se converte em potencial afronta ao ambiente urbano:

CALU – Mas que bichim infuluido e desinquieta! É vê tetéu!... Chega me deu intê rontade de isticá a baladeira. (PUXA A BALADEIRA DO BOLSO.)

VIÚVA – Esconde isto, Calu. Pode aparecer por aí algum guarda e prender-te.

CALU – Prendê eu? Pro mode u’a baladeira!... Ist’aqui no Ceará [i.e., na capital] é aima de fogo, Massu?

VIÚVA – Certamente que não. Mas é que podem reçar que quebres com ela alguma vidraça.

CALU – Ora quano é qui eu podia nunca imaginá qui baladeira era arma improibida! Tomém aqui no Ceará imbruíam tudo. Nunca mais é de m’esquecê: cachorro é cão, cão é cachorro, casamento é conubo, e baladeira, aima de fogo! (Câmara, 1979, p. 268).

A passagem da peça *O Calu*, de natureza cômica, pretende naturalmente desencadear o riso da platéia; para tanto, lança mão de expedientes usuais à escrita do seu autor, como o apelo estilizado à fala matuta e a criação de efeitos contrastantes entre a rotina do sertão e a vida na cidade. A equiparação entre estilingue e arma de fogo soa nitidamente como exagero, com hilaridade assegurada na observação do simplório personagem. Mas a diferença entre a naturalidade de seu uso no espaço rural e o caráter nada inofensivo que o estilingue assume, quando próximo às janelas comerciais, sugere os modos pelos quais a paisagem contribui para a formação de uma sensibilidade historicamente constituída diante das coisas e dos seres que nos rodeiam. Assim, mesmo um apetrecho característico das travessuras infantis, na Fortaleza das primeiras décadas do século XX, pode ser, segundo a ocasião, interpretado como aliado da transgressão à ordem pública (Menezes, 2000, p. 134). A fragilidade do vidro parecia incompatível com a rusticidade de certos materiais e artefatos.

Enquanto as vitrines iam sendo incorporadas à aparência das principais lojas, outros suportes da linguagem publicitária não cessaram de proliferar no cotidiano: cartazes de filmes e estrelas da sétima arte colocados à entrada dos cinemas e nas esquinas da praça do Ferreira; programas das películas distribuídos de casa em casa; tabuletas, situadas em lugares de grande trânsito de pessoas, exibindo títulos e horários das peças teatrais; pequenos reclames fixados junto à campanha dos bondes elétricos;⁶⁷ anúncios das firmas em jornais, revistas e almanaques; letreiros

⁶⁷ Otacílio Colares alude à longínqua exposição comercial dos produtos, em reclames e cartazes, que se fazia no começo do século XX – procedimento comumente utilizado nos carris que percorriam os centros urbanos: “E era de ver, nos bondes, que circulavam de bairro em bairro, os cartazes, mais ricos ou menos ricos, em preto-e-branco singelo ou a cores, mais requintados, projetando em cada passageiro, ou mesmo espectador de esquina, à passagem do *coletivo*, as qualidades do produto, antes da visualização direta deste, na prateleira da botica” (Colares, 1975, p. 25).

divulgando o nome dos estabelecimentos; placas indicando, na fachada de determinadas habitações, a especialidade profissional do morador – médico, professor, advogado, parteira – ou simplesmente informando seu sobrenome⁶⁸ (*Almanaque do Ceará*, 1929; Azevedo, 1992, p. 30; *Ba-Ta-Clan*, 10 jul. 1926; *Ceará Ilustrado*, 1925; Jacques, 1964, p. 184; Limaverde, 1999, p. 213-214).

Em 1931 um jornal anunciava a disponibilidade de serviço que incluía construção, pintura, imposto e colocação de placas publicitárias na estrada de Parangaba (atual avenida João Pessoa) (*O Povo*, 23 dez. 1931). Diante da crescente quantidade de textos de propaganda, o poder público tentou assegurar sua regulamentação, dedicando no *Código de posturas* de 1932 um capítulo específico aos anúncios, que determinava, entre outros, o pagamento do imposto correspondente, as dimensões dos cartazes ou letreiros, a proibição de sua aplicação a árvores dos logradouros e a exigência de licença para sua afixação no interior de recintos de frequência pública.⁶⁹ Especialmente na área comercial e em alguns corredores viários, a cidade se apresentava, literalmente, como suporte de escrita, justaposição de textos a serem lidos.

Com o crescimento econômico, demográfico e territorial de Fortaleza, muitos lojistas concluíram pela necessidade de periodicamente divulgar seus produtos e serviços, tanto utilizando a propaganda impressa quanto investindo na reforma e melhoria contínua dos estabelecimentos. A própria imprensa contribuiu, por vezes, com esse espírito de emulação: um concurso realizado pelo jornal *O Povo* em 1934 elegeu, por voto popular, a melhor loja da cidade em quesitos diversos: melhor sortimento de artigos para homens e para mulheres, melhor alfaiataria e sapataria, condições de venda mais vantajosas, atendimento mais atencioso, melhor vendedor e melhor vendedora, e, como não poderia deixar de ser, a vitrine mais atraente (*O*

⁶⁸ De tal maneira eram comuns essas inscrições relacionadas às atividades profissionais, que o *Código de posturas* de 1932 as incluía no trecho relacionado à normatização de anúncios com visibilidade pública: “Art. 456 – As disposições do presente capítulo são extensivas à colocação de placas ou letreiros de escritórios, estabelecimentos comerciais, industriais, escritórios e gabinetes de médicos, advogados, dentistas, engenheiros, parteiras etc.” (Fortaleza, 1933, p. 108). Com a progressiva verticalização arquitetônica dos bairros localizados na zona leste da capital, notadamente a partir da década de 1970, essas placas perderam o sentido enquanto marcas de referência espacial e foram desaparecendo das fachadas residenciais. Uma delas, outrora pertencente a destacado intelectual e jornalista de Fortaleza (1829-1921), trazia os dizeres “João Brígido – Advogado”. Atualmente o objeto em apreço integra o acervo do Museu do Ceará.

⁶⁹ “Art. 448 – Nenhum anúncio, fixo ou volante, luminoso ou não, diurno ou noturno, feito por qualquer modo, engenho ou processo, suspenso no espaço ou colocado em bondes ou veículo de qualquer natureza, paredes, muros, pilares, postes, gradis e quaisquer outros pontos que tenham face para a via pública ou desta façam parte, ou onde o público tenha ingresso, poderá ser exibido sem licença da Prefeitura. Pena: Multa de 50\$000 [cinquenta mil-réis]” (Fortaleza, 1933, p. 107).

Povo, 1 jun. 1934). Futuras disputas poderiam concentrar-se na apresentação visual propriamente dita: caso de um certame organizado pelo diário *O Jornal* e a Rádio Uirapuru, que, por meio de uma comissão especial, escolheu a mais bonita vitrine de Fortaleza com decoração alusiva ao Dia das Mães (*O Jornal*, 11 maio 1959). Pouco depois, em 1960, um colégio da cidade instituiu, divulgou e patrocinou concurso, com prêmio em dinheiro, para selecionar a melhor vitrine montada em homenagem ao Dia da Independência, como parte dos festejos cívicos relacionados à efeméride (*Diário do Povo*, 3 ago. 1960). Iniciativas desse gênero possuíam um forte teor indicativo: assinalavam a penetração do idioma da mercadoria na vida cotidiana e atribuíam, ritualmente, às faces de vidro o reconhecimento de um estatuto próprio de beleza.

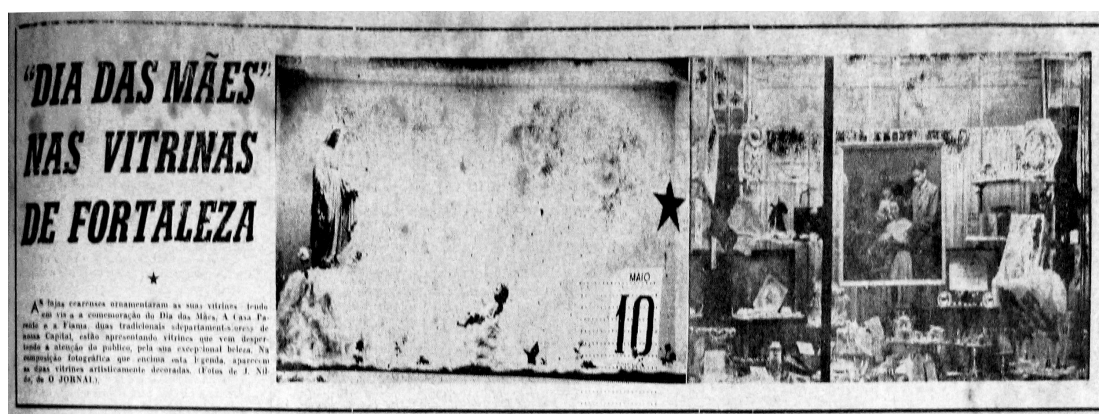


Figura 21. Chamada de primeira página sobre concurso de ornamentação das lojas da cidade. “Dia das Mães” nas vitrinas de Fortaleza” (*O Jornal*, 6 maio 1959).

No começo dos anos 1960 certo cronista fez menção a um deleite individual que já adquirira a dimensão de autêntico passatempo coletivo: “Gosto extremamente de vitrinas. [...] Acho adorável uma vitrina bem concebida e bem realizada. Os basbaques diante das vitrinas são almas de pendores estéticos inegáveis” (Jacques, 1964, p. 220). Essa habilidade de apresentar produtos diversos, de modo a chamar a atenção do passante anônimo, estava em fina sintonia com o ambiente das grandes cidades, onde massas de estranhos entre si se moviam em todas as direções, em meio à circulação heterogênea de veículos, mercadorias e informações, criando num observador distanciado a impressão de fluidez incessante. É certo que, poucas décadas antes, as firmas que compunham o comércio elegante de Fortaleza já

ofertavam algumas comodidades a sua clientela: bebedouro com água gelada, assento durante a permanência no recinto, ambiente de espera, atendimento personalizado, entrega das compras em casa (Gomes, 2001, p. 85; Limaverde, 1999, p. 14; Lopes, 1996, p. 90; *O Povo*, 5 dez. 1939). Um desses estabelecimentos, alardeando o conforto e elegância de sua nova sede, não esqueceu de sublinhar, na referência estrangeira, o vínculo pretendido com os emblemas da modernidade: “Um todo ‘americanizado’ que surpreende e encanta”.

As vitrines, no entanto, figuravam como o foco indisputável das novas técnicas de venda. Um anúncio da Philips parece ter sintetizado essa primazia: “Vitrine bem iluminada clientela assegurada. A sua vitrine é o seu melhor vendedor! Bem iluminada, ela atrai para sua loja maior clientela” (*O Povo*, 17 jan. 1955). Naquela época a empresa citada não se limitava a preconizar seus produtos de decoração e realce para ambientes fechados, como residências, escritórios e repartições, mas também investiu na divulgação dos benefícios trazidos com a aplicação tópica da luz no exterior dos prédios e na identificação de produtos e serviços. Nesse caso, o alvo da mensagem publicitária se concentrava no segmento dos comerciantes, a quem se tentava mostrar as vantagens, doravante indispensáveis, das lâmpadas fluorescentes estrategicamente dirigidas aos mostruários.

Acima do texto publicitário, uma bela mulher sorri; ela traz um semblante de complacência materna, enquanto o filho mira com firmeza alguns brinquedos expostos na vitrine. O menino aponta, de modo chamativo, o que avista mas não pode tocar, pois uma barreira de vidro separa (embora também aproxime) o objeto daquele que o deseja: “o que se oferece à vista é arrancado à mão. *Vê-se tanto mais quanto menos se toma*” (Certeau, 1995, p. 43 [grifo no original]). Na proliferação das telas de vidro se desenhava um espetáculo disponível somente à visão.



Figura 22. Anúncio da lâmpada Philips. “Vitrine bem iluminada clientela assegurada” (*O Povo*, 17 jan. 1955).

Havia quem considerasse uma arte o arranjo bem composto de um mostruário. Para outros, tratava-se de um conhecimento técnico, cada vez mais decisivo, numa realidade urbana repleta de imagens, cores e signos, pontilhada de estímulos simultâneos e fragmentários, na qual o olho mal se detém; por isso mesmo, o anunciante disporia apenas de uma breve fração de tempo para despertar e prender a atenção do transeunte. O êxito nessa tarefa hoje avessa a idiossincrasias foi revestido, por volta dos anos 1940 e daí em diante, de tratamento sistemático,

redundando na observância de uma série de regras para o aproveitamento ideal das vitrines. O artigo de uma publicação dirigida a agentes e representantes da Philips advertia, em 1954, que a altura média de um passante, entre 1,60 e 1,70 m, era crucial para delimitar o campo visual do que viria a ser exposto numa vitrine. Outras premissas eram igualmente relevantes: as mercadorias, por exemplo, não deveriam ser apresentadas em quantidade excessiva, para evitar que se julgasse pela sua qualidade inferior ou pelo interesse do vendedor em desfazer-se rapidamente delas; tampouco era recomendado um número reduzido de produtos, pois a raridade “exagera o valor”, estando geralmente associada a um preço elevado. O espaço também merecia cuidados: aconselhava-se a aplicação de cores que produzissem efeito de contraste em relação aos artigos em exibição, destacando-os e acentuando a valorização de suas qualidades. Na distribuição dos itens, “principal razão de êxito ou sucesso de uma vitrina”, as instruções eram claras: bens de maior tamanho deveriam ser dispostos no plano de fundo, os médios mais à frente e os pequenos, próximos ao vidro, reservando-se a parte superior da janela comercial para a colocação dos cartazes de propaganda. No tocante à visibilidade e iluminação, o interesse consistia em realçar as propriedades dos objetos: embora abundante, a luz deveria ser projetada através de focos indiretos, de maneira a não ofuscar o observador, e incidir sobre detalhes do produto, pois uma claridade homogênea tendia a dispersar a atenção. Elementos visuais auxiliares, como cartazes ou imagens, também contribuía para a sedução do cliente e a efetivação da compra. “Mostra-me a vitrina, e dir-te-ei quanto vendes!”, arrematava o texto, não sem antes aconselhar a renovação semanal ou quinzenal da exposição e salientar um aspecto que progressivamente ganhava destaque na estética mercantil – o motivo temático:

Realmente, não se compreende, hoje em dia, que uma vitrina não tenha um motivo central. Baseando-se nas datas comemorativas, nas festas populares, nas estações do ano ou qualquer outro acontecimento que polarize as atenções do público, o vitrinista tem aqui um largo campo à sua imaginação e à sua capacidade.

O motivo, quando bem aplicado à vitrina, é uma forte razão para atrair a atenção dos transeuntes... e vender! (*Phili-cidade*, n. 64, jan.-fev. 1954).

Natal, Dia das Mães, Páscoa, 7 de setembro, carnaval: doravante qualquer ponto do calendário poderia servir convenientemente aos estratégias de majoração

do lucro. E, à medida que as janelas comerciais indicavam maior sofisticação nos seus arranjos, crescia também sua capacidade de conquistar admiradores os mais diversos. João Jacques, que cultivou durante muitos anos o gênero da crônica diária e, quando jovem, trabalhou no comércio, inclusive atuando na decoração de lojas, não deixaria de comentar eventualmente a presença desse ornato. A conjunção do tirocínio na escrita corriqueira com o olhar treinado para o encanto mercantil rendeu observações peculiares, entre as quais uma resultante da apreciação da face externa de certa loja de brinquedos: “Fiquei mesmo diante da vitrine indigestada de lâmpadas elétricas fortes, de pequenos holofotes dirigidos. Jóia falsa sem ‘spotlight’ que lhe arranque sóis da lapidação não impressiona nem passa por verdadeira. *A luz valoriza até o autêntico*. E a decoração técnica faz de objetos baratos preciosidades” (Jacques, 1979, p. 67 [grifo meu]).

O cronista nota a função imprescindível que a iluminação assumira na montagem do espetáculo comercial: os focos de luz, orientados a partir de um conhecimento específico, influíam tanto na maneira como os objetos eram vistos quanto no valor que lhes era atribuído pelo espectador. A ensejo de dizer algo despretenso, João Jacques promoveu, como tantos colegas de ofício, uma abertura à possibilidade da crítica social: recorda, sem alarde, que testemunhara anos antes uma menina pobre pedir à mãe determinada boneca exposta numa vitrine; tendo a mulher respondido à filha que poderia apanhar o brinquedo, a criança estendeu as mãos que, em vão, ficaram apalpando o mostruário, sem alcançar o objeto do desejo. À vista de tamanha decepção, o cronista concluiria que “há sempre o vidro atrapalhando um sonho proletário”. Esse mesmo vidro poderia, quando fustigado por fontes luminosas exteriores, como o sol ou a lâmpada de um poste, fazer as vezes de espelho, sobrepondo à visão da mercadoria o reflexo do rosto de um passante (Silva Filho, 2002b, p. 112). Para muitos observadores de vitrines, desprovidos de melhores rendimentos, esta projeção especular seria provavelmente a maior proximidade alcançada entre seu olhar e o artigo exposto. Proximidade frágil e inapelavelmente efêmera: “Nenhum espelho tem memória”, já advertira a perspicácia de uma escritora atenta à miudeza do cotidiano (Maireles, 1998, p. 60).

Mais que veleidade reservada a poucos, a prática de olhar vitrines se tornou, entre as décadas de 1940 e 1960, uma característica modalidade de entretenimento dos fortalezenses. A frequência habitual a praias, clubes, cinemas, bilhares, casas de jogo e partidas de futebol, embora conhecesse ponderável e crescente difusão,

requeria condições pecuniárias e facilidades de transporte amiúde inviáveis às camadas de renda modesta. Determinadas agremiações, como o Ideal Clube e o Náutico Atlético Cearense, constituíam símbolos de exclusivismo, com suas dependências em larga medida reservadas aos grupos afluentes da capital cearense e, em razão disso, propícios à ostentação da elegância burguesa e ao registro comezinho do colunismo social (Jucá, 1996; Pontes, 2005). Entre as diversões pagas, a sétima arte liderava na predileção dos habitantes, impulsionada principalmente pelo glamour que emanava das celebridades de Hollywood e, no plano local, com a abertura das duas mais imponentes casas de projeção da cidade: o Cine Diogo (1941) e o Cine São Luís (1958). Contemporâneos referiram o rigor daqueles estabelecimentos, em matéria de vestimenta: a exigência do uso de paletó, feita aos espectadores masculinos, durou muitos anos e ensejou episódios curiosos, entre os quais a proibição de entrada no recinto infligida a uma das mais aclamadas personalidades da história do cinema – o ator e diretor Orson Welles, quando hospedado em Fortaleza – e o conhecido aluguel de um paletó, cativo numa lanchonete e destinado a freqüentadores de poucos recursos, que se comprometiam a devolvê-lo logo que terminasse a sessão (Girão, 1998, p. 25, 32-33).

Após a exibição do filme, muitas pessoas tinham o costume do *footing* – um descontraído passeio a pé circundando o perímetro formado pela praça do Ferreira e algumas das principais ruas do centro, como Guilherme Rocha, Barão do Rio Branco e Liberato Barroso. Durante a permanência na sala escura, corpos estáticos acompanhavam a sucessão de imagens em movimento; com o *footing*, era o olhar que ganhava mobilidade, proporcionando, de passagem, uma visada fugaz sobre as vitrines em exposição.

O cronista Antônio Maria, tendo morado em Fortaleza no ano de 1944, recordou a forma mais popular de usufruto do tempo livre, então em voga: “A diversão mais barata e, por isso, mais freqüentada, era o passeio domingueiro da rua Guilherme Rocha, que fica cheia, de ponta a ponta, entre 7 e 9 horas da noite” (Maria, 1989, p. 43). Numa cidade que, segundo a imprensa, carecia de oportunidades variadas de lazer, o esmero na preparação dos mostruários comerciais e a iniciativa de fixar anúncios luminosos, além de cúmplices do mundo dos negócios, poderiam servir ao entretenimento público e ao embelezamento da cena noturna. Um jornalista chegou a formular a seguinte sugestão:

A lua já não atrai mais o povo para a Praia de Iracema, que está desaparecendo aos poucos. Os bairros não oferecem atrativos, deixando de existir, em muitos deles, até o próprio cinema.

A cidade, entretanto, podia apresentar ao menos as suas principais artérias mais bem iluminadas.

As ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo e Floriano Peixoto e respectivas travessas, do Passeio Público à praça do Ferreira, deveriam ter uma iluminação mais profusa. Seriam aproveitadas, assim como acontece em outras capitais, para a realização de verdadeiros passeios. Estando localizadas, ali, as casas mais importantes do nosso comércio, seus proprietários se interessariam pela montagem de atraentes vitrines e de reclames luminosos. A cidade teria nova vida à noite, não apresentando esse aspecto desolado que impressiona tão mal aos seus visitantes (*O Povo*, 23 mar. 1946).

Solicitações desse teor deixam entrever o modo pelo qual a estética mercantil influenciava na formação do gosto, na fruição do lazer e na consolidação de comportamentos relacionados ao imaginário da cidade grande. O mesmo repórter ainda frisou a necessidade de se dar combate à “licenciosidade” do quadrilátero delimitado, para que enfim este apresentasse condições adequadas à acolhida do passeio noturno. Emerge aqui uma afinidade reveladora: para exercer devidamente seu poder de atração, a luz do comércio supunha a eficiência da autoridade moralizadora, fomentava a expectativa de manutenção da ordem urbana. Nesse contexto, mercado de bens e disciplina dos corpos aparecem irmanados.

A decoração das vitrines, entre os anos 1940 e 1960, testemunhou o momento final da hegemonia do centro de Fortaleza na produção do espaço urbano (Silva, 2001). O crescimento demográfico e territorial da cidade desencadeou um fracionamento e dispersão de atividades antes reunidas no perímetro central: abertura de novos corredores comerciais, no prestigioso bairro da Aldeota e ao longo da avenida Bezerra de Menezes; deslocamento do porto, que migrou das adjacências do centro antigo em direção à zona leste; transferência do setor hoteleiro, outrora sediado na região central, para a avenida Beira-Mar, cuja construção sinalizou o interesse de fortalecer o potencial turístico mediante a incorporação das amenidades praianas à paisagem da capital cearense (Silva, 2000). Nesse ínterim, ao que parece, boa parte das lojas acentuou os cuidados permanentes na apresentação de suas fachadas. Há poucos anos um arquiteto fez a seguinte menção:

Eu tenho 42 anos, mas me lembro perfeitamente bem. Eu alcancei o final do período do centro da cidade como principal local de lazer, eu lembro que existia um costume muito interessante do pessoal da minha geração, dos nossos pais de, nos finais de semana, visitar em Fortaleza as vitrines, pra ver a forma como as lojas se organizavam, as novidades que o comércio trazia (Duarte, 2001, p. 81).

A propaganda – esse olhar mercantil, que “penetra no coração das coisas” – contribuiu para construir uma nova percepção urbana, na qual a visão tendia a reiterar sua soberania frente aos demais sentidos. Ao mesmo tempo que reverberava o canto de cisne do centro da cidade, a exposição de vitrines teve presença marcante na experiência cotidiana de uma geração de moradores, que aprenderam a apreciar mercadorias através de uma lâmina de vidro e passaram a lastimar, retrospectivamente, as firmas que não dispunham desse aparato (Silva Filho, 2002b, p. 104-112). Nas memórias de um deles, há registro de numerosas casas comerciais de Fortaleza, na década de 1940:

A loja de sapatos mais bonita da cidade era, sem dúvida, a “A Notável”, localizada no térreo do Excelsior Hotel, na Rua Guilherme Rocha [...] “A Notável” era notável porque tinha três vitrinas, inclusive uma central, de forma cilíndrica e giratória. Movida a motor elétrico, chamava a atenção de quem passava.

[Sapataria Belmont] Loja simples, sem vitrinas, apresentava uma linha popular de calçados.

[Casa Pio] Era uma loja padronizada às congêneres, com a indefectível simetria tão comum à época: duas vitrinas laterais e a circulação centralizada. Muitos espelhos, a luz dirigida por holofotes, geralmente embutidos no teto das vitrines.

[A Cearense] gigantesco salão bastante requintado, com ambientes de espera e nichos iluminados para exposições de peças finas. [...] De linhas “Art-Decó”, como era comum às lojas chiques daquele tempo, sua frente era rigorosamente simétrica, com duas vastas vitrinas laterais e muitas manequins artisticamente vestidas.

[Broadway] Uma loja que, embora bem menor em instalações, possuía, talvez mercê de seu nome, incrível fascínio na cidade [...] Tinha duas vitrinas, uma em cada rua.

[Rianil] tinha, sem favor, as mais bem arquitetadas vitrinas de tecidos da cidade.

[As Duas Américas] Não era uma loja de luxo, mas era bastante simpática. Tinha apenas uma vitrina, na quina. Não possuía manequins que eram detalhes de alto requinte, naqueles tempos.

[Casa Ouvidor] Era uma loja simples, não tinha vitrinas, apenas uma só boneca-manequim colocada sobre um balcão.

[Casa Londres] outra loja sem maiores pretensões, não obstante o nome pomposo. Não tinha vitrinas nem manequins (Lopes, 1996, p. 61, 62, 89, 90, 91).

É razoável presumir que, na esteira das impressões fornecidas por esse memorialista, outros habitantes aquilatassem o requinte e poderio de um estabelecimento pela aparência de seu exterior. E, na face da loja voltada para a via pública, poucos dispositivos se mostravam tão convidativos à captura da atenção e ao fomento da admiração quanto vitrines e letreiros luminosos. No meado do século XX, seu uso programado como chamariz para os transeuntes era recurso conhecido e largamente praticado pelos comerciantes de Fortaleza. Improvável, contudo, que esses dispositivos votados a exacerbar o desejo de consumo gozassem de aprovação unânime ou provocassem efeitos psicoafetivos idênticos na população.

Com a leitura de expressões relacionadas ao modernismo no Ceará, o qual trouxe para o âmbito literário a reflexão contínua sobre cenas e situações vividas na existência cotidiana, pode-se identificar vestígios de uma atitude crítica diante das estratégias de sedução comercial. A esse respeito, é particularmente elucidativo um conto do escritor Braga Montenegro, publicado em 1948 com o título “Os manequins”. Indivíduo solitário, imerso na dimensão multitudinária da cidade moderna, o narrador e protagonista da história caminha pelas ruas sem destino certo, entre pensamentos introspectivos e a observação do ambiente ao seu redor. Essa experiência da deriva urbana, tão característica dos aglomerados metropolitanos e elaborada esteticamente pela lírica moderna, permite a justaposição da interioridade subjetiva e da realidade social: desse modo, público e privado se apresentam como instâncias necessariamente referidas uma a outra, e não como círculos supostamente fechados em si mesmos (Habermas, 1984; Sevcenko, 1994). A certa altura, o narrador-personagem, lançado ao contato com forças sobre as quais não exerce o menor controle, termina se postando diante da janela de uma loja:

Embebido nas minhas reflexões, deixava que as pernas me conduzissem ao léu, em meio aos transeuntes. Em algumas ocasiões o trânsito era tão intenso, que me sentia levado de cambulhada pela multidão a ir e vir, açodada, rumorejante.

À vitrina iluminada de uma loja, parei. Recostei-me ao cano de metal que resguardava o enorme vidro quase do mesmo tamanho dos portões de aço ondulado,

e deixei-me ficar absorvido no exame dos objetos expostos. Havia jóias – colares, braceletes, camafeus, trancelins, brincos, clips, chatelaines – muitas jóias falsas, reluzentes, mais cintilantes porque eram falsas. Carteiras, lenços, luvas, guarda-sóis, meias, cintas – matéria plástica, nylons, vidros – contrafações de couro, de seda, de ouro, de prata, de esmaltes, de cristais, de pérolas, de diamantes, de rubis: a vitrina toda era uma imensa simulação para a simulação maior do atavio feminino (Montenegro, 1948, p. 70).

A proximidade física entre o indivíduo e os artigos em exposição é suplantada por um distanciamento assegurado pela reflexão. De acordo com o personagem, a vitrine e os adornos femininos exprimiam uma aliança pouco evidente, ditada não pela contigüidade no espaço, mas pela montagem de um artifício escamoteador da realidade. A enumeração dos objetos, tipo por tipo, participa de um procedimento analítico: sugere tanto a abundância numérica das mercadorias quanto revela seu parco valor intrínseco. Finalmente, o impulso crítico adverte, de passagem, que a intensidade do brilho se encontra em sintonia direta com o engodo produzido: “muitas jóias falsas, reluzentes, mais cintilantes porque eram falsas”.

Entre a diversidade de bens vislumbrados através da fachada de vidro, uma categoria merece do narrador-personagem maior atenção:

Havia ainda manequins, em tamanho natural, representando moças elegantíssimas, loiras umas, outras morenas, belas todas. Uma delas sorria um sorriso de imitação, imóvel, o olhar de vidro muito brilhante e imutável, a cabeça de cerdas negras lustrosas, a fronte ampla e bem feita. Ao examiná-la comecei também a sorrir, considerando aquele ingênuo simulacro da pessoa humana. Imitação apenas, um produto mecânico sem expressão artística, sem conteúdo anímico. [...]

Aí veio-me um pensamento maligno: se arrancassem as jóias, os adereços, a fazenda fingindo vestido, daquele corpo fictício, ali, por trás do vidro, como seria grotesco! Imaginava o desapontamento do proprietário da loja se o caixeiro expusesse o manequim sem vestes. Como tudo seria divertidamente burlesco! O riso veio, espontâneo, alterar-me a fisionomia de ordinário severa (Montenegro, 1948, p. 70-71).

Os mesmos objetos que, segundo o memorialista, denotavam a sofisticação de um estabelecimento comercial e reforçavam seu prestígio, recebem no conto um

tratamento diverso: se reproduzem com beleza os traços da figura humana, são porém destituídos de uma propriedade irreduzível aos seres singulares – a alma. Despir os manequins se afigurava como uma travessura imaginária e, também, um desvelamento radical: ao contrário da nudez dos seres humanos, que acarreta constrangimento moral e afronta ao decoro, a nudez das coisas provoca uma reação hilária, ao explicitar sua falta de interioridade. Mas não seria o caso de assumir um ponto de vista em menosprezo do outro. Tanto o memorialista quando o protagonista (e provavelmente o autor) do conto apresentam percepções plausíveis sobre a presença de vitrines e manequins no contexto de Fortaleza, dando a ver as diferentes maneiras pelas quais esses equipamentos afetavam a sensibilidade dos habitantes.

“A vitrine iluminada como palco, a rua como teatro e os transeuntes como platéia – esta é a cena da vida noturna na cidade grande” (Schivelbusch, 1995, p. 148 [tradução minha]).⁷⁰ Esse traço da paisagem dos centros urbanos modernos, iniciado com o advento da luz de gás e atingindo o paroxismo com o aproveitamento industrial da energia elétrica, foi gradativamente se integrando à dimensão cotidiana da capital cearense.

Na criação poética local é possível entrever afloramentos dessa realidade: um deles emerge no *Cancioneiro da cidade de Fortaleza* – publicação cujo propósito consistia em reunir num só volume a dispersão de poemas sobre a cidade, escritos por vários autores em diferentes épocas. Na coletânea, lançada em 1953, comparece uma quantidade substancial de sonetos – indício da longa influência dos princípios clássicos de composição sobre os versejadores. Percebe-se ainda a assiduidade de motivos que oscilavam entre a lírica e o bucólico: coqueiros e palmeiras, o brilho da lua, a brisa do oceano, a alvura das praias, a beleza da terra, a saudade do passado, o amor pelo berço de origem, a renda de espuma formada pelas ondas, os “verdes mares bravios” e a evocação da lendária Iracema (traços indicativos do peso da obra de José de Alencar na vertente mais tradicional da poesia cearense). A despeito do apego a formas e conteúdos cediços, o *Cancioneiro* trouxe, na segunda edição, dois poemas que faziam rápida alusão ao elemento que podia ser flagrado nas ruas mais movimentadas da cidade:

Oh, Cidade que te iluminas fartamente

⁷⁰ “The illuminated window as stage, the street as theatre and the passers-by as audience – this is the scene of big-city night life”.

com a luz mágica da usina do Mucuripe,
 para o engodo bulhento dos cinemas
 e a *exibição das vitrinas atraentes*

* * *

E o progresso dispara pelas ruas como um alucinado
 Apitando, buzinando, fonfonando, ofegante,
 raspando trilhos gritantes...

.....

E o progresso continua pela rua:

Corre de automóvel, rebola-se de caminhão,
 arrasta-se de bonde e voa de avião...

Fala, grita, oferece, reclama:

Conversa com o Brasil inteiro
 pelos fios.

E conversa com o estrangeiro
 pelo cabograma.

E entra e sai das lojas comprando e vendendo:

Vira-se, mexe-se, roda e desroda

e fica nas vitrinas

mostrando os artigos da última moda...

Só não fica é parado: que barulho danado! (Benevides, 1973, p. 116, 132 [grifos meus])

Nos poemas de Bruno de Menezes e Oswaldo Chaves, respectivamente, a vitrine assume papéis diversos, funcionando como: desdobramento da energia produzida numa instalação moderna – a usina; dispositivo de atração mercantil; e sinal de um progresso comprometido com os imperativos da mobilidade, da informação massificada e da circulação incessante de produtos. Em determinadas circunstâncias, porém, a tela de vidro poderia tornar-se algo bem mais comezinho, ou mesmo suspender sua habitual incumbência de exhibir objetos, para vir a ser uma mercadoria entre muitas outras, banalizada na linguagem simples e direta de um anúncio de jornal: “Vitrine. Vende-se uma com vidros de cristal francês, toda equipada, com prateleiras de cristal e suportes” (*O Povo*, 17 out. 1951).

A forma como, por volta de meados do século XX, alguns cronistas e memorialistas mencionam, descrevem e recordam as vitrines e o hábito de observá-las, leva a crer que tanto o objeto quanto o gesto a ele associado se revestiam de um significado que hoje se perdeu, ou deixou de parecer evidente. A trivialidade com que atualmente o olhar se põe e se retira dos mostruários de vidro, neles mal se detendo, é sem dúvida resultado de sua notável multiplicação, que contribuiu para arrefecer o antigo e quase exclusivo elo entre essas janelas comerciais e as lojas de maior prestígio e apuro ornamental. Mas a proliferação das vitrines não basta para entender por que se alterou o modo de vê-las. Há poucas décadas, quando a televisão ensaiava os primeiros passos e o custo dos aparelhos receptores era exorbitante, a caixa de vidro, em escala natural, instalada na fachada dos estabelecimentos comerciais, ocupava sem rival o centro das atenções, propiciava um espetáculo gratuito (a princípio, pelo menos) e encorajava a presença noturna no espaço público. A estranheza que, ao leitor de hoje, sobressai nos relatos acerca da cidade dos anos 1940 a 1960 se deve, em parte, a uma mudança no sentido de determinadas práticas culturais. Olhar vitrines não era, apenas, uma atividade lúdica ou o preâmbulo de uma compra; tratava-se de um ritual profano. O passeio dos olhos pelas mercadorias em exposição constituía uma modalidade de socialização urbana. Assim como o ato de freqüentar cinemas, teatros e cafés, acompanhar o desfile dos bens denotava o aprimoramento dos costumes, a diversificação das formas de interação social e o desenvolvimento da cidade.

Fortaleza, que entre 1940 e 1970 experimentou um impressionante e problemático salto demográfico – passando de 180 mil para cerca de 870 mil habitantes –, teve nas migrações do campo e das cidades do interior do estado o principal fator de aumento populacional, notadamente em períodos de seca. Massas de pessoas pobres, muitas vezes sem possibilidade de permanência em seus lugares de origem, afluíram para a capital, engrossando as franjas do tecido urbano e padecendo o agravamento crônico da precária condição social que já se abatia sobre milhares de residentes, às voltas com carências estruturais – como habitação, saneamento, transporte e saúde pública – e em busca de alguma estabilidade material, quase sempre improvável no contexto de um mercado de trabalho historicamente opressivo e que, em conjunturas de abundante mão-de-obra, costumava agudizar o aviltamento dos estratos modestos (Câmara, 1965; Ceará,

1967; Jucá, 2000; Silva, 2000).⁷¹ Eventualmente a transferência para a cidade grande traria melhores perspectivas de vida para alguns adventícios. Em entrevista, a historiadora Valdelice Girão, nascida num município do interior cearense, comentou a alegria das vindas à capital durante sua mocidade na década de 1940, para onde se mudaria em definitivo anos depois:

Quando eu vinha para Fortaleza, eu vinha para passear. Aí eu passava uns três meses. Era a minha festa! Eu era a intelectual, a moça que ia ao teatro, ao Clube Iracema e ao Clube dos Diários. [...] Quer dizer, eu tinha uma vida de sociedade, de cidade grande.

[...] Quando minha mãe veio para Fortaleza, os outros irmãos já estavam estudando em casa de parentes. Nesse período da minha adolescência, eu vivi uma coisa maravilhosa, que era passar uma temporada na casa dos meus padrinhos, Raimundo Girão e Marizot. [...] Mas eu passava uma temporada, não estava aqui para estudar. Eu adorava! Vinha para a cidade e era considerada uma moça da cidade. [...] Passava por lá [Instituto do Ceará], em companhia da Celina, que ia pedir dinheiro ao pai para fazer umas comprinhas no centro da cidade. Fazer compras no centro da cidade era maravilhoso! Depois das quatro horas da tarde era o melhor momento para visitar o comércio, as casas de tecido, as casas de bijouterias. Cada coisa linda, finérrima! Já fazia menos calor, as ruas estavam mais calmas. As vitrines eram muito bonitas! A gente visitava as praças à noite para observar as vitrines das lojas próximas. Cada comerciante se empenhava mais que o outro para produzir melhor a sua vitrine. E a gente dizia: “Vamos lamber as vitrines!” (risos) (Holanda, 2006, p. 27, 24, 25).

Conforme o depoimento, em paralelo com a ida a clubes e teatros, olhar vitrines significava diversão e, também, um índice de civilidade, carregava portanto a marca cultural da vida na cidade moderna. Além do mais, as telas de vidro fomentavam claramente a avidez dos sentidos, a ponto de instilar um fascínio que

⁷¹ O estudo preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza, parcialmente divulgado em 1969 pelo jornalista Luciano Diógenes através de uma série de reportagens, afirmava: “A gravidade do problema habitacional está estreitamente vinculada à desproporção entre o crescimento populacional e a expansão do mercado de trabalho urbano, causada principalmente pelo movimento migratório. O grau de desenvolvimento da cidade ainda não permitiu uma elevação significativa do nível de emprego e grande parte da população que a ela afluí em busca de trabalho é absorvida em atividades não funcionais, percebendo rendas tão baixas que não lhe permite arcar o ônus, seja de aluguel, seja da aquisição de uma casa própria. Estas populações enfrentam o problema da moradia construindo por seus próprios esforços habitações precárias nas favelas e áreas periféricas da Cidade” (apud Diógenes, 1971, p. 6).

extravasava o registro da visão: era um prazer que, transposto na sugestiva expressão “lamber vitrines”, convidava a saborear, sorver, sentir o gosto, mobilizar os sentidos em arrebatamento e sem culpa. Como insinua sua designação coloquial, essa prática se destinava a estimular o *apetite* dos espectadores, buscando orientar para o consumo parte das demandas cotidianas por satisfação individual. A mirada dos objetos através de vitrines, quando feita a pouca distância, poderia ainda despertar associações com outros sentidos corporais, quase prenunciando um toque, “sem intermediárias retinas, / de perto, quando o olho é tato, / ao olho imediato em cima” (Melo Neto, 1994, p. 295).

A legitimidade da procura por gratificações de efeito imediato corresponde a uma das alterações mais dramáticas que a emergência de uma cultura de consumo inflige ao quadro de valores morais de uma determinada coletividade. No caso específico das vitrines, essa pretensão pode ser efetivada ou frustrada, segundo a condição pecuniária de quem se põe a mirar os artigos em oferta. Não demorou muito para que esses observadores atilados das miudezas de todo dia, que são os cronistas, atinassem com a ambivalência da superfície hialina, lançando ao mesmo tempo a promessa e a recusa no acesso aos bens. João Jacques abordou o assunto num de seus textos:

O comércio da ilusão é grande e vário.

Que é a loja de moda quando, no horário legal, levanta a cortina de aço?

Um palco.

Que são as vitrinas da cidade, à noite, cheias de luzes, decoradas a capricho?

Um vídeo.

Diante delas, mesmo e sobretudo os que não têm dinheiro compram algo que levam nas pupilas e na alma: o tom, a forma, o estilo dos objetos ou mercadorias de suas preferências pessoais (Jacques, 1964, p. 112).

O olho e a alma: dois receptáculos nobres cuja atração sugere o poder sedutor exercido pelas vitrines. Nem todos devem ter resistido estoicamente aos apelos de uma bela variedade de objetos, organizada, decorada e exposta adrede para infundir admiração, encanto e desejo. O jeito normativo de ceder à tentação da posse era demasiadamente conhecido: alimento da caixa registradora, alegria do comerciante, dado para a pesquisa censitária, a compra do produto aparecia muitas vezes como o

extremo de um fosso intransponível, tendo à outra margem a impotente vontade de aquisição e o minguido rendimento dos clientes. Mas é possível que, em certos momentos, a conjunção entre o fascínio dos objetos e a ousadia dos frequentadores das lojas abrisse oportunidade a uma apropriação indevida. O epílogo dessa manobra arriscada comportava variantes: nova ocorrência para o arquivo da polícia e as estatísticas criminais; acordo silencioso entre o estabelecimento e a pessoa implicada, com o devido ressarcimento da mercadoria ou do dinheiro equivalente à compra; êxito na subtração ilícita. Essas atitudes desviantes, quanto mais bem-sucedidas, menos rastros deixam para o pesquisador. Não obstante, foi porventura encontrado o mais raro dentre esses indícios discretos – aquele produzido por confissão voluntária do próprio autor:

Pratico o excitante esporte do “descuidismo” há muito tempo. Não posso precisar quando comecei a “bater” as coisas pelas casas comerciais. Cedo me convenci da minha inata habilidade de escamoteador. Das centenas de “espertezas” que fiz até hoje – em lojas, mercados e outros lugares – em nenhuma tive insucesso. Intimamente me regalava com os sucessivos e infalíveis êxitos de minhas perigosas diabruras.

Em Fortaleza a coisa sempre me pareceu mais simples. Gente boa, descuidada, cheia de confiança. Em todo o comércio desta cidade, talvez não existam “olheiros” (pessoas encarregadas de policiar a freguesia, para evitar furtos) senão em três ou quatro casas. Já nas praças do Sul a coisa é muito diferente: em todo estabelecimento retalhista há detetives ocultos ou gente mesmo da casa de olhos vigilantes. [...]

Pois vou dizer uma coisa, sem sombra de gabolice. Vou dizer que mesmo no Rio de Janeiro, sabendo-me possivelmente vigiado, pratiquei meu esporte vezes sem conta, executando as proezas difíceis com a mesma calma e a mesma técnica. [...]

Devo esclarecer, enquanto é tempo, que nunca, em toda a minha carreira de “batedor” esportivo, retive comigo um só dos artigos indébita e furtivamente desviados. Levei-os todos de volta a seus legítimos donos. E a devolução, igualmente, jamais me trouxe o mínimo embaraço. Questão de arte, de observação rápida, até de psicologia. É preciso controlar, no momento de empalmar o objeto, todas as pessoas presentes – gerentes, subgerentes, caixeiros, os próprios fregueses – e agir no segundo exato, com instantaneidade.

É uma espécie de diversão que não aconselho a todo mundo, visto que para usá-la é necessário possuir todas as minhas excelentes qualidades, absolutamente indispensáveis ao bom descuidista. É um perigoso esporte: pode dar escândalo,

encrenca com a polícia, ou coisa pior. Requer, além de tudo, um tipo de talento artístico que não sei bem definir, embora o possua de sobra.

O narrador-protagonista dessa brincadeira cheia de risco e artimanha foi Caio Cid (pseudônimo de Carlos Cavalcanti), homem de imprensa e aclamado cronista entre as décadas de 1930 e 1960. Na descrição imodesta das qualidades requeridas e do seu longo histórico no desvio lúdico de objetos, o autor salienta o misto de excitação, autocontrole e poder de observação envolvidos na prática dessa travessura. Advertindo não sofrer de cleptomania – “Não sou um doente, mas um artista” –, Caio Cid relata sua proeza derradeira: quando casualmente encontrou na rua o amigo João Jacques, ambos adentraram um estabelecimento comercial para trocar algumas palavras ao abrigo do barulho e do calor. A conversa entre ambos terminou atraindo algumas vendedoras da loja, o que acordou o ímpeto do autodenominado “larápio elegante”:

O que João Jacques e as meninas não notaram, nem por sonho, foi que eu já havia visto ao lado, na bem arranjada exposição, uma bela marmitta térmica, toda niquelada, pegador arqueado, pesando – como depois verifiquei – cerca de dois quilos. Imediatamente notei que minha queda esportiva havia despertado. [...]

João falava às pequenas, tudo parecia propício ao golpe e... não hesitei um segundo: distendendo o braço direito, chamei para junto de minhas pernas o objeto que me havia sugestionado. Depois, aos poucos, fui ajeitando a marmitta com o bico do sapato, até como que incorporá-la a minha pessoa. A emoção dominou-me fortemente por alguns minutos.

E veio o lance mais perigoso: tomei o santo colega pelo braço, dei de cabeça para as caixeirinhas e – meu Deus do céu! – encontrei-me no fervedouro da rua, com a preciosa marmitta pendente ao lado e o coração ainda batendo apressadamente (*Correio do Ceará*, 11 dez. 1965).

Façanhas como as de Caio Cid requeriam um grau de sofisticação incomum, tornando-se ainda mais insólitas por sua motivação eminentemente “esportiva”. De qualquer modo, a narração é dotada de um valor mais abrangente, uma vez que alude a uma entre tantas formas pelas quais os objetos afetavam as pessoas, “sugestionavam” sua atenção, impeliam sua audácia, exacerbavam seu desejo, exerciam em suma um papel ativo no trato com os homens, contrariando assim

noções obstinadas em neles enxergar nada mais que simples ajuntamentos de matéria inerte.

Enquanto uns habilmente retiravam mercadorias à sombra do olho vigilante, outros aguardavam com ansiedade os momentos de congratulação expressa na troca de presentes. Como data eminente dessa forma de afetividade, o Natal e, naturalmente, o mais célebre presenteador imprimiam ao crescente volume das compras de fim de ano um aspecto ritual, ainda que em nítida consonância com os interesses do comércio. Estampada em anúncios de jornal, reproduzida em vitrines, colocada em fachadas de lojas, a imagem do velhinho nórdico se tornara, especialmente no pós-guerra, um aliado precioso no crescimento das vendas. “Apesar dos preços proibitivos, a figura de Papai Noel continua a inspirar os pais a gastar um pouco mais para presentear a seus filhos”, observava um jornalista (*Unitário*, 25 dez. 1962). Essa inspiração foi, por vezes, ainda mais enfaticamente capitalizada em favor dos negócios: um empresário, tomando por modelo a missiva que as crianças anualmente dirigiam ao Papai Noel, preparou e mandou publicar na imprensa uma “Carta de Natal” exclusiva do seu estabelecimento, reunindo em lista uma variedade de produtos na qual a dona de casa e os filhos poderiam previamente assinalar o que desejavam ganhar por ocasião do festejo. Aos maridos, segundo alegava a firma, restava o duplo benefício de ter conhecimento antecipado do que presentear e adquirir tudo num só lugar, sem perda de tempo e energia ao percorrer diferentes casas de comércio. Em contrapartida, o texto da carta, sob o pretexto de facilitar as compras de fim de ano, incitava a disposição em tornar qualquer esquecimento uma falta intolerável:

Querido:

Estou certa de que não esqueceste que estamos às vésperas do Natal. Aliás, seria impossível esquecer: tudo em volta – o movimento das ruas, as lojas cheias, as primeiras árvores ornamentais, a alegria das crianças – lembra a aproximação da maior festa da Cristandade.

Não desejo roubar teu precioso tempo e aumentar tuas preocupações. Mas é preciso que te lembre: QUEM DIZ NATAL, DIZ PRESENTES, e tu não podes esquecer isto (*O Jornal*, 19 dez. 1958).

No início dos anos 1960 tornou-se habitual preparar, na temporada natalina, uma vistosa solenidade para recepção ao Papai Noel, que de avião percorria diversas cidades brasileiras e monopolizava os olhares infantis arregimentados em praça pública. A cobertura da imprensa noticiava desde a chegada do velhinho ao aeroporto até sua partida, incluindo o desfile em carro aberto do Corpo de Bombeiros por várias artérias de Fortaleza e o cortejo festivo reunido no principal logradouro público. Papai Noel era, ao mesmo tempo, um símbolo e uma celebridade (*Tribuna do Ceará*, 20 dez. 1963). Mais que isso: junto com as vitrines, os letreiros luminosos e outras modalidades de propaganda, o viajante de barbas brancas se convertera numa excepcional ferramenta de mercado. Sua evocação recorrente em textos, imagens e manifestações coletivas cimentava a produção histórica de uma familiaridade deliberada entre o Natal, o ato de presentear e a expectativa de consumir. Mas, nessa trama onde se diluíam as fronteiras entre o lúdico (do presente), o luxo (dos privilegiados que o ganhavam) e o lucro (dos fabricantes e comerciantes), o velhinho teria sérias dificuldades em resguardar sua aura, como percebeu em 1972 o cronista Ciro Colares: “Papai Noel está ficando desmoralizado, invade até redação de jornal para oferecer seus préstimos a festinhas familiares. É que sobra, nestes dias, Papai Noel na cidade, e no lugar de dar, ele quer é ganhar dinheirinho” (Colares, 1974, p. 43). Num sistema produtor de mercadorias em escala industrial, parecia inevitável que o próprio Papai Noel, multiplicado na pele de tantos anônimos, se tornasse também uma mercadoria.

O rumor dos artefatos

Marciano Lopes, em seu livro de memórias *Royal Briar*, relata o indisfarçado assombro em seu primeiro contato com a cidade de Fortaleza, no ano de 1945. Contando nove anos de idade, percebe-se em sua fala uma dimensão superlativa bastante peculiar ao olhar infantil:

O percurso entre a parada do ônibus, na Praça dos Voluntários e a casa de meus familiares [avenida do Imperador], foi de surpresas sucessivas. Embora a Fortaleza daquele tempo fosse uma encantadora província, se comparada à minha pequenina e inocente Beberibe, me parecia uma metrópole. Algo como deixar Fortaleza, agora, e chegar a Nova York. Encantavam-me os prédios altos, as lojas bonitas e suas vitrinas, as ruas movimentadas, os carros, o barulho ensurdecedor dos bondes, a elegância das pessoas, as residências chiques (Lopes, 1996, p. 27).

Um curto trajeto foi suficiente para descortinar aos sentidos o novo mundo que se lhe afigurava. À percepção da criança alia-se o espanto de um encontro inesperado com uma cidade sequer dimensionada pela imaginação. A novidade não reside somente no que é observado, como uma misteriosa e impalpável substância; novo é também o estado daquele que escruta a paisagem nos seus menores contornos, como sugere a atitude da criança representada na descrição acima.

Esta percepção algo mágica e irrequieta, tão presente na infância do autor e depois engendrada pela memória, tem o poder de conjugar as imagens estilhaçadas, transfigurando-as em paisagem urbana. Marciano Lopes, num julgamento em retrospecto, pontifica o provincianismo de Fortaleza, mas não consegue se esquivar das impressões gravadas na sensibilidade da criança, ao defrontar-se com a monumentalidade da capital, dinâmica e graciosa, feérica e turbulenta, diferente de tudo que presenciara até então. O contraste visível com sua terra natal amplifica o vigor e a escala da expansão urbana, traduzida por alguns aspectos que já ganhavam a condição de índices da metropolização: edificações portentosas, bulício das ruas, trânsito motorizado, beleza arquitetônica, vestuário sofisticado, intensa atividade comercial.

De certo modo, o memorialista arrisca uma insinuação valiosa: aquilo que se observa é indissociável da perspectiva empregada. Província, metrópole, ou as duas simultaneamente: uma mesma cidade se apresenta de modos diversos, ou se torna outra cidade, dependendo do olhar que a escrutina. Mais ainda: é o olhar que constitui essa representação. Para a criança egressa do interior, a capital assoma como palco de uma espécie de espetáculo urbano, com as surpresas e deslumbramentos que povoam a imaginação infantil. Já o adulto compõe uma avaliação retrospectiva – em face do que se tornou atualmente, a capital de cinquenta anos passados não seria mais que uma bela província. Ao que parece, divisar a cidade primordialmente em seus aspectos antigos ou nos seus contornos modernos constitui atividade diretamente associada à angulação e distância temporal do enunciador.

Um dos elementos mais ricos e pouco expressos dessa paisagem urbana são os novos sons que tomam lugar na vida cotidiana, muitos deles relacionados à aplicação da eletricidade no desempenho de atividades como a iluminação particular e o transporte público. Ao chegar em Fortaleza por volta de 1910, o poeta Otacílio de Azevedo registraria como uma de suas primeiras impressões o giro de um engenho bastante comum à cidade de então: “No centro do passeio [da praça do Ferreira], à falta de óleo, gemia um velho cata-vento, sobre uma cacimba gradeada”⁷² (Azevedo, 1992, p. 24). Três décadas depois, a paisagem urbana envergaria alterações substanciais: em lugar do cata-vento, submisso às forças imponderáveis da natureza, erguia-se a Coluna da Hora, um relógio público em sua contagem progressiva do tempo. Em vez do ruído modorrento do velho artefato e dos carris puxados a burro, já desaparecidos, Marciano Lopes aludiu ao “barulho ensurdecido dos bondes”. De fato, este constituía um dos vestígios tangíveis da urbanização na zona central de Fortaleza durante os anos 1940. Inaugurada a primeira linha em 1913, o bonde elétrico trouxe maior velocidade ao tráfego da cidade e expandiu a malha urbana, tornando-se o principal meio de transporte coletivo até sua desativação em 1947, quando já não atendia satisfatoriamente às necessidades cotidianas dos habitantes, nem estendia seu alcance aos arrabaldes surgidos em razão do aumento demográfico.

⁷² Em texto compendiado sobre a história de Fortaleza, Raimundo Girão ressaltou a presença marcante dos cata-ventos na paisagem urbana em alvares do século XX, quando a cidade carecia de um sistema de abastecimento subterrâneo de água e coleta de esgoto, somente inaugurado em 1927: “É interessante relembrar aquele sem-número de moinhos, que se levantavam na maioria das casas da cidade, a rodar dia e noite, imprimindo-lhe aspecto muito típico e ferindo a observação dos visitantes, que a denominavam, com razão, *a cidade dos cata-ventos*” (Girão, 1945, p. 57 [grifo no original]).

Ao longo de 21 km de trilhos, o ruído das frenagens, o toque das sinetas, o ranger de engrenagens em sua pesada estrutura metálica compunham uma das mais reconhecidas presenças da técnica moderna, assim como, bem ou mal, acabavam por alertar os transeuntes de sua perigosa aproximação. Convém salientar que, afora as despesas crescentes com a manutenção e conserto dos veículos e o alto custo que representaria a ampliação das suas vias, a principal alegação para a retirada dos bondes de circulação se prendia à urgência de reduzir a demanda de força elétrica que, na segunda metade da década de 1940, alcançava patamares problemáticos para a concessionária de energia.

Em um livro de memórias, o jornalista Blanchard Girão também recorda o estrépito dos carros elétricos durante sua adolescência no mesmo período, quando costumava tomar assento no que chamou “barulhentos e lerdos bondes da Light”. Diz ele: “Morei apenas alguns meses na rua Major Facundo, 1200 (menos de um quarteirão da Praça do Carmo), habituando-me à barulheira das rodas metálicas dos bondes sobre os trilhos que passavam por aquela rua até atingir a Praça José Bonifácio” (Girão, 1997, p. 125).

Essa admiração despertada pela primeira visão do bonde elétrico seria ainda mais intensa quando captada por uma criança egressa do interior, como o futuro jornalista Murilo Mota, que, vindo a residir na capital em 1922, hospedou-se durante pouco tempo num estabelecimento situado à rua Barão do Rio Branco – uma das principais vias urbanas de então: “Vivemos aí dias deliciosos, pois tudo era novidade para os pequenos tabaréus. Nenhuma, porém, que se equiparasse à do bonde, de que havia uma linha próxima. Ele nos deslumbrava, com suas aparelhagens múltiplas e seu vigoroso impulso” (Mota, 1991, p. 65). Afora o ronco do motor elétrico e a vibração das peças de metal, outro som resultou daquele contato inicial: o do baque sofrido pelo corpo do menino, derreado sobre o calçamento da rua, quando tentou, sem êxito, subir no veículo em movimento. Todavia, aquele encontro dolorido foi sucedido por experiências menos desagradáveis, a ponto de permanecer na recordação o fascínio gerado com a aparição da máquina rodante: “o nosso maior encanto era ver o bonde passar” (Mota, 1991, p. 142).⁷³

⁷³ Bem diferente da estupefação e deslumbramento da criança frente ao bonde elétrico era a avaliação de jornalistas e intelectuais quanto à precariedade daquele sistema de transporte, não apenas recorrentemente criticado como ainda escolhido para contrastar com a impressão de desenvolvimento que a capital parecia inspirar nos que por ela passavam. Assim, em visita transcorrida no meado dos anos 1940, o escritor Raimundo de Menezes – cearense radicado na metrópole paulista desde o fim da

Talvez um dos aspectos mais interessantes para o historiador voltado a escrutinar as práticas urbanas consista na verificação do choque de representações que revestem um dado comportamento social, um logradouro ou mesmo um equipamento urbano, seja ao longo do tempo, seja numa conjuntura específica. No que concerne ao bonde elétrico, conclui-se pela existência de narrativas discrepantes que, uma vez justapostas, fomentam a criticidade no trato das fontes históricas. Pois o estudioso que se fiasse exclusivamente nas obras de memória sobre a Fortaleza dos anos 1930 e 1940 estaria bastante propenso a interpretar aquele meio de transporte tão-somente como suporte de valores igualitários, ícone privilegiado de uma época mais tranqüila e harmônica, veículo seguro e eficiente na movimentação diária dos habitantes. O gênero memorialístico tende a acolher avaliações e pontos de vista permeados pelo filtro da saudade e da idealização do passado biográfico e coletivo, o que amiúde se presta à recomposição ideológica de costumes, crenças e situações de outrora. Mediante o exame de outros indícios, como crônicas, notícias de acidentes e queixas de leitores publicadas na imprensa diária, vêm à tona maneiras diferenciadas de se relacionar com o bonde elétrico, menos comprometidas com a necessidade de enquadrar as experiências urbanas numa moldura nostálgica e abstrata. Relatos de mutilações e óbitos resultantes do atropelamento ou da queda dos bondes, críticas à forçosa aproximação física entre pessoas de camadas sociais diferentes que trafegavam por sobre os trilhos, denúncias de superlotação nos veículos, comentários sobre a irritação provocada pela sua excessiva morosidade e os defeitos de funcionamento que não raro terminavam com a recolha dos carros elétricos à oficina da empresa, censuras à conduta grosseira dos cobradores, reparos feitos a determinados motorneiros que, atendendo à solicitação de passageiros melhor trajados, paravam o veículo fora dos locais estabelecidos: a atenção a esses pormenores corriqueiros vem em auxílio do historiador, de tal maneira que realçam a diversidade de amenidades, incômodos, disputas, cumplicidades, preconceitos e solidariedades envolvidos na utilização daquele equipamento técnico.

década de 1930 – comentava numa reportagem o estado dos carris, em especial seu aspecto terrivelmente ruidoso: “Fortaleza, com seus bangalôs modernos, palacetes vistosos, alguns até possuindo piscinas, com os seus prédios públicos dignos de elogio, como o Palácio da Polícia, ainda possui uma coisa que não acompanhou o grande surto de progresso da Capital nordestina. São os bondes arcaicos, avelhantados, caindo aos pedaços, barulhentos, ensurdecedores que a ‘Light and Power’ ainda não teve o ânimo de substituí-los por alguns mais modernos, limpos e elegantes que não envergonhem os cearenses” (*O Povo*, 21 jan. 1946).

Observa-se que não foi unânime a reação ao advento de sons produzidos pelos artefatos elétricos e os automóveis, por muitos considerados expoentes do progresso tecnológico e econômico. Para outros habitantes, em especial homens e mulheres nascidos nos meados do século XIX, haveria possivelmente uma atitude menos receptiva aos ritmos e configurações acústicas que imprimiam à vida urbana um ar de agitação e celeridade. Em certos casos, essa postura de reserva culminaria em críspação e desconforto, notadamente para aqueles já distanciados da cidade, pouco entrosados com o palpitar de suas atividades e fluxos em escala ascendente. Rodolfo Teófilo, figura das mais prestigiadas na intelectualidade local, há muito vivia na zona rural de Fortaleza, passando longos anos alheio ao convívio com o burburinho das ruas e praças. Reelaborava, a seu modo, a longeva dicotomia entre campo e cidade, declinando sua predileção por aquele, que considerava reduto de gente rude porém honesta e virtuosa, em contraponto ao ambiente civilizado, cuja superioridade material desvanecia ante a suposta multiplicidade dos vícios que ali se albergavam. Durante quarenta anos Teófilo não frequentou a praça do Ferreira após o pôr-do-sol, até que se viu na contingência de pernoitar nas imediações, pelos idos da década de 1920, quando contava mais ou menos setenta anos de idade. Em uma noite insone deixou impressões pouco lisonjeiras sobre o frêmito que tomava o centro urbano, grassando indiferente ao avanço das horas:

A noite de insônia, que passei em Fortaleza, deu-me a conhecer de ouvido a vida noturna da nossa capital, da nossa *urbs* como chamam-na os jornalistas de hoje.

Às nove horas, como de costume, recolhi-me. Perdi o sono. Fui escutando o tic-tac do relógio e o movimento das ruas. Meia-noite!... Pensei que tudo se recolhesse ao silêncio, mas qual os automóveis continuavam a buzinar em todas as direções. Às duas horas da madrugada passou-me pela porta uma serenata: mulheres cantavam e homens berravam!... (Teófilo, 1931, p. 105).

Acostumado às balizas temporais do dia-a-dia no campo, que ordinariamente prescreviam o despertar antes de nascer o sol e o repouso logo no início da noite,⁷⁴ ao

⁷⁴ O arquiteto Carlos Lemos salienta a ponderável mudança introduzida no cotidiano doméstico com o barateamento e vulgarização das folhas de vidro para a guarnição das janelas. Embora tal processo se iniciasse no Brasil ainda no século XIX, as moradas rurais durante boa parte da centúria seguinte mantiveram seu ritmo de atividade e repouso em consonância com a presente descrição: “Anteriormente a essa popularização das vidraças [ocorrida nos centros urbanos], podemos dizer que vivíamos às escuras. As janelas residenciais eram providas somente de tábuas, os chamados ‘escuros’, que eram sistematicamente fechadas nas horas de chuva ou muito vento, a qualquer hora do dia. Os

escritor incomodavam a passagem dos veículos e o movimento contínuo de pessoas em “horas impróprias”. Aquela sociabilidade que se alongava pela madrugada, pouco deferente à rigidez dos costumes interioranos, constituía uma das principais facetas observadas nas cidades de maior porte, notadamente as capitais, e a gradativa dilatação de suas atividades, espargidas em horários diversos, denotava mudanças profundas nas noções de tempo e espaço dos seus habitantes, que em larga medida se articulavam às conquistas técnicas do transporte e da iluminação – equipamentos cuja disseminação viabilizava imprimir maior velocidade ao cotidiano (Silva Filho, 2002b, p. 16-28; 2004, p. 87-93).

Contudo, a despeito desses ruídos persistentes, que da rua demandavam o interior das casas e se faziam ouvir com mais e mais frequência, algumas vibrações acústicas tomavam sentido contrário, partindo do domínio privado para serem colhidas pelo transeunte ocasional, especialmente nos fins de semana. O cronista Milton Dias recorda essas melodias que, em começos da década de 1930, imprimiam à cidade um aspecto provinciano e singelo. Embora nunca chegassem a obter, no conjunto das memórias escritas sobre a cidade, o tratamento nostálgico destinado aos bondes, aquelas notas musicais reportavam a um tempo menos envolvido pelos meios sonoros de reprodutibilidade técnica, como o gramofone, a vitrola e o rádio, e atestavam a existência de um aprendizado prestigioso, hoje em desuso, na formação das “moças de família”:

Então [de manhãzinha] já passavam os bondes de saudosa memória, fazendo estremecer o soalho da velha, enorme casa, bondezinhos sonolentos, ruidosos, soluçantes, gemendo em cima dos trilhos. [...] Do colégio [próximo à praça do Coração de Jesus] ao centro, a incursão pequena era feita a pé, lentamente, deitando miradas indiscretas nas salas de visitas onde moças endomingadas tiravam do piano notas de foxes, ou mandavam para rua valsas do Zequinha de Abreu, músicas de Ernesto Nazaré (Dias, 1998, p. 182-183).

Significativa a alusão aos dias de domingo, quando a interrupção das atividades ordinárias (comércio, fábricas e serviços) gerava uma certa

cômodos ficavam obscurecidos e as velas e candeieiros quase nada iluminavam. Pode-se dizer que tais luzes mais serviam, à noite, para assegurar a inteligibilidade do espaço arquitetônico. Daí, os horários da vida cotidiana totalmente diferentes dos atuais. Literalmente, os horários da família coincidiam com os das galinhas, fato hoje motivo de graça; mas essa foi a realidade – acordava-se com o sol e dormia-se quando ele se punha” (Lemos, 1989, p. 44).

disponibilidade auditiva para apreender trechos musicais emanados dos domicílios. Durante décadas aquele instrumento musical indicou notoriedade familiar; seu uso no ambiente doméstico, em geral dedilhado por mãos femininas, reporta à busca por demonstrar as marcas de uma boa educação – elemento valioso para majorar as oportunidades de matrimônio – e sugere uma época ainda estranha à incorporação massiva das mulheres no mundo do trabalho, quando peças tocadas com apuro preenchiam o tempo ocioso das jovens bem-nascidas. Mas, além das melodias executadas nas salas das residências, podia-se ouvir as notas do piano em praticamente todas as casas de exibição da cidade, no período do cinema mudo.⁷⁵ Essa forma de entretenimento, que nos primeiros anos do século XX era organizada em curtas temporadas por iniciativa de empreendedores adventícios em trânsito por diversas cidades, ganhou uma configuração mais estável na década de 1910, motivada pelo fornecimento de eletricidade para fins particulares. Antes do avanço representado pela introdução do som nas películas – em Fortaleza a estréia do filme falado ocorreria em 1930, no Cine Moderno – era corriqueiro o uso de pequenos conjuntos musicais para realizar o acompanhamento das projeções cinematográficas, propiciando à platéia uma atmosfera de maior atração sensorial e envolvimento emotivo com as cenas representadas na tela grande. Era por meio dessa iniciativa, não raro conduzida de improviso, que se buscava preencher o vazio do silêncio na sala escura. Para anunciar o início e o término de cada sessão, os primeiros templos da sétima arte costumavam acionar campainhas estridentes situadas em suas fachadas, conforme lembrou o escritor Edigar de Alencar (1980, p. 44). Aquelas chamadas características serviam tanto como sincronizadores quanto como sorrateiros convites para espectadores em potencial. Com a diversidade crescente de atividades no ambiente urbano, emergiam novos traços sonoros. E justamente no interior do cinema ocorreria outra dessas mirabolantes junções entre arte e técnica: por conta da exibição, no Cine Majestic em 1928, de um longa-metragem sobre a Primeira Grande Guerra – *The big parade* –, foram distribuídas aos instrumentistas partituras das peças a serem executadas no transcurso do filme, acrescentando-lhes curioso dispositivo sonoro: “Na hora dos bombardeios, não somente as ‘caixas’ e os

⁷⁵ “Durante a apresentação das fitas que eram silenciosas, um pianista tocava as músicas mais em voga. No cinema Júlio Pinto, as irmãs Teodorico tiveram a sua época, dedilhando ao piano as valsas prediletas do público. E, ao final, as negras Teodorico recebiam as palmas dos seus ‘fans’... que não eram poucos. O Pilombeta, comprido e magruço, de mãos longas, também se exibiu ao piano em músicas incríveis... Depois, com o tempo, tudo passou...” (Menezes, 2000, p. 83).

bombos, mas uma motocicleta, escondida por trás da tela, manobrada [por um] empregado da empresa, simulava o barulho das bombas e metralhas” (Aderaldo, 1989, p. 108). Essa peculiar aplicação de um veículo para induzir o estrondo de explosões tremendas dá uma ligeira noção do barulho então produzido por motores de combustão, principalmente em recintos fechados. Com a difusão dos equipamentos de sonorização, paulatinamente todas as salas de exibição da capital se despediram, ao longo da década de 1930, das antigas películas filmadas sem o concurso desse avanço técnico.

No campo da percepção sensorial, um dos aspectos mais relevantes que derivaram da proliferação de máquinas e objetos industriais foi a criação de uma linha contínua do som, espécie de ruído de fundo assinalado pela redundância e parco senso de progressão, a que o ouvido vai se habituando sem daí praticamente extrair informação. Tal fenômeno só se tornou possível em decorrência da aceleração do cotidiano, pois é justamente o funcionamento de artefatos e equipamentos técnicos (especialmente os elétricos) em rotações cada vez mais velozes que provoca a impressão de uma base sonora como traço estável e ininterrupto. Longe de parecer um dado natural, essa experiência não comparecia no ambiente acústico das gerações precedentes e está circunscrita a um contexto histórico recente:

A linha achatada e contínua do som é uma construção artificial. De mesmo modo que a linha reta no espaço, raramente ela é encontrada na natureza. [...] em todas as sociedades antigas a maior parte dos sons era separada e interrompida, enquanto hoje uma grande parte – talvez a maior – é contínua. [...] Assim como não há perspectiva na paisagem sonora *lo-fi* [i.e., de baixa fidelidade] (tudo está presente ao mesmo tempo), também não existe senso de duração na linha contínua. Ela é suprabiológica (Schafer, 2001, p. 116).

Esse caráter suprabiológico do ambiente sonoro gerado com o trabalho dos objetos técnicos, estranho à descontinuidade do mundo natural com suas alternâncias cíclicas (dia / noite, passagem das estações) e sua percibibilidade intrínseca (o que supõe o âmbito do vivo e, por conseguinte, a morte), ajuda a compreender, em termos de sensação auditiva, certas incongruências, tensões e intolerâncias que, com o correr das décadas, foram associando rumores orgânicos à imagem do atraso urbano que se queria combater. Tais sons, que a cartilha de um progresso arrivista

pretendeu depurar, lembravam – para desagrado de muitos – tempos remotos e pouco gloriosos, quando os contingentes humanos se encontravam mais subjugados às potências da natureza. E nunca é demasiado lembrar que um dos catalisadores fundamentais dessa atitude de emulação à conquista e controle das condições naturais reside no próprio advento da industrialização, que o historiador Wolfgang Schivelbusch (1986, p. 1-2), na esteira de outros autores, entende como um processo complexo mediante o qual materiais e fontes energéticas “vivas” ou sujeitas a muitas variações (madeira, vento, água, tração animal e humana) cedem lugar a congêneres minerais ou sintéticas (ferro, carvão, vapor, combustíveis fósseis, eletricidade).

No centro da capital cearense, a incidência mais diuturna das sonoridades maquínicas resultava, em boa medida, na rarefação, abafamento ou mesmo gradual desaparecimento de emissões orgânicas ou consideradas antigas, como o trote dos comboios de mulas, o tilintar dos chocalhos das vacas e o relincho das alimárias. Ressalte-se que esses sons ancestrais, bastante familiares às gerações passadas,⁷⁶ não sumiram de todo, contudo viam-se compelidos a espaços e regulamentações cada vez mais restritivos, notadamente na zona central e, com menos rigor, em bairros adjacentes (Jacarecanga, José Bonifácio, Benfica, Outeiro). Nos arrabaldes ainda eram bastante comuns, mas nas porções da cidade assinaladas pela crescente urbanização tiveram de travar um convívio temerário e desigual com os novos meios de transporte e o corolário moderno. Especialmente os animais de carga e os de grande porte, locomovendo-se pelas ruas, sofriam tanto a ameaça física constante de automóveis, bondes e ônibus, quanto a reprovação dos cidadãos mais empedernidos, que ali enxergavam resquícios arcaicos, imagens vergonhosas e não condizentes com o sopro do progresso local. As queixas contra animais nas áreas mais nobres da cidade se espriam em profusão nos jornais, perdendo talvez apenas para matérias que noticiavam sua dizimação em abalroamentos simples ou acidentes graves, que vitimavam inclusive motoristas, passageiros e pedestres. Alguns desastres parecem mesmo um preâmbulo da paulatina incompatibilidade que se criaria entre modalidades orgânicas de transporte e o avultamento do tráfego motorizado:

⁷⁶ Em depoimento oral transcrito, o arquiteto José Barros Maia, nascido em Fortaleza no início do século XX, lembra, quando criança, a presença freqüente de animais nas ruas da cidade, mesmo na área central e adjacências, onde então residia: “No meu tempo de infância, eu não brincava na rua porque elas não eram pavimentadas e tinha os cordões de animais que sempre passavam. Tinha a venda de leite na rua, conduzida por seis ou oito vacas tangidas pelo leiteiro que vendia leite mugido na porta” (Maia, 1996, p. 175).

Em determinado momento, no cruzamento das ruas Senador Pompeu com Barão do Rio Branco [sic] [centro de Fortaleza], o motorista deparou-se com um burro que pacatamente se locomovia em sentido contrário, imediatamente desviou a trajetória da motocicleta indo atingir em cheio o militar Durval Felix Monte, que na ocasião passava pelo local (*O Estado*, 9 jun. 1944).

À época desse acidente, o *Código de posturas* (aprovado em 1932) constituía um importante dispositivo de regulação urbana, dispondo sobre as normas de convívio na cidade, além de estabelecer regras para: construção de prédios e casas, respeitando preceitos da engenharia civil, do saber médico e do urbanismo; alinhamento de ruas e calçadas; uso do solo urbano; fiscalização do trânsito; procedimentos sanitários no comércio, nos logradouros públicos e residências. Por mais ostensivo que fosse em suas prescrições e penas, o dito Código não tinha aplicação tão efetiva quanto se presumia. Apesar de prever, em seu artigo 383, multa e prisão para quem conduzisse animais soltos nas zonas central e urbana,⁷⁷ o burro mencionado no jornal, como tantos outros dispersos pelas ruas, vagava sem maiores constrangimentos num dos trechos mais movimentados. Embora progressivamente acoçados por regulamentos oficiais e mortes no trânsito, os animais constituíam ainda um relevante meio de abastecimento do mercado central de Fortaleza, localizado a não mais que três quarteirões da praça do Ferreira. Como se percebe, o “coração da cidade” (expressão de época que designava aquele logradouro) distava em muito pouco do seu “estômago”.

Para infortúnio dos sequazes da modernização (usualmente inspirada nos padrões urbanos e símbolos cosmopolitas difundidos a partir dos países setentrionais), a presença de animais nas vias e ambientes abertos da capital ainda prevalecia, mesmo que em menor quantidade. Reduzir sua visibilidade pública implicava diretamente assegurar o grau de civilização do espaço urbano, onde os

⁷⁷ No *Código de posturas* de 1932 já se encontravam algumas medidas legais tendentes a conter a fixação e circulação de animais de carga no perímetro urbano da capital. Assim, o artigo 343 proíbe a existência ou instalação de cocheiras e estábulos nas zonas central e urbana. De igual modo, o capítulo destinado ao trânsito geral da cidade prevê, no artigo 383, multa de 50\$000 e prisão por 24 horas para quem: “§ 1º – amarrar animais às árvores, postes, grades ou outros objetos dos logradouros públicos; § 4º – conduzir animais soltos, comboios ou boiadas pelas vias em que isto não for permitido; § 8º – tanger um só indivíduo mais de três animais, nas zonas central e urbana”. O último parágrafo sugere inclusive a significativa quantidade de animais de carga que deveriam transitar nas áreas mais dinâmicas da capital, proibindo aos “tangerinos” ou comboieiros que conduzissem um número elevado de bois, mulas ou cavalos – prática que, de tão corrente, mereceu um dispositivo legal específico, vetando sua continuidade, enquadrada, a partir de então, como infração ao código.

transportes ditos de “tração automática” (caminhões, automóveis, ônibus, motocicletas, bondes) viravam sinônimo de avanço econômico e tecnológico, ao passo que burros de carga, com seu fardo identificado à lentidão e vida rural, nada mais faziam que comprometer a imagem de prosperidade de Fortaleza. (Ressalte-se inclusive que os subprodutos dos veículos – ruído, fumaça e emissões crescentes de gases poluentes – eram relativamente impalpáveis e pareciam causar, à sensibilidade de determinados cidadãos, menos transtorno, se comparados aos excrementos que indicavam a passagem das alimárias.) O citado *Código de posturas* abordava a questão com clareza, no capítulo intitulado “Do trânsito geral”: “Art. 386 – Todo animal que for encontrado vagando na via pública será apreendido e recolhido ao depósito municipal, de onde somente será retirado depois de pagas as despesas de matrícula e apreensão e a multa de 10\$000, ou, se se tratar de cães, a multa de 5\$000.” Não deixa de causar espécie que uma cidade envolta em ambições de progresso aborde a presença de animais como problema ligado ao tráfego urbano – âmbito sociotécnico que supostamente deveria regular os transportes sofisticados, movidos a eletricidade ou combustão interna.

Mas, se as cavalgaduras continuavam a ser vistas, já não podiam ser ouvidas em igual proporção. Motores, escapamentos, buzinas, sirenes, relógios, bondes, vitrolas, rádios, alto-falantes, obras de pavimentação e construção civil, apitos de fábrica, oficinas mecânicas – o estridor ou mero ruído das sonoridades maquinicas ganhava maior frequência, e tendia em princípio a tornar menos audíveis os sons orgânicos ou vinculados ao ambiente natural. O baque seco e ritmado das ferraduras de encontro ao calçamento rude, o farfalhar das árvores sopradas pelo vento, o canto dos pássaros, o barulho das carroças, o resfolegar dos quadrúpedes que as puxavam, latidos de cães, toques de corneta (que outrora regulavam a hora de recolhimento às casas), o repique dos sinos – não eram apenas vestígios evocadores de uma atmosfera bucólica, mas também ecos de seres e engenhos técnicos antigos, que se viam então mergulhados numa paisagem sonora sincopada, resultante de transformações energéticas, repetições mecânicas, intervalos regulares e gestos de inculcação automática.⁷⁸

⁷⁸ Importa mencionar, ainda, que a gradual preponderância de ruídos estridentes e contínuos, às expensas daqueles sons relacionados à vida orgânica e ao mundo natural, introduziu em Fortaleza (como, de resto, em inúmeras cidades) feições modernas ao custo de distúrbios fisiológicos e psicológicos. O barulho excessivo, e por vezes desnecessário, produzido pelas máquinas atestava o

Diverso, e mesmo contrastante, era o aspecto de outras partes do tecido urbano, se cotejadas às zonas mais afluentes da cidade. Bairros formados no decorrer dos anos 1930 e 1940 respondiam, em larga medida, à necessidade de ampliação da escala urbana em razão dos contingentes migratórios que pressionavam o crescimento populacional. Parcela considerável desses novos espaços tinha sua ocupação efetuada por estratos pobres e grupos remediados, fosse por meio de loteamentos ou por assentamentos espontâneos e sem maior regulação. As dificuldades de acesso a e deslocamento naquelas áreas precariamente integradas ao centro urbano imprimiam uma rotina assinalada por caminhadas em paragens meio ermas, com alguma sorte abreviadas mediante o uso de bicicletas. À falta de pavimentação das vias sobrevinha parcimônia ou mesmo completa ausência de veículos modernos, geralmente obstados em decorrência da irregularidade do terreno e das águas pluviais que, sem possibilidade de escoamento, impediam ou transtornavam a passagem de automóveis, ônibus, para não falar dos bondes, cujas linhas sequer alcançavam os arrabaldes. De modo que muito daquilo então associado à vida rural, como vacarias, pastagens para animais de carga, cercados e casario modesto, marcaria as vistas do observador atento que se deslocasse por tais lugares... e também seus ouvidos, a que se ofereciam sons relacionados à presença assídua de pássaros e cavalgadas.⁷⁹

progresso local, compunha-se estreitamente com a imagem de um centro urbano em franca expansão, com variadas atividades econômicas, regido por um tempo impessoal, gradativamente pautado pelo reflexo e a estimulação – bem como esgotamento – causados por sonoridades artificiais. Em seu clássico estudo sobre a história da cidade, desde as mais remotas origens neolíticas ao advento da megalópole, Lewis Mumford ressalta os prejuízos neurológicos tremendos relacionados à poluição sonora da cidade industrial em sua fase paleotécnica (movida pelo carvão, vapor e produção mecânica), como foi implementada ao longo do século XIX na Europa Ocidental e nos Estados Unidos: “Ao lado da imundície, as novas cidades gabavam-se de outra distinção, igualmente terrível, para os sentidos. [...] Refiro-me ao barulho. [...] Hoje numerosas experiências deixaram claro o fato de que o ruído pode produzir profundas alterações fisiológicas: [...] enfermidades definidas, tais como a úlcera gástrica e a pressão elevada, parecem ser agravadas pela força de se viver, por exemplo, ao alcance do ruído de uma via férrea elevada” (Mumford, 1982, p. 511-512)

⁷⁹ No bairro do Montese, fundado em 1946 na porção meridional de Fortaleza, a principal ligação com a área central era feita pela antiga Estrada do Gado, raramente percorrida em carros que já adensavam a paisagem das ruas contíguas à praça do Ferreira: “O meio de transporte mais garantido era mesmo o lombo de jumento. Cargas de mercadorias diversas eram transportadas em comboios de jumento. Em grupos de dez a quinze animais, em marcha lenta, monótona e cadenciada, noite adentro, acompanhados por sonolentos comboieiros, de madrugada, adentravam esta região, despertando mais cedo os moradores com o badalar dos chocalhos que cada jegue conduzia dependurado ao pescoço. Também as tradicionais carroças do Cardoso, o Português, e a famosa água da Pirocaia para o centro de Fortaleza, onde a água, acondicionada em grandes barris de madeira, era distribuída para o consumo da população, pois era considerada a melhor água da cidade. [...] Nesse tempo, o transporte de mantimentos e parte dos equipamentos era feito em grandes carroças, geralmente com quatro rodas de ferro, atreladas a duas parselhas de muares, pelos quais eram tracionadas” (Ximenes, 1998, p. 45).

Nessa capital cujas franjas pouco lembram as efígies de elegância e prosperidade consolidadas em relatos, fotografias e postais de época, desenhava-se uma forte expectativa voltada à cristalização do progresso urbano. Mas o anseio por adotar o compasso moderno requer a observância constante de mudanças ou meras atualizações tecnológicas, e também elas influenciam sobremaneira a produção de uma cultura sensível. No caso da percepção acústica, talvez uma das alterações mais importantes experimentadas no espaço urbano ao longo do século XX tenha sido o declínio do transporte ferroviário e a concomitante ascensão do automóvel. Pois, além da nova escala de mobilidade introduzida pelo novo veículo (bem mais afeito ao atendimento das aspirações individuais e portanto aliado dos ritos de ostentação das elites), seu gradativo predomínio significou a vitória do motor a explosão sobre o congênera a vapor. Assim, o som produzido pela locomotiva, que lembraria uma espécie mista de chiado e assobio, em geral contínuo, foi suplantado pelo ronco grave do carro, cujo volume muda abruptamente, de acordo com sua aceleração e as correspondentes variações na caixa de câmbio. “O barulho da expansão da mistura no motor a explosão só existe a partir do fim do século XIX, e se prosseguíssemos no caminho dos veículos a vapor nossas cidades teriam um ambiente sonoro completamente diferente” (Jacomy, 2004, p. 157).

Mas essas transformações não determinam apenas diferenças na superfície sonora; delimitam formas de, por meio dos sentidos, acentuar ou dirimir certos estados de ânimo no plano coletivo: o trem – com seu itinerário prescrito, suas chegadas e partidas em horários relativamente fixos, o apito que se escuta ao longe – termina por assumir, para muitas pessoas situadas em seu raio de abrangência auditiva, uma função de marcador temporal, pois escande um senso de duração pautado na aproximação e distanciamento das estações ferroviárias, domina os ouvidos já antes e ainda depois de sua passagem, estabelece portanto uma certa impressão de rotina e alastra, pelo som, as marcas de sua presença; o automóvel, por seu turno, menos ruidoso e previsível embora em quantidade crescente nas ruas, alheio aos percursos rígidos e à regulação do tempo, fomenta a surpresa, faz aparições repentinas, exige do transeunte uma escuta mais sintonizada com os reflexos corporais e induz a uma atitude de alerta em caráter indeterminado, para se resguardar a própria vida. Talvez por isso o apito do trem, após sua inserção na vida cotidiana, de ordinário tendesse a ser percebido como um anúncio sonoro, ao passo

que a buzina do automóvel ultrapassava a conotação de simples aviso e despertava o sobressalto.

Entre os equipamentos técnicos cuja força e imponência provocou a admiração, temor e encanto dos moradores de Fortaleza na primeira metade do século XX, somente a composição ferroviária teria condição de rivalizar com o bonde no registro pessoal e coletivo da saudade. O escritor Eduardo Campos, que na infância e adolescência morava a poucos quarteirões da linha férrea, comenta:

E trens, pontuais e estridentes, despertando pelas manhãs os pobres sem relógio; e a tanto a carregar os muitos sons de engates retesados no tracionamento dos carros, e apitos – apitos e não buzinas – sonorizando o mundo e o coração de pessoas que sabiam ver e amar as coisas.

De permeio o bulício da estação à chegada da composição – seria o P 2 ou o Misto? –, momento em que se desaçamavam mil pregões de pouca nobreza mas adoravelmente elementares, a trombetear as delícias do pão-de-ló ou banana seca, a boa qualidade da água enfiada em algum pé de pote e servida ali em moringa; ou de café perfumado (nem sempre livre das sementes de manjerioba), entronado em bule de bico aguçado, o bojo de alumínio afogado em entrouxado de panos remotamente brancos e já tintados de amarelo pálido, escorrido.

Tudo isso era o trem, trêfego e solene; ruidoso e apaziguante, áspero e dócil.

Vinha, chegava; partia (Campos, 1996a, p. 48-49).

De permeio com o barulho da máquina, em sua pausa estacionária, a algaravia de vozes humanas atestava o contingente de pobres que, à margem da via férrea, das instâncias de poder e do circuito formal das trocas mercantis, criava expedientes improvisados de sobrevivência em lugares – as estações ferroviárias – projetados para multiplicar os deslocamentos e exacerbar os efeitos sensoriais da velocidade e do movimento. Para esses desafortunados, a imagem (e o som) do comboio estava mais associada ao ritmo da faina diária que à ocasião excepcional de uma jornada longa a ser cumprida e abreviada graças à propulsão do vapor. De sorte que as lembranças, a percepção sensível e o imaginário produzido em torno de certos elementos do meio acústico – como o ruído das locomotivas – comportam significados diferenciados, conforme a condição social, o repertório cultural e o acesso desigual aos sistemas técnicos por parte dos sujeitos em questão.

A exemplo de descrições retrospectivas em geral, o citado relato vem marcado por um tom de lamento acentuado pela perda, rarefação e desprestígio dos trens. Não é incomum que tais narrativas incorram numa certa idealização do passado, agora acessível somente por meio da rememoração. Como advertiu Alain Corbin (1999, p. 4), a irrupção de uma paisagem sonora bastante diferente daquela de outrora, e por vezes mais agressiva aos ouvidos em virtude da multiplicação dos ruídos, costuma incitar evocações imbuídas de um forte senso de nostalgia.

Mas a produção de registros de memória constituiu apenas uma das formas pelas quais homens e mulheres transmitiram vestígios do seu trato com os artefatos modernos. À maior difusão de sons maquínicos não deixaram de seguir-se várias reclamações, pleiteando ação direta e enérgica das autoridades municipais a fim de coibir o uso demasiado, quando não abusivo, dos equipamentos técnicos. Já em 26 de junho de 1941, o vespertino católico *O Nordeste* editou matéria diretamente relacionada à questão, sob o título incisivo de “Cidade barulhenta”:

Não faz muito um dos visitantes sulistas que aqui se demoraram, disse, em entrevista a um dos jornais da terra, que Fortaleza é uma das cidades mais barulhentas do Brasil. Se os de fora afirmam essa verdade apenas chegam, que diremos nós, as vítimas do terno barulho que tanto prejudica os nervos do nosso organismo?!

Os órgãos de imprensa clamam freqüentemente contra os abusos de tudo que possa excitar a população. Um matutino, anteontem, descarregou o seu justo ódio contra o carro de detenção, que, rua afora, em carreira de quem vai buscar doido, apita estridentemente a qualquer hora, e às vezes até desnecessariamente.

Outra reclamação que julgamos plausível, referiu-se aos trabalhos de calçamento das ruas, em que os operários, ainda em alta madrugada, perturbam o plácido repouso dos vizinhos com o insuportável descarregamento de pedras, que caem importunamente. Outro eterno problema que está reclamando um pulso forte e o mais cedo possível, é o caso das buzinas dos automóveis e caminhões. Quem possui olhos e ouvidos, vê e ouve o que se passa. Todos concordarão que a maioria dos carros tem buzinas exageradamente estrepitosas, barulhentas em excesso, estridentes demais. Muitos guiaadores têm a mania de apitar a torto e a direito. Então, o sossego da população, já tão atarefada e cansada, ficará à mercê dessas circunstâncias? (*O Nordeste*, 26 jun. 1941).

Diante dos incômodos sobrepostos de buzinas, sirenes e transporte de materiais, alheios à noção de bem-estar público, urgiam portanto formas de regulamentação quanto à utilização dos dispositivos sonoros, algumas inclusive já inventariadas no *Código de posturas*.⁸⁰ A queixa se dirigia justamente à inaplicabilidade de tais sanções, possivelmente as únicas e frágeis salvaguardas do ouvido daqueles habitantes carentes do prestígio e da fortuna necessários à resolução do problema por vias informais. Mais inquietante ainda era o direcionamento de alguns artifícios estritamente funcionais para outros fins:

Outro absurdo... Quando existem leis coibindo o abuso de buzinas a bem do sossego público, uma casa de concertos automobilísticos acha de anunciar-se na PRE-9 [então a única emissora de rádio da cidade] por meio de uma estridente buzina. Um horror...

Um buzinar é sempre sinal de perigo, sempre um sobressalto. E além deste sobressalto que inconscientemente causa nos ouvintes, o ruído horroroso, a estridência desagradabilíssima... (*O Nordeste*, 8 abr. 1941).

Embora sumária, a invectiva expõe o verdadeiro transtorno em que os novos sons estavam se tornando. O título da matéria (“Buzinas dentro de casa!!!”) parece expressivo quanto ao misto de espanto e indignação provocado pela introdução do ruído em um anúncio publicitário, bem como na intimidade do lar. Sugere, também, irritação com um vestígio sonoro cada vez mais presente na vida cotidiana, afinal a cidade já contava uma frota aproximada de 1.200 veículos automotores (Uchôa, 1946, p. 44). Ter em conta o incômodo da buzina não deve obliterar o reconhecimento da perspicácia do anunciante, que percebeu na veiculação de um som, característico do seu ofício, o mais breve e efetivo meio de atrair a atenção do público ouvinte. Essa artimanha remete inclusive a transformações na sensorialidade dos habitantes da cidade, provocadas pela incidência de novos objetos técnicos e modernos equipamentos urbanos: “Trata-se não só de uma percepção de um mundo

⁸⁰ Num capítulo denominado “Do sossego e tranqüilidade pública”, o referido código determina que: “Art. 399 – É proibido, sob pena de multa de 20\$000: 1 – dar gritos à noite dentro das zonas central e urbana, depois das 22 horas, sem necessidade ou utilidade; [...] 3 – dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, não sendo no desempenho dos deveres do serviço público ou nos casos de legítima defesa da pessoa ou da propriedade; [...] 5 – usar sinais sonoros, tímpanos, buzinas e outros meios de aviso, fora dos casos estritamente necessários; 6 – usar o escapamento livre dos veículos nas zonas central, urbana e suburbana”.

tecnicizado, mas da percepção do mundo através do olhar da técnica” (Bolle, 1994, p. 224).

Também no campo da propaganda, nota-se a presença crescente das máquinas, primeiro nos clichês de jornais e revistas, depois nas emissões radiofônicas. O que progressivamente se tornara habitual para a visão ainda chegava com surpresa aos ouvidos, talvez mais sujeitos ao condicionamento dos reflexos. De qualquer modo, o emprego de elementos da experiência urbana diária nas mensagens difundidas por um aparelho elétrico (no caso, o rádio) remonta a uma característica da modernidade: “é uma cultura da vida cotidiana e uma cultura de massas”⁸¹ (Le Goff, 1996, p. 194). Estendendo-se no espaço urbano, a experiência cotidiana com as sonoridades técnicas alcançava agora as estratégias mercadológicas, que não desconheciam a força potencial desse recurso no incremento de suas ações. Em vez da voz humana previsível e corriqueira, o uso de ruídos sugestivos e inesperados, catalisando de imediato a atenção de quem ouve: essa preterição da linguagem verbal em favor de sinais codificados, se já perceptível nas negociações diárias entre pedestres e motoristas, gerava perturbação quando subtraída de seu contexto original.

Para o jornal, entretanto, a questão mais delicada não estava na simples irreverência da propaganda, mas no que foi considerado uma invasão da privacidade pelo barulho moderno. Quanto mais a esfera pública era acometida pelo recrudescimento dos sons das máquinas, mais o âmbito privado constituía para muitos indivíduos uma promessa de refúgio, um lugar de frágil proteção e relativa possibilidade de isolamento ante os perigos e ameaças situados além do recesso da casa e do convívio familiar. Mas esse desconforto frente à diluição e mesmo redefinição contínua dos limites entre o núcleo da intimidade e a vida social não deve induzir a conceber a privacidade como uma noção intemporal e abstrata (Duby, 1989; Sevcenko, 1998b). Nessa perspectiva, basta ter em conta o preço relativamente elevado do aparelho de rádio para lembrar que o aborrecimento descrito era audível a uma minoria dos habitantes. De todo modo, o repúdio do articulista quanto ao uso das buzinas transcendeu o próprio anúncio, referia-se à violência de empregar – e difundir a ouvintes desprotegidos, despreparados ou em relaxamento – um código sonoro de função específica, destinado a sinalizar um perigo iminente no trânsito,

⁸¹ “Se o rádio se apropria dos elementos da vida cotidiana, invadindo-a para reproduzi-los em síntese modernizadora, a vida cotidiana absorve o rádio, como aparelho de modernidade, incorporando-o ao seu estilo de vida. A presença do cotidiano na produção cultural é um dado da modernidade” (Tota, 1992, p. 41-42).

tensionar abruptamente o organismo e pôr em alerta um transeunte assinalado pela ameaça de colisão. O desgaste psíquico causado pela turbulência da cidade moderna começava, mesmo que timidamente, a desagregar a eficácia dos anteparos privados erguidos pelos segmentos abastados, redefinindo a própria noção de privacidade sob o influxo crescente dos meios de comunicação de massa. Essa tendência parecia mais tangível ao se ter em conta a profusão dos ruídos oriundos de artefatos técnicos, inclusive os elétricos:

Não é de hoje que se reclama contra o péssimo costume, que, aliás, implica em contravenção das leis penais, muito embora isto não passe do papel.

Há donos de aparelhos de rádio que, ou por falta de conhecimento dos dispositivos legais, ou por surdez, ou – o que parece mais certo – por falta de educação, deixam os seus aparelhos abertos a “todo pano”, como se estivessem a gritar em portão de feira, ou quisessem dar a entender ao resto da humanidade, que eles também têm rádio em casa!

Assim, sem nenhum acatamento ao sossego dos vizinhos, tais indivíduos permanecem com as suas “caixas de sons” até altas horas da noite.

[...] Ninguém tem o direito de incomodar aos outros, e toda transgressão deste princípio é passiva de medidas repressivas.

Rádio estridente, fora de horas, abusivo, impertinente, por exemplo, é caso de polícia (*O Estado*, 14 maio 1943).

Outra vez o clamor por um mecanismo legal que não se fazia cumprir. No *Código de posturas*, o artigo 399 dispunha sobre multa de 20\$000 (vinte mil-réis) a quem “tocar ou ensinar música, com pancadaria, depois das 22 horas, sem licença da Prefeitura, exceto nos locais permitidos”. De certo modo, o desenvolvimento urbano, tão apropriado como valor intrínseco ao discurso do poder, também cria disputas, conflitos e desconfortos. Daí a necessidade emergente de formular normas de convívio, discriminando espaços de circulação para artefatos e signos antigos (carroças, ambulantes, animais de carga), dirimindo a visibilidade das marcas de um passado que se quer conjurado, simultaneamente procurando controlar excessos no uso dos engenhos modernos. Mais significativa é a proposta de coibição dos aficionados por rádios em alto volume: nenhuma menção ou instância a campanhas para reformar os costumes, mas recorrência direta e resoluta ao monopólio da força estatal. Invocar a ingerência do aparato policial diz muito da tradição historicamente

enraizada de lidar com litígios ou desvios mediante ação repressiva e inapelável; nesse caso, o recurso à autoridade dispensa quaisquer medidas. Estar-se-ia, portanto, bastante aquém das estratégias disciplinares, da vigilância internalizada ou dos preceitos pedagógicos como dispositivos de ordenamento e regulação.⁸² Por outro lado, o apelo à polícia indica certa mudança na perspectiva de encaminhamento dos conflitos cotidianos, que, em vez de tomarem a feição de uma contenda aberta entre vizinhos, deveriam então ser arbitrados por uma instância alheia às veleidades individuais, detentora da impessoalidade subjacente à aplicação da lei. Além de realçar novos focos de tensão entre os habitantes locais, o incômodo (e a fruição) resultante da utilização do rádio – viável com o processo de eletrificação das residências urbanas – implica a produção de relações mais intrincadas entre espaço público e vida privada: práticas da intimidade doméstica (como a audição em volume inadequado) provocavam efeitos desfavoráveis à credibilidade das instituições públicas, o que por vezes resultaria no fortalecimento das iniciativas pessoais – fosse pela violência ou pelo consenso – na resolução das disputas em apreço.

Quando se pensa sobre o âmago da transgressão, várias são as conjecturas sobre as motivações dos vizinhos melômanos, contudo merece destaque a hipótese de que “quisessem dar a entender ao resto da humanidade, que eles também têm rádio em casa!”. De certo modo, o preço do aparelho (bem como sua procedência estrangeira) acentuava o prestígio e a ostentação de seus donos e usuários, mormente

⁸² A postura autoritária no trato dos conflitos microscópicos do cotidiano costuma trazer, como emblema, a intolerância com a manifestação das diferenças. De certo modo, os reclamos pertinentes quanto ao volume abusivo dos aparelhos de rádio, exortando contudo o emprego enérgico de ação repressiva, constituem um forte indício da tibieza da lei, recorrentemente desrespeitada, como também dos ideais democráticos e da própria inoperância dos princípios de cidadania na condução da sociedade brasileira. Se parece ocioso denegar a incidência de um processo de modernização nacional, timidamente perceptível a partir dos anos 1870, cabe justamente inquirir e investigar a constituição peculiar dessa modernidade “à brasileira”, na qual princípios basilares da tradição moderna clássica – como a defesa dos valores democráticos; a participação efetiva do povo no sistema de representação política; a afirmação do individualismo e da impessoalidade contrapostos ao legado paternalista de mando e favor e às relações personalistas; o entendimento do cidadão enquanto portador de direitos civis e políticos; a distinção entre público e privado; a instituição do indivíduo como ser livre, maior e igual perante todos os outros homens, em detrimento de concepções sociais hierárquicas e discricionárias – foram constantemente ignorados ou efetuados de modo condicional, ao invés de constituírem direitos inalienáveis. Como bem expressou José Murilo de Carvalho, os traços históricos de autoritarismo e a exclusão política e social do país favoreceram a gestação de uma modernidade conservadora, em especial a partir da década de 1930, largamente assentada no papel diretivo do Estado e nas demandas de atualização tecnológica, comprometendo a formação da cidadania: “Era uma modernidade que não se baseava na força da iniciativa individual da tradição anglo-saxônica, nem tinha lugar para o exercício da fraternidade da tradição popular brasileira. A relação do Estado com o indivíduo era uma combinação de repressão e paternalismo. Não gerava a cidadania, no máximo criava a estadania, a incorporação ao sistema político pelo envolvimento na malha crescente da burocracia estatal” (Carvalho, 1998, p. 126-127).

em tempo de conflagração mundial, com a decorrente retração das importações em virtude do severo esforço de guerra das nações européias e dos Estados Unidos.⁸³ O rádio, portanto, não seria ainda propriamente um artigo de consumo de massa, mas um signo moderno, o que leva a crer na audição desenfreada e estrondosa enquanto modalidade de lazer e, também, forma de distinção social pelo usufruto de objetos tecnológicos.⁸⁴

A inserção do rádio na vida urbana de Fortaleza representa mais que um incremento de ordem técnica; implica a constituição de novas formas de sociabilidade e lazer gestadas na fruição das assim chamadas ondas hertzianas. Programas musicais, noticiários da frente de batalha (ao tempo da Segunda Grande Guerra), peças de rádio-teatro e sessões de auditório reuniam ouvintes no espaço público e no abrigo das residências. Mas o artefato tecnológico não só reduzia distâncias geográficas,⁸⁵ agilizando a transmissão de informações e bens culturais ou

⁸³ No âmbito do comércio internacional, a primeira metade da década de 1940 foi caracterizada, no Brasil, pela “sensível redução de nossas importações, motivada por situações excepcionais de guerra, que não permitiam aos países beligerantes o atendimento de nossas necessidades por estarem realizando um brutal esforço de guerra. Antes da guerra importávamos aquém das necessidades porque as divisas eram difíceis. Após a deflagração do conflito, quase nada se importava, pois as comunicações marítimas eram difíceis e, sobre alguns produtos, não havia interesse dos países beligerantes em exportá-los” (Honorato e Beauclair, 1995, p. 269). No caso específico da importação de rádios receptores, ocorre uma redução drástica. Em 1939 entraram no país 1.029 aparelhos (inferior à quantidade importada de refrigeradores), sendo que três anos depois (1942) esta cifra não ultrapassava 727 unidades. Independente do referido decréscimo, o pequeno número de aparelhos de rádio adquiridos no exterior, aliado à desvalorização do cruzeiro frente ao dólar (em 1944 a média anual foi de US\$ 1,00 = Cr\$ 20,04), sugere o elevado preço do produto, cuja aquisição ainda se via limitada aos segmentos abastados e, em menor proporção, às camadas médias urbanas.

⁸⁴ A propriedade e utilização dos aparelhos de rádio como ritual de ostentação cotidiana e índice de proeminência social pode ser captada no comentário de um memorialista, ao recordar o simultâneo encanto e frustração provocado por esse objeto técnico em sua infância, durante a primeira metade dos anos 1940: “Na minha pequena e singela Beberibe [município litorâneo do Ceará], era ínfimo o número de aparelhos de rádio, os raros existentes estavam na casa dos meus parentes ricos e um no estabelecimento de Milton Moreira, misto de mercearia, bar e salão de bilhar. [...] o rádio do bilhar de Milton Moreira me fascinava, mas também me frustrava, porque em nossa casa não tinha um. Naqueles idos, rádio era preciosidade e privilégio de poucas pessoas, da mesma forma que os carros e as geladeiras que vinham do estrangeiro. Pior ainda, por ser tempo de guerra que tornava as importações impossíveis. Foi com a morte de meu pai e a mudança para Fortaleza, que passei a integrar o rol dos privilegiados, pois na casa de minha família, na Avenida do Imperador, tinha um grande e belo rádio, ou aparelho receptor, que estava colocado sobre uma mesinha com toalha bordada” (Lopes, 1994, p. 13-14).

⁸⁵ O “encurtamento espacial” obtido com a utilização do rádio foi transposto para a representação teatral por Carlos Câmara, que na peça inacabada *Alma de artista* registrou o sentimento de admiração e desconfiança de um personagem sertanejo em visita a Fortaleza:

GONTRAN – E então? Como vai passando essa bizzarria?

GASTÃO – Dormiu bem?

EUFRÁSIO – Ah!... Admiravelmente. Estava com o corpo moído da viagem, e adormeci logo. Aquilo foi enquanto o cão [o diabo] esfrega um olho. E, por sinal, que adormeci ao som mavioso de uma modinha tão saudosa que me fez sonhar coisas do outro mundo.

GASTÃO – Antes assim.

integrando partes remotas do globo, como promovia, a sua maneira, efeitos de convergência temporal. Pois o corolário da modernidade concentra esforços na contínua projeção do futuro, mas também opera com vigor uma diligente fabricação do passado: esta adesão ao ideário do progresso não impede a construção de ritos mitificadores do antigo, ressaltando todavia o caráter irredutível das transformações. O passado está inelutavelmente perdido, no entanto ainda pode ser lembrado. Em fins dos anos 1930, a Ceará Rádio Clube (ou PRE-9) – então única emissora de Fortaleza – lançaria o programa *Coisas que o tempo levou...*, apresentando, entre outras atrações, crônicas sobre a cidade em fins do século XIX e no começo do XX, com suas características de época: pavimentação com rude calçamento, ruas não alinhadas, tipos exóticos vagando pelos logradouros, humildes casebres de taipa, noites enluaradas, lampiões a gás, festas e procissões religiosas, tradições familiares, serestas noturnas, chafarizes e cacimbas, bondes de tração animal, calçadas desniveladas... Em um livro de memórias sobre o apogeu do rádio no Ceará, Marciano Lopes relata aspectos do referido programa nos meados da década de 1940, salientando o tom saudosista e as potências imaginativas despertadas pela descrição da capital de outrora:

[O programa] tinha, também, pequenas “esquetes” onde radioatores e radioatrizes reproduziam cenas antigas, aqueles tranqüilos momentos domésticos, os aconchegos familiares. Mas eram as encenações da vida campestre que deliciavam os ouvintes

EUFRÁSIO – Estava dormindo, e estava ouvindo... Ou vizinha melodiosa!... (OUTRO TOM, PARA GASTÃO) Mas menino, aonde diabo estava cantando aquela créatura?

GASTÃO – Quem sabe?

GUIOMAR – No Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Pará... ou noutra parte qualquer do planeta. (ADMIRAÇÃO DE EUFRÁSIO)

GONTRAN – Talvez até em algum país da Europa ou da América do Norte.

EUFRÁSIO (FORMALIZADO) – Vocês querem m'imbromar ou estão pensando que eu tou mentindo?

GUIOMAR – Nem uma cousa, nem outra, senhor Eufrásio... É que o senhor adormeceu ouvindo o rádio do vizinho.

GASTÃO – Que é, realmente, de primeira ordem.

EUFRÁSIO – Mas então, hoje em dia, podem cantar até no inferno que se ouve aqui?

GONTRAN (SORRINDO) – Assim existam lá estações irradiadoras.

GUIOMAR – Perfeitamente.

EUFRÁSIO – Sim senhor! Mas que invenção mais danisca!

GASTÃO – O progresso é um fato.

FEBRÔNIO (2º PLANO) (À PARTE) – Le monde marche!

GUIOMAR – Nada, absolutamente, nos deverá hoje causar admiração.

EUFRÁSIO – Minina, nos vamos caminhando... para o fim do mundo. O Anticristo vem aí. E não demorará muito não. Quando menos se esperar, ele rompe por aí alvoroçado, pintando o Simeão e a saracura. (BENZENDO-SE) Vade retro! (TODOS RIEM) Riam!... Riam!... E depois não vão chorar (Câmara, 1979, p. 665-666).

[...] e reproduziam os costumes, o linguajar, a maneira de ser e de viver dos nossos matutos.

[...] Ao pé do receptor, a família reunida, escutava em silêncio quase litúrgico. Os mais velhos, olhos marejados lembrando os dias longínquos da juventude perdida. Os jovens, tristonhos por não terem vivido aqueles tempos tão românticos, tão belos, tão isentos de comprometimentos e de maldades (Lopes, 1994, p. 17-18).

Fica evidente que o próprio autor da fonte endossa essa representação harmônica e estanque dos tempos idos. Enredado numa auréola de estabilidade e perda irreparável, o passado ganha contornos idealizados no campo da memória – elaboração discursiva que procura reatar vestígios de continuidade entre o antigo e o atual. Se o progresso técnico acentua o ritmo das transformações urbanas, criando uma impressão de fluidez do tempo, um objeto moderno pode redimir o esgarçamento das tradições, inventando um repositório de lembranças partilhadas sob o signo da nostalgia. Na interação das coisas e dos homens, um engenho técnico singrava trilhas eivadas de recordação. Em Fortaleza, o emprego da eletricidade e o aumento do transporte mecanizado, acompanhados de buzinas, apitos de trem, ruídos de bonde e motores de automóvel, então dividiam a paisagem sonora com emissões radiofônicas, cujos anúncios publicitários perpassariam artimanhas da memória, dispostas a reiterar um sentido de permanência e coerência nas experiências urbanas. Numa formação social assinalada por ambições modernizantes, a celebração da técnica tem seu duplo no culto ao passado. Temporalidades imbricadas: o presente dinâmico e acelerado abriga promessas de futuro, tende a romper com práticas herdadas, todavia não deixa de acolher anseios por identidade e imperativos de lembrar, subtraindo das malhas do esquecimento uma determinada versão do passado.⁸⁶ “A modernidade é um cenário de perdas mas também de fantasias reparadoras” (Sarlo, 1997, p. 217).

Os barulhos de mais diversa origem pareciam proliferar nas ruas da capital. Com o passar do tempo possivelmente se tornariam parte indissociável, e mais naturalizada, do cotidiano de Fortaleza, mas nos anos 1940 e 1950 por vezes surgiam aos ouvidos como ameaças à dissipação das melhores energias de seus habitantes. Os

⁸⁶ “Face à ameaça de esquecimento, dada pela aceleração proporcionada pelo presente, cria-se uma espécie de obsessão pelo passado traduzida em obsessão pela memória. A identidade buscada só nela pode ser encontrada; a memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade [...] na constituição de memória é possível reincorporar a ele, passado, um grau de sacro, de mito” (Pinto, 1998, p. 209).

jornais publicavam freqüentemente matérias pleiteando a organização de campanhas do silêncio e reprovando o excesso de barulho, que nem sempre estava relacionado à emissão de motores elétricos ou de combustão interna, embora tivesse como nota comum a irritação diária infligida a centenas de pessoas. Mesmo quando havia regulamentação clara do nível máximo de ruído permitido, a parcimônia ou ausência de fiscais e órgãos devidamente aparelhados para zelar pelo sossego público tanto encorajava abusos de particulares quanto recrudescia a possível irrupção de conflitos. Entre os sons corriqueiros que concentravam a crítica da imprensa e dos moradores, nenhum foi mais repudiado que os alto-falantes fixados nos postes dos logradouros em diferentes partes da cidade. Um jornalista comentava em 1952: “Não há como fugir ao som de uma irradiadora: é um instrumento de suplício que caminha montado no lombo do vento, e entra, em golfadas intermináveis de ruído, através de portas e janelas hermeticamente fechadas, para acordar as crianças e paulificar os adultos. Onde existe uma engenhoca destas funcionando ninguém pode conversar, nem ouvir rádio, nem dormir, nem fazer nada – num raio de dez a quinze quarteirões” (*Correio do Ceará*, 25 nov. 1952). Protestos desse gênero não eram novos, porém a omissão e a inoperância das autoridades na prevenção e punição dos transgressores deixavam muitas vezes a impressão de que tudo se passava qual um diálogo de surdos. Em 4 de dezembro de 1950 *O Nordeste* abordava esse tema na coluna “Fato do dia”:

Parece que não há remédio para pôr fim ao abuso das amplificadoras. Quem quiser rogar uma praga bem feroz a um desafeto, deseje apenas que funcione uma amplificadora nas suas vizinhanças.

Nunca se viu coisa tão horrível, tão inconcebível, tão absurda, tão dolorosa como essas máquinas de fazer barulho, dia e noite zurzindo os ouvidos, os nervos, a paciência de quem se acha nas proximidades.

Pode-se dizer sem susto que as tais horríveis amplificadoras não passam de formas horríveis de fabricar loucos. Não há quem resista a um barulho infernal, dia e noite, em tom dos mais altos.

Todo mundo sabe que há uma correlação entre o ouvido e o cérebro e que o ruído em exagero provoca excitações nervosas que podem levar à loucura em todos os graus.

No entanto, permite-se, neste século XX em que a ciência tudo faz para prolongar a vida humana, que indivíduos sem escrúpulo e sem consciência montem aparelhos falantes e berrantes num centro de vida familiar, despertando irritação geral nos que

estão próximos, tirando-lhes o sossego espiritual, lançando-os num estado perene de neurastenia, que pode levar à demência ou ao crime.

O nosso governo está no dever de acabar com essas irradiadoras entre residências familiares. Quem chega à noite, em casa, moído pelo cansaço e pela fadiga, precisa de repouso e silêncio. No entanto, o que encontra é a barulheira infernal de uma irradiadora estridente, que entra pelas casas adentro, impedindo o sossego, a conversa em família, a paz interior. Isso é um crime, um grande crime (*O Nordeste*, 4 dez. 1950).

Independente da gravidade do delito, o fato é que o vácuo normativo criado com a limitada ação das autoridades deu ensejo a uma série de desentendimentos e tensões. Os confrontos entre moradores e pessoas ligadas às irradiadoras nem sempre se circunscreviam a ameaças, altercações ou agressões verbais; houve mesmo quem decidisse solucionar o conflito à força, como aconteceu com “rapazes das melhores famílias” do bairro do Meireles que, munidos de paus e pedras, dirigiram-se à sede de uma estação amplificadora a fim de destruir o estabelecimento e aplicar corretivo aos funcionários, no que foram contidos pela interferência de dois policiais (*O Nordeste*, 21 nov. 1952). Situações similares ocorriam noutros pontos da capital, insinuando que, além dos desejos de conforto concretizados na aquisição de eletrodomésticos, a difusão da eletricidade poderia aflorar divergências potencialmente explosivas no modo cotidiano de usar os dispositivos sonoros.

Um dos elementos mais eloqüentes da simbiose de sons e temporalidades, e mencionado com certa parcimônia, são os pregões diários espargidos pelas ruas da capital, com destaque para as zonas residenciais situadas no, ou contíguas ao, perímetro central. Numa profusão de tipos e coros, passavam leiteiros, padeiros, gazeteiros, aguadeiros, vendedores de doce, sorveteiros, verdureiros. Relatos sobre sua presença constituem um indício da vida cotidiana de Fortaleza nas décadas de 1940 e 1950 (ainda não chegara o tempo dos supermercados), conjugando roncar de motores, anúncios radiofônicos e alaridos recorrentes. Marciano Lopes, num livro de memórias, descreveu a movimentação desses homens situados à margem ou nas franjas do mercado formal:

Madrugada ainda, passam os padeiros, com suas enormes cestas, entregando os pães, melhor dizendo, colocando-os nos artísticos sacos que desde a noite ficaram presos nas portas das casas. [...]

Quando o dia começa a clarear, passam os leiteiros em charretes puxadas a burro. Eles gritam “leiteiro!” e as donas de casa e as “criadas” aparecem com os vasilhames e com as línguas afiadas, xingando que o leite está “azul” de tanta água...

Quando a família está à mesa, tomando o café, passam os meninos “gazeteiros” gritando “Gazeta, Unitário, Estado!”. [...] E passa o vendedor de “carne de porco, toicim, banha”. Ele conduz sua mercadoria, numa espécie de baú vermelho, em cuja tampa tem um quadrado de tela para ventilação.

E passam os verdureiros e fruteiros, que utilizam tabuleiros fechados e com longas pernas que, quando apoiados no chão, funcionam como pequenos balcões. E passam os vendedores de lenha, em carroças puxadas a burro.

O sol já começa a esquentar e os “aguadeiros” vão surgindo. Vêm da Floresta, da Pirocaia [atual Montese] e da fonte do Juca Aciolly [no bairro do Prado]. Conduzem o “precioso líquido” em grandes pipas de madeira, sobre carroças. Em ancoretas, a água é levada aos potes no interior de casa.

Quando o almoço já está na mesa, passam as “sobremesas”. Primeiro é o vendedor de “laranja do Piôf”, logo seguido do vendedor de “doce de quiabada”. [...]

O sol ainda não desapareceu de todo e quem passa, agora, é o amolador de facas, empurrando sua carrocinha. Seu pregão é apenas “amolador!”... E o sorveteiro, com sua caixa de madeira à cabeça, canta: “Sorvete!... É de maracujá!...” (Lopes, 1996, p. 141-143).

Da madrugada ao cair da tarde, desfila ao longo da rua um sem-número de pequenos vendedores, cada um em horários característicos e travando contatos diferenciados com o espaço privado dos fregueses. A passagem discreta do padeiro, antes que o dia amanheça, restringe-se à soleira da porta e é notada pelo recheio dos sacos dependurados. O leiteiro, por seu turno, lida diretamente com as donas de casa. Vale notar que o leite é distribuído nas casas a granel, e os recipientes provêm das próprias residências. A ausência da embalagem padronizada garantia maior pessoalidade e contato direto na relação entre fornecedor e consumidor, provocando entretanto certa desconfiança da qualidade do produto. A seguir têm lugar negociantes de carne e jornaleiros, gritando seus anúncios a plenos pulmões. O caso dos aguadeiros é singular, pois sua atividade sugere o restrito alcance de um serviço moderno – a rede subterrânea de água e esgoto, cujo primeiro ensaio foi concluído somente na década de 1920 (Ponte, 1999, p. 43). Adentram o recesso das habitações tomando conhecimento de seus cômodos mais íntimos, a exemplo do banheiro e da

cozinha. Durante o dia inteiro, seja a pé ou postados em carroças, os vendedores preenchem e colorem a rotina da vizinhança, com seus cantos langorosos e sem pressa, contrastando o ruído estridente e lacônico das buzinas. Sua presença chegava mesmo a influenciar o novo endereço de famílias em mudança: “Elegia-se a rua de morar mais tempo pela frequência desses indispensáveis vendedores ambulantes. ‘Passa carnicheiro?’ – ‘É verdureiro, tem também? E bom?’ – perguntava-se aos moradores da rua, futuros vizinhos” (Campos, 1996a, p. 70). Nessa circunstância a rua não corresponde somente a um lugar de passagem; pode virar ponto de venda, no caso dos verdureiros e fruteiros, que engenhosamente transformam seus tabuleiros em balcões. A própria norma culta da língua fica suspensa no passo cadenciado dos ambulantes, sofrendo as inflexões de palavras entoadas diariamente centenas de vezes: “toicim” (toucinho), “laranja do Piôl” (Piauí), “guiabada”.⁸⁷

De entremeio às sonoridades maquinais regulares, rápidas, repetitivas, as vozes daqueles trabalhadores ecoavam no interstício da economia sistêmica, davam o tom de atividades reputadas como inferiores, quase inteiramente olvidadas pela crônica histórica, em geral voltada para instituições e figuras gradas (políticos, administradores, grandes comerciantes). “Papéis informais, por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos nem socialmente valorizados, embora sejam importantes no processo concreto da vida quotidiana” (Dias, 1995, p. 52). Na senda dos pequenos ambulantes, que surgiam e sumiam com igual intensidade, seu alarido enunciava astúcias de um viver miúdo, descortinava meandros sociais pouco ligados ao fausto moderno, povoando a atmosfera da cidade com táticas de sobrevivência e pronúncias singulares.

A miscelânea de sons que encontravam abrigo em Fortaleza evocava tempos distintos, forjava sensibilidades variadas, compunha experiências sociais híbridas de natureza e cultura, tramadas numa fronteira evanescente, onde estilhaços antigos e cintilações modernas conjugavam rastros e projeções no cadinho da vivência cotidiana. Na cidade que, na concepção de muitos habitantes, se mostrava regida progressivamente sob o signo da aceleração, “os porta-vozes sonoros de Deus” se

⁸⁷ Murilo Mota, recordando passagens de sua infância, teceu uma observação bastante curiosa sobre os pregões na cidade de então, mediante a qual realça a assiduidade com que sons de antiga procedência ainda influíam no comportamento dos habitantes locais: “Naquele pinturesco mercadejar, o grito era como se fosse uma mercadoria. Vendia mais quem gritava mais, e, sobretudo, quem gritava melhor” (Mota, 1991, p. 139) – diferença significativa na incorporação seletiva de traços perceptivos, especialmente quando se confronta essa modalidade nômade de fazer negócio (que privilegia a sedução pelo ouvido) com a sedentariedade do comércio formal e suas vitrines (que projetam na visão seus apelos de consumo).

batiam com o avanço dos ritmos inerentes aos mecanismos capitalistas de produção, circulação e consumo – processos materiais e simbólicos assinalados pelo desgaste programático e a senescência irreversível das mercadorias. Integrados em geral (embora não exclusivamente) a uma temporalidade ritual, de recorrência ao caráter duradouro e estável do sagrado, os sinos das igrejas emergiam na paisagem urbana como mensageiros da transcendência, e de sua presença na existência precível dos homens. A vibração do badalo, seus efeitos reverberativos, o prolongamento do som em dobres e repiques era mais que notícia de morte, registro temporal ou chamamento às festas religiosas e à contrição dos fiéis. Implicava, também, a afirmação dos vínculos comunitários e, mais que isso, um certo conforto e acolhimento no íntimo de quem crescera habituado a ouvir, decifrar e portar-se de acordo com o significado daquelas mensagens sonoras. O intervalo entre suas batidas poderia, mesmo, soar como precário refrigerio em meio à turbulência da cidade moderna, emissão acústica menos relacionada ao aguçamento dos sentidos e tensionamento dos reflexos – no caso, efeitos precípuos dos sinais de trânsito e das buzinas dos veículos. Sem embargo, nenhuma dessas atribuições corriqueiras impedia a utilização dos sinos com outros propósitos, a exemplo do emprego conjugado na eventualidade de um bombardeio aéreo durante a Segunda Grande Guerra, quando Fortaleza sediou uma base militar norte-americana. Ou mesmo para anunciar festivamente o término vitorioso da conflagração. Tamanha versatilidade, contudo, não retirava dos sinos certo teor aurático:

Nas torrezinhas imaculadas das casas do Senhor, eles, os sinos, estão como sentinelas alertas, falando a sua linguagem mística, constante, imutável, para que as criaturas humanas que lutam lá fora, empolgadas pela brutalidade impiedosa do Mundo, jamais se esqueçam de que Deus existe, que Deus os espera para o conforto espiritual, sem o que a existência seria impossível de ser vivida e o Mundo se transformaria num caos de incompreensão e de Dor... (*O Povo*, 14 jan. 1942).

A necessidade de maior precisão no registro cronológico do tempo, e sua importância na coordenação dos fluxos sociais e atividades econômicas, constituem marcas do meio urbano contemporâneo. De certa maneira, a Fortaleza dos anos 1940 estava imersa nesse processo, apresentando certa preeminência dos relógios públicos às expensas dos sinos religiosos (Silva Filho, 2002b). Os últimos, por sua vez,

embora gradualmente preteridos na marcação da hora oficial, davam sinais constantes de sua presença na vida social da cidade, registrando em cadências sombrias a atmosfera pesada da Sexta-Feira Santa, vertida em luto e lágrimas de quantos acompanhassem a procissão do Senhor Morto, ou sinalizando com repiques momentos de júbilo como o Domingo da Ressurreição – ponto culminante do calendário litúrgico cristão (Campos, 1996a; Lopes, 1996). A Igreja, no entanto, começaria a valer-se de outros mecanismos com o fito de propagar o tempo da meditação e comunhão pessoal com Deus e, dessa forma, assegurar um papel de ascendência sobre o comportamento da população. É do que trata a continuação da matéria supracitada:

Na madrugada do último domingo [11/01/1942] a população do bairro do Benfica acordou sob a magnífica impressão de músicas que pareciam vir do céu. Mas não eram músicas celestiais. Tratava-se apenas da música terminal da Festa da Sagrada Família, anunciada dolentemente pelo “carrilhão” da igreja de Nossa Senhora dos Remédios. [...]

Pensávamos que se tratasse de um desses famosos carrilhões antigos, que, no Brasil, existem em muito poucas igrejas. Mas, não. O século é mesmo da eletricidade. E por isso o “carrilhão” que imaginávamos não passa de um simples aparelho rádio-elétrico da “Philips”, que ali foi montado há alguns meses. O aparelho custou a bagatela de 17 contos de réis e a música e os dobres de sino que se ouvem, lá em cima, são produzidos por discos, colocados na casa das máquinas, ao lado do templo.

Na seqüência, o jornalista observa que presenciou uma demonstração da respectiva máquina, a qual lhe trouxe satisfação, e conclui dizendo que “saiu muito bem impressionado com o que viu”. Nem a surpresa, nem a boa impressão redimem um quê de decepção do repórter, pois algo parecia, no mínimo, deslocado. A própria escrita chega a traí-lo: foi o novo engenho que propiciou uma atmosfera quase hierática durante aquela madrugada dominical; contudo, a eficácia e potência de sua emissão não encobriam o essencial: não se tratava de raro e famoso carrilhão antigo, mas de um “simples” aparelho elétrico. Aparentemente a descoberta de um objeto moderno representando a voz imponente do sino é acompanhada menos de prazer inesperado do que da sensação de um logro. Quem supunha deparar com um artefato antigo, nada encontra além da constatação fatídica de que vivemos o século da eletricidade. O idealizado carrilhão era visto como fragmento de um passado remoto,

objeto venerável, portanto apropriado para entoar o canto celestial. Mais que instrumentos metálicos, eles são objetos simbólicos, sacralizados pela tradição cristã e distinguidos pela linguagem mística que supostamente invocam junto a quem foi instruído no respeito e observância da liturgia. O restante da matéria deixa transparecer relativa contrariedade quanto ao emprego de um dispositivo elétrico, funcional mas sem qualquer virtude, na tarefa de guarnecer a igreja. O uso daquele engenho técnico talvez não trouxesse igual desapontamento a outros ouvidos, mas é possível que muitos habitantes ainda partilhassem com o jornalista a idéia do sino como, antes de tudo, um instrumento religioso, capaz de provocar emoções e instilar reminiscências, delimitar um território sagrado e até insuflar manifestações de piedade nos homens.

À primeira vista, o episódio constitui um fato exótico e distante, manifesta algo de pitoresco. Cabe, no entanto, observá-lo como um pormenor significativo e de grande valia, tanto na compreensão da paisagem sonora quanto na reflexão que suscita a respeito das marcas temporais e subjetivas que depositamos, melhor dizendo, gravamos nos objetos e nos usos que deles fazemos. Está em jogo uma relação complexa mediante a qual estes extrapolam suas propriedades eminentemente funcionais, traduzindo valores, configurando significados, instituindo gestos, mobilizando os sentidos corporais, a um só tempo construindo sujeitos sociais e sendo por eles construídos. Com isso, a composição de temporalidades adquire maior diversidade, uma vez que a máquina da Philips pode tocar não só ritmos modernos e canções populares, mas também hinos de motivação devocional ou, no limite, simular as badaladas dos sinos.

Na década de 1860 a Igreja adquiriu um relógio para a velha Sé, contrariando, ainda que de forma incipiente, o primado dos sinos na marcação do tempo (Nogueira, 1980). Oitenta anos depois, em templo consagrado à Virgem dos Remédios, lançava mão de um equipamento para reproduzir seu som. Aos poucos, aqueles instrumentos metálicos iam perdendo ascendência na paisagem sonora da cidade, malgrado seu evidente poder evocativo. E a dita máquina, diferentemente de suas congêneres mundanas (as vitrolas automáticas), não executava os ritmos sincopados da cultura ianque nos bares da praça do Ferreira, mas inundava as ermas paragens do Benfica com músicas celestiais. A resistência conservada pelo jornalista exprime precisamente desconforto e embaraço ante essas aglutinações insuspeitadas, mirabolantes, carentes de uma certa nobreza lastreada na tradição, despidas da aura e

prestígio franqueados pelos sinos antigos. Tal preferência, contudo, não alteraria a gradativa queda na assiduidade auditiva outrora exercida pelos sinos no cotidiano da cidade, ainda que nos subúrbios – com seu casario térreo e a menor incidência de atividades comerciais, instalações fabris e do tráfego de automóveis – eles se mantivessem como o principal meio sonoro de irradiação coletiva, tanto para anunciar as festas comunitárias quanto para indicar as horas do dia e assinalar as celebrações religiosas.⁸⁸ Essas funções longevas, transmitidas por décadas e gerações, não evitavam porém certo desapareço que os sinos provocariam em ouvidos antenados com a valorização de elementos identificados à vida moderna:

Leitor d'O POVO, venho solicitar uma reclamação, dentro da campanha do silêncio, contra o seguinte:

a – As “chamadas” de sinos e foguetões das igrejas, que começam às 3 horas da manhã. Trata-se de um problema delicado com o clero. Parece-me que um “HORÁRIO” resolveria sem BARULHO...

b – Os leiteiros em seus burricos galopando com um chocalhar infernal.

c – E os “tenores” de poleiro, ou seja, os galos.

Há solução?

Atenciosamente – A. (*O Povo*, 21 ago. 1941).

Essa queixa anônima denota as flutuações complexas entre o que se reputa como som e o que é considerado barulho. Sua percepção não parte de uma

⁸⁸ Nos bairros menos urbanizados de Fortaleza, em geral distantes da zona central, os sinos constituíam importantes marcadores do tempo social, o que não impedia o recurso a outros dispositivos, pouco solenes e mais disseminados, como o canto dos galos. Poderia mesmo acontecer de a orientação pelo cacarejar da ave desconsiderar inteiramente a eventual confirmação que ressoaria da torre das igrejas, a exemplo do acontecimento vivido e lembrado por Murilo Mota, que sugere certo privilégio das sonoridades naturais na composição da sensibilidade popular, ao longo das primeiras décadas do século XX: “A missa da madrugada era uma das iniciativas mais populares nos meios religiosos da Fortaleza semi-aldeã do primeiro quarto do século. [...] Eu saltava da rede, pronto para aquele ato, *enquanto o bairro todo ressoava dos sons dos sinos* que tornavam, de repente, de adormecidos em festivos os ares. [...] Saltava, pois, feliz e, sem uma xícara de café para tonificar o sangue, já descia pelo Calçamento, a bater na porta dos companheiros [...] Composto o grupo caminharíamos até a Estação dos Bondes, onde conferíamos no seu grande relógio a hora. Eram três as chamadas da igreja, sendo a primeira com meia hora de antecedência – tempo bastante para o levantar-se do bairro. *A rigor, porém, era pelo cantar dos galos que nos orientávamos. Antes do ressoar dos sinos, aquelas gargantas cristalinas já nos faziam mexer na rede, na inquietação de uma casa sem relógio, guiada pelo descante das aves sonoras.* Uma vez – foi um ar que nos deu –, saímos ao breu da noite. Quando chegamos à Estação, quase caímos para trás. O relógio estava dando gravemente as doze horas. Meia-noite! E a missa só começava às quatro. Algum daqueles tenores, mais apressado, havia desferido o seu canto antes do tempo. E não tive a prudência de esperar pelo coro confirmador das aves trovadoras. Sentamos, resignados, no meio-fio da calçada, prontos para uma espera de quatro horas. Voltar para casa, e dormir de novo, é que não!” (Mota, 1991, p. 152-153) [grifos meus].

constatação neutra e intemporal, mas se articula ao lugar social, ao quadro de valores e ao conjunto de expectativas e interesses que as pessoas constroem em suas variadas interações.⁸⁹ Ao contrário dos incômodos recorrentemente causados por rádios, motores, amplificadoras, sirenes e buzinas, o leitor em apreço investiu contra emissões auditivas há muito assentadas no cotidiano da cidade – nomeadamente, aquelas produzidas por animais e as de função religiosa – e cuja permanência parecia, conforme alguns moradores, inadequada ao progresso urbano. O corolário moderno, sempre às voltas com uma projeção de futuro obstinada em desinvestir legitimidades plasmadas numa continuidade longa, costuma opor-se à reverência indiscriminada do passado, mas também tende a negligenciar que aquilo rotulado de antigo está, muitas vezes, fortemente integrado ao presente da cidade.

Admitidos com relutância pelos tímpanos afeitos à modernização e aos ritmos fabris, os sinos se conservavam como uma prestigiosa fonte inspiradora para a criação lírica, em cujo registro seu valor simbólico se expande na medida da distância temporal subjacente. A “Balada dos sinos”, de Filgueiras Lima, exprimiu a força daqueles artefatos numa determinada vertente de criação poética:

[...] Sinos da velha Igreja do Coração de Jesus!
Os olhos fecho, ouvindo-vos agora,
para sentir-me novamente criança
e reviver as emoções de outrora...

⁸⁹ À diferença de sociedades que experimentaram drásticos processos de secularização – como a França revolucionária esmiuçada na pesquisa de Alain Corbin (1999) sobre a paisagem sonora do século XIX –, em cujo cerne os sinos se tornaram alvo de disputas ferrenhas contrapondo formas de controle laico e eclesiástico, no contexto brasileiro eles tenderam a manter-se geralmente associados ao poder da Igreja, sugerindo sua ingerência sobre as almas e os corpos e também fazendo da performance sonora uma espécie de inequívoca manifestação religiosa, ainda que pudessem ser empregados para outras finalidades. Numa crônica intitulada “Meu relógio suburbano”, o escritor Caio Cid registrou a marca do sino no chamado para os ofícios litúrgicos em Jacarecanga, bairro onde residia. Seu texto dá a entender que, mesmo entre indivíduos pouco afinados com a melopéia da modernização, as batidas metálicas poderiam significar um incômodo cotidiano, menos por sua suposta antiguidade que pelo efeito de arregimentação característico das comunidades religiosas: “O sacristão da igreja dos Navegantes é um artista, na sua função de alertador dos santíssimos católicos do bairro. [...] Faz três longas advertências das cinco às seis da manhã. Chego à conclusão de que vai contando as badaladas, tal se estivesse escrevendo um poema. E acho mesmo que o piedoso auxiliar metrificaria seus chamamentos, controlando as pancadas como se medisse sílabas sonoras. [...] Os dois sinos mandam suas vozes para o céu, fazem coceira na alma dos fanáticos e irritam os tímpanos dos indiferentes à disciplina clerical. [...] Fecho este insulso comentário mandando parabéns ao sacristão da capela que tenho à ilharga da minha residência. É um nobre indivíduo que não pode mais suportar as amolações da existência, a não ser agarrado às cordas de suas formidáveis e agressivas sinetas” (Cid, 1958, p. 79-80).

Sinos que anunciais o fim do dia!
 Sinos que acordais, para a prece, a cidade!
 Volta com outros a infância,
 para alguns a velhice vem chegando...
 Para vós não existe tempo nem distância.
 Sinos! Vós tendes sempre a mesma idade!
 E despertais, assim, em vários corações
 como um eco das nossas vibrações,
 um canto de esperança ou de saudade...

(Lima in Benevides, 1973, p. 290)

O poeta se apropria desses motivos literários para evocar nostalgicamente um passado convertido em referência primordial – a infância – e atribuir aos sinos uma inalcançável condição – a de testemunhas do ciclo da vida e marcadores das horas, dos dias e das eras, infensos, eles mesmos, à passagem do tempo. As batidas metálicas recebem uma conotação integradora, unindo passado e presente. Sua vibração sonora é transformada, recorrentemente, na expressão de um tempo perdido, então somente franqueado às lembranças pessoais e aos apelos emotivos que procuram atualizar uma sensibilidade romântica desafiada pela velocidade das transformações urbanas. O desaparecimento crescente dos marcos de memória no espaço público, que seriam caros às gerações mais velhas, parece ter impelido à procura de rastros cuja aparência mais fluida e intangível (como, no imaginário, se inscreve a textura acústica) favoreceria sua relativa esquiva à marcha do progresso.

Parte da grande importância outrora conferida aos sinos se devia ao fato de constituírem o principal meio sonoro de comunicação simultânea a longa distância. A invenção, desenvolvimento e expansão, no correr do século XIX, de objetos técnicos capazes de articular, a grande velocidade, mensagens complexas num grau de maior eficiência e sigilo explicam, em parte, o declínio do sino na organização das diversas atividades urbanas. O telefone, por seu turno, cuja expansão depende da disponibilidade de energia elétrica, ganharia um papel cada vez mais decisivo na interlocução cotidiana das grandes cidades, pondo em contato indivíduos cuja separação física tornava inviável o exclusivo recurso da voz humana soprada a plenos pulmões. Implantada em Fortaleza no fim do Oitocentos, a pequena rede de telefonia estava restrita a estabelecimentos comerciais e famílias abastadas, sendo

necessárias décadas para que tal aparelho tivesse seu uso disseminado nos demais estratos da população.

Segundo o cronista Raimundo de Menezes (2000), a novidade do telefone provocou um conjunto de episódios curiosos, por vezes beirando o anedotário. Remontando às primeiras décadas do século XX, o autor menciona a circunstância de um negociante local que, ligando para determinada loja, indagou se ali havia pregos; quando o vendedor quis saber o tamanho desejado, o interessado respondeu: “Destes aqui”, aludindo ao objeto que tinha em mãos, do outro lado da linha – com efeito, o descolamento entre fala e olhar só a custo seria assimilado por aqueles que vieram a se valer do misterioso objeto.

A inusitada possibilidade surgida com o telefone – ouvir e ser ouvido sem ver nem ser visto –, hoje tornada banal, impôs aos primeiros usuários certa adaptação de seus corpos para entabular diálogos por vezes íntimos sem a natural e costumeira percepção do rosto alheio. Todos os sinais não-verbais altamente significativos, trocados e oferecidos na presença direta do outro, emitidos por gestos das mãos, olhares, sorrisos, meneios de cabeça, se tornavam agora inacessíveis, a comunicação regida unicamente pela emissão sonora: desafio à argúcia do interlocutor, que precisou aprender a interpretar o outro somente a partir do que lhe chegasse aos ouvidos. Talvez por isso ainda não seja tão incomum testemunhar alguém falando ao telefone num volume demasiado alto, mesmo quando a ligação parece livre de interferências: exprimir-se “em alto e bom som” traduz a cediça tentativa de se fazer entender claramente malgrado a invisibilidade do destinatário, e também pode assinalar um eco longínquo da memória corporal, relutante em adotar a voz baixa para se comunicar a distância. A paisagem sonora do século XX foi profusamente permeada por esse engenho tecnológico que, testemunhando a versatilidade da corrente elétrica, atuou na transformação perceptiva dos segmentos urbanos, obrigando-os a gradativamente decodificar mensagens com o uso exclusivo da audição (nesse sentido tornou-se, ao lado do rádio, o dispositivo técnico que mais contribuiu para a valorização do ouvido como um vetor massivo de informação e conhecimento).

Tratar das alterações na cultura sensível da Fortaleza de meio século atrás requer a consideração sobre os modos de escuta proporcionados no convívio com os

novos aparatos industriais.⁹⁰ Entre os ruídos característicos da cidade enredada em aspirações modernas, o toque do telefone foi assumindo o perfil de um comando a ser prontamente atendido para assegurar comunicação rápida, cômoda e eficaz. Embora, de resto, acessível a bem poucos enquanto um bem privado, a ponto de seu chamado provocar num jovem dos anos 1940 – quando havia em média um aparelho para cada noventa habitantes (Silva, 1982, p. 86) – agitação atualmente digna de estranheza:

Uma vez ia passando defronte à casa de minha tia Lavínia, que estava viajando e ouvi o telefone tocar. Aquilo seria uma oportunidade importante para falar ao telefone, um objeto difícil na época. Corri em casa, peguei a chave e retornei. Mas, quem ligou já tinha desligado. Perdi aquela grande oportunidade. Já tinha falado em telefone, mas naqueles que precisava dar corda, girando uma manivela (Limaverde, 1999, p. 185).

Nos meados da década de 1940 certos habitantes de Fortaleza, em contato com as novas sonoridades, exprimiam uma disposição psíquica dividida pela surpresa e excitação, a desconfiança e um difuso sentimento de ameaça, ante o recente impacto dos objetos técnicos, muitos dos quais atestando a possibilidade diversificada de usos da eletricidade. Alguns jornais da cidade passaram a veicular matérias repletas de invectivas contra estranhos estímulos auditivos, aos quais viria juntar-se mais um elemento – a vitrola automática. Alvo de críticas virulentas, especialmente por parte dos reformadores de costumes e dos homens de imprensa, esta máquina sofria o estigma de fomentar a vadiagem, o declínio do gosto musical e o desrespeito à privacidade. Não bastassem os danos morais e culturais, apregoava-se o caráter “diabólico” da vitrola, em prejuízo dos cidadãos que freqüentavam bares e

⁹⁰ Conforme observou Nicolau Sevchenko, a difusão das novas tecnologias perpassou o cotidiano das metrópoles com tamanha magnitude que hoje tendemos a considerar naturais certos comportamentos outrora incompreensíveis ou mesmo impensados; o que leva a refletir sobre a influência desses potenciais massivos, criados pela indústria moderna, na própria redefinição das margens entre privacidade e vida pública: “Tomemos o caso do transporte público. Só a sua característica de vetor de deslocamento de massas é que explica como várias dezenas de pessoas podem ficar compactadas durante longos períodos, sem ceder à disposição espontânea do ser humano à comunicação com seus iguais. Ou ao contrário, como no caso do telefone, as pessoas podem despende um longo tempo se comunicando por meio de um impulso eletromagnético, sem ver a outra criatura, perceber a sua circunstância, inseri-la num espaço, mas à primeira tentativa de alguém de carne e osso se aproximar, tapa-se imediatamente o bocal do aparelho e enxota-se o invasor indesejável. O sinal telefônico, frouxo e surdo, distante e imaterial, sem cor, cheiro, substância ou forma, se preenche, no entanto, das pulsões cruas que nele projetamos” (Sevchenko, 1998a, p. 582-583).

cafés, sentindo, “nos nervos, o choque provocado pelo barulho infernal que ali se ouve” (*Gazeta de Notícias*, 10 jul. 1943). Em relação a essa máquina, e quase ecoando as intolerâncias despertadas pelas irradiadoras, não faltaram antagonistas, cuja disposição para anunciar seus propósitos nocivos foi sintetizada na condenação de um jornalista do periódico *O Estado*. Ele inicia a crônica alertando o leitor para um objeto exógeno, com ares de inofensivo, que sorrateiramente ganhava espaço e aficionados nas principais ruas do centro da capital:

Você leitor amigo, com suas habituais preocupações (são tantas!) certamente ainda não pensou nas conseqüências sociais dessas vitrolas automáticas que infestam o centro da Cidade. Talvez nem tenha percebido a existência daquela maravilha mecânica que, durante todo o dia, prende a atenção de centenas de pessoas, aparentemente desocupadas, atraídas pela pureza de seu som e pela perfeição com que, ao simples baixar de uma tecla e sob o peso de uma ficha de meio cruzeiro, movimenta e toca o disco escolhido num rol que lhe está apenso (*O Estado*, 26 jun. 1943).

A seguir, o cronista se detém sobre o aspecto feérico da vitrola, descreve suas feições deslumbrantes, acentua a sedução provocada pela máquina. De acordo com ele, nada mais natural que sentir-se atraído pelo aparelho: “E se Você, atarefado leitor, já a viu, toda iluminada e colorida, borbulhante até, pensou: ‘Que linda vitrola!’ E apostou como teve o desejo infantil e muito humano (morremos crianças...) de lá ficar alguns instantes, mexendo, também, nas teclas mágicas”. Ciente da sensualidade do objeto, o jornalista denuncia os perigos identificados pelos espíritos conservadores: a corrupção dos jovens, a incitação ao devaneio e o insuflamento dos desocupados.

Delineando um comentário menos virulento, porém marcado pelo tom crítico e bem-humorado, o escritor João Jacques, com o agudo senso de observador do cotidiano, relatou algumas das sensações despertadas pela inusitada audição musical colhida no espaço das ruas do centro de Fortaleza durante a década de 1960:

A cidade tem muitas lojas de discos, em cujas calçadas os basbaques se juntam e formam platéias admiráveis.

Adoro observar essas platéias humanas, sensíveis à isca dos versos saborosos na ponta de anzol de certas melodias populares.

Como são susceptíveis às inspirações do amor! Como se entregam, passivas e cloroformizadas pelos ouvidos, à correnteza das horas, ao léu do tempo!

Reparem, de hoje em diante, no semblante e na postura dessas pessoas que, de longe, ao escutarem as notas e letras de uma canção, começam a amortecer os passos, a frear insensivelmente as pernas, até se postarem, chumbadas no chão, eletroimantadas por uma idéia vaga ou um sentimento desperto, à frente de uma alta-fidelidade.

Os olhos se entrecerram ou se fixam num ponto neutro. O corpo amolece, relaxa. Um sorriso de Madona, esfingético e complacente, adoça os lábios mais amargos.

Ninguém mais está ali (Jacques, 1964, p. 113).

No caso específico relatado pelo cronista, a performance do objeto técnico pode induzir disposições de ânimo pouco afeitas ao ritmo célere de um centro urbano, exercendo mesmo um efeito anestésico sobre incautos ouvintes. Daí se percebe como um artefato elétrico consegue refigurar e deslocar as fronteiras entre público e privado: a reprodução melódica ampliada não tem destinatário específico, dirige-se ao transeunte ocasional, mas é recebida por cada ouvido como se portasse uma mensagem íntima que nenhum outro passante saberia decifrar. Sua irradiação promove inclusive uma espécie de distensão temporal, inscreve na agitação pressurosa e anônima das calçadas um convite à lentidão individual, abrindo no espaço público uma profundidade psicológica em que mergulham pessoas fisicamente próximas e no entanto desconhecidas umas das outras – as “platéias humanas”. Paradoxalmente, é quando instila essa condição de alheamento – “Ninguém mais está ali”, diz o cronista – que o aparelho fonográfico mais solicita a presença irredutível da subjetividade.

O som veiculado pelo aparelho moderno desperta novos modos de fruição musical, em bares, cafés e restaurantes; suscita e prolonga, outrossim, formas sensoriais doravante tingidas com a marca da técnica, exigindo mudanças perceptivas na relação entre sujeito e objeto, artifício e cultura, natureza e sociedade.

À medida que, entre os anos 1940 e 1960, os rumores maquínicos iam sendo difundidos na rotina diária de Fortaleza, as reações dos habitantes assumiram uma diversidade marcante, desde a mobilização pelo sobressalto até uma hesitante familiaridade, de entremeio à conhecida glorificação do avanço técnico. Não obstante, certas máquinas eram consideradas perniciosas, seja pela sensualidade que emanavam, seja por seu monótono e exaustivo rastro de sons e gestos. Acossados

pela moralidade tradicional ou vistos com reserva em nome do corpo saudável, aqueles novos estímulos auditivos atuaram como signos do mundo moderno e, embora muitas vezes atestassem o caráter imaturo de alguns objetos técnicos,⁹¹ viabilizaram a produção de marcas sobre o espaço que tenderiam a expressar traços de um poder desde então exercido com desmedida: o de converter a potência sonora em fonte de prestígio ou autoridade impingida a um determinado meio social, como indicam numerosos reclamos a respeito do funcionamento abusivo de rádios, vitrolas e amplificadoras.⁹²

Se crescente incidência dessas vibrações ruidosas no espaço urbano supostamente redimia em parte alguns traços estigmatizados como provincianos, que certos pendores civilizatórios associavam à presença dos animais, carroças e sinos, o desconforto e a perplexidade que determinados artefatos industriais provocavam era também indício das transformações que o aparato tecnológico realizava nas condições de vida e na própria percepção cotidiana.⁹³ A disposição ambígua de

⁹¹ Segundo Lewis Mumford, subsiste um aspecto claramente rudimentar na composição técnica das máquinas ruidosas e poluentes, em especial no caso dos engenhos automotores. Estes sons e emissões de fumaça, portanto, não seriam índices de progresso, mas vestígios próprios de atraso tecnológico: “O barulho dos automóveis e dos caminhões, movidos a gasolina, numa cidade agitada, quando dão partida, mudam de marcha, ganham velocidade, é um sinal de sua deplorável imaturidade técnica. Tivesse a energia que se consumia em projetar carroçarias sido aplicada no planejamento de um motor silencioso, a cidade neotécnica não seria tão atrasada como a sua predecessora paleotécnica, em matéria de ruídos e fumos. Ao contrário, as metrópoles ‘progressistas’, onde o motor é rei, como Los Angeles, apresentam e até mesmo amplificam todos os males urbanos do período paleotécnico” (Mumford, 1982, p. 512).

⁹² R. Murray Schafer propôs a noção de *imperialismo sonoro* para designar uma das estratégias de subjugação sensorial elaboradas pela civilização ocidental e industrial no decurso de sua fase expansionista. De acordo com tais observações, o ruído foi elemento relevante no domínio de uma cultura hegemônica sobre outros modos de vida – assertiva que dota de um significado novo a crítica de Lewis Mumford à pouca evolução dos artefatos mecânicos, pois, conforme Schafer, teria sido exatamente essa insuficiência técnica que se converteu em trunfo, tanto no desenvolvimento histórico do setor fabril quanto nas relações conflituosas das nações européias com sociedades não-industriais. “Quando o poder do som é suficiente para criar um amplo perfil acústico, também podemos considerá-lo imperialista. Por exemplo, um homem com um alto-falante é mais imperialista que outro que não o possui, porque pode dominar o espaço acústico. [...] O aumento da intensidade da potência do som é a característica mais marcante da paisagem sonora industrializada. A indústria precisa crescer: portanto, seus sons precisam crescer com ela. Esse é o tema estabelecido nos últimos duzentos anos. De fato, o ruído é tão importante como meio de chamar a atenção que, se tivesse sido possível desenvolver a maquinaria silenciosa, o sucesso da industrialização poderia não ter sido tão completo. Para maior ênfase, digamos isso de forma mais drástica: se os canhões fossem silenciosos, nunca teriam sido utilizados na guerra” (Schafer, 2001, p. 115).

⁹³ Refletindo a respeito dos sentidos, Vittorio Lanternari salienta a impropriedade de supor a percepção como fato meramente físico ou neurológico. Compreender esse processo de mediação com o ambiente exterior implica uma concepção para além da simples recolha de elementos externos. Com efeito, não se pode enveredar por uma crença abstrata na percepção humana universal, mas ter em conta o papel simbólico das diversas culturas na orientação das faculdades perceptivas. Pois, longe de serem um registro invariável e supra-histórico do mundo circundante, os sentidos configuram um complexo processo de seleção dos estímulos exteriores, interação com o meio e integração com o fazer dinâmico da linguagem. “Todo o objecto visto ou tocado, toda a voz ouvida, todo o

celebrar a máquina como ícone da metrópole, ressaltando por vezes um ar nostálgico em relação à cidade antiga, revela atitudes divididas entre o receio e o entusiasmo pelo corolário do progresso. Fortaleza experimentava uma conjuntura cultural em que os apelos do novo despertavam, paradoxalmente, certo lamento ante as mudanças incontornáveis da vida moderna.

Os desafios, inquietações e promessas embutidas e prolongadas nos equipamentos técnicos, como as respectivas mudanças na percepção, não se deram contudo imediatamente, ou sob o influxo de momentos pontuais. Resultado de um processo relativamente longo e adaptativo, complexo e emaranhado pelas escalas de significado e afeto atribuídas às diversas capacidades sensoriais, a formação de novos hábitos perceptivos tenderia, em determinadas circunstâncias, a drenar parte da atenção e sutileza antes investida nas modalidades da escuta. Alguns anos depois, no início da década de 1960, João Jacques traçou um comentário acerca da visão que, embora se ocupe com relacioná-la à clarividência, permite detectar algumas nuances do escalonamento historicamente produzido em torno dos sentidos:

A gente, querendo ver mesmo as cousas, vê.

É só arregalar os olhos do espírito.

Podia-se até convencionar uma diferença entre enxergar e ver.

Enxergar seria não estar privado do mais importante dos sentidos, não ser cego. Ver seria algo mais penetrante. Enxerga-se, por exemplo, uma nuvem lá no céu ou um espinho entre a unha e a carne. Espécie de chapa fotográfica dos objetos ou flagrantes do que existe. Mas se vê uma estrela piscando, uma mulher sorrindo, um gato arqueando o dorso em ponte-pênsil, isto é, o astro, a cara-metade ou o bichano em movimento, em suas correlações com o mundo ambiente ou com os estados de alma.

De forma que, em ver, há a colaboração da inteligência ou uma adesão da vontade em ir mais longe, mais dentro ou mais fora. [...]

As lições da vida estão aí, no meio da rua, a qualquer hora, nesta ou naquela esquina.

No grande livro do mundo, enxergam-se geralmente as gravuras, mas não se vêem as legendas, onde tudo se explica.

comportamento que observamos com os nossos sentidos, contêm implicitamente significados e valores, exprimem uma mensagem cultural e semântica. Desconhecer ou obliterar tais significados e valores, subestimar o sentido da mensagem significa destituir o objecto, a voz, o próprio comportamento, dos conteúdos reais e humanos que lhe pertencem. Significa, da parte do observador, não ver, não ouvir, não sentir” (Lanternari, 1997, p. 66).

Certa feita, presenciei, na [rua] Guilherme Rocha, quando era trafegada por bondes, automóveis e até carroças, um cego auxiliar outro na passagem de suas esquinas. Emocionei-me. Quase choro de vergonha (Jacques, 1964, p. 289-290).

O interesse do cronista se volta à distinção entre *ver* e *enxergar*. Esta ação equivaleria ao flagrante mecânico, analítico, que registra e perpetua a instantaneidade paralisada de um momento, ao passo que aquela supõe um engenho do observador, apto à tessitura de conexões dinâmicas entre coisas que, em superfície, não se relacionam: *enxergar* colhe e segrega, *ver* acolhe e conjuga.⁹⁴ Todavia, onde o escritor identifica a quintessência da solidariedade humana é possível buscar rastros de uma perplexidade que nasce da incompreensão frente à proeza dos dois cegos.⁹⁵ Ao atravessarem um dos mais movimentados cruzamentos da cidade, anos antes, eles provocaram a curiosidade meio indiferente dos que enxergavam e o espanto profundo dos que viam. Pois a remota tradição que concebe os mistérios do mundo nos termos de um livro a ser decifrado cria legendas cujo entendimento extrapola o circuito da escrita e da leitura, reservado aos dotados de visão e instrução formal; tais legendas podem carregar mensagens concretizadas noutros vestígios – sons, toques,

⁹⁴ A propósito das diferenças entre *ver* e *olhar*, Sérgio Cardoso teceu uma reflexão lapidar: “Não é, de fato, o mesmo, na nossa fala corrente, dizer que vimos algo ou alguém ou que os olhamos. E podemos verificar, sem dificuldade, que esta distinção usual traduz a oscilação inerente à ‘fé perceptiva’ que faz continuamente hesitar o homem comum – que somos todos – quanto aos papéis desempenhados pelo sujeito e o mundo na produção do conhecimento. [...] O *ver*, em geral, conota no vidente uma certa discricção e passividade ou, ao menos, alguma reserva. Nele um olho dócil, quase desatento, parece deslizar sobre as coisas; e as espelha e registra, reflete e grava. Diríamos mesmo que aí o olho se turva e se embaça, concentrando sua vida na película lustrosa da superfície, para fazer espelho... Como se renunciasse a sua própria espessura e profundidade para reduzir-se a esta membrana sensível em que o mundo imprime seus relevos. Com o *olhar* é diferente. Ele remete, de imediato, à atividade e às virtudes do sujeito, e atesta a cada passo nesta ação a espessura da sua interioridade. Ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de ‘ver de novo’ (ou ver o novo), como intento de ‘olhar bem’. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor...” (Cardoso, 1988, p. 347-348).

⁹⁵ Desenvolvendo uma reflexão sobre a grande ênfase posta na visão como aparato para apreender o mundo e sugerir a lucidez do intelecto, além do correlato descrédito e preconceito a que são relegados aqueles privados desse sentido considerado primordial, o antropólogo David Le Breton comentou: “Estamos imersos numa profusão sem limite do *ver*. A vista é o sentido mais solicitado de nossa relação com o mundo. As relações com os outros, os deslocamentos, a organização da vida individual e social, todas as atividades implicam a vista como uma instância maior fazendo do cego uma anomia e um objeto. Em nossas sociedades, a cegueira é assimilada a uma catástrofe, à pior das doenças. Perder a vista é perder o uso da vida, é permanecer em sua margem. Evoca-se naturalmente o mundo ‘obscuro’, ‘monótono’ e ‘triste’ do cego, sua ‘solidão’, sua ‘vulnerabilidade’ às circunstâncias, sua ‘incapacidade’ de viver sem assistência. Porque o cego não vê, sua humanidade plena é habitualmente recusada. [...] O visual é o mundo que acontece sem nele se pensar; sem alteridade suficiente para suscitar o *olhar*. É uma espécie de atividade do esquecimento, uma economia sensorial que liberta a consciência de uma vigilância tornando-se ao longo do tempo insuportável. Fazer que o *olhar* se torne tátil, uma palpação dos olhos; dar um corpo ao *olhar*, ao visual, para que ele experimente uma espécie de carícia, é um bom começo contra o preconceito” (*O Povo*, 5 mar. 2006).

odores. Àqueles imersos numa sociedade pautada na preponderância do visível – o cronista, sua geração e todas as outras que a ela vêm se seguindo – é desconcertante o encontro com algo que os olhos (sejam os do corpo ou os do espírito) testemunham, mas não conseguem expressar e enquadrar no limite de suas formas.⁹⁶ Propor a reconstituição possível dos nexos entre a modernização da cidade e as modulações sonoras talvez aponte uma das vias capazes de fornecer pistas sobre essa perplexidade paradoxal – do cronista como também nossa – que então se instaura e ganha vulto, quando a possibilidade de cegueira diante das potências corporais à margem do olho faz par ao enaltecimento da visão.

Na constituição histórica das percepções, o corpo não atua como simples repositório ou receptáculo neutro dos estímulos externos. Durante as décadas de 1930 a 1960 segmentos da população de Fortaleza, notadamente aqueles mais sujeitos ao impacto da urbanização em curso, desenvolveram e afirmaram práticas, gestualidades e valores em sua confrontação diária com as novas sonoridades. Como se observou, esses vestígios auditivos tanto poderiam testemunhar formas de conagração e diversão quanto dar ensejo a conflitos morais e debates recorrentes sobre direitos coletivos e liberdades individuais. Quando examinada por uma abordagem dedicada a pôr em diálogo problemas formulados pela história dos sentidos, a cultura material e o uso social da técnica, a difusão de rádios, amplificadoras, vitrolas, motores – que estavam longe da capacidade aquisitiva das camadas pobres, porém eventualmente ao alcance de seus ouvidos – pode assinalar uma contribuição válida ao entendimento dos liames que, entre o fio e a rede elétrica, documentam a integração daquela forma de energia na trama do cotidiano.

⁹⁶ Nicolau Sevckenko percebeu na procura contemporânea por modelos interpretativos desvencilhados do domínio visual o que chamou de “As guerrilhas pela ‘ocultura’”, esta considerada nos seguintes termos: “*Ocultura* é o esforço deliberado para operar conceitualmente fora do enquadramento no império da imagem. Não se trata portanto de esconder ou encontrar algo escondido, mas de formular experiências sociais e simbólicas independentes da mediação centralizadora da visão e dos efeitos perversos da imagolatria” (*Folha de S. Paulo*, 14 abr. 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] as coisas dáveis eram em geral simples, antes do aparecimento do eletrodoméstico”. A essa constatação provavelmente fizeram coro tantos outros que, assim como Carlos Drummond de Andrade, nasceram no início do século XX e que, lendo suas crônicas publicadas em jornais nos anos 1960 e 1970, partilhavam com o autor a impressão generalizada das mudanças na experiência cotidiana no decurso de algumas décadas. Entre elas, inclui-se essa modesta – e significativa – alteração concretizada no advento dos aparelhos movidos a eletricidade.

Especialmente após a Segunda Grande Guerra, esses objetos técnicos gradualmente promoveram, nas grandes cidades brasileiras, a maior diversificação no uso residencial daquele potencial energético, que durante os primeiros decênios esteve em larga medida cingido às funções de iluminação. A adoção das pequenas máquinas contribuiu para acentuar a demanda por eletricidade que, entre os anos 1940 e 1960, esteve continuamente sujeita a contratempos resultantes do descompasso entre a expansão em escala do setor fabril e a limitada capacidade das centrais geradoras (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988).

A exemplo de outras capitais, Fortaleza teve seu cotidiano pontuado pelas contingências no fornecimento de força e luz elétrica, durante um período que exacerbou o papel dessa forma de energia na plataforma de desenvolvimento econômico e tecnológico que se buscava projetar para o país. Racionamentos, panes, sobrecargas, campanhas incentivando menor consumo particular puseram em evidência a precariedade do sistema elétrico municipal e provocaram a mobilização de setores da elite política e econômica local na reivindicação de planos, medidas e investimentos que solucionassem essa deficiência estrutural, então acusada de perpetuar o atraso no quadro produtivo do estado do Ceará e, em particular, de sua capital. Por meio da ligação com a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, em 1965, a cidade foi integrada numa ampla rede técnica regional e pôde receber um suprimento de eletricidade mais amplo, barato e regular. Mas o que foi motivo de enaltecimento na imprensa e júbilo para as autoridades e a burguesia industrial não se traduziu num benefício ao alcance do conjunto da população. Quatro anos mais tarde, quando se estimava em novecentos mil o número de pessoas residentes em Fortaleza, menos da

metade era atendida pelo serviço de energia elétrica (Diógenes, 1971, p. 5-6). Em 1973, 55 mil entre 175 mil prédios cadastrados pela prefeitura não possuíam ligação com a rede urbana; tratava-se de 31% das edificações regulares, sem contar as milhares situadas em favelas espalhadas pela cidade. Conforme matéria publicada na revista *Veja* (23 jan. 1974), essa proporção elevada de pessoas à margem do consumo residencial, afora a metade da população do interior do estado que se via privada da mesma facilidade, tinha “uma razão tão óbvia quanto preocupante: nas regiões mais castigadas pela seca, milhares de cearenses [inclusive os que migravam para a capital] simplesmente não tinham dinheiro para o custeio daquelas instalações elétricas” (apud Leite, 1996, p. 208). A companhia distribuidora pleiteava, naquele momento, empréstimo junto a um banco federal para financiar essas instalações domésticas, cuja dívida os futuros consumidores poderiam saldar em pequenas parcelas no prazo de cinco anos. Como se percebe, o avanço técnico materializado na transmissão da energia a setecentos quilômetros de sua fonte geradora demorou para ganhar as feições de uma conquista socialmente relevante.

Num meio urbano grassado por tamanha desigualdade material, o próprio sentido do que era chamado de conforto poderia mudar. Para quem residia em casebres precários e insalubres, sob o risco contínuo de despejos, intempéries e enfermidades, uma simples torneira ou uma lâmpada elétrica talvez parecessem um sinal de luxo, algo mais associado a uma condição privilegiada e distante do que ao atendimento corriqueiro e generalizado de uma necessidade. Restava ainda a possibilidade de que aquilo que se entendia por vida confortável fosse balizado por parâmetros bastante diferentes, conforme se morasse na cidade grande ou na área rural.⁹⁷ As levas de adventícios que, entre as décadas de 1940 e 1960, rumavam para Fortaleza, pressionando seu crescimento demográfico, compunham-se majoritariamente de segmentos pobres do interior, atraídos pelo horizonte de melhores dias ou simplesmente acoçados de seus lugares de origem pelo imperativo

⁹⁷ Similarmente, essas peculiaridades na apreciação do conforto são pertinentes no que tange à sensibilidade do dia-a-dia em relação ao incremento técnico. Afinal, entre o advento de uma invenção e a marcha de sua difusão há um percurso complexo, de múltiplas variáveis, cuja existência não deve ser negligenciada. E se a receptividade a um novo produto ou método costuma diferir, de um lugar a outro, o mesmo pode ser observado nas formas de considerar os traços do avanço material. Se, para o contexto das grandes cidades, a modernização ganha expressão tangível na arquitetura verticalizada ou no desfrute dos meios de comunicação – cinema, rádio, imprensa –, nas áreas rurais a adoção de sistemas para irrigar a lavoura, reduzindo a dependência do quadro climático, e a presença assídua dos caminhões, propiciando uma mobilidade até então inconcebível em rincões afastados das linhas ferroviárias, constituiriam fatores bem mais decisivos na modificação do cotidiano (Williams, 1988, p. 575).

da sobrevivência, que se tornara inviável diante de uma estrutura agrária arcaica e hostil à pequena propriedade (Ceará, 1967). Para alguns desses recém-chegados, é provável que, em sua adaptação inicial ao espaço urbano, a noção de comodidade reportasse não tanto ao usufruto dos serviços básicos, mas a uma dieta farta e regular, como destacou o pesquisador Renato Braga num estudo que aludia à capital cearense nos idos de 1860: “[Naquela época] Higiene e conforto não passavam de coisas vagas. Conforto e abundância de comida se identificavam. Quando se dizia que alguém vivia confortavelmente, era porque almoçava, jantava e ceava à farta. Esse conceito, herdado dos velhos portugueses, ainda vigora no meio rural” (Braga, 1962, p. 41).

Por outro lado, para os segmentos abastados e médios, parece que a fruição da energia elétrica e o consumo dos eletrodomésticos se revestiam de um significado em sintonia com a disseminação do conforto. O bem-estar e a satisfação pretensamente assegurados por esses equipamentos receberam, mediante o discurso da propaganda e a vulgarização do sistema de crédito, um impulso decisivo para recrudescer a identidade entre a posse dos objetos e a concretização do que se afigurava como um direito individual.

Na crônica “A mulher do anúncio”, Ciro Colares descreveu em 1968 um episódio que ajuda a refletir sobre o modo como a divulgação dos artefatos modernos, cada vez mais referidos ao ideário da comodidade, mobilizava anseios nem sempre contíguos à premissa da utilidade:

Vejo um anúncio de aparelhos domésticos, olhando com muita atenção para uma geladeira, tamanho 9 pés, uma mulher bem vestida. Está de costas para o leitor deste último número da revista nacional chegado a Fortaleza. Usa sapatos altos, 7 e meio, suas pernas são torneadas, sensuais, seu casaco lhe cai elegantemente no corpo esbelto, nem magro nem gordo, mas cheio e enxuto, um tipo médio de plástica feminina que pega talvez 80 por cento das preferências masculinas.

Olho a mulher de cima a baixo várias vezes, admirando-lhe os contornos, imaginando-a sem aquele casaco, de biquíni ou sem nada, a olhar a geladeira de costas para mim. [...]

Pode ser infantilidade, mas às vezes me apaixono por mulheres de anúncios, esta agora está de costas, seu rosto me é uma espécie de fruto proibido.

[...] Nisto, minha mulher passa por trás de mim e dá uma paradinha proposital. Pergunta então o porquê da minha grande e demorada atenção ao anúncio estampado

na revista. Olha também para a figura de costas que é a minha mais recente paixão estampada no anúncio, observa a geladeira de 9 pés e insiste na interrogação: por que toda aquela atenção?

Penso na mulher do anúncio, penso na geladeira, penso no ciúme de minha mulher e respondo, virando a página:

- É porque eu estou com vontade de trocar a geladeira... (Colares, 1968, p. 7-9).

Esse prazer corporal relacionado à experiência do conforto não compreendia, portanto, somente a busca pelo menor esforço e a valorização do indivíduo; ele insuflava ainda a produção de um mecanismo sedutor alimentado por transferências ininterruptas de desejo entre seres humanos e objetos, articulando a dimensão pública ao recesso privado. Havia nas projeções de bem-estar e no incentivo à vontade de consumo individual uma sensualidade latente que a propaganda do referido período soube explorar habilmente.

Não obstante, o universo das coisas não se apresentava apenas sob o enquadramento da retórica mercantil, mas deixava entrever desdobramentos na relação entre os homens e os equipamentos requisitados no dia-a-dia. A esse propósito, é interessante lembrar que os artefatos são mais que meios tangíveis para o cumprimento de uma ação eficaz; eles carregam um quinhão de humanidade cujo reconhecimento, muitas vezes, se dilui ou mesmo desaparece com a banalização de seu uso. Neles emerge um acúmulo de trabalho e engenhosidade humana que ultrapassa sua capacidade instrumental. “Estamos acostumados a delegar aos objetos a força, mas tínhamos esquecido um pouco que isso também é verdade para a moral. Essa delegação da moral aos objetos técnicos implica, a meu ver, que nosso julgamento de gosto – ou nosso julgamento moral, conforme o caso – não deve mais parar nos objetos, sob o pretexto de que não se trata mais, aí, de relações sociais” (Latour, 1996, p. 162). Pois esses fragmentos construídos por homens operam uma infinidade de tarefas e, ao fazê-lo, dão testemunho dos valores, disputas, acordos, receios e aspirações da sociedade na qual se inserem.

Os eletrodomésticos se mostraram, nos anos seguintes ao término da conflagração mundial, claramente imbuídos do propósito de facilitar, agilizar e abreviar a faina da casa. Eles de fato permitiam realizar uma série de tarefas outrora impraticáveis sem o emprego dominante da força muscular. Seu desempenho, contudo, estava indissociavelmente relacionado à elevação do grau de exigência no

cumprimento dessas atividades. De certo modo, sua presença costumava indicar a reiteração de um dever-ser, prescrevia a observância de um compromisso com os rigores da higiene, da organização doméstica e da suposta autonomia privada obtida pelo manuseio de tais aparelhos. Nos interstícios da urdidura cotidiana, eventualmente seria possível documentar astúcias dos usuários, manobras desviantes nessa interação com a técnica que ressoavam a advertência do filósofo Gilbert Simondon, ao ponderar que “existe em torno de cada produto uma margem de liberdade que permite utilizá-lo com finalidades não previstas” (Simondon, 1998, p. 261).

Entre 1945 e 1965 a energia elétrica foi interpretada de formas diversas pelos moradores de Fortaleza. Milhares que compunham as fileiras dos mais pobres tendiam a identificá-la como um recurso fora de seu alcance pecuniário. Em relação aos detentores de melhor rendimento, ela trazia a perspectiva de maior conforto individual e o correspondente temor quanto a sua interrupção. Observou-se ainda que o acesso desigual aos sistemas industriais de força e luz, então limitado à minoria da população, e a precariedade do parque gerador local tiveram efeito na emergência e persistência do uso de formas de iluminação que a gramática do progresso julgava ultrapassadas, à base de lenha, velas, lamparinas e lampiões. Para uma grande parcela dos habitantes, a adoção desses artefatos foi, durante anos, a única forma possível de clarear suas casas à noite. Para outros, cuja renda possibilitava o uso doméstico da eletricidade, aqueles objetos singelos significavam um resguardo indispensável em meio às constantes crises de abastecimento energético que acoassavam o espaço urbano, criando embaraço e prejuízo para as indústrias e estabelecimentos comerciais, os hospitais e cinemas, as residências e a iluminação pública.

Uma das ponderáveis dificuldades metodológicas do historiador que se dedica à investigação das relações cotidianas entre homens, objetos e processos técnicos é apreender as maneiras pelas quais essas novas forças vão sendo parcialmente domesticadas, assimiladas à sucessão dos dias, convertidas numa presença mais familiar. Nesse processo o hábito – que, segundo um autor, nada mais seria que o termo genérico empregado para designar os inúmeros acordos que os indivíduos tecem com a multiplicidade de objetos que os rodeiam – poderia firmar aliança com a afeição, como notou Rubem Braga ao defender, numa crônica de 1948, a importância do estranhamento na percepção lúcida do ambiente circundante: “E é

bom que haja uma ação de despejo, sempre devia haver, em toda casa, para que assim o sentimento constante do precário nos proibisse de revestir as paredes alheias com nossa ternura e de nos afeiçoarmos sem sentir até à humilde torneira, e ao corrimão da escada como se fosse um ombro de amigo onde pousamos a mão” (Braga, 2003, p. 143).

Esse sentimento do precário, no que diz respeito à eletricidade, permeou o cotidiano dos habitantes de Fortaleza durante décadas. Muitas vezes ganhava vulto a impressão assídua de um discurso de modernização em desajuste com as condições estruturais da cidade. De todo modo, o contato progressivo com aquela forma de energia requereu um novo conjunto de precauções e sobretudo incentivou experiências sensoriais diferenciadas para homens e mulheres até então acostumados às proezas da mecânica, com suas máquinas grandes, pesadas e ruidosas. Assim, a relativa discrição da eletricidade precisou ser levada em conta pelos corpos urbanos que assistiam à – e tomavam parte na – emergência de um novo momento na história das técnicas: aquele expresso pela passagem ordenada de feixes de elétrons, reproduzida em escala industrial. Essa mudança comportava riscos porventura letais, solicitava níveis de atenção mais rígidos, reclamava mediações numerosas com os sentidos corporais, mas também poderia se tornar, para quem soubesse apreendê-la, uma experiência repleta de significado:

Por um fio, corre uma força. Que não tem forma, nem vulto, nem cor, nem rumor. Que ninguém sabe o que é. Mas que carrega todo o mundo, mesmo os que nela não pensam. Às vezes, também, pode destruir, muito rápido, os que põem a mão, por descuido ou por falta de informação. Reverencia, pois, e rejubila-te: o mais sutil domina sempre o mais denso (Rosa, 1994, p. 1056-1057).

FONTES

PERIÓDICOS

JORNAIS E BOLETINS

Arnotícias

Correio do Ceará

Diário Oficial do Município [de Fortaleza]

Diário do Povo

O Energético

O Estado

Gazeta de Notícias

O Jornal

O Nordeste

Philicidade

O Povo

A Rua

Tribuna do Ceará

Unitário

REVISTAS

Anuário das Senhoras

Ba-Ta-Clan

Ceará Ilustrado

Ceará Mercantil

A Cigarra

Clã

O Cruzeiro

Eu Sei Tudo

Fon-Fon

Querida

Revista Contemporânea

Revista da Academia Cearense de Letras

Revista do Instituto do Ceará

Revista dos Municípios do Ceará

*Seleções do Reader's Digest**Vida Doméstica*

ALMANAQUES E ANUÁRIOS

Almanaque comercial do Ceará para 1928. Organização de Cruz Filho. Fortaleza: Tipografia Urânia, 1928.

Almanaque do Ceará para 1929. Fortaleza: [s.n.], 1929.

Almanaque do Ceará para 1931. Fortaleza: [s.n.], 1931.

Almanaque do Ceará para 1959. Direção de A. Batista Fontenele e Leopoldo C. Fontenele. Fortaleza: [s.n.], 1959.

Almanaque do Ceará para 1960-1961. Direção de A. Batista Fontenele e Leopoldo C. Fontenele. Fortaleza: [s.n.], 1961.

Almanaque para 1949, Primeiro Semestre, ou "Almanaque d'A Manha". Organização e direção de Aparício Torelli, o barão de Itararé. 3. ed. fac-sim. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

Anuário do Ceará 1953-1954. Organização de Waldery Uchôa. Fortaleza: [s.n.], 1954.

Anuário do Ceará 1955-1956. Organização de Waldery Uchôa. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1956.

ESTATÍSTICAS, DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL [BNB]. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. *Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza (CE)*. Fortaleza: BNB, 1967.

_____. *Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza (CE)*. Fortaleza: BNB, 1972.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa (senador). *Ensaio estatístico da província do Ceará*. 2 tomos. [1863-1864]. Apresentação de Eduardo Campos. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CEARÁ. Governo do Estado. *Anuário estatístico do Ceará – 1923*. Organização de Guilherme de Sousa Pinto. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1926.

_____. *Anuário estatístico do Ceará – 1924*. Organização de Guilherme de Sousa Pinto. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1928.

_____. *Anuário estatístico do Ceará – 1925*. Organização de Guilherme de Sousa Pinto. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1929.

_____. *Anuário estatístico do Ceará – 1929 e 1930*. Organização de Guilherme de Sousa Pinto. Fortaleza: Tipografia do Atelier Royal, 1933.

_____. *A eletrificação no Ceará*. Pequeno histórico da vinda da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. [1965]. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1980.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo desembargador José Moreira da Rocha, presidente do estado. Fortaleza: [s.n.], 1927.

_____. *As migrações para Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO [CHESF]. Diretoria técnica. *O problema da mudança de frequência em Fortaleza*. Rio de Janeiro, 1963.

FORTALEZA. Câmara Municipal. *Relatório da Câmara Municipal de Fortaleza*. Fortaleza, 1925. [Parcialmente disponível em: <http://www.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>. Acesso em: 30 jul. 2005].

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. *Anuário do município de Fortaleza*. Administração Murilo Borges (Março 1963 – Março 1964). Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1964.

_____. *Código de posturas do município de Fortaleza* (Dec. n. 70, de 13 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

_____. *Relatório apresentado pelo dr. Rubens Monte – engenheiro fiscal junto a The Ceará Light and Power Company Limited*. Fortaleza, 8 jun. 1926. [Parcialmente disponível em: <http://www.cepimar.org.br/bdceara/empresa/index.html>. Acesso em: 30 jul. 2005].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Anuário estatístico do Brasil – 1938, 1940, 1946, 1951, 1956, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965*. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. *Censo demográfico do estado do Ceará 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. *Censo demográfico do estado do Ceará 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censos comercial e dos serviços 1960*. MA – PI – CE – RN. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. 16. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. Departamento de Estatística, Informações e Propaganda. *Sinopse estatística do estado [do Ceará]* (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano III – 1937). Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1938.

RORIZ, Wilson. *Em defesa do Cariri*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1957.

TÁVORA, Virgílio. Discurso inaugurando a chegada da energia de Paulo Afonso ao Cariri. Fortaleza, 1961. [Texto datilografado].

_____. Discurso inaugurando a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza. Fortaleza, 1965. [Texto datilografado].

UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Instituto de Pesquisas Econômicas. *Condições de habitação em Fortaleza*. Apresentação de Antônio Martins Filho. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

CRÔNICAS E MEMÓRIAS

ABREU, João da Cruz. Presidentes do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 48, 1934.

ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1974.

_____. *A praça*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.

_____. O trecho de rua de meus verdes anos. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 93, 1979.

ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e de anteontem*. Apresentação de Otacílio Colares. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

ALMADA, Zenilo. *O bonde e outras recordações*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Cadeira de balanço*. [1966]. In: _____. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003a.
- _____. *Caminhos de João Brandão*. [1970]. In: _____. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003b.
- _____. *O poder ultrajovem*. [1972]. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- ARRUDA, Raimundo Vasconcelos. *Memórias de um menino*. Fortaleza: [s.n.], [1986].
- AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.
- AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça: reminiscências*. [1980]. Apresentação de Otacílio Colares. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992.
- AZEVEDO, Stênio (Coord.); NOBRE, Geraldo (Colab.). *O Ceará na Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: ABC, 1998.
- BARROSO, Aluísio Girão. *Crônicas de outros tempos e de agora*. Fortaleza: ABC, 1998.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- _____. *Memórias de Gustavo Barroso: Coração de menino, Liceu do Ceará, Consulado da China*. [1939-1941]. Notas de Mozart Soriano Aderaldo. 2. ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
- BRAGA, Rubem. *200 crônicas escolhidas*. [1977]. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BRÍGIDO [dos Santos], João. *Ceará (homens e fatos)*. [1919]. Introdução de Ivone Cordeiro Barbosa. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- CABRAL, Tomé. *Patuá de recordações*. Apresentação de Rachel de Queiroz. Campinas: [s.n.], 1978.
- CAMPOS, Eduardo. *O inquilino do passado* (Memória urbana e artigos de afeição). Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1996a.
- _____. *O inventário do cotidiano* (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1996b.
- _____. *O lugar da cozinha*. Fortaleza: LCR, 2007a.
- _____. *A medicina da fome (e outros estudos)*. Fortaleza: LCR, 2007b.
- _____. *Na flor da idade: memórias de infância e adolescência*. Fortaleza: Tukano, 1991.
- _____. *Os vizinhos: memória da cordialidade*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.
- _____. *Vocabulário antigo e mais coisas não menos longevas*. Fortaleza: Imprece, 2003.
- _____. *A volta do inquilino do passado – Segunda locação*. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.
- CAMPOS, Paulo Mendes. *Alhos & bugalhos*. Organização e apresentação de Flávio Pinheiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, José Liberal de. [Depoimento]. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- CAVALCANTE, Ari de Sá. *Para ler no bonde: crônicas 1943-1948*. Fortaleza: Gráfica da Organização Educacional Farias Brito, 1998.
- CHABLOZ, Jean-Pierre. *Revelação do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

- CID, Caio (pseudônimo de Carlos Cavalcanti). *Conta-gotas: crônicas*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958.
- COLARES, Ciro. *100 crônicas escolhidas*. Seleção de Jáder de Carvalho. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1976.
- _____. *O marujo do navio de pau: crônicas*. Fortaleza: edição do autor, 1974.
- _____. *A mulher do anúncio: crônicas*. Fortaleza: edição do autor, 1968.
- COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Sitará Grande*. Apresentação de Artur Eduardo Benevides. Fortaleza: Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.
- DIAS, Milton. *Relembrações*. [1985]. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.
- DOURADO, J. J. *Muçambê*. Fortaleza: A Fortaleza, 1967.
- DUARTE, Romeu. [Depoimento]. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- EDMUNDO [de Melo Pereira da Costa], Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938]. Brasília: Senado Federal, 2003. [Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=5194>]. Acesso em: 15 mar. 2007].
- FEITOSA, Neri (padre). *Usos e costumes de 50 anos atrás*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.
- FERNANDES, Yaco. *Notícia do povo cearense*. Apresentação de Otacílio Colares. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977.
- FONTES, Eduardo. *O Lagamar que eu conheci*. Fortaleza: [s.n.], 1974.
- GALENO, Alberto Santiago. *A praça e o povo* (homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira). Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o bonde – Na paisagem sentimental da Fortaleza-província*. Fortaleza: ABC, 1997.
- _____. “*Sessão das quatro*”: cenas e atores de um tempo mais feliz. Fortaleza: ABC, 1998.
- GIRÃO, Raimundo. *Cidade da Fortaleza* (Filmagem histórica). Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945.
- _____. *Palestina, uma agulha e as saudades*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1972.
- _____; MIRANDA, Ubatuba de. *Retrato de Fortaleza*. Apresentação de Paulo Bonavides. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.
- GOMES, Beatriz Gentil. [Depoimento]. In: LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- GOMES, Ione Arruda. *Imagens indelévels: primeiros contatos com o bairro Aldeota*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Museu do Ceará e outras memórias: entrevista com Valdelice Girão*. Apresentação de Adelaide Gonçalves. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- JACQUES [Ferreira Lopes], João. *Alma em corpo oito: crônicas*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1964.
- _____. *A canção do tempo: crônicas*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1979.
- _____. *Os cardeiros sangram*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.

- _____. *Flores para os cinco sentidos: crônicas*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- JOB, Daniel Carneiro. *Praça do Ferreira: o inédito, o sério e o pitoresco*. Fortaleza: [s.n.], 1992.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. *Memória do comércio cearense*. Rio de Janeiro: Senac, 2001.
- LIMA, Fernando de Castro. *Algo de minha vida e da cidade onde nasci*. Apresentações de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.
- LIMA, Herman. *Imagens do Ceará*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- LIMAVERDE, Narcélio Sobreira. *Fortaleza, história e estórias* (Memórias de uma cidade). 2. ed. Fortaleza: ABC, 1999.
- LOPES, Marciano. *O baú da donzela*. Fortaleza: [s.n.], 1991.
- _____. *Coisas que o tempo levou: a era do rádio no Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 1994.
- _____. *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. [1988]. 4. ed. Fortaleza: ABC, 1996.
- MAIA, José Barros. Lembrar é viver de novo (Depoimento). Apresentação e transcrição de Sebastião Rogério Ponte. In: SOUZA, Simone de; PONTE, Sebastião Rogério (Coord.). *Roteiro sentimental de Fortaleza: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia*. Fortaleza: Nudoc – UFC; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1996.
- MARIA [Araújo de Moraes], Antônio. *Pernoite: crônicas*. Coordenação do projeto de Hermínio Bello de Carvalho. Seleção de textos de Leonardo Castilho e Sônia Mota. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Funarte, 1989.
- MARTINS, Fran. *Pireu, ida e volta (e outras crônicas)*. Introdução de Sânzio de Azevedo. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1997.
- MATOS, Pedro Gomes de. *Maranguape: Ceará, aspectos histórico-geográficos*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.
- MEIRELES, Cecília. *Crônicas em geral*. In: _____. *Obra em prosa*. Vol 1. Apresentação e planejamento editorial de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou... (Crônicas históricas da Fortaleza antiga)*. [1938]. Introdução de Sebastião Rogério Ponte. Prefácio de Eusébio de Sousa. 3. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
- MOTA, Murilo. *A casa de minha mãe*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1991.
- NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha: crônicas*. [1954]. Apresentação de Otacílio Colares. Artigo de Murilo Mota. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.
- QUEIROZ, Rachel de. *100 crônicas escolhidas*. [1958]. Seleção e organização de Herman Lima. In: _____. *Obra reunida*. Vol. 4. Artigos de Paulo Rónai e Herman Lima. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989a.
- _____. *O caçador de tatu: crônicas*. [1967]. In: _____. *Obra reunida*. Vol. 4. Artigos de Paulo Rónai e Herman Lima. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989b.
- _____. *A donzela e a moura torta: crônicas e reminiscências*. [1948]. In: _____. *Obra reunida*. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989c.
- _____. *Mapinguari: crônicas*. In: _____. *Obra reunida*. Vol. 5. Artigos de Sérgio Milliet, Paulo Rónai e Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989d.
- _____. *As meninhas e outras crônicas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

- _____; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.
- QUINDERÉ, José (monsenhor). *Reminiscências*. [1957]. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1979.
- SABINO, Fernando. *O gato sou eu*. [1983]. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- SABOIA, Pires. *Crônicas da mocidade no Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.
- SIMÃO, Marum. *Quixeramobim: recompondo a história*. Fortaleza: [s.n.], 1996.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Espelho do príncipe: ficções da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- TEÓFILO, Rodolfo. *Coberta de tacos*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1931.
- UCHÔA, Waldery. *Fortaleza na sua expressão histórica, geográfica e estatística*. Fortaleza: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1946.
- VIEIRA, Antonio (padre). *100 cortes sem recortes: crônicas*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- XIMENES, Raimundo Nonato. *Montese – crônicas e memórias*. Fortaleza: Tipo Gráfica & Editora, 1998.

CRONOLOGIAS E NARRATIVAS DE VIAGEM

- AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. 2 vol. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.
- COSTA, José Raimundo. *Memória de um jornal*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *O Juazeiro do padre Cícero*. [1926]. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Notas de viagem*. [1899]. Introdução de Raimundo Girão. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.
- MELO, A. da Silva. O mercado público de Fortaleza (1948). In: CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- MOTA, Leonardo. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 68-69, 1954-1955; t. 71-77, 1957-1963.
- OLIVEIRA, João Hipólito Campos de. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 102, 1988.
- SOUSA, José Bonifácio de. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 78-82, 1964-1968.
- STUDART, Guilherme (barão de). *Datas e fatos para a história do Ceará*. Vol. 3. Ed. off-set. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1973.

FOLCLORE, COSTUMES E TRADIÇÕES

- AZEVEDO, Otacílio de. *Adágios, mezinhas e superstições*. Apresentação de Eduardo Campos. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1966.

BARROSO, Gustavo. *Terra de sol* (Natureza e costumes do Norte). [1912]. Apresentação de Braga Montenegro. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: Ed. UFC, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho*: algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. [1955]. Ilustrações de Poty. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1974.

GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. [1865]. Introdução de F. Alves de Andrade. 4. ed. Fortaleza: Casa de Juvenal Galeno, 1978.

GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário popular cearense*. [1967]. Introdução de Maria Silvana Militão de Alencar. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. [1982]. Explicação de Moacir Mota e Orlando Mota. Prefácio de Paulo Rónai. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1991.

_____. *Viroleiros do Norte* (Poesia e linguagem do sertão cearense). [1925]. Prefácio de Herman Lima. 4. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

NOGUEIRA, João. Hábitos e costumes cearenses. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo (Org.). *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Fortaleza, 1939.

STUDART, Guilherme (barão de). Usos e superstições cearenses. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, t. 15, 1910.

ÁLBUNS E GUIAS INFORMATIVOS

Álbum de vistas do estado do Ceará. [1908]. Apresentações de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho e Adelaide Gonçalves. Ed. fac-sim. Fortaleza: Nudoc – UFC, 2006.

ALMEIDA, José Leandro de (Org.). *Guia da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Empresa de Publicidade “Guia da Cidade de Fortaleza”, 1939.

BEZERRA, Paulo (Org.). *Álbum de Fortaleza*. Fortaleza: Meton Gadelha & Cia., 1931.

GIRÃO, Raimundo (Org.). *Guia turístico da cidade*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1961.

ROMANCES, CONTOS, ARTIGOS, ANTOLOGIAS, TEATRO E POESIA

ALENCAR, Edigar de. *Carnaúba*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.

ANDRADE, Lauro Ruiz de. *O ano cem mil* (Cientificção). Fortaleza: edição do autor, 1962.

BARROSO, Antônio Girão. *Poesias incompletas*. Nota de Oswald Barroso. Apresentação de F. S. Nascimento. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1994.

BARROSO, Gustavo. *Mississipi*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1961.

BENEVIDES, Artur Eduardo (Org.). *Cancioneiro da cidade de Fortaleza*. [1953]. 2. ed. aum. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

BRÍGIDO [dos Santos], João. *Antologia de João Brígido*. Organização e introdução de Jäder de Carvalho. Fortaleza: Terra de Sol, 1969.

CÂMARA, Carlos. *Teatro: obra completa*. Pesquisa, introdução e notas de Ricardo Guilherme e Marcelo Costa. Apresentação de Otacílio Colares. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CÂMARA, José Aurélio. Uma cidade cresce. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 79, 1965.

_____. *O tempo e os homens*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

CAMPOS, Eduardo. O banho. *Clã – Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 25, dez. 1970.

_____. *Face iluminada* (Contos). Fortaleza: Clã, 1946.

_____. *O Morro do Ouro*. [1963]. In: _____. *Teatro completo*. Vol. 2. Apresentação de Marcelo Costa. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.

_____. *A rosa do Lagamar*. [1964]. In: _____. *Teatro completo*. Vol. 2. Apresentação de Marcelo Costa. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.

CAMPOS, [José Maria] Moreira. *Contos escolhidos*. Prefácio de Francisco Carvalho. 4. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1984.

_____. *Obra completa: contos II*. Organização de Natércia Campos. São Paulo: Maltese, 1996.

CARVALHO, Jáder de. Albaninho. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, vol. 38, 1977.

_____. *Aldeota*. [1963]. Introdução de Batista de Lima. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

_____. *A criança vive*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1945.

_____. *Eu quero o sol*. Fortaleza: O Livro do Povo, 1947.

_____. *Sua Majestade, o juiz*. São Paulo: Musa, [1961].

DIÓGENES, Luciano. *Os 7 pecados da capital*. [1969]. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1971.

GIRÃO, Raimundo. A minha saudade de Gustavo Barroso. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, vol. 38, 1977.

LOPES, José Stênio. Aspectos sociais da vida de Fortaleza. *Clã – Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 16, set. 1957.

MARTINS, Fran. *Ponta de rua*. [1937]. Apresentação de Dimas Macêdo. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1999.

_____. *O roubo* (Novela curta). *Clã – Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 4, ago. 1948.

MARTINS FILHO, Antônio. *A presença da poesia no mundo dos negócios*. [1978]. Apresentação de Francisco Carvalho. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1998.

_____; GIRÃO, Raimundo (Org.). *O Ceará*. [1939]. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MELO NETO, João Cabral de. *Serial*. [1959-1961]. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MONTENEGRO, Braga. Os manequins (Conto). *Clã – Revista de Cultura*, Fortaleza, n. 5, out. 1948.

QUINTANA, Mario. *Caderno H*. [1973]. In: _____. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

_____. *Sapato florido*. In: _____. *Poesias*. 7. ed. São Paulo: Globo, 1987.

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. [1970]. In: _____. *Ficção completa*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SÁ, Sinval. Idílio na sarjeta. *Clã* – Revista de Cultura, Fortaleza, n. 14, dez. 1953.

TEÓFILO, Rodolfo. *O reino de Kiato* (No país da verdade). São Paulo: Monteiro Lobato, 1922.

BIBLIOGRAFIA

- AKRICH, Madeleine. A técnica, manual de instruções. In: WITKOWSKI, Nicolas (Dir. e Coord.). *Ciência e tecnologia hoje*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- ARAÚJO, Raimundo. *Livros e autores do Ceará*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1977.
- ARNO. *A história da Arno*. São Paulo, 2003. [Disponível em: <<http://www.arno.com.br/institucional/historia.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2007].
- BACHELARD, Gaston. *A chama de uma vela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BARGHINI, Alessandro; GRAÇA, Gilena M. G. Uso da energia elétrica no cotidiano residencial. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1988.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. [1999]. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- BATISTA, Henrique Sérgio Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério São João Batista*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- _____. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENEVIDES, Artur Eduardo. *Evolução da poesia e do romance cearenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. [1985]. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, 1).
- _____. *Rua de mão única*. [1987]. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Obras escolhidas, 2).
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Reunião de textos e apresentação de Étienne Bloch. Prefácio de Emmanuel Le Roy Ladurie. Bauru: Edusc, 2001.
- BOLLE, Willi. A cidade como escrita. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- _____. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BOTELHO, Caio Lóssio. *Geografia dinâmica do Ceará: evolução da infra-estrutura civilizatória cearense à luz de sua filosofia geográfica*. Fortaleza: [s.n.], 1965.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*: vol. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidades; espaço e memória. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- BRIGGS, Asa. *Victorian things*. Londres: Penguin, 1990.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. 2: Burgo de estudantes (1828-1872). [1954]. Prefácio de Gilberto Freyre. Bicos-de-pena de Clóvis Graciano. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991a.

_____. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. 3: MetrÓpole do café (1872-1918). São Paulo de agora (1919-1954). [1954]. Prefácio de Gilberto Freyre. Bicos-de-pena de Clóvis Graciano. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991b.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 16. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

CAMPOS, Eduardo. Apresentação. In: NOBRE, Geraldo. *Ceará: energia e progresso*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto; Imprensa Oficial do Ceará, 1981.

CANDIDO [de Melo e Souza], Antonio. A vida ao rés-do-chão. [1984]. In: _____ et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: história e paradigmas rivais. In: _____; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil 4*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Introdução. In: _____. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

_____. *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. [1976]. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Locuções tradicionais no Brasil*. [1970]. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Superstição no Brasil*. [1985]. São Paulo: Global, 2001.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Ed. Usp, 1987.

_____. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*, São Paulo, vol. 9, abr. 1982.

_____. *Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977a.

_____. *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1977b.

_____. O visual da cidade. In: *Fortaleza tempos de guerra*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado do Ceará, 1989.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL [CMEB]. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Textos de Ligia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

_____. *A vida cotidiana no Brasil nacional: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930-1970)*. Pesquisa e textos de Maria Letícia Corrêa. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. [1994]. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

COLARES, Otacílio. O pitoresco da propaganda nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Comunicação Social – UFC*, Fortaleza, vol. 5, n. 1/2, 1975.

CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa : Estampa, 1998.

_____. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Village bells: sound and meaning in the nineteenth-century French countryside*. Londres: Papermac, 1999.

CROSBY, Alfred W. *Children of the sun: a history of humanity's unappeasable appetite for energy*. Nova York; Londres: W. W. Norton. 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890-1915. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, 1996.

DAGOGNET, François. Preface. In: MANZINI, Ezio. *The material of invention: materials and design*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1989.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. [1984]. Prefácio de Ecléa Bosi. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Apresentação de Everardo Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DUBY, Georges. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada 1. Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A energia elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FARIAS, Claudio Lamas de et al. *Eletrodomésticos: origens, história & design no Brasil*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FORTY, Adrian. *Objects of desire: design and society since 1750*. [1986]. Londres: Thames & Hudson, 2005.

FULLER, Richard Buckminster. *Critical path*. Nova York: St. Martin's Press, 1981.

GALENO, Alberto Santiago. *Seca e inverno nas "experiências" dos matutos cearenses*. Fortaleza: Coopcultura, 1998.

- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; MEC, 1963.
- GIEDION, Siegfried. *Mechanization takes command: a contribution to anonymous history*. Nova York: Oxford University Press, 1948.
- GIFFORD, Don. *The farther shore: a natural history of perception, 1798-1984*. Nova York: Vintage Books, 1991.
- GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. [1983]. Ed. especial. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000a.
- _____. *Geografia estética de Fortaleza*. Prefácio de Antônio Martins Filho. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- _____. *História econômica do Ceará*. [1947]. Prefácio de Eduardo Campos. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000b.
- GLADU, Elisabeth. *La contribution de Gilbert Simondon à l'étude de la technique*. Montreal, 2000. [Disponível em: <<http://commposite.uqam.ca/2000.1/articles/gladu.htm>>. Acesso em: 12 maio 2005].
- GOMES, Pimentel. *Corografia dinâmica do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, [s.d.].
- GRAHAME, Peter. Objects, texts, and practices: the refrigerator in consumer discourses between the wars. In: RIGGINS, Stephen Harold (Ed.). *The socialness of things: essays on the socio-semiotics of objects*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. Prefácio de Antonio Candido. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONORATO, Cézár Teixeira; BEAUCLAIR, Geraldo. A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã; Edusp, 1995.
- HUGUES, Thomas P. *Networks of power: electrification in western society, 1880-1930*. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1983.
- JACOMY, Bruno. *A era do controle remoto: crônicas da inovação técnica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *O lazer em Fortaleza: 1945-1960*. Fortaleza: Nudoc – UFC, 1996 (Cadernos do Nudoc, 18).
- _____. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000b.
- KELLER, Alexandra. Disseminações da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- KÜHL, Júlio César Assis. Energia elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

- LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LANTERNARI, Vittorio. Sentidos. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 36. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997.
- LATOUR, Bruno. Do humano nas técnicas. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. *Morale e technique: la fin des moyens*. *Réseaux*, Paris, n. 100, 1999.
- LEACH, William. *Land of desire: merchants, power and the rise of a new American culture*. Nova York: Vintage Books, 1994.
- LEAL, Ângela Barros. *Jáder de Carvalho: as duas faces da palavra*. [1994]. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. [1990]. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LEITE, Ary Bezerra. *História da energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.
- LE MOS, Carlos. A energia elétrica e a vida cotidiana em São Paulo. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1988.
- _____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LIMA, Luiz Costa. Introdução geral. Comunicação e cultura de massa. In: ADORNO, Theodor W. et al. *Teoria da cultura de massa*. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. [1969]. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- MAGALHÃES, Gildo. *Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Ed. Unesp; Fapesp, 2000.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Antropologia e sociologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. O fogão da *Société Anonyme du Gaz*. Sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária. *Projeto História*, São Paulo, n. 21, nov. 2000.
- _____. Prefácio. In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da cidade de Fortaleza*. [1895]. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992.

- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. *Gustavo Barroso: um cearense “ariano”*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1969.
- MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MOLES, Abraham. Engenheiros e inventores hoje. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papirus, 1996.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – 1: neurose*. [1967]. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- MULTIBRÁS. *Consul: 50 anos de amizade*. São Paulo: [s.n.], [s.d.].
- _____. Centro de Documentação e Memória. *Breve histórico da marca Brastemp*. [S.l.], 2005a.
- _____. *Breve histórico da marca Consul*. [S.l.], 2005b.
- _____. *Cronologia dos produtos marca Brastemp: principais lançamentos, campanhas e símbolos – 1946, 1954 a 2005*. [S.l.], 2005c.
- _____. *Cronologia dos produtos marca Consul: principais lançamentos, campanhas e símbolos – 1941, 1950 a 2005*. [S.l.], 2005d.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. [1963]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *Technics and civilization*. Nova York; Burlingame: Harbinger Books, 1963.
- NEVES, Margarida de Souza. História da crônica, crônica da história. In: REZENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio; Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.
- NOBRE, Geraldo. *Ceará: energia e progresso*. Apresentação de Eduardo Campos. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto; Imprensa Oficial do Ceará, 1981.
- _____. A imprensa do Ceará na república. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. [1939]. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- _____. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.
- NOGUEIRA, Carlos Eduardo. *Tempo, memória, progresso: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos 30*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2006.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREC, Georges. *As coisas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969.
- PERRIN, Jacques. Por uma cultura técnica. In: SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papirus, 1996.
- PERROT, Philippe. De l'apparat au bien-être: les avatars d'un superflu nécessaire. In: GOUBERT, Jean-Pierre (Org.). *Du luxe au confort*. Paris: Belin, 1988.
- PINHEIRO, Luiz Brito Passos. Esboço histórico sobre iluminamento. *O Energético*, Fortaleza, out.-dez. 1988.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

- PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. [1993]. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: IAB-CE; Nudoc – UFC, 2005.
- RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1985.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- RIGGINS, Stephen Harold. Introduction. In: _____ (Ed.). *The socialness of things: essays on the socio-semiotics of objects*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 1994.
- RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 32*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.
- _____. Sobre a água e outras correntezas: memórias da seca no Ceará. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, a. 16, n. 17, jun. 2003.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Teorema, 1998.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.
- _____. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, 1999.
- RYBCZINSKY, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. *Looking around: a journey through architecture*. Nova York: Penguin, 1993.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2007.
- _____. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dez. 2002.
- _____. História do conforto na cidade de São Paulo. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 14, dez. 2000.
- _____. Propaganda e história: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.
- _____. O receio dos “trabalhos perdidos”: corpo e cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. O homem e a máquina. *Imagens*, Campinas, n. 3, dez. 1994.
- _____. *Tempo de ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.
- SCHAFFER, R. Murray. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- SCHEPS, Ruth (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papirus, 1996.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Disenchanted night: the industrialization of light in the nineteenth century*. Berkeley; Los Angeles; Londres: The University of California Press, 1995.

_____. *The railway journey: the industrialization of space and time in the 19th century*. Berkeley: The University of California Press, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEARS. *Coldspot: 1928-1976*. [Disponível em: <<http://www.searsarchives.com/brands/coldspot.htm>>]. Acesso em: 3 jun. 2008].

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

_____. *Metrópole: matriz da lírica moderna*. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

_____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

_____. *Nas trilhas da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

_____. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Pequena história da telefonia no Ceará*. Fortaleza: Teleceará, 1982.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Comportamento*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002a.

_____. *Fortaleza: imagens da cidade*. [2001]. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

_____. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002b.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. [1958]. Prefácio de John Hart. Posfácio de Yves Deforge. 3. ed. Paris: Aubier, 1989.

_____. Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. T. 3, vol. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SOUSA, Maria da Conceição. *Índice temático anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Tomos I a C e Especiais. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1988.
- SOUZA, Thiago Shead de. *Na casa e na rua: objetos, serviços e práticas de consumo em Fortaleza (1940-1970)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e dos cartéis. *História & Energia*, São Paulo, n. 1, maio 1986.
- TENFELDE, Klaus. Dificuldades com o cotidiano. *História: questões e debates*, Curitiba, a. 13, n. 24, jan.-jul. 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. Una entrevista con E. P. Thompson. In: _____. *Tradición, revuelta e consciencia de clase: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMECEK, Steven. *What a great idea!: inventions that changed the world*. Nova York: Scholastic, 2003.
- TOTA, Antonio Pedro. Uma antena da modernidade paulista. *Projeto História*, São Paulo, n. 8/9, 1992.
- VARGAS, Milton (Org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp; Ceeteps, 1994.
- VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun. 1996.
- VIRILIO, Paul. Os motores da história – entrevista de Denise Bernuzzi de Sant’Anna e Hermetes Reis de Araújo. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- _____; LOTRINGER, Sylvère. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WHITROW, Gerald James. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Trevor. *Historia de la tecnología: desde 1900 hasta 1950 (II)*. [1987]. 2. ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1988.
- WITTE, Bernd. Por que o moderno envelhece tão rápido? – Conceção da modernidade em Walter Benjamin. *Revista USP*, São Paulo, n. 15, 1992.
- WISNIK, Guilherme. Utopia e fabricação da cidade. *Sexta-feira*, São Paulo, n. 6, 2001.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Acervo da Arno

Acervo da Companhia Docas do Ceará

Acervo da Coelce (Companhia Energética do Ceará)

Acervo do Cedic (Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho), da PUC-SP

Acervo do Centro de Documentação e Memória da Multibrás

Acervo da Walita

Arquivo Geral do Município de Fortaleza

Arquivo Público do Estado do Ceará

Arquivo Público Intermediário do Estado do Ceará

Biblioteca da Academia Cearense de Letras

Biblioteca do Banco do Nordeste

Biblioteca da Casa de Juvenal Galeno

Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC

Biblioteca do Curso de Arquitetura da UFC

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Unidade Estadual do Ceará

Biblioteca do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico

Biblioteca do Museu do Ceará

Biblioteca do Museu Paulista da USP

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury, da PUC-SP

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel

Biblioteca Ramal de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP